ROGER E. OLSON

TEOLOGIA ARMINIANA

MITOS E REALIDADES



Editora Reflexão

TEOLOGIA ARMINIANA

MITOS E REALIDADES

ROGER E. OLSON

TEOLOGIA ARMINIANA

MITOS E REALIDADES

Digitalizado por: jolosa



Sumário

Prefácio.....07

Introdução: Um panorama do arminianismo

MITO 1:.....56

A Teologia Arminiana é o Oposto da Teologia Calvinista/Reformada

Jacó Armínio e a maioria de seus seguidores fiéis estão inseridos dentro do amplo entendimento da tradição reformada; os pontos comuns entre o arminianismo e o calvinismo são significantes.

MITO 2:.....77

Uma Mescla de Calvinismo e Arminianismo é Possível

Apesar dos pontos comuns, o calvinismo e o arminianismo são sistemas de teologia cristã incompatíveis; não há um meio termo estável entre eles nas questões determinantes para ambos.

MITO 3:.....100

O Arminianismo Não é Uma Opção Evangélica Ortodoxa

A teologia arminiana clássica afirma enfaticamente os pilares da ortodoxia cristã e promove os símbolos da fé cristã; não é ariana nem liberal.

MITO 4:.....124

O Cerne do Arminianismo é a Crença no Livre-arbítrio

O verdadeiro âmago da teologia arminiana é o caráter justo e amável de Deus; o princípio essencial do arminianismo é a vontade universal de Deus para a salvação.

MITO 5:.....148

A Teologia Arminiana Nega a Soberania de Deus

O arminianismo clássico interpreta a soberania e a providência de Deus de maneira diferente do calvinismo, mas sem negá-las de maneira alguma; Deus está no controle de tudo sem controlar tudo.

MITO 6: 175

O Arminianismo é uma Teologia Centrada no Homem

Uma antropologia otimista é contrária ao verdadeiro arminianismo, que é plenamente centrado em Deus. A teologia arminiana confessa a depravação humana, incluindo a escravidão da vontade.

MITO 7: 204

O Arminianismo Não é Uma Teologia da Graça

O fundamento essencial do pensamento do arminianismo clássico é a graça preveniente. Toda a salvação é absoluta e inteiramente da graça de Deus.

MITO 8: 232

O Arminianismo Não acredita na Predestinação

A Predestinação é um conceito bíblico; o arminianismo clássico a interpreta de maneira diferente dos calvinistas, mas sem negá-la. É o decreto soberano de Deus em eleger crentes em Jesus Cristo e inclui a presciência de Deus da fé destes crentes.

MITO 9: 259

A Teologia Arminiana Nega a Justificação pela Graça Somente Através da Fé Somente

A teologia arminiana clássica é uma teologia reformada. Ela abraça a imputação divina de justiça pela graça de Deus por meio da fé somente e mantém a distinção entre justificação e santificação.

MITO 10: 286

Todos os Arminianos Acreditam na Teoria Governamental da Expiação

Não existe uma doutrina arminiana da expiação de Cristo. Muitos arminianos aceitam a teoria da substituição penal de maneira enérgica, ao passo que outros preferem a teoria governamental.

CONCLUSÃO: 315

Regras de Engajamento entre Calvinistas e Arminianos Evangélicos

ÍNDICE DE NOME 321

ÍNDICE DE ASSUNTO 325

Prefácio

SEMPRE FUI ARMINIANO. Fui criado em um lar de um pregador pentecostal e minha família era decidida e orgulhosamente arminiana. Não me recordo quando ouvi o termo pela primeira vez. Mas ele primeiramente penetrou em meu consciente quando um líder carismático bastante conhecido de origem armênia alcançou destaque. Meus pais e algumas de minhas tias e tios (missionários, pastores e líderes denominacionais) fizeram a distinção entre *Armênio* e *Arminiano*[1]. Entretanto, é provável que eu tenha ouvido o termo mesmo antes disso, uma vez que alguns de meus parentes eram membros fiéis das Igrejas Cristãs Reformadas e meus pais e outros parentes, na ausência dos meus tios, discutiam o calvinismo deles e o contrastavam com nosso arminianismo. Lembro de estar na sala de uma aula de teologia na faculdade e o professor nos lembrar que éramos arminianos, ao qual um aluno resmungou em voz alta: "Quem gostaria de ser da Armênia?" Em uma aula nós lemos os livros *Life in the Son* (Vida no Filho) e *Elect in the Son* (Eleitos no Filho) do teólogo arminiano Robert Shank (ambos da Editora Bethany House, 1989). Eu tive dificuldade em entendê-los, e acredito que isso se deu, em partes, porque a teologia do autor era da Igreja de Cristo. Então adquiri outros livros acerca da teologia arminiana na tentativa de descobrir "nossa" teologia. Um livro foi o *Foundations of Wesleyan Arminian Theology* (Fundamentos da Teologia Arminiana Wesleyana) do

1 Em inglês as palavras armênio e arminiano são muito parecidas, tendo apenas uma vogal de diferença entre elas, e por esse motivo muitos confundem seus significados. (N. T.)

teólogo nazareno Mildred Bangs-Wynkoop (Beacon Hill Press, 2000). Outro foi o Introdução á Teologia Cristã resumo de um volume do teólogo nazareno H. Orton Wiley (Casa Nazarena de Publicações, 1990). Por fim, senti que havia adquirido uma boa compreensão do assunto e o deixei de lado. Afinal de contas, todos ao meu redor eram arminianos (quer eles soubessem ou não) e não havia nenhuma necessidade específica para defender este ponto de vista.

As coisas mudaram quando eu me matriculei em um seminário evangélico batista e comecei a ouvir o termo *Arminiano* sendo usado de maneira pejorativa. Em meus estudos no seminário, minha própria teologia era equiparada à heresia de semipelagianismo. Agora eu precisava descobrir o que era semipelagianismo. Um de meus professores era o ilustre calvinista evangélico James Montgomerry Boice, que na época era o pastor da Décima Igreja Presbiteriana de Filadélfia. Discutimos um pouco sobre calvinismo e arminianismo, mas percebi que ele já estava decidido que a teologia de minha igreja era herética. Boice me encorajou a aprofundar no estudo da questão e também a assinar a revista *Eternity* (Eternidade), que era a principal alternativa evangélica à revista *Christianity Today* (Cristianismo Hoje) na década de setenta. Eu era um ávido leitor das duas publicações. Descobri uma ironia fascinante nestas duas revistas evangélicas. Suas políticas editoriais extraoficiais, eram claramente orientadas pela teologia reformada, a maioria dos teólogos que escrevia para elas era calvinista. Mas, por outro lado, elas também incluíam vozes arminianas de vez em quando e tentavam ser conciliadoras acerca das diferenças teológicas entre os evangélicos. Eu me sentia afirmado – e, de alguma forma, marginalizado.

Algum tempo depois, Clark Pinnock, um de meus mentores teológicos à distância (posteriormente nós nos tornamos amigos), mudou de maneira bastante pública da teologia calvinista para o arminianismo e fez dentro do meio evangélico uma nova série de discussões acaloradas no velho debate calvinismo versus arminianismo. Na época eu almejava ser um teólogo evangélico e me dei conta que minhas opções estavam, de certa forma, limitadas por meu arminianismo. A reação dos calvinistas evangélicos à mudança de mentalidade de Pinnock foi rápida e incisiva e aumentou à medida que ele editou dois volumes de ensaios defendendo a teologia do arminianismo clássico. Li os dois volumes com grande interesse, sem encontrar

nestes ensaios ou em qualquer outro lugar uma exposição direta de um volume da teologia do arminianismo clássico em todas as suas dimensões. Durante todas as décadas de 1980 e 1990, ao passo que minha própria carreira evoluía, descobri que meu mundo evangélico estava sendo afetado por aquilo que um amigo reformado chamou de "vingança dos calvinistas". Diversos autores evangélicos e publicações começaram a atacar muito causticamente a teologia arminiana, e com informações incorretas e interpretações errôneas. Ouvi e li minha própria forma de evangelicalismo ser chamada de "humanista" e "mais católica do que protestante". Nós, minha família e igreja sempre nos consideramos protestantes!

A ideia para este livro foi desenvolvida quando li a edição de Maio-Junho de 1992 de uma empolgante nova revista chamada *Modern Reformation* (Reforma Moderna). Ela era totalmente dedicada à crítica do arminianismo a partir da perspectiva reformada. Nela eu encontrei o que considerei serem sérias representações equivocadas e os retratos mais mesquinhos de minha própria herança teológica.

Aproximadamente nesta mesma época um aluno marcou uma reunião para conversar comigo. Em meu escritório ele anunciou da maneira mais sincera: "Professor Olson, sinto em lhe dizer, mas o senhor não é cristão". Isto aconteceu no contexto de uma faculdade evangélica de artes liberais que não possuía uma posição confessional em relação ao arminianismo ou calvinismo. Na verdade, a denominação que controlava a faculdade e seminário sempre havia incluído calvinistas e arminianos em seu meio. Perguntei ao aluno o porquê, e ele me respondeu: "Porque o meu pastor diz que arminianos não são cristãos". O pastor dele era um calvinista bastante conhecido que mais tarde distanciou-se desta declaração. Eventos semelhantes dentro de meu próprio mundo evangélico deixaram claros para mim que algo estava em marcha; o que meu amigo reformado sarcasticamente chamou de "a vingança dos calvinistas" estava levando a uma difundida impressão entre evangélicos que o arminianismo, no seu melhor, era uma classe inferior de evangélicos e, no seu pior, uma clara heresia. Decidi não esmorecer sob a pressão, mas levantar a voz em prol de uma herança evangélica quase tão antiga quanto o próprio calvinismo e tão participante do movimento histórico evangélico quanto o calvinismo. Escrevi um artigo para a *Christianity Today* (Cristianismo Hoje) que recebeu o infeliz título "Não

Me Odeie Porque Sou Arminiano". Senti que o título retratava falsamente o artigo e a mim mesmo como excessivamente defensivos. Jamais pensei que os críticos do arminianismo nos odiassem! Mas estava descobrindo que alguns líderes evangélicos estavam cada vez mais interpretando mal o arminianismo clássico. Um rotulou-se a si mesmo como "arminiano em recuperação", enquanto deixava seu próprio histórico de [movimento de] Santidade (Wesleyano) e mudava para a teologia reformada sob a influência de um importante teólogo calvinista. Um dos autores que eu havia lido com grande apreço na revista *Eternity* (Eternidade) classificou os arminianos como "minimamente cristãos" em um de seus livros na década de 90. Um pastor em minha denominação batista começou a ensinar que o arminianismo estava "à beira da heresia" e "profundamente equivocado". Um colega que frequentava a igreja daquele pastor me perguntou se eu já havia, em algum momento, considerado a possibilidade de que o meu arminianismo era a prova de humanismo latente em meu raciocínio. Notei que muitos dos meus amigos arminianos estavam abandonando a nomenclatura em favor de "calminiano" ou "moderadamente reformado" no intuito de evitar conflitos e suspeitas que pudessem ser obstáculos às suas carreiras na docência e na área editorial.

Este livro nasceu de um ardente desejo de limpar o bom nome arminiano das falsas acusações e denúncias de heresia ou heterodoxia. Muito do que é dito acerca do arminianismo dentro dos círculos evangélicos, incluindo congregações locais com fortes vozes calvinistas, é simplesmente falso. Isso vale a pena ser enfatizado. Espero que este livro não chegue aos leitores como excessivamente defensivo; pois não desejo ser defensivo; muito menos agressivo. Quero esclarecer a confusão acerca da teologia arminiana e responder aos principais mitos e equívocos em relação ao arminianismo que estão disseminados no evangelicalismo hoje. Creio que, ainda que a maioria das pessoas que se intitulam arminianas sejam, de fato, semipelagianas (que será explicado na introdução), tal fato não torna o arminianismo em semipelagiano. (Os calvinistas gostariam que o calvinismo fosse definido e entendido a partir das crenças mal informadas de alguns leigos reformados?) Acredito que devemos nos voltar para a história para corrigir as definições e não permitir a utilização popular para redefinir os bons termos teológicos. Irei me voltar para os principais teólogos

arminianos do passado e presente para definir o verdadeiro arminianismo. Minha esperança e oração é que os leitores abordem este projeto com uma mente aberta e que possam guiar suas opiniões acerca do arminianismo pelas provas. Anseio que até mesmo os calvinistas mais conservadores oponentes da teologia arminiana estejam, no mínimo, mais propensos a reconsiderar o que os verdadeiros arminianos acreditam à luz das provas reunidas aqui.

A Natureza Deste Livro

Alguns capítulos deste livro repetem algumas informações e argumentos encontrados nos capítulos anteriores, pois acredito que nem todo leitor irá ler o livro do início ao fim de forma contínua. Se esta repetição ocasional irritar aqueles que lerem o livro inteiro, a estes eu peço desculpas por antecedência. Meu objetivo é fazer deste livro o mais acessível e fácil de ler possível, apesar do assunto, às vezes, apresentar-se de forma muito complexa. Alguns críticos eruditos podem se sentir repelidos por isto. Meu objetivo, entretanto, é alcançar o máximo de leitores possível, de maneira que o livro não é escrito, em primeiro lugar, para especialistas (embora eu espere que estes se beneficiem e gostem da leitura). Optei propositalmente por não seguir assuntos paralelos que se distanciem por demais das principais discussões deste livro. Os leitores que esperam mais discussão de conhecimento médio ou teísmo aberto (ver cap. 8), por exemplo, ficarão indubitavelmente desapontados, mas este livro tem um propósito principal: explicar a teologia arminiana clássica como ela, de fato, é. E eu intencionalmente mantive o assunto relativamente sucinto no intuito de torná-lo acessível a um público maior.

Este projeto foi realizado com a ajuda de meus amigos e conhecidos. Quero agradecer a meus muitos amigos calvinistas por suas contribuições através de discussões por e-mail e por conversas face a face. Também agradeço aos meus amigos arminianos por sua ajuda. Durante a última década eu participei de muitas discussões e debates enérgicos e, por vezes, acalorados com proponentes de ambos os campos dentro do movimento teológico. Eles me indicaram boas fontes e me forneceram seus *insights* e opiniões eruditas. Eu agradeço especialmente a William G.

Witt, que graciosamente correspondeu-se comigo acerca de sua pesquisa de PhD. na Universidade de Notre Dame; sua dissertação me foi um recurso inestimável. Ele é inocente de quaisquer erros que cometi. Também agradeço à administração e aos membros do conselho da Universidade Baylor, ao reitor Paul Powell e ao pró-reitor David Garland do Seminário Teológico George W. Truett [Seminário da Baylor] por me proporcionarem verões sabáticos e uma licença de pesquisa. Além do mais, agradeço a Keith Johnson e a Kyle Steinhauser por criarem os índices de nome e de assunto.

Este livro é dedicado a três teólogos que faleceram enquanto eu pesquisava e escrevia este livro. Cada um contribuiu com esta obra de uma maneira bastante substancial oferecendo *insights* e críticas. Eles são os meus colegas de teologia A. J. (Chip) Conyers; meu primeiro professor de teologia, Ronald G. Krantz; e meu querido amigo e colaborador Stanley J. Grenz. Eles faleceram com alguns meses de diferença e me deixaram empobrecidos por suas ausências. Mas a presença deles me enriqueceu em vida e a eles eu mais que reconhecidamente dedico este tomo.

Introdução

Um Panorama do Arminianismo

ESTE LIVRO É PARA DOIS TIPOS DE PESSOAS: (1) aqueles que não conhecem a teologia arminiana, mas que gostariam de conhecê-la, e (2) aqueles que pensam que sabem acerca do arminianismo, mas que, de fato, não sabem. Muitas pessoas estão incluídas nestas duas categorias. Todos estudantes de teologia – leiga, pastoral e profissional – deveriam conhecer acerca da teologia arminiana, pois ela exerce uma tremenda influência na teologia de muitas denominações protestantes. Alguns de vocês que estão decidindo se irão ler esse livro são arminianos, mas não o sabem. O termo *arminiano* não é tão comumente utilizado no século XXI.

A recente onda de interesse no calvinismo tem produzido bastante confusão acerca do arminianismo; muitos mitos e equívocos orbitam o arminianismo, pois tanto os seus críticos (sobretudo cristãos reformados) quanto muitos de seus defensores o entendem mal. Em virtude da onda de interesse no calvinismo e na teologia reformada, cristãos de ambos os lados da questão querem saber mais acerca da controvérsia entre aqueles que abraçam a crença na predestinação absoluta e incondicional e aqueles que não a abraçam. Os arminianos afirmam a predestinação de outra sorte; afirmam o livre-arbítrio e a predestinação condicional.

Este livro anseia preencher um hiato na literatura teológica. Até onde sei, não existe nenhum livro impresso em inglês que seja dedicado exclusivamente para explicar o arminianismo como um sistema de teologia. Alguns dos críticos mais severos do arminianismo (que são numerosos entre os calvinistas evangélicos) com certeza consideram este hiato como algo bom. Entretanto, após meu artigo "Não Me Odeie

Porque Sou Arminiano" aparecer na *Christianity Today* (Cristianismo Hoje) em 1999, recebi inúmeras mensagens pedindo informações acerca do arminianismo e da teologia arminiana[1]. Muitos interessados queriam ler um livro inteiro acerca do assunto. Infelizmente não há nenhum publicado, e aqueles que existem nas bibliotecas são geralmente antigos volumes que se aprofundam muito mais no tema do que a média do estudante de teologia deseja. Arminianos, ou os que suspeitam que sejam arminianos, querem que esta lacuna seja preenchida. Muitos calvinistas também querem saber mais sobre o arminianismo diretamente da fonte. Claro que estes leram capítulos isolados acerca do arminianismo em livros de teologia calvinista (que é a única fonte que muitos calvinistas têm sobre o assunto), mas que, prezando a justiça e a imparcialidade, gostariam de ler uma autodescrição arminiana completa. Só temos a ganhar com isso. Todo aluno de teologia deveria, preferivelmente, ler livros escritos pelos proponentes das várias teologias em vez de simplesmente ler sobre tais teologias através das lentes de seus críticos.

Um Breve Resumo Deste Livro

Primeiramente precisamos esclarecer um ponto importante. O arminianismo não tem nenhuma relação com o país da Armênia. Muitas pessoas pronunciam a palavra erroneamente como se ela estivesse de alguma forma associada à Armênia, o país da Ásia Central. A confusão é compreensível em virtude da pura semelhança acidental entre o termo teológico e a definição geográfica. Arminianos não são pessoas que nasceram na Armênia. O arminianismo é oriundo do nome Jacó (ou Tiago) Armínio (1560-1609). Armínio (cujo nome de nascimento era Jacob Harmensz ou Jacob Harmenenszoon) foi um teólogo holandês que não possuía ascendência armênia. Armínio é simplesmente a forma latinizada de Harmensz; muitos eruditos daquela época latinizavam seus nomes, e os membros da família Harmensz, com admiração, homenagearam o líder tribal germânico que resistiu aos romanos quando estes invadiram a Europa Central.

1 OLSON, Roger E. "Don't Hate Me Because I'm An Arminian", *Christianity Today*, 6 de setembro de 1999, p. 87-94. O título infeliz foi designado para o artigo pelos editores da revista e não foi escolha minha.

Segundo, Jacó Armínio é lembrado nos anais da história da igreja como o controverso pastor e teólogo holandês que escreveu inúmeras obras, acumulando três grandes volumes, defendendo uma forma evangélica de sinergismo (crença na cooperação divino-humana na salvação) contra o monergismo (crença de que Deus é a realidade totalmente determinante na salvação, que exclui a participação humana). Armínio certamente não foi o primeiro sinergista na história do cristianismo; todos os pais da igreja, gregos dos primeiros séculos cristãos e muitos dos teólogos medievais católicos eram sinergistas de algum tipo. Além do mais, ao passo que Armínio e seus primeiros seguidores, conhecidos como os "Remonstrantes", adoravam enfatizar, que muitos protestantes antes dele foram sinergistas em certo sentido da palavra. (Como a maioria dos termos teológicos, sinergismo tem múltiplas nuanças de significado, sendo que nem todas são positivas; aqui ela simplesmente significa qualquer crença na responsabilidade humana e na habilidade de livremente aceitar ou rejeitar a graça da salvação). Philip Melanchton (1497-1560), o representante de Martinho Lutero na Reforma Alemã, era sinergista, mas Lutero não era. Em virtude da influência de Melanchton no luteranismo pós-Lutero, muitos luteranos em toda a Europa adotaram uma perspectiva sinergística acerca da salvação, abstendo-se da predestinação incondicional e afirmando que a graça é resistível. A teologia arminiana foi, em princípio, suprimida nas Províncias Unidas (conhecidas atualmente como Países Baixos), mas foi entendida posteriormente e disseminada para a Inglaterra e às colônias americanas, principalmente através da influência de João Wesley e dos Metodistas. Muitos dos primeiros batistas (batistas gerais) eram arminianos, assim como muitos o são atualmente. Várias denominações são dedicadas à teologia arminiana, mesmo onde a terminologia não é utilizada. Dentre estas denominações estão todos os pentecostais, restauracionistas (Igrejas de Cristo e outras denominações originadas nos avivamentos de Alexander Campbell), metodistas (e todas as ramificações do metodismo, incluindo o grande movimento de Santidade) e muitos, se não todos, os batistas. A influência de Armínio e da teologia arminiana é profunda e ampla na teologia protestante. Este livro não é intrinsecamente acerca de Armínio, mas sobre a teologia que é oriunda de sua obra teológica na Holanda.

Por fim, o contexto deste livro é a controvérsia entre o calvinismo e o arminianismo. Enquanto ambos são formas de protestantismo (ainda que alguns calvinistas neguem que o arminianismo seja autenticamente protestante), eles possuem abordagens bem diferentes em relação às doutrinas da salvação (soteriologia). Ambos acreditam na salvação pela graça somente por meio da fé somente (sola gratia et fides) em oposição à salvação pela graça por meio da fé e boas obras. Ambos negam que qualquer parte da salvação possa estar embasada no mérito humano. Ambos afirmam a única e suprema autoridade da Escritura (sola scriptura) e o sacerdócio de todos os santos. Armínio e todos os seus seguidores eram e são protestantes até a alma. Entretanto, os arminianos sempre se opuseram à crença na reprovação incondicional - a seleção de algumas pessoas, por Deus, para passarem a eternidade no inferno. Pelo fato de se oporem a isso, eles também se opõem à eleição incondicional – a seleção de algumas pessoas dentre a massa de pecadores para serem salvos independente de qualquer coisa que Deus veja neles. De acordo com os arminianos, as duas coisas estão intrinsecamente ligadas; é impossível afirmar a seleção incondicional de alguns para a salvação sem, ao mesmo tempo, afirmar a seleção incondicional de alguns para a reprovação, pois, de acordo com a crença dos arminianos, impugna o caráter de Deus.

A controvérsia que eclodiu sobre Armínio em sua época continua até o século XXI, principalmente entre cristãos protestantes evangélicos em todo o mundo. A tese deste livro é que o arminianismo está em desvantagem nesta controvérsia porque ele raramente é entendido e é comumente mal representado, tanto por seus críticos quanto por seus supostos defensores.

As deturpações muito difundidas acerca do arminianismo no contexto do contínuo debate evangélico sobre a predestinação e livre-arbítrio é uma caricatura. As pessoas de bem envolvidas no debate devem buscar entender corretamente os dois lados. Equívocos são o que mais comumente acontecem nos debates intensos e, às vezes, cáusticos acerca do arminianismo que acontecem na Internet, em pequenos grupos e em publicações evangélicas. O arminianismo é tratado como um argumento fraco e falho que é facilmente refutado e destruído pelo fato de não ser descrito de forma justa. Este livro concentra-se nos mitos mais comuns que o circundam e nas

verdades correspondentes da teologia arminiana. Os amantes da verdade desejarão estar corretamente informados sobre o arminianismo antes de se engajarem ou de serem persuadidos por argumentos polêmicos contra ou a favor dele.

Algumas Palavras Importantes Acerca das Palavras

A causa mais comum de confusão na teologia é o entendimento equivocado em relação aos termos. O discurso teológico está repleto de tal confusão. Para evitar acrescentar ainda mais confusão, alguns esclarecimentos de terminologias se fazem necessários. Pelo fato de algumas discussões de pontos de vista e movimentos teológicos diferentes do arminianismo serem inevitáveis, e porque a autodescrição geralmente é preferida em relação a descrições de adeptos de outras teologias, eu deixarei claro como os termos teológicos são utilizados ao descrever tanto a teologia arminiana quanto a não arminiana. Espero que os partidários destas teologias encontrem seus pontos de vista representados de maneira justa.

O *Calvinismo* é utilizado para indicar as crenças soteriológicas compartilhadas entre pessoas que consideram João Calvino (1509-1564), de Genebra, o maior organizador e fornecedor de verdades bíblicas durante a Reforma Protestante. O calvinismo é a teologia que enfatiza a soberania absoluta de Deus como a realidade totalmente determinante, principalmente no que diz respeito à salvação. A maioria dos calvinistas clássicos ou calvinistas rígidos[2] concorda que os seres humanos são totalmente depravados (incapazes de fazer qualquer coisa espiritualmente boa, incluindo o exercício de boa vontade para com Deus), que são eleitos (predestinados) incondicionalmente tanto para a salvação como para a condenação (embora muitos calvinistas rejeitem o "horrível decreto" de Calvino da reprovação), que a morte expiatória de Cristo na cruz foi destinada apenas para os eleitos (alguns calvinistas discordam), que a graça salvífica de Deus é irresistível (muitos calvinistas preferem o termo eficaz), e que as pessoas salvas perseverarão até a salvação final (segurança eterna). O calvinismo é o sistema soteriológico oriundo de Calvino, que é geralmente

2 O termo calvinista rígido, tradução de *high calvinism*, aplica-se ao calvinismo supralapsariano (N.T.).

conhecido pelo acróstico TULIP (Depravação total, Eleição incondicional, Expiação limitada, Graça irresistível, Perseverança dos santos)[3]. *Teologia reformada* será utilizada para designar algo mais amplo que o calvinismo, ainda que as duas sejam equivalentes. A teologia reformada origina-se não unicamente de Calvino, mas também de inúmeros de seus contemporâneos, incluindo Ulrico Zuínglio e Martin Bucer. Foi ampliada para incluir muitos pensadores e denominações representadas pela Aliança Mundial de Igrejas Reformadas, sendo que nem todas são calvinistas no sentido rígido ou clássico[4].

Por todo este livro o *arminianismo* será utilizado como sinônimo da teologia arminiana. Ela define não tanto um movimento, mas uma perspectiva acerca da salvação (e outros assuntos teológicos) compartilhada por pessoas que diferem entre si em outros assuntos. O arminianismo não possui sede; ele não está, sobretudo, associado a nenhuma organização. Neste sentido ele é muito parecido com o calvinismo. Ambos são pontos de vista teológicos ou mesmo sistemas originários dos escritos de um pensador seminal. Não se trata de um movimento ou organização.

Quando o *arminianismo* for utilizado, ele significará aquela forma de teologia protestante que rejeita a eleição incondicional (e, principalmente a reprovação incondicional), expiação limitada e graça irresistível, pois ele afirma o caráter de Deus como compassível, possuindo amor universal por todo o mundo e todos no

---

3 Deve se mencionar que é questionável se o próprio Calvino ensinou a expiação limitada. Para uma declaração atual do calvinismo, ver Edwin H. Palmer, *The Five Points of Calvinism*. Grand Rapids: Baker, 1972. Claro, inúmeras outras e talvez descrições mais detalhadas acadêmicas do calvinismo estejam disponíveis. Dentre alguns importantes autores calvinistas evangélicos modernos que descrevem e defendem o calvinismo rígido estão Anthony Hoekema e R. C. Sproul. Para um relato mais recente e pormenorizado do calvinismo rígido e dos cinco pontos do calvinismo, ver David Steele, Curtis Thomas and S. Lance Quinn, *The Five Points of Calvinism*, 2nd Ed. Phillipsburg, Penn.: Presbyterian and Reformed, 2004.

4 Uma das grandes ironias deste contexto de disputa entre calvinistas e arminianos é que a denominação holandesa contemporânea, conhecida como Irmandade Remonstrante, que é oriunda da obra de Armínio e seus seguidores, é membro pleno da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas! As pessoas que equiparam o *calvinismo à teologia reformada* podem estar em terreno movediço, à luz da ampla extensão do pensamento reformado no mundo moderno.

mundo e concedendo livre-arbítrio restaurado pela graça para aceitar ou rejeitar a graça de Deus, o que conduz à salvação eterna ou destruição eterna. O arminianismo sob consideração é o arminianismo de coração em oposição ao arminianismo de cabeça – uma diferença introduzida pelo teólogo reformado Alan Sell no livro *The Great Debate: Calvinism, Arminianism and Salvation* (O Grande Debate: Calvinismo, Arminianismo e Salvação)[5]. O arminianismo de cabeça possui uma ênfase no livre-arbítrio que está alicerçada no Iluminismo e é mais comumente encontrado nos círculos protestantes liberais (até mesmo entre pessoas reformadas liberalizadas)[6]. Sua marca característica é uma antropologia otimista que nega a depravação total e a absoluta necessidade de graça sobrenatural para a salvação. É otimista acerca da habilidade de seres humanos autônomos em exercerem uma boa vontade para com Deus e seus semelhantes sem a graça preveniente (capacitadora, auxiliadora) sobrenatural, ou seja, é pelagiano ou no mínimo semipelagiano.

O arminianismo de coração – objeto de estudo deste livro – é o arminianismo original de Armínio, Wesley e seus herdeiros evangélicos. Arminianos de coração enfaticamente não negam a depravação total (ainda que prefiram outro termo para indicar a incapacidade espiritual humana) ou a absoluta necessidade de graça sobrenatural para até mesmo o primeiro exercício de uma boa vontade para com Deus. Arminianos de coração são os verdadeiros arminianos, pois são fiéis aos ímpetos fundamentais de Armínio e seus primeiros seguidores em oposição aos remonstrantes posteriores (que se distanciaram dos ensinos de Armínio entrando na teologia liberal) e arminianos modernos de cabeça, que glorificam a razão e a liberdade em detrimento da revelação divina e da graça sobrenatural.

---

5 SELL, Alan P. F. *The Great Debate: Calvinism, Arminianism, and Salvation*. Grand Rapids: Baker, 1983.

6 A teologia liberal é notoriamente difícil de ser definida, mas aqui ela significa qualquer teologia que permita reconhecimento máximo das alegações de modernidade dentro da teologia cristã, principalmente ao afirmar uma visão positiva da condição da humanidade e por uma tendência em negar ou seriamente enfraquecer o sobrenaturalismo tradicional do pensamento cristão. Para um relato detalhado da teologia liberal, ver capítulo dois em Stanley J. Grenz and Roger E. Olson, *20th-Century Theology*. Downers Grove, Ill.: Intervarsity Press, 1992.

Sinergismo e *monergismo* são termos com muitas nuanças de significado. Ambos são conceitos teológicos essenciais nesta discussão, mas ambos se aplicam a esferas mais amplas do que o arminianismo e o calvinismo. Sinergismo é qualquer crença teológica na livre participação humana na salvação. Suas formas heréticas na teologia cristã são pelagianismo e semipelagianismo. A primeira nega o pecado original e eleva as habilidades humanas morais e naturais para viver vidas espiritualmente completas. A última abraça uma versão modificada do pecado original, mas acredita que os humanos têm a habilidade, mesmo em seu estado caído, de iniciar a salvação ao exercer uma boa vontade para com Deus[7]. Quando teólogos conservadores declaram que o sinergismo é uma heresia, eles frequentemente estão se referindo a estas duas formas pelagianas de sinergismo. Contrário aos críticos confusos, o arminianismo clássico não é pelagiano e nem semipelagiano! Mas é sinergístico. O arminianismo é o *sinergismo evangélico* em oposição ao sinergismo herético e humanista. O termo *sinergismo* será utilizado em todo este livro e o contexto deixará claro que tipo de sinergismo ele quer dizer. Quando o sinergismo arminiano for referido, estou me referindo ao sinergismo evangélico que afirma a preveniência da graça para que todo humano exerça uma boa vontade para com Deus, incluindo a simples não resistência à obra salvadora de Cristo.

Monergismo também é um termo amplo e, às vezes, confuso. Seu sentido mais amplo aponta para Deus como a realidade totalmente determinante, que significa que todas as coisas na natureza e história estão sob o controle direto de Deus. Não necessariamente implica que Deus causa todas as coisas diretamente, mas necessariamente implica que nada pode acontecer que seja contrário à vontade de Deus e que Deus está intimamente envolvido (ainda que trabalhando por meio de causas secundárias) em tudo, então tudo na natureza e história reflete a vontade primária de Deus. Portanto, o monergismo é comumente levado a significar que mesmo a Queda da humanidade no

---

7 Toda a história do pelagianismo e semipelagianismo é recontada em Rebecca Harden Weaver, *Divine Grace and Human Agency*. Macon, Ga.: Mercer University Press, 1996. Aceito o tratamento de Weaver destes conceitos porque ela é fiel às fontes originais e consistente com a maioria das outras fontes contemporâneas autoritativas sobre a história e o desenvolvimento destes movimentos.

jardim primitivo foi planejada e dirigida por Deus[8] (sinergismo de todas as variedades geralmente rejeita tal visão e traça a Queda como um risco que Deus se submeteu na criação, que resultou no uso impróprio do livre-arbítrio da humanidade). O monergismo significa principalmente que Deus é a única agência determinante na salvação. Não há cooperação entre Deus e a pessoa sendo salva que já não esteja determinada por Deus atuando na pessoa através da graça regeneradora, por exemplo. O monergismo é maior que o calvinismo; Martinho Lutero foi um monergista (ainda que de maneira inconsistente). Agostinho também, em seus escritos posteriores. Alguns pensadores católicos foram monergistas, embora a teologia católica tenda a favorecer uma forma de sinergismo. Neste livro eu utilizo monergismo para descrever a vontade e poder totalmente determinantes em exclusão da livre cooperação ou resistência humana.

---

8 Confessadamente, alguns teólogos que reivindicam o termo monergista diferenciam a alegação de que a Queda foi preordenada por Deus. O teólogo calvinista R. C. Sproul frisa isto em (entre outros livros) *Chosen by* God, Wheaton, Ill.; Tyndale House, 1988. Que Sproul é monergista, poucos negariam. De acordo com ele e alguns outros calvinistas, Deus preordenou a Queda "no sentido de que ele escolheu permiti-la, mas não no sentido de que ele escolheu coagi-la" (p. 97). Muitos calvinistas (se não a maioria), entretanto, seguem Calvino ao dizer que Deus preordenou a Queda em um sentido maior do que meramente permitindo ou consentindo-a. (Ver Calvin's *Institutes* of the *Christian Religion* 3.23.8). Não é necessário que alguém diga que Deus coagiu a Queda para dizer que Deus a preordenou. Como será visto posteriormente neste livro, muitos calvinistas acreditam que Deus determinou a Queda e a tornou certa, mas não a causou. O grande teólogo calvinista estadunidense Charles Hodge afirmou a natureza eficaz de todos os decretos de Deus (incluindo o decreto de Deus de permitir a Queda) no primeiro volume de sua *Systematic Theology*, Grand Rapids: Eerdmans, 1973. Ali ele enfatizou que embora o decreto eterno de Deus, de permitir a Queda, não torne Deus o autor do mal, de fato a torna certa. Os arminianos imaginam como isso funciona; se Deus determinou a Queda, decretou-a e a tornou certa (mesmo por "permissão eficaz") como é que Deus não é o autor do pecado? Da Queda e todos os eventos Hodge escreveu: "Todos os eventos adotados no propósito de Deus são igualmente certos, quer Ele tenha determinado realizá-los por seu próprio poder ou simplesmente permitir a ocorrência por meio da agência de suas criaturas... Algumas coisas Ele objetiva fazer, outras Ele decreta permitir que sejam feitas" (p. 541). Em qualquer caso, se Deus preordena a Queda em um sentido maior do que a permissão (como em Calvino) ou preordena permitir a Queda com permissão eficaz, para os monergistas Deus planeja e torna a Queda certa. O efeito parece ser que Adão e Eva foram predestinados por Deus a pecar e toda a humanidade com eles. Os arminianos temem que uma consequência adequada e necessária desta visão é que Deus seja o autor do mal.

Diz-se frequentemente que o debate entre calvinismo e arminianismo é embasado na discórdia acerca da predestinação e livre-arbítrio. Este é o mito comum e quase popular em relação a toda a questão. Em um nível mais polêmico, alguns dizem que o desentendimento é mais em relação à graça (calvinismo) e boas obras (arminianismo). Os arminianos se ofendem com isso! Eles afirmam a graça tão enfaticamente quanto qualquer outro ramo do cristianismo, e muito mais do que alguns. Mas os arminianos também afirmam a predestinação, tanto quanto muitos calvinistas afirmam o livre-arbítrio em algum sentido. Em todo este livro uma tentativa será feita no sentido de corrigir alguns usos impróprios de conceitos e termos que contaminam os diálogos entre calvinistas e arminianos. As pessoas que dizem que o calvinismo ensina a predestinação e nega o livre-arbítrio e que os arminianos negam a predestinação e ensinam o livre-arbítrio estão totalmente equivocadas. Ambos ensinam ambos! Eles os interpretam de maneira diferente. Os arminianos acreditam na eleição e predestinação – porque a Bíblia as ensina. Estas são boas verdades bíblicas que não podem ser descartadas. E os calvinistas geralmente ensinam o livre-arbítrio (embora alguns se sintam menos confortáveis com o termo do que outros).

O que os arminianos negam não é a predestinação, mas a predestinação *incondicional*; eles abraçam a predestinação condicional embasada na presciência de Deus daqueles que livremente responderão de maneira positiva à graciosa oferta de salvação de Deus e a capacitação preveniente para aceitá-la. Os calvinistas negam que o livre-arbítrio envolva a habilidade de uma pessoa de fazer além daquilo que ele ou ela, de fato, o fazem. Na medida em que utilizam o termo *livre-arbítrio*, os calvinistas querem dizer o que os filósofos chamam de livre-arbítrio compatibilista – livre-arbítrio que é compatível com o determinismo. Livre-arbítrio é simplesmente fazer o que alguém quer fazer, mesmo se aquilo estiver determinado por alguma força interna ou externa à vontade da pessoa. Claro, os calvinistas não acham que a explicação arminiana da predestinação seja adequada, e os arminianos não acham que a explicação dos calvinistas do livre-arbítrio seja adequada. Mas é simplesmente errado dizer que qualquer um dos grupos nega qualquer um dos conceitos! Portanto, neste livro, quando livre-arbítrio for utilizado, ele será modificado ou para *compatibilista* ou *não compatibilista* (ou *incompatibilista*), dependendo do contexto. (Livre-arbítrio

não compatibilista é a livre agência que permite às pessoas fazer o contrário do que fazem; ela também pode ser chamada de livre-arbítrio libertário. Por exemplo, uma pessoa pode escolher livremente entre pizza e macarrão para o jantar [presumindo que ambos estejam disponíveis]. Se a pessoa escolher macarrão, a escolha é livre no sentido não compatibilista de que a pizza também poderia ter sido escolhida. Nada determinou a escolha do macarrão, exceto a decisão da pessoa. Os arminianos acreditam que tal livre-arbítrio libertário em assuntos espirituais é um dom de Deus por meio da graça preveniente – graça que precede e capacita os primeiros indícios de uma boa vontade para com Deus). Quando predestinação for utilizada, será modificada ou para *condicional* (forma arminiana) ou *incondicional* (forma calvinista), dependendo do contexto.

A História da Teologia Arminiana

Começarei a história da teologia arminiana com Armínio e seus primeiros seguidores, conhecidos como os remonstrantes, e continuarei com João Wesley e os principais teólogos evangélicos metodistas do século XIX, e então examinarei uma variedade de protestantes arminianos clássicos conservadores dos séculos XX e XXI.

Primeiro, um lembrete e uma explicação. Pelo fato de o arminianismo ter se tornado um termo de reprovação nos círculos teológicos evangélicos, muitos arminianos não utilizam esta nomenclatura. Certa vez informei a um preeminente teólogo evangélico que a sua recente publicação de teologia sistemática era inteiramente arminiana, ainda que ele não fizesse menção do termo. Sua resposta foi: "Sim, mas não diga isso a ninguém!" Vários (possivelmente muitos) livros teológicos dos séculos XX e XXI são completamente compatíveis com o arminianismo clássico, e alguns até mesmo são instruídos pela própria teologia de Armínio sem jamais mencionar o arminianismo. Dois teólogos evangélicos metodistas muito influentes negam de maneira muito veemente que são arminianos, ainda que historicamente seja amplamente dito que todos os metodistas são arminianos! Por quê? Porque eles não querem ser considerados, de alguma forma, menos do que totalmente bíblicos e evangélicos. Alguns críticos conseguiram convencer alguns arminianos de que o

arminianismo é heterodoxo – menos do que totalmente ortodoxo ou bíblico. Eles também, com sucesso, equipararam o arminianismo ao semipelagianismo (se não totalmente pelagianismo) de modo que até mesmo muitos metodistas, pentecostais e pertencentes aos movimentos de santidade não querem usar o rótulo.

A questão é que, principalmente na metade do século passado, desde a ascensão do evangelicalismo pós-fundamentalista (cuja teologia é amplamente dominada por calvinistas), os arminianos têm se esforçado para conseguir respeito dentro do meio teológico e acadêmico evangélico mais amplo, e alguns simplesmente abriram mão do termo. Não é incomum ouvir os arminianos descreverem a si mesmos como "moderadamente reformados" no intuito de agradarem os influentes e poderosos do movimento evangélico. Declarar-se arminiano é atrair para si uma miríade de perguntas (ou simplesmente uma suspeita reservada) quanto à heresia. Muitos líderes evangélicos desinformados simplesmente presumem que os arminianos não acreditam na absoluta necessidade da graça sobrenatural para a salvação. Alguns evangélicos declararam abertamente que se os arminianos evangélicos já não estão em heresia, eles estão caminhando para lá. Um apologista evangélico preeminente declarou publicamente que os arminianos são cristãos, mas "minimamente". Um teólogo evangélico influente sugeriu que a enganação satânica pode ser a causa do arminianismo. Portanto, ainda que algumas de minhas fontes não utilizem o termo de forma explícita, todas elas são, de fato, arminianas.

Armínio. A fonte primária de toda a teologia arminiana é o próprio Jacó Armínio. Os três volumes de sua coletânea, em inglês, têm sido editados quase que ininterruptamente por mais de um século[9]. Eles contém discursos eventuais, comentários e cartas. Estes escritos não são uma teologia sistemática, embora alguns dos tratados mais longos de Armínio abranjam uma grande porção de assuntos teológicos. Quase todos os seus escritos foram concebidos no calor da controvérsia; ele fre-

9 ARMINIUS, James. *The Works of James Arminius*. London Ed., trad. James Nichols and William Nichols, 3 v. Grand Rapids: Baker, 1996. Esta edição da Editora Baker é uma republicação, com uma introdução de Carl Bangs, erudito em Armínio, da tradução de Londres e edição publicada em 1825, 1828 e 1875. Todas as citações de Armínio neste livro são desta edição e serão indicadas simplesmente como *Works (Obras)* com volume e numeração da página.

quentemente estava sob ataque dos críticos e líderes do estado e igreja da Holanda, que exigiam que ele se explicasse. Seu famoso debate com o colega calvinista Francisco Gomaro, na Universidade de Leiden, foi a causa de muita desta controvérsia. Armínio foi acusado de todos os tipos de heresia, mas as acusações de heresia nunca se sustentaram em nenhum inquérito oficial. Acusações ridículas de que ele era um agente secreto do papa e dos jesuítas espanhóis, e até mesmo do governo espanhol (as Províncias Unidas haviam recentemente se libertado da dominação católica espanhola), pairavam sobre ele. Nenhuma das acusações era verdadeira. Armínio faleceu no auge da controvérsia em 1609, e seus seguidores, os remonstrantes, assumiram a causa a partir de onde ele parou, tentando ampliar as normas teológicas da igreja-estado das Províncias Unidas para permitir o sinergismo evangélico[10].

Armínio não acreditava que estivesse acrescentando nada novo à teologia cristã. Se ele, de fato, acrescentou algo, é discutível. Ele explicitamente apelou para os primeiros pais da igreja, fez uso de métodos e conclusões teológicas medievais e apontou para sinergistas protestantes que lhe antecederam. Seus seguidores deixaram claro que Melanchton, um líder luterano conservador, e outros luteranos mantinham visões similares, se não idênticas. Embora ele não tenha mencionado nominalmente o reformador católico Erasmo, fica claro que a teologia de Armínio era semelhante à dele. Balthasar Hubmaier e Menno Simons, líderes anabatistas do século XVI, também apresentaram teologias sinergísticas que prenunciaram a de Armínio. As obras teológicas mais importantes de Armínio incluem sua "Declaração de Sentimentos", "Exame do Panfleto do Dr. Perkins", "Exame das Teses do Dr. F. Gomaro Concernente à Predestinação", "Carta Endereçada a Hipólito A. Collibus" e "Artigos que Devem Ser Diligentemente Examinados e Ponderados".

O relacionamento de Armínio com o arminianismo deve ser tratado com a mesma intensidade que o relacionamento de Calvino com o calvinismo. Nem todo calvinista concorda totalmente com tudo encontrado em Calvino, e os calvinistas com

10 A história da vida e carreira de Armínio, incluindo o debate com Gomaro, pode ser encontrada em Carl Bangs, *Arminius: A Study in the Dutch Reformation*. Grand Rapids: Zondervan, 1985. A história do conflito Remonstrante pós-Armínio até os efeitos do Sínodo de Dort (1619) é recontada em A.W. Harrison, *The Beginnings of Arminianism to the Synod of Dort*. London: University of London Press, 1926.

frequência debatem o significado de Calvino. Após a morte de Calvino, o calvinismo foi alargado e agora inclui, verdadeiramente, uma diversidade. Entre os seguidores de Calvino nós encontramos supralapsarianos e infralapsarianos (debatendo a ordem dos decretos divinos em relação à predestinação), e divergências acerca da expiação e de outros assuntos importantes relacionados à salvação. Apesar disso, todos consideram Calvino como sua origem em comum e lutam para ser fiéis a ele no espírito, se não em cada detalhe. Ele é a raiz e eles são os galhos.

Os Remonstrantes. Após a morte precoce de Armínio em 1609, quando tinha 49 anos e no auge da carreira, aproximadamente 45 ministros e teólogos das Províncias Unidas formaram uma frente que veio a ser chamado "os Remonstrantes". Eles receberam este nome em virtude do título da exposição teológica apresentada por eles, conhecida como a Remonstrância, que resumiu em poucos pontos essenciais o que Armínio e eles acreditavam acerca da salvação, incluindo a eleição e a predestinação. Entre os líderes deste movimento estava Simão Episcópio (1583-1643), que se tornou o conhecido líder dos Arminianos antes e depois que estes foram exilados das Províncias Unidas, de 1619 a 1625. Episcópio é provavelmente o autor dos principais documentos dos remonstrantes e, por fim, se tornou o primeiro professor de teologia do seminário remonstrante fundado após receberem a permissão de retorno do exílio (este seminário, conhecido como o Seminário Remonstrante, existe até hoje na Holanda). Outro líder remonstrante importante foi Hugo Grócio, estadista e cientista político mais influente da Europa (1583-1645), que foi preso pelo governo holandês após o Sínodo de Dort, que condenou o arminianismo, mas escapou. Um remonstrante posterior chamado Philip Limborch (1633-1712) levou o arminianismo para mais perto do liberalismo, com o subsequente "arminianismo de cabeça". Infelizmente, muitos críticos do arminianismo do século XVIII conheciam unicamente o arminianismo de Limborch, que era mais próximo do semipelagianismo do que os ensinos do próprio Armínio.

O século XVIII. A partir da época de Limborch, muitos arminianos, em especial aqueles na Igreja da Inglaterra e nas igrejas congregacionais, mesclaram o arminianismo com a nova religião natural do Iluminismo; eles se tornaram os primeiros liberais dentro do protestantismo. Na Nova Inglaterra, John Taylor (1694-1761) e

Charles Chauncy (1705-1787), de Boston, representavam o arminianismo de cabeça que, com frequência e perigosamente, inclinava-se bem próximo ao pelagianismo, universalismo e até mesmo arianismo (negação da plena deidade de Cristo). O grande pregador puritano e teólogo calvinista Jonathan Edwards (1703-1758) se opôs de maneira veemente a estes homens e contribuiu para o costume dos calvinistas estadunidenses de equiparar o arminianismo a este tipo de teologia liberalizante. Indubitavelmente muitos arminianos estadunidenses e ingleses (principalmente congregacionistas e batistas) se converteram à teologia liberal e até mesmo ao unitarismo. Se o arminianismo clássico foi o responsável por isso, tal coisa é duvidosa; estas pessoas abandonaram radicalmente Armínio e os primeiros remonstrantes, assim como Friedrich Schleiermacher, o pai da teologia liberal alemã, abandonou Calvino sem jamais ter estado sob a influência do arminianismo. Schleiermacher, reputado por liberalizar a teologia protestante no continente europeu, permaneceu um calvinista de uma ordem diferente até o dia de sua morte. É tão injusto acusar Armínio ou o arminianismo pela deserção dos remonstrantes posteriores quanto acusar Calvino ou o calvinismo pela deserção de Schleiermacher da ortodoxia.

Uma clara prova de que nem todos os arminianos se tornaram liberais é João Wesley (1703-1791), que se intitulava arminiano e defendeu o arminianismo das acusações de que ele levava à heterodoxia e se não, à total heresia. Foi vítima do tratamento dos calvinistas em relação ao arminianismo e sua resposta ao calvinismo foi geralmente muito dura. Por sentir que a maioria dos críticos do arminianismo possuía pouco conhecimento do tema, ele escreveu em 1778: "Que nenhum homem esbraveje contra o arminianismo a menos que saiba o que ele significa"[11]. Em "A Pergunta: 'O que é um arminiano?' Respondida por Um Amante da Graça Livre", Wesley observou que: "dizer 'este homem é um arminiano' tem o mesmo efeito, em muitos ouvintes, que dizer 'este homem é um cão raivoso"[12]. Ele continuou a expor os princípios básicos do arminianismo e desmentiu a noção popular que o arminianismo equivale ao arianismo ou outras heresias. Nesse e em outros escritos, Wesley

11 WESLEY, John. *The Works of John Wesley*. Ed. Thomas Jackson, 14 v. Grand Rapids: Baker, 1978. v. 10, p. 360.

12 Ibid. p. 358.

defendeu o sinergismo evangélico ao enfatizar que a graça preveniente de Deus é absolutamente necessária para a salvação. Wesley é a maior fonte do arminianismo de coração; ele jamais se apartou da crença protestante clássica e ortodoxa; a despeito de rejeitar o calvinismo, ele afirmava apaixonada e seriamente a justificação pela graça somente através da fé somente por causa daquilo que Cristo realizou na cruz. Os calvinistas com frequência acusam Wesley de desertar do protestantismo pelo fato dele salientar a santificação, mas mesmo isso, de acordo com Wesley, é uma obra de Deus dentro de uma pessoa que é recebida pela fé somente[13].

Após a morte de Wesley, a maioria dos teólogos arminianos preeminentes tornaram-se seus seguidores. Todo o movimento metodista e suas ramificações (ex. o multiforme movimento de santidade) adotaram a versão de Wesley da teologia arminiana, que mal se diferenciava do próprio Armínio[14]. O primeiro teólogo sistemático do metodismo foi, de fato, John Fletcher (1729 – 1785), contemporâneo mais jovem de Wesley, cujas obras escritas preenchem nove tomos. Ele produziu cuidadosa e habilmente argumentos contra o calvinismo e a favor do arminianismo. Um dos teólogos arminianos mais influentes do século XIX foi o metodista britânico Richard Watson (1781-1833), cujas *Institutas Cristãs* (1823) forneceram ao metodismo seu

13 O comprometimento de Wesley com a ortodoxia protestante há muito tem sido questão de disputa; os calvinistas, em especial (talvez apenas eles), têm, às vezes, o acusado de ensinar a salvação pelas obras. Isso acontece em virtude de uma leitura errônea de Wesley, cujos sermões: "Graça Livre", "Operando Nossa Própria Salvação", "Salvação pela Fé" e "Justificação pela Fé" não podem ter sido lidos por eles. Tais sermões são encontrados em várias edições da coletânea de Wesley, tal como *The Works of John Wesley*, Ed. Albert C. Outler. Nashville: Abingdon, 1996. Os mais importantes podem ser encontrados em muitas coleções de um volume, tal como John Wesley: *The Best from All His Works*, Ed. Stephen Rost. Nashville: Thomas Nelson, 1989.

14 Deve ser enfatizado aqui que George Whitefield, evangelista amigo de Wesley, foi importantíssimo na liderança de uma conexão (rede) metodista calvinista no século XVIII; ela sobreviveu até o século XX e ainda pode ter algumas pouquíssimas pequenas igrejas espalhadas na Grã-Bretanha e América do Norte. No geral, entretanto, o metodismo está marcado com o arminianismo de Wesley. Wesley ensinou a possibilidade da plena santificação, que não é típica de todos os arminianos, mas que é consistente com os ensinamentos (do próprio Armínio, que interpretava Romanos 7 como refletindo a experiência de guerra entre a carne e o espírito antes da conversão de Paulo.

primeiro texto autoritativo de teologia sistemática. Watson citou Armínio livremente e claramente considerava a si mesmo e a todos os metodistas wesleyanos como arminianos: Ele demonstrou cuidadosamente a deserção dos remonstrantes posteriores, tal como a de Limborch, da verdadeira herança arminiana. O arminianismo de Watson fornece uma espécie de modelo de excelência para os arminianos evangélicos ainda que, em grande parte, não seja aplicável aos dias de hoje.

O século XIX. Outros metodistas importantes e teólogos arminianos do século XIX incluem Thomas Summers (1812-1882) e William Burton Pope (1822-1903). Summers produziu a *Systematic Theology: A Complete Body of Weslean Arminian Divinity* (Teologia Sistemática: Um Guia Completo da Teologia Arminiana Wesleyana), que se tornou um compêndio padrão para os arminianos na última parte do século XIX; ele representou nesta época o que Watson representou na primeira metade do século. Como Watson, ele mostra o abandono de Limborch e outros remonstrantes posteriores de Armínio (e dos primeiros remonstrantes) para o semipelagianismo e à teologia liberal. Ele se sentia extremamente afrontado com teólogos calvinistas evangélicos de sua época, que deturpavam o arminianismo como se ele fosse herético: "Que ignorância ou descaramento tem estes homens que acusam Armínio de pelagianismo ou de qualquer inclinação para tal"[15]. Pope contribuiu com um sistema de teologia de três volumes, *A Compendium of Christian Theology* [Um Compêndio da Teologia Cristã] (1874). Ele apresenta uma descrição detalhadamente protestante da teologia arminiana que não deixa dúvidas acerca de seu compromisso com a teologia reformada, incluindo a salvação pela graça somente por meio da fé somente. Ele explora a natureza da graça preveniente mais plena e profundamente do que qualquer outro teólogo arminiano antes dele ou durante o período de sua vida.

Um dos teólogos arminianos mais controversos do século XIX foi o sistematicista metodista John Miley (1813-1895), cuja *Systematic Theology* (Teologia Sistemática) levou B. B. Warfield, teólogo calvinista de Princeton, a publicar um extenso ataque. Miley apresentou uma tendência ligeiramente liberalizante na teologia arminiana wesleyana, embora seja extremamente branda se comparada aos arminianos

15 SUMMERS, Thomas O. *Systematic Theology: A Complete Body of Wesleyan Arminian Divinity*. Nashville: Publishing House of the Methodist Episcopal Church, 1888. v. 2, p. 34.

de cabeça que, com frequência, caíram impetuosamente no deísmo, unitarismo e claramente na teologia liberal. Embora tenha alterado algumas posições arminianas tradicionais em uma direção mais moderna, Miley permaneceu um arminiano evangélico. De algumas formas ele representa uma ponte entre o arminianismo evangélico e ortodoxo (Armínio, Wesley, Watson, Pope e Summers) e a subsequente teologia metodista liberalizada convencional no século XX (L. Harold DeWolf). Mas Miley se apegou fortemente à supremacia das Escrituras e sempre arguiu a partir da Bíblia, ao reivindicar suas posições teológicas. Ele afirmava o pecado original, incluindo a "depravação natural" (incapacidade em assuntos espirituais), ao passo que rejeitava o "demérito natural" (culpa herdada). Ele defendia a teoria governamental da expiação, voltando para Hugo Grócio (nem todos os arminianos adotaram esta visão). E Miley definia a justificação simplesmente como perdão, em vez de uma imputação da obediência (retidão) passiva e ativa de Deus. Algumas das críticas de Warfield a Miley foram válidas, mas elas foram afirmadas de um modo extremo, de forma a levantar dúvidas acerca da própria generosidade de interpretação e tratamento de seus semelhantes cristãos. Muitos calvinistas do século XX conhecem pouco sobre o arminianismo, excetuando aquilo que leram de Charles Hodge e B. B. Warfield, teólogos calvinistas do século XIX. Estes dois teólogos foram críticos cáusticos, que não conseguiam se convencer a enxergar qualquer coisa boa no arminianismo. E eles o acusaram de toda consequência má possível que conseguiam ver que o arminianismo possivelmente tivesse.

Antes de deixar o século XIX para trás na narração da história do arminianismo, é importantíssimo parar e discutir brevemente a teologia do avivalista, teólogo e presidente de faculdade Charles Finney (1792-1875). A carreira de Finney é uma das mais fascinantes em toda a história da igreja moderna. Ele foi um advogado que se converteu ao cristianismo evangélico unicamente para se tornar o avivalista do então chamado Segundo Grande Despertamento[16]. Finney se tornou presidente

16 Isto depende muito de como definimos o Segundo Grande Despertamento. Uma definição mais restrita limita-o ao século XIX e o vê como centrado unicamente nos avivamentos na Faculdade Yale e ao longo das fronteiras de Virgínia e Kentucky (ex. o famoso Avivamento de Cane Ridge em Kentucky, em 1801). Uma definição mais ampla o estende até os avivamentos de Finney na Nova Inglaterra e em Nova York nas décadas de 1820 e 1830.

da Oberlin College (Faculdade Oberlin) em Ohio, em 1835, e publicou uma série de palestras influentes sobre avivamento e sobre teologia sistemática. Suas *Lectures on Systematic Theology* (Palestras Sobre Teologia Sistemática) foram primeiramente publicadas em 1846 com edições posteriormente ampliadas. Finney rejeitava o calvinismo rígido em favor de uma versão vulgarizada do arminianismo que está mais próxima do semipelagianismo. Seu legado na religião popular estadunidense é profundo. Ele negava o pegado original, exceto como uma infelicidade que veio sobre a maioria dos seres humanos e que é passado adiante por meio de maus exemplos ("tentação agravada"). Acreditava que toda pessoa possui habilidade e responsabilidade, independente de qualquer ajuda ou graça divina (graça preveniente) a não ser a iluminação e persuasão, para livremente aceitar a graça perdoadora de Deus através do arrependimento e obediência ao governo moral revelado de Deus. Ele escreveu: "Não há nenhum grau de realização moral de nossa parte que não possa ser alcançada direta ou indiretamente pela vontade certa" e "O governo moral de Deus em todos os lugares presume e implica a liberdade da vontade humana, e a habilidade natural dos homens de obedecer a Deus"[17].

Finney vulgarizou a teologia arminiana ao negar algo que Armínio, Wesley e todos os arminianos fiéis antes dele haviam afirmado e protegido como precioso ao próprio evangelho – a inabilidade moral humana em assuntos espirituais e a absoluta necessidade de graça preveniente sobrenatural para qualquer resposta correta a Deus, incluindo as primeiras inclinações de uma boa vontade para com Deus. De acordo com Finney, diferentemente do arminianismo clássico (mas semelhante ao remonstrantismo posterior de Limborch), a única obra de Deus necessária para o exercício de uma boa vontade para com Deus e obediência à vontade de Deus é o Espírito Santo iluminando a razão humana, que está enevoada por interesses próprios e em um estado de miséria devido ao egoísmo comum da humanidade: "O Espírito pega as coisas de Cristo e as revela à mente. A verdade é empregada, ou é a verdade que deve ser empregada como um instrumento a induzir a mudança de escolha"[18].

17 FINNEY, Charles. *Systematic Theology*. Ed. J. H. Fairchild, abrev. Minneapolis: Bethany Fellowship, 1976, p. 299, 261.

18 Ibid. p. 224.

Armínio, Wesley e o arminianismo clássico, em geral, afirmaram a depravação total herdada como a total incapacidade independente de um despertamento sobrenatural, despertamento este chamado de graça preveniente. Mas Finney negava a necessidade da graça preveniente. Para ele, razão, desenvolvida pelo Espírito Santo, faz com que o coração se volte para Deus. Ele chamou a doutrina arminiana clássica da habilidade graciosa (habilidade de exercer uma boa vontade para com Deus outorgada pelo Espírito Santo através da graça preveniente) de um "absurdo"[19].

Os calvinistas, infelizmente, tendem a olhar para Finney ou como modelo de um verdadeiro arminiano ou como a estação final da trajetória teológica arminiana. Ambas as visões são errôneas. Os arminianos clássicos adoram Finney por sua paixão avivalista, ao passo que o abominam por sua má teologia. O próprio Finney disse acerca de Jonathan Edwards: "Edwards eu reverencio; seus erros eu abomino"[20]. Um arminiano clássico evangélico pode dizer: "Finney eu reverencio; seus erros eu abomino"[21].

O século XX. O século XX testemunhou o fim do sinergismo evangélico entre as principais denominações, incluindo o Metodismo, na medida em que caíram na teologia liberal. O arminianismo implacavelmente não conduz ao liberalismo, e isso está provado pelo crescimento das formas conservadoras do arminianismo entre os Nazarenos (uma ramificação evangélica do metodismo), pentecostais, batistas, Igrejas de Cristo e outros grupos evangélicos. Todavia, muitos destes arminianos do século XX negligenciam ou mesmo rejeitam o rótulo de arminiano por uma variedade de razões, não sendo uma das menos importantes o sucesso dos calvinistas em pintar o arminianismo com as cores de Finney e dos arminianos de cabeça, tal como os re-

19 Ibid. p. 278.

20 Ibid. p. 269.

21 Indubitavelmente, alguns admiradores de Finney considerarão muito duro este relato de sua teologia enquanto muitos críticos reformados o considerarão muito generoso. O problema é que Finney não era totalmente consistente em suas explicações de pecado e salvação; em algumas ocasiões ele pendia mais para o semipelagianismo e em outras ocasiões ele parecia mais disposto a afirmar a iniciação divina da salvação. No geral e em geral, entretanto, penso que o relato de Finney acerca do pecado e salvação está mais próximo do semipelagianismo do que do arminianismo clássico, pelas razões apresentadas aqui.

monstrantes posteriores. Um teólogo do século XX que manteve o rótulo foi H. Orton Wiley (1877-1961), líder da Igreja do Nazareno, que produziu a obra *Christian Theology* (Teologia Cristã) de três volumes e um resumo de um volume da doutrina cristã. O arminianismo de Wiley é uma forma particularmente pura do arminianismo clássico com o acréscimo do perfeccionismo wesleyano (que nem todos os arminianos aceitam). Toda bondade, incluindo as primeiras inclinações do coração para com Deus, é atribuída unicamente à graça de Deus. Como Watson, Summers, Pope e Miley, Wiley insiste em uma diferença entre semipelagianismo e o verdadeiro arminianismo, e demonstra a diferença em suas próprias afirmações doutrinárias. A teologia de Wiley se tornou o modelo de excelência para a educação teológica na Igreja do Nazareno e em outras denominações do [movimento] de Santidade durante o século XX.

Outro teólogo arminiano do século XX cuja obra demonstra poderosamente a ortodoxia do arminianismo clássico é o metodista evangélico Thomas Oden. Oden não aceita o rótulo de arminiano para si ou sua teologia, pois prefere seu próprio termo, *paleo-ortodoxia*. Ele apela para o consenso dos primeiros pais da igreja. Mas o mesmo fizeram Armínio e Wesley! A obra *The Transforming Power of Grace* (O Poder Transformador da Graça), de 1993, é uma pedra preciosa da soteriologia arminiana; ela é o primeiro livro que eu recomendo àqueles que buscam um relato sistemático da verdadeira teologia arminiana. Infelizmente o Oden não a considera como tal! Entretanto, o arminianismo clássico de Oden está manifesto em seu endosso entusiasmado da teologia de Armínio como uma restauração do consenso dos primeiros cristãos (primitivos) acerca da salvação, conforme a afirmação abaixo:

> Se Deus, de maneira absoluta e pré-temporal, decreta que certas pessoas sejam salvas e outras condenadas, independente de qualquer cooperação da liberdade humana, então Deus não pode, em nenhum sentido, querer que todos sejam salvos, conforme 1 Timóteo 4.10 declara. A promessa de glória tem por condição a graça sendo recebida pela fé ativa em amor[22]. Oden também produziu uma *Teologia Sistemática* maciça, de três volumes, que reconstrói o con-

22 ODEN, Thomas C. *The Transforming Power of Grace*. Nashville: Abingdon, 1993. p. 135.

> senso doutrinário cristão primitivo e é completamente consistente com a própria teologia de Armínio. O débito de Oden a Armínio e a Wesley é inquestionável.

Outros teólogos arminianos do século XX (alguns dos quais não querem ser chamados de arminianos) são os batistas Dale Moody, Stanley Grenz, Clark Pinnock e H. Leroy Forlines; o teólogo da Igreja de Cristo Jack Cotrell e os metodistas I. Howard Marshall e Jerry Walls. Considero isso uma grande tragédia e absurdo, que uma herança histórica como a do arminianismo seja repetidamente negada por seus adeptos em razão de necessidade política. Não tenho dúvidas de que alguns administradores de organizações evangélicas não especificamente comprometidos com o calvinismo tendem a menosprezar o arminianismo e de enxergar os arminianos como "teologicamente rasos" e caminhando para a heresia. Sob a influência de um preeminente estadista calvinista evangélico, um presidente de faculdade evangélica de herança de [movimento] de santidade declarou-se um "arminiano em recuperação"! Uma influente publicação calvinista evangélica negou a existência de arminianos "evangélicos" e chamou isso de contradição. Sob este tipo de calúnias severas, se não ignorantes, não é de se surpreender que o *arminianismo* não seja utilizado mesmo por seus proponentes mais apaixonados. Mas, apesar das adversidades, o arminianismo permanece e a teologia arminiana continua a ser feita em uma variedade de círculos denominacionais.

Uma Sinopse da Teologia Arminiana

Um dos mitos mais predominantes disseminado pelos calvinistas acerca do arminianismo é que ele é o tipo de teologia mais popular nos púlpitos e bancos evangélicos. Minha experiência contradiz esta opinião. Muito disso depende de como entendemos a teologia arminiana. Os críticos calvinistas estariam corretos caso o arminianismo fosse semipelagianismo. Mas ele não o é, como espero demonstrar. O evangelho pregado e a soteriologia ensinada atrás de muitos púlpitos e tribunas evangélicos e que é acreditada na maioria dos bancos evangélicos, não são o ar-

minianismo clássico, mas o semipelagianismo, se não um completo pelagianismo. Qual é a diferença? Wiley, teólogo da Igreja do Nazareno, corretamente define o semipelagianismo ao dizer: "O pelagianismo declarava que havia força remanescente na vontade depravada o suficiente para iniciar ou colocar em andamento o início da salvação, mas que não era suficiente para levá-la à conclusão. Isso deve ser feito pela graça divina"[23]. Esta antiga heresia é oriunda dos ensinamentos dos então chamados Massilianos, liderados principalmente por João Cassiano (m. 433 d.C), que tentou construir uma ponte entre o pelagianismo, que negava o pecado original, e Agostinho, que defendia a eleição incondicional tendo por base o fato de que todos os descendentes de Adão nascem espiritualmente mortos e culpados da culpa de Adão. Cassiano acreditava que as pessoas eram capazes de exercer uma boa vontade para com Deus mesmo independente de qualquer infusão de graça sobrenatural. Tal crença foi condenada pelo Segundo Concílio de Orange em 529 (sem endosso da forte doutrina de predestinação de Agostinho).

O semipelagianismo se tornou a teologia popular da Igreja Católica Romana nos séculos que precederam a Reforma Protestante; mas foi completamente rejeitado por todos os reformadores, exceto os então chamados racionalistas ou antitrinitários, tal como Fausto Socino. Alguns calvinistas adotaram a prática de chamar de semipelagiana toda teologia que não atendesse às exigências do calvinismo rígido (TULIP). Tal noção, entretanto, é incorreta. Atualmente o semipelagianismo é a teologia padrão da maioria dos cristãos evangélicos estadunidenses[24]. Isto é revelado na popularidade dos clichês, tais como: "Dê um passo para Deus ele dará dois para você" e "Deus vota em você, Satanás vota contra você e você tem o voto de minerva", aliados à quase total negligência da depravação moral e incapacidades em questões espirituais.

O arminianismo é, no cristianismo evangélico popular, quase que totalmente desconhecido e muito menos crido. Uma das finalidades deste livro é a de superar este déficit. Um mito predominante sobre o arminianismo é o de que a teologia arminiana equipara-se ao semipelagianismo. Isto será desmentido no processo de refutação de

23 WILEY, H. Orton. *Christian Theology*. Kansas City, Mo.: Beacon Hill, 1941. v. 2, p. 103

24 Não posso dizer o mesmo dos cristãos evangélicos em outros países, pois não sei o suficiente acerca deles para fazer tal alegação.

vários outros mitos que tratam da condição humana e da salvação. Apresentaremos aqui apenas um prelúdio do ponto de vista arminiano que será exposto mais adiante.

Primeiro, é importante compreender que o arminianismo não detém uma doutrina ou ponto de vista característico sobre tudo no cristianismo. Não há nenhuma doutrina arminiana especial das Escrituras. Os arminianos de coração – arminianos evangélicos – acreditam nas Escrituras e tem a mesma gama de opiniões sobre os detalhes bíblicos, assim como os calvinistas. Alguns arminianos acreditam na inerrância bíblica, outros não. Todos os arminianos evangélicos estão comprometidos com a autoridade e a inspiração sobrenatural da Bíblia sobre todos os assuntos de fé e prática. De mesmo modo que também não há uma eclesiologia ou escatologia arminiana característica; os arminianos exprimem o mesmo escopo de interpretações que os outros cristãos. Um mito popular promovido por alguns calvinistas é o de que todos os teólogos arminianos são adeptos da teoria governamental da expiação e que rejeitam a teoria da substituição penal. Tal afirmação é simplesmente falsa. Os arminianos acreditam na Trindade, na divindade e humanidade de Jesus Cristo, na depravação da humanidade em virtude da queda primeva, na salvação pela graça somente através da fé somente, e em todas as outras crenças protestantes imprescindíveis. A retidão como justiça imputada é afirmada pelos arminianos clássicos seguindo o próprio Armínio. As doutrinas características do arminianismo têm a ver com a soberania de Deus sobre a história e a salvação; a providência e a predestinação são as duas doutrinas essenciais onde os arminianos discordam dos calvinistas clássicos.

Não há melhor ponto de partida para examinar as questões da providência e predestinação que a própria Remonstrância. Ela é o documento de origem do arminianismo clássico (além dos escritos de Armínio). A Remonstrância foi preparada por aproximadamente 43 (o número exato é debatido) pastores e teólogos reformados holandeses após a morte de Armínio, em 1609. O documento foi apresentado em 1610 para uma conferência de líderes da igreja e do estado em Gouda, Holanda, para explicar a doutrina arminiana. Seu foco principal está nas questões da salvação e, em especial, na predestinação. Existem várias versões da Remonstrância (da qual os remonstrantes receberam o seu nome). Faremos uso de uma tradução para o inglês

feita a partir do original em latim apresentada de forma um tanto condensada pelo especialista inglês em arminianismo A. W. Harrison:

1. Que Deus, por um decreto eterno e imutável em Cristo antes que o mundo existisse, determinou eleger, dentre a raça caída e pecadora, para a vida eterna, aqueles que, através de Sua graça, creem em Jesus Cristo e perseveram na fé e obediência; e que, opostamente, resolveu rejeitar os inconversos e os descrentes para a condenação eterna (Jo 3.36).

2. Que, em decorrência disto, Cristo, o Salvador do mundo, morreu por todos e cada um dos homens, de modo que Ele obteve, pela morte na cruz, reconciliação e perdão pelo pecado para todos os homens; de tal maneira, porém, que ninguém senão os fiéis, de fato, desfrutam destas bênçãos (Jo 3.16; 1 Jo 2.2).

3. Que o homem não podia obter a fé salvífica de si mesmo ou pela força de seu próprio livre-arbítrio, mas se encontrava destituído da graça de Deus, através de Cristo, para ser renovado no pensamento e na vontade (Jo 15.5).

4. Que esta graça foi a causa do início, desenvolvimento e conclusão da salvação do homem; de forma que ninguém poderia crer nem perseverar na fé sem esta graça cooperante, e consequentemente todas as boas obras devem ser atribuídas à graça de Deus em Cristo. Todavia, quanto ao *modus operandi* desta graça, não é irresistível (At 7.51).

5. Que os verdadeiros cristãos tinham força suficiente, através da graça divina, para enfrentar Satanás, o pecado, o mundo, sua própria carne, e a todos vencê-los; mas que se por negligência eles pudessem se apostatar da verdadeira fé, perder a felicidade de uma boa consciência e deixar de ter essa graça, tal assunto deveria ser mais profundamente investigado de acordo com as Sagradas Escrituras[25].

Observe que os remonstrantes, assim como Armínio antes deles, não se posicionaram em relação à questão da segurança eterna dos santos. Ou seja, eles deixaram em aberto a questão se uma pessoa verdadeiramente salva poderia ou não cair da graça. Eles também não seguiram o padrão da TULIP. Embora a forma de expressar a crença calvinista pelo acróstico de cinco pontos tenha sido desenvolvida posteriormente, a

25 The Remonstrance, in HARRISON, *Beginnings of Arminianism*. p. 150-51.

negação dos três pontos do centro [do acróstico] é bastante clara na Remonstrância. No entanto, contrariando a ideia popular sobre o arminianismo (sobretudo entre os calvinistas), nem Armínio e nem os remonstrantes negaram a depravação total; mas afirmaram-na. Claro que a Remonstrância não é uma declaração completa da doutrina arminiana, mas ela aborda bem o seu cerne. Além do que ela diz, há um campo de interpretação onde os arminianos, às vezes, discordam entre si. Entretanto, existe um consenso arminiano geral, e é isso o que esta sinopse irá explicar, recorrendo amplamente ao teólogo nazareno Wiley, que recorreu amplamente a Armínio, Wesley e aos principais teólogos metodistas do século XIX mencionados anteriormente.

O arminianismo ensina que todos os seres humanos nascem moral e espiritualmente depravados e incapazes de fazer qualquer coisa boa ou digna aos olhos de Deus, sem uma infusão especial da graça divina para superar as inclinações do pecado original. "Todos os homens não apenas nascem debaixo da penalidade da morte como consequência do pecado, como também nascem com uma natureza depravada, que em contraste com o aspecto legal da pena é comumente denominado de pecado inato ou depravação herdada"[26]. Em geral, o arminianismo clássico concorda com a ortodoxia protestante que a união da raça humana no pecado faz com que todos nasçam "filhos de ira". Todavia, os arminianos acreditam que a morte de Cristo na cruz fornece uma solução universal para a culpa do pecado herdado, de maneira que ele não é imputado aos infantes por causa de Cristo. É assim que os arminianos, em concordância com os anabatistas, tais como os menonitas, interpretam as passagens universalistas do Novo Testamento, tal como Romanos 5, que afirma que todos estão incluídos debaixo do pecado assim como todos estão incluídos na redenção através de Cristo. Esta também é a interpretação arminiana de 1 Tm 4.10, que indica duas salvações por intermédio de Cristo: uma universal para todas as pessoas e uma especialmente para todos os que creem. A crença arminiana na redenção geral não é salvação universal; mas a redenção universal do pecado adâmico. Na teologia arminiana, portanto, todas as crianças que morrem antes de alcançarem a idade do despertamento da consciência e de pecarem efetivamente

26 WILEY, H. Orton. *Christian Theology*. Kansas City, Mo.: Beacon Hill, 1941. v. 2, p. 98.

(em oposição ao pecado inato) são consideradas inocentes por Deus e levadas ao paraíso. Dentre as que efetivamente pecam, somente as que se arrependem e creem têm Cristo como Salvador.

O arminianismo considera o pecado original, em primeiro lugar, como uma depravação moral oriunda da privação da imagem de Deus; é a perda do poder de evitar o pecado efetivo. "A depravação é total na medida em que afeta todo o ser do homem."[27] Isso quer dizer que todas as pessoas nascem com inclinações alienadas, intelecto obscurecido e vontade corrompida[28]. Há tanto uma cura universal quanto uma solução mais específica para esta condição; a morte expiatória de Cristo na cruz removeu a penalidade do pecado original e liberou um novo impulso na humanidade que começa a reverter a depravação com a qual todos vem ao mundo. Cristo é o novo Adão (Rm 5) que é o novo líder da raça; ele não veio unicamente para salvar alguns, mas para fornecer um recomeço para todos. Uma medida de graça preveniente se estende por meio de Cristo a toda pessoa que nasce (Jo 1).

> Deste modo, a verdadeira posição arminiana admite a plena penalidade do pecado, e consequentemente não minimiza a excessiva pecaminosidade do pecado e nem menospreza a obra expiatória de nosso Senhor Jesus Cristo. Ela, todavia, a admite, não ao negar a plena força da penalidade, como fazem os semipelagianos, mas ao magnificar a suficiência da expiação e a consequente transmissão da graça preveniente a todos os homens por intermédio da autoridade do último Adão[29].

A autoridade de Cristo tem a mesma extensão que a de Adão, mas as pessoas devem aceitar (ao não resistir) esta graça de Cristo no intuito de se beneficiarem plenamente dela.

---

27 Ibid. p. 128.

28 Ibid. p. 129. Nesta crença, Wiley seguiu John Fletcher.

29 Ibid. p. 132-3.

> O homem é condenado unicamente por suas próprias transgressões. O dom gratuito removeu a condenação original e abunda para muitas ofensas. O homem se torna responsável pela depravação de seu próprio coração somente quando rejeita a solução para ela, e conscientemente ratifica-a como sua própria, com todas as suas consequências penais[30].

A depravação herdada inclui a escravidão da vontade ao pecado, que só é superada pela graça preveniente sobrenatural. Esta graça começa a atuar em todos por intermédio do sacrifício de Cristo (e o Espírito Santo enviado ao mundo por Cristo), mas que ganha poder especial através da pregação do evangelho. Wiley, seguindo Pope e outros teólogos arminianos, chama a condição humana – em virtude do pecado herdado – de "impotência para o bem", e rejeita qualquer possibilidade de bondade espiritual independente da graça especial proveniente de Cristo.

Porque Deus é amor (Jo 3.16; 1 Jo 4.8), e não quer que ninguém pereça, mas que todos cheguem ao arrependimento (1 Tm 2.4; 2 Pe 3.9), a morte expiatória de Cristo é universal; alguns de seus benefícios são automaticamente estendidos a todos (ex. a libertação da condenação do pecado adâmico) e todos os seus benefícios são para todos que os aceitem (ex. o perdão dos pecados efetivos e a imputação de retidão).

> A expiação é universal. Isto não quer dizer que toda a humanidade será salva incondicionalmente, mas que a oferta sacrificial de Cristo, até certa extensão, atendeu às reivindicações da lei divina, de modo a tornar a salvação possível a todos. A redenção, portanto, é universal ou geral no sentido provisional, mas especial ou condicional em sua aplicação ao indivíduo[31].

Só serão salvos, entretanto, os que forem predestinados por Deus para a salvação eterna. Estes são os eleitos. Quem está incluído nos eleitos? Todos os que Deus anteviu que

30 Ibid. p. 135.

31 Ibid. p. 295.

aceitarão sua oferta de salvação por intermédio de Cristo ao não resistirem à graça que lhes foi estendida mediante a cruz e o evangelho. Deste modo, a predestinação é condicional em vez de incondicional; a presciência eletiva de Deus é causada pela fé dos eleitos.

> Em oposição a isto [o esquema calvinista], o arminianismo sustenta que a predestinação é o propósito gracioso de Deus de salvar toda a humanidade da ruína completa. Não é um ato arbitrário e indiscriminado de Deus que visa garantir a salvação a certo número de pessoas e a ninguém mais. Inclui provisionalmente todos os homens e está condicionada somente pela fé em Cristo[32].

O Espírito Santo opera nos corações e mentes de todas as pessoas até certo ponto, dá-lhes alguma consciência das expectativas e provisão de Deus, e as chama ao arrependimento e à fé. Deste modo, "a Palavra de Deus é, em certo sentido, pregada universalmente, mesmo quando não registrada em uma linguagem escrita". "Os que ouvem a proclamação e aceitam o chamado são conhecidos nas Escrituras como os eleitos."[33] Os réprobos são os que resistem ao chamado de Deus.

A graça preveniente é uma doutrina arminiana essencial, que os calvinistas também acreditam, mas os arminianos interpretam-na diferentemente. A graça preveniente é simplesmente a graça de Deus convincente, convidativa, iluminadora e capacitadora, que antecede a conversão e torna o arrependimento e a fé possíveis. Os calvinistas interpretam-na como irresistível e eficaz; a pessoa na qual esta graça opera irá se arrepender e crer para salvação. Os arminianos interpretam-na como resistível; as pessoas sempre são capazes de resistir à graça de Deus, conforme a Escritura nos adverte (At 7.51). Mas sem a graça preveniente elas inevitável e implacavelmente resistirão à vontade de Deus em virtude de sua escravidão ao pecado.

> A graça preveniente, conforme o termo implica, é aquela graça que "antecede" ou prepara a alma para a entrada no estado inicial

32 Ibid. p. 337.

33 Ibid. pp. 341, 343.

> de salvação. É a graça preparatória do Espírito Santo exercida no homem abandonado em pecado. No que diz respeito à culpa, pode ser considerada misericórdia; em relação à impotência, é o poder capacitador. Pode ser definida, portanto, como a manifestação da influência divina que precede a vida regenerada plena[34].

Então, em certo sentido, os arminianos, como os calvinistas, creem que a regeneração precede a conversão; o arrependimento e a fé são somente possíveis em razão do Espírito de Deus exercer domínio sobre a velha natureza. A pessoa que recebe a plena intensidade da graça preveniente (ex. através da pregação da Palavra e a chamada interna correspondente de Deus) não mais está morta em delitos e pecados. Entretanto, tal pessoa ainda não está plenamente regenerada. A ponte entre a regeneração parcial pela graça preveniente e a plena regeneração pelo Espírito Santo é a conversão, que inclui arrependimento e fé. Estes são possibilitados pela graça divina, mas são livres respostas da parte do indivíduo. "O Espírito opera com o concurso humano e por meio dele. "As Escrituras representam o Espírito como operando [na conversão] mediante e em cooperação com o homem. A graça divina, todavia, sempre recebe a primazia"[35].

A ênfase na antecedência e primazia da graça forma o ponto pacífico entre o arminianismo e o calvinismo. É isto que torna o sinergismo arminiano "evangélico." Os arminianos levam extremamente a sério a ênfase neotestamentária na salvação como um dom da graça que não pode ser merecido (Ef 2.8). Entretanto, as teologias arminianas e calvinistas – como todos os sinergismos e monergismos – divergem acerca do papel que os humanos desempenham na salvação. Conforme Wiley observa, a graça preveniente não interfere na liberdade da vontade. Ela não verga a vontade ou torna certa a resposta da vontade. Apenas capacita a vontade a fazer a escolha livre quer seja para cooperar quer seja para resistir à graça. A cooperação não contribui para a salvação, como se Deus fizesse uma parte e os humanos a outra. Antes, a cooperação com a graça na teologia arminiana é simplesmente a não

34 Ibid. p. 346.

35 Ibid. p. 355.

resistência à graça. É simplesmente a decisão de permitir que a graça faça sua obra ao renunciar a todas as tentativas de autojustificação e autopurificação e admitindo que somente Cristo pode salvar. Todavia, Deus não toma esta decisão pelo indivíduo; é uma decisão que os indivíduos, sob o impulso da graça preveniente, devem tomar por si mesmos.

O arminianismo defende que a salvação é inteiramente da graça – todo movimento da alma em direção a Deus é iniciado pela graça divina – mas os arminianos também reconhecem que a cooperação da vontade humana é indispensável, pois, em última instância, o agente livre decide se a graça proposta é aceita ou rejeitada[36].

O arminianismo clássico ensina que a predestinação é simplesmente a determinação (decreto) de Deus para salvar por intermédio de Cristo todos os que livremente respondem à oferta divina da graça livre ao se arrependerem do pecado e crerem (confiarem) em Cristo. A predestinação inclui a presciência de Deus daqueles que assim o farão. Ela não inclui uma seleção de certas pessoas para a salvação, muito menos para a condenação. Muitos arminianos fazem uma distinção entre eleição e predestinação. A eleição é corporativa – Deus determinou que Cristo fosse o Salvador do grupo de pessoas que se arrepende e crê (Ef 1); a predestinação é individual – a presciência de Deus dos que se arrependerão e crerão (Rm 8.29). O arminianismo clássico também ensina que as pessoas que respondem positivamente à graça de Deus ao não resistir a ela (que envolve arrependimento e confiança em Cristo) são nascidas de novo pelo Espírito de Deus (que é a regeneração plena), perdoadas de todos os seus pecados e consideradas por Deus como retas em virtude da morte expiatória de Cristo por elas. Nada disto está fundamentado em qualquer mérito humano; é uma dádiva perfeita, não imposta, mas livremente recebida. "O único fundamento da justificação... é a obra propiciatória de Cristo recebida pela fé" e "o único ato de justificação, quando visto negativamente, é o perdão dos pecados; quando visto positivamente, é a aceitação do crente como justo [por Deus]"[37]. A única diferença substancial entre o arminianismo clássico e o calvinismo nesta doutrina, então, é o papel do indivíduo em receber a graça da regeneração e justificação.

36 Ibid. p. 356.

37 Ibid. p. 395, 393.

Conforme Wiley afirma, a salvação "é um trabalho realizado nas almas dos homens pela operação eficaz do Espírito Santo. O Espírito Santo exerce seu poder regenerador apenas em determinadas condições, ou seja, sob as condições de arrependimento e fé"[38]. Portanto, a salvação é condicional e não incondicional; os humanos desempenham um papel e não são passivos ou controlados por alguma força, quer seja interna ou externa.

É neste ponto que muitos críticos monergistas do arminianismo colocam o dedo em riste e declaram que a teologia arminiana é um sistema de salvação pelas obras, ou, no mínimo, algo inferior à forte doutrina paulina da salvação como um dom gratuito. Se o dom deve ser livremente aceito, eles asseveram, então ele é merecido. Por ser a livre aceitação uma condição *sine qua non*, então o dom não é gratuito. Os arminianos simplesmente não conseguem entender essa alegação e sua acusação implícita. Como veremos em vários pontos ao longo deste livro, os arminianos sempre afirmaram enfaticamente que a salvação é um dom gratuito; até mesmo o arrependimento e a fé são apenas causas instrumentais da salvação e impossíveis à parte de uma operação interna da graça! A única causa eficiente da salvação é a graça de Deus por intermédio de Jesus Cristo e do Espírito Santo. A lógica do argumento que um dom livremente recebido (no sentido de que poderia ser rejeitado) não pode ser um dom gratuito deixa a mente arminiana perplexa. Mas a principal razão de os arminianos rejeitarem o entendimento calvinista da salvação monergística, na qual Deus incondicionalmente elege alguns para salvação e inclina suas vontades irresistivelmente, é que ela denigre tanto o caráter de Deus quanto a natureza de um relacionamento pessoal. Se Deus salva incondicional e irresistivelmente, por que Ele não salva a todos? Apelar para mistério nesta altura não satisfaz a mente arminiana, pois o caráter de Deus como amor que revela a si mesmo em misericórdia está em jogo. Se os homens escolhidos por Deus não podem resistir à oferta de um relacionamento correto com Deus, que tipo de relacionamento é esse? Uma relação pessoal pode ser irresistível? Tais predestinados são, de fato, pessoas em um relacionamento assim? Estas são questões fundamentais que levam os arminianos – assim como outros sinergistas – a questionarem toda forma de monergismo, incluindo o calvinismo

38 Ibid. p. 419.

rígido. Não se trata, de maneira nenhuma, de uma visão humanista do livre-arbítrio autônomo, como se os arminianos estivessem apaixonados pela livre agência por si só. Qualquer leitura imparcial de Armínio, Wesley, ou qualquer outro arminiano clássico, revelará que não se trata disso. Pelo contrário, a questão é o caráter de Deus e a natureza do relacionamento pessoal.

Eu pontuei anteriormente que não apenas a predestinação, mas também a providência fornece um ponto de diferença entre o arminianismo e o calvinismo. Em suma, os arminianos creem na soberania e na providência divinas, mas interpretam-nas diferentemente dos calvinistas rígidos. Os arminianos consideram que Deus limita-se a si mesmo em relação à história humana. Portanto, muito do que acontece na história é contrário à perfeita vontade antecedente de Deus. Os arminianos afirmam que Deus está no controle da natureza e da história, mas negam que Deus controla *todo* acontecimento. Os arminianos negam que Deus "esconde uma expressão de contentamento" por trás dos horrores da história. O diabo não é o "diabo de Deus", ou mesmo um instrumento da autoglorificação providencial de Deus. A Queda não foi preordenada por Deus para algum propósito secreto. Os arminianos clássicos acreditam que Deus conhece todas as coisas de antemão, incluindo todo evento do mal, mas rejeitam qualquer noção de que Deus fornece "impulsos secretos" que controlam até mesmo as ações de criaturas malignas (angélicas ou humanas)[39]. O governo de Deus é abrangente, mas porque Deus se limita para permitir a livre agência humana (em prol de relacionamentos genuínos que não são manipulados ou controlados), ele é exercido em diferentes modos. Tudo o que acontece é, no mínimo,

39 Calvino, de maneira bastante conhecida, atribuiu até mesmo os atos malévolos e pecaminosos dos ímpios aos impulsos secretos de Deus. Uma leitura cuidadosa do livro 1, cap. 18 – "Deus de tal modo usa as obras dos ímpios e a disposição lhes verga a executar seus juízos, que Ele próprio permanece limpo de toda a mácula" – das *Institutas da Religião Cristã* revela isso. Nela, dentre outras coisas, Calvino diz que "uma vez se diz que a vontade de Deus é a causa de todas as coisas, a providência é estatuída como moderatriz em todos os planos e ações dos homens, de sorte que não apenas comprove sua eficiência nos eleitos, que são regidos pelo Espírito Santo, mas ainda obrigue os réprobos à obediência" (Calvino, João. *As Institutas – edição clássica*. 2ª ed. 4 vols. Trad. Waldyr Carvalho Luz. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2006, p. 232-3). Os arminianos acreditam que o calvinismo rígido não consegue desvencilhar-se de tornar Deus o autor do pecado e do mal, e, portanto, contrariando o seu caráter.

permitido por Deus, mas nem tudo o que acontece é positivamente desejado ou até mesmo tornado certo por Deus. Portanto, o sinergismo entra na doutrina arminiana da providência assim como na da predestinação. Deus conhece de antemão, mas não age sozinho na história. A história é resultante tanto da agência divina quanto da humana. (Também não devemos nos esquecer das agências angélicas e demoníacas!) O pecado, em particular, não é desejado e nem governado por Deus, exceto no sentido que Deus o permite e o limita. Mais importante ainda, Deus não predestina ou torna certo o pecado. Nenhuma expressão concisa do entendimento arminiano da providência é melhor do que a fornecida pelo teólogo reformado revisionista Adrio König:

> Lamentavelmente existem muitas coisas que acontecem na terra que não são a vontade de Deus (Lc 7.30 e todos os demais pecados mencionados na Bíblia), que são contra a sua vontade, e que são oriundos do pecado incompreensível e sem sentido em que nascemos, no qual vivem a maior parte dos homens, e no qual Israel persistiu, e contra o qual até "os mais consagrados" (Catecismo de Heidelberg p. 114) lutaram todos os seus dias (Davi, Pedro). Deus tem apenas um curso de ação para o pecado, que é prover sua expiação, por tê-lo crucificado e sepultado totalmente com Cristo. Tentar interpretar todas estas coisas por intermédio do conceito de um plano divino cria dificuldades intoleráveis, gerando mais exceções do que regras. Mas a mais importante objeção é que a ideia de um plano é contrária à mensagem bíblica, uma vez que o próprio Deus se torna despropositado, pois se aquilo contra o qual ele lutou com poder, e pelo qual ele sacrificou seu unigênito, foi, contudo, de alguma forma parte integrante do seu conselho eterno. Então, é melhor partir da premissa que Deus tinha certo objetivo em mente (a aliança, ou o reino de Deus, ou a nova Terra – que são a mesma coisa vista de ângulos diferentes), que ele irá alcançar conosco, sem nós, ou mesmo contra nós[40].

40 KÖNIG, Adrio. *Here Am I! A Believer's Reflection on God*. Grand Rapids: Eerdmans,

Mitos e Equívocos Em Relação ao Arminianismo

O conciso esboço da teologia arminiana apresentada nesta introdução é apenas o começo. Basta contrastar o verdadeiro arminiano evangélico com as caricaturas de seus críticos. E as distorções e informações incorretas que são ditas sobre o arminianismo na literatura teológica não são nada menos que apavorantes. Os críticos reformados reiteradamente descrevem enganosamente Armínio e o arminianismo como semipelagianos. Por exemplo, a primeira edição de *Christian Doctrine* de Shirley C. Guthrie, um livro didático amplamente utilizado pela teologia reformada, apresentava Armínio como um exemplo de semipelagianismo. Após as significantes diferenças entre a teologia de Armínio e o semipelagianismo terem sido enfatizadas por pelo menos um arminiano, uma revisão do texto de Guthrie, no ano de 1994, retirou o nome de Armínio. Mas mesmo na edição revista, o contexto e a nota de rodapé tratando do Sínodo de Dort indicam o arminianismo como o modelo histórico de semipelagianismo. Vinte cinco anos de danos à reputação de Armínio não foram completamente desfeitos pela revisão. O livro *The Five Points of Calvinism* também apresenta muitos exemplos de imagens distorcidas da teologia arminiana. Edwin H. Palmer, pastor e teólogo calvinista, explicitamente equipara o arminianismo ao semipelagianismo, ignorando por completo a doutrina arminiana da graça preveniente. Ele até mesmo chegou ao cúmulo de declarar que "o arminiano nega a soberania de Deus". Ele acrescentou insulto à injúria ao sugerir, do início ao fim, que o arminianismo tem suas bases no racionalismo em vez de na humilde submissão à Palavra de Deus[41]. Qualquer um que tiver contato com uma literatura arminiana evangélica imediatamente vê que os arminianos são tão comprometidos com a autoridade das Escrituras quanto qualquer outro protestante[42]. Outros exemplos de deturpações do arminianismo abundam na literatu-

1982. p. 198–9.

41 PALMER, Edwin H. *The Five Points of Calvinism*. Grand Rapids: Baker, 1972. p. 59, 85, 107.

42 Alguns calvinistas acusaram Wesley de desertar do princípio sola *scriptura* – "somente a Escritura" – como a norma para toda doutrina. Tal acusação é oriunda da descrição de Albert Outler, teólogo metodista, acerca do método teológico de Wesley como "quadrilateral", sendo o método composto de Escritura, tradição, razão e experiência. Todavia,

ra teológica. Uma das primeiras edições da *Modern Reformation* (Reforma Moderna), uma revista comprometida com a teologia monergista e liderada principalmente por calvinistas, tratou do assunto do arminianismo. Um autor afirmou que "o arminianismo não é apenas um abandono da ortodoxia histórica, mas um sério abandono do próprio evangelho"[43]. Em todo seu cáustico ataque ao arminianismo (concentrado principalmente no teólogo metodista John Miley) o autor culpa todo o movimento arminiano pelo infeliz modo de se expressar de um teólogo arminiano, ignorando a vasta extensão da história e teologia arminianas e falsamente atribuindo às crenças arminianas (ex. a negação do pecado original e expiação substitutiva) que ele considera como consequências razoáveis e necessárias do ponto de vista um tanto quanto extravagante daquele único teólogo.

Inúmeros autores, na edição da *Modern Reformation* que tratou do arminianismo, contrastam o arminianismo com o evangelicalismo e negam a possibilidade do arminianismo evangélico. Ao menos um autor ofensivamente chama o arminianismo de uma "religião e heresia natural, jactanciosa e que rejeita Deus"[44]. Em toda a edição estes autores predominantemente calvinistas (um é luterano) tratam o arminianismo como a heresia do semipelagianismo, mas jamais lidam com a doutrina indispensável da graça preveniente. A tendência comum é a de imputar ao arminianismo todas as falsas crenças que os autores veem jazer no fundo de um imaginável declive escorregadio. Se o mesmo método fosse aplicado ao calvinismo (como alguns arminianos já o fizeram), os calvinistas bradariam em protesto. Podemos defender que o Deus calvinista que predestina incondicionalmente algumas pessoas para o inferno (ainda que unicamente por decretar ignorá-las na eleição), não é um Deus de amor, mas um ser supremo arbitrário e excêntrico que se preocupa apenas em exibir sua glória – mesmo à custa de destruição eterna de almas que ele criou. Um princípio que deve ser obser-

---

as pessoas que lêem Wesley em vez de apenas os seus intérpretes modernos sabem que Wesley afirmava constantemente a supremacia das Escrituras sobre a tradição, razão e experiência, que para Wesley, eram autoridades secundárias.

43 RIDDLEBARGER, Kim. "Fire & Water", *Modern Reformation*, n. 1, 1992. p. 10. Eu fico curioso por saber se o autor sequer leu Miley ou apenas B. B. Warfield, seu crítico.

44 MABEN, Alan. "Are You Sure You Like Spurgeon?", *Modern Reformation*, n. 1, 1992. p. 21. Maben está citando Charles Spurgeon de maneira aprobatória.

vado por todos os envolvidos neste debate é *Antes de discordar, certifique-se que você entenda*. Em outras palavras, devemos estar certos de que podemos descrever a posição teológica do outro como ele ou ela a descreveria, antes de criticá-la ou condená-la. Outro princípio norteador deve ser *Não impute a outros crenças que você, logicamente considera como atreladas às crenças alheias, mas que estes explicitamente as negam.*

Até mesmo historiadores eclesiásticos e teólogos históricos, alegadamente neutros, frequentemente entendem mal o arminianismo. Um exemplo recente está livro *Theology in America* do historiador eclesiástico E. Brooks Holifield, que é um livro excelente, salvo o equívoco. Ele escreve: "Ao clero da Nova Inglaterra, qualquer insinuação de que os seres humanos possam preparar seus próprios corações para a salvação teria tido origem no erro de Armínio, que defendeu que a vontade natural, ajudada apenas pela graça comum, poderia aceitar a oferta de salvação divina"[45]. Tal declaração está claramente equivocada: Armínio afirmou a necessidade de graça auxiliadora (preveniente) sobrenatural para liberar a pessoa caída antes que ele ou ela pudesse responder ao evangelho. Independente disso (e não graça comum, conforme Holifield diz), todo filho de Adão automaticamente rejeitaria o evangelho. Preste atenção no que Armínio diz:

> Em seu estado pecaminoso e caído, o homem não é capaz, de e por si mesmo, quer seja pensar, querer ou fazer o que é, de fato, bom; mas é necessário que seja regenerado e renovado em seu intelecto, afeições ou vontade e em todas as suas atribuições, por Deus em Cristo através do Espírito Santo, para que seja capaz de corretamente compreender, estimar, considerar, desejar e realizar o que quer que seja verdadeiramente bom. Quando ele é feito um participante dessa regeneração ou renovação, eu considero que, uma vez que ele é liberto do pecado, ele é capaz de pensar, desejar e fazer o que é bom, mas, entretanto, não sem a contínua ajuda da Graça Divina."[46]

---

45 HOLIFIELD, E. Brooks. *Theology in America*. New Haven: Yale University Press, 2003. p. 44.

46 ARMINIUS. "*A Declaration of the Sentiments of Arminius*", Works. v. 1. p. 659-60.

Armínio claramente (como todos os arminianos clássicos que vieram depois) não acreditava que apenas a graça comum era suficiente para desejar o que é bom. (A graça comum é a graça universal de Deus que capacita a justiça civil na sociedade a despeito da depravação humana). Uma infusão especial de graça renovadora, regeneradora e sobrenatural é obrigatória até mesmo para o primeiro exercício de uma boa vontade para com Deus. Isso é tão básico na teologia de Armínio e no arminianismo que as alegações tais como as que Holifield faz, que são muito comuns na literatura evangélica, são inadmissíveis.

Talvez o exemplo mais infame da distorção muito comum do arminianismo na literatura teológica possa ser encontrado em um arminiano! Henry C. Thiessen lecionou teologia em Wheaton College por muitos anos e produziu materiais para um livro didático de teologia, publicado após sua morte sob o título *Lectures in Systematic Theology* [Palestras em Teologia Sistemática] (1949). Alguns desejam atribuir a confusão em relação ao arminianismo ao editor do livro, que organizou os materiais inéditos para publicação, mas o editor (o filho de Thiessen) torna esta desculpa inaceitável em seu prefácio. A descrição de Thiessen da eleição é clara e inequivocamente arminiana: "As Escrituras ensinam que a eleição está baseada na presciência"[47]. De acordo com ele, Deus produz salvação naqueles que respondem positivamente à graça preveniente de Deus[48]. Estes são os eleitos. Thiessen ensina a posição arminiana clássica em todo seu livro, em toda matéria que lida com a soteriologia. Entretanto, de maneira surpreendente, em seu capítulo acerca do pecado original ele escreve sobre a "Teoria Arminiana" e a chama de semipelagianismo[49]. Ele atribui isso à crença de que o "homem está enfermo", mas não tão espiritualmente danificado a ponto de ser incapaz de, por si mesmo, iniciar a salvação. Em contradição a esta suposta teoria arminiana, ele expõe por sua própria iniciativa o que é, de fato, a posição arminiana clássica![50] Em lugar nenhum ele vincula o nome de Armí-

47 THIESSEN, Henry C. *Lectures in Systematic Theology*. Grand Rapids: Eerdmans, 1949. p. 156.

48 Ibid. p. 157.

49 Ibid. p. 261.

50 Ibid. pp.261-2.

nio ou o termo arminianismo à sua própria visão – ainda que ela seja inteiramente arminiana. O livro de Thiessen foi utilizado como o texto introdutório em inúmeros cursos teológicos em todo o mundo evangélico por muitos anos. E ainda em 1982, quando assumi a posição de docência em tempo integral, herdei o livro de Thiessen (como livro texto do curso) do professor que eu sucedi e que por anos havia utilizado o livro com os alunos ingressantes no curso de teologia na universidade. Não é de se espantar que a maioria dos evangélicos, incluindo alunos de teologia, pastores e mesmo teólogos, esteja confusa em relação ao arminianismo!

O Propósito do Livro

O propósito deste livro é simples e direto: descrever corretamente a verdadeira teologia arminiana e começar a desfazer os danos que foram feitos a esta herança teológica, tanto por seus críticos como por seus amigos. Em virtude do que a maioria das pessoas sabe, ou pensa que sabe, o arminianismo é principalmente composto de mitos, este livro foi organizado em torno destes equívocos. Todavia, o impulso deste livro não é negativo, mas positivo. As afirmações do arminianismo (fornecidas na primeira página de cada capítulo) formam a espinha dorsal deste livro. Ainda que os motivos pelos quais arminianos não são calvinistas sejam dados, *Teologia Arminiana* não é um livro de argumentos contra o calvinismo. É por esta razão que o livro não está repleto de exegese. Por fim, não almejo converter ninguém ao arminianismo. O propósito deste livro não é a persuasão (exceto no justo entendimento da teologia arminiana), mas informação. Espero que no futuro os críticos do arminianismo o descrevam como seus proponentes o descrevem e que rigidamente evitem a caricatura ou deturpações, assim como esperam que os outros tratem sua própria teologia.

MITO 1

A Teologia Arminiana é o oposto da Teologia Calvinista/Reformada

Jacó Armínio e a maioria de seus seguidores fiéis estão inseridos dentro do amplo entendimento da tradição reformada; os pontos comuns entre o arminianismo e o calvinismo são significantes.

COMO O ARMINIANISMO, O TERMO REFORMADO É CONTROVERSO. Uma definição extremamente restrita limita o termo *Reformado* às pessoas e movimentos que juram fidelidade aos três "símbolos de unidade" – o Catecismo de Heidelberg, a Confissão Belga e os Cânones do Sínodo de Dort. Isso excluiria, todavia, os muitos presbiterianos em todo o mundo que também acreditam que são reformados! Também seriam excluídos os congregacionais, batistas e muitas outras igrejas e organizações que reivindicam o termo e que, geralmente, são consideradas como reformadas em sua teologia. A definição mais abrangente da teologia reformada inclui todos os que reivindicam o termo e que podem demonstrar algum vínculo histórico com as alas suíça e francesa da reforma protestante – mesmo que sua teologia seja uma revisão radical da teologia de Calvino, Zuínglio ou de Bucer. A Aliança Mundial de Igrejas Reformadas (AMIR) abrange muitos destes grupos revisionistas, incluindo a Irmandade Remonstrante dos Países Baixos (a denominação original arminiana)! Entre estas duas definições, a mais abrangente e a mais restrita, jaz uma gama de descrições da teologia reformada, incluindo quaisquer teologias protestantes que acentuem a soberania de Deus, que enfatizem a Palavra e o Espírito como fontes e normas conjuntas de teologia

e que estimem Calvino como o mais correto reformador do século XVI. Os historiadores da igreja luterana e teólogos históricos tendem a agrupar virtualmente todos os protestantes fora da tradição luterana na categoria reformada. Para muitos luteranos, mesmo a Igreja da Inglaterra (igrejas episcopais nos EUA) e igrejas metodistas são reformadas. Tal definição certamente amplia o termo a ponto de deixá-lo extremamente diluído.

Definir categorias tais como esta é algo reconhecidamente difícil e não há sedes ou agências reguladoras com o poder de fazer com que alguma definição seja a aceita por todos. Um exemplo deste problema é a dificuldade de posicionar o arminianismo em relação à tradição reformada. Como deve ser óbvio a partir da introdução deste livro, a maioria dos calvinistas conservadores (que tendem a se ver como os donos da tradição reformada e, portanto, cabendo a eles defini-la) estão propensos a excluir o arminianismo da herança reformada. Para eles o arminianismo é, para a teologia reformada, o mesmo que o protestantismo é para o catolicismo romano – mais uma deserção do que uma ramificação. Esta é a abordagem utilizada por Richard A. Muller, teólogo histórico reformado que é considerado um especialista em ortodoxia protestante pós-reforma. Em sua obra magistral *God, Creation and Providence in the Thought of Jacobus Arminius* (Deus, Criação e Providência no Pensamento de Jacó Armínio), ele distancia o arminianismo da teologia reformada, enquanto admite a educação de Armínio em Genebra sob Teodoro Beza, sucessor de Calvino, e a intenção de Armínio de simplesmente alargar a fé reformada de maneira que permitisse a inclusão do sinergismo evangélico. A descrição de Muller da teologia de Armínio enfatiza sua "mudança de paradigma" do pensamento reformado padrão para algo mais análogo à teologia católica[1]. De acordo com Muller, "o sistema de Armínio [...] só pode ser interpretado como uma alternativa completa à teologia reformada"[2]. As razões de Muller serão dadas e discutidas mais profundamente no capítulo dois, que assinala a relativa incomensurabilidade do arminianismo e o calvinismo rígido. Basta dizer aqui que Muller representa muitos eruditos reformados que consideram Deus o poder totalmente dominante e controlador sobre a história (à exclusão de qualquer autolimitação divina) como essencial para o pensamento reformado.

---

1 MULLER, Richard A. *God, Creation and Providence in the Thought of Jacobus Arminius*. Grand Rapids: Baker, 1991. p. 271.

2 Ibid. p. 281.

Todavia, penso que seja um mito ou equívoco que o arminianismo e a teologia reformada, incluindo o calvinismo moderado, se não o calvinismo rígido, estejam em polos opostos no espectro cristão teológico. Ainda que o arminianismo não devesse ser incluído na categoria "reformado" na taxonomia dos tipos protestantes, ele não está totalmente em desacordo com a tradição reformada. As origens e temas comuns são abundantes; as ênfases partilhadas são mais numerosas do que a maioria das pessoas pensa. É uma pena que tantas pessoas, incluindo pastores e teólogos, criem uma tensão entre o arminianismo e a teologia reformada, como se eles estivessem necessariamente em guerra, retratando-os de tal forma que apenas um possa ser ortodoxo. Um conhecido apologista reformado fez uma observação a seus ouvintes que, em sua opinião, apenas uma das duas pode "honrar a Escritura". Não estou querendo dizer que ambas são verdadeiras em todos os pontos. Na verdade, rejeito qualquer híbrido de arminianismo e calvinismo em pontos soteriológicos essenciais. Contudo, é errado dizer que apenas uma honra a Escritura. Nenhuma das duas tradições é o próprio evangelho; ambas são tentativas falíveis de interpretar o evangelho e a Escritura, e ambas podem honrá-los ainda que uma ou a outra esteja errada em determinados pontos.

Muitos teólogos reformados moderados agora reconhecem o arminianismo e a teologia reformada como intimamente ligados, apesar de não serem parceiros. Alguns teólogos arminianos compartilham esta perspectiva ao mesmo tempo que discordam do calvinismo rígido. Um exemplo de teólogo reformado que afirma a validade do arminianismo em relação à fé reformada é Alasdair Heron, que leciona teologia reformada na Universidade de Erlangen na Alemanha. Em seu artigo "Arminianismo" em *The Enciclopedia of Christianity* (1999) Heron conclui que:

> A preocupação de Armínio em rever a doutrina da predestinação que havia se tornado muito abstrata, vendo-a à luz de Cristo e da fé, foi pior representada por tais movimentos [como os Remonstrantes] do que pela própria teologia reformada moderna, embora com consideráveis correções de curso[3].

3 HERON, Alasdair I. C. "Arminianism", in *The Encyclopedia of Christianity*, trad.

Os teólogos reformados a quem Heron está se referindo (como ajustando a doutrina da predestinação junto com o curso apresentado por Armínio) são Karl Barth, a quem menciona explicitamente, Hendrikus Berkhof e Adrio König. Pelo fato de eles pertencerem a denominações reformadas holandesas, os últimos dois são mais que definitivamente membros da fraternidade mundial de pensadores reformados. Todavia, eles adotaram posições em relação à soberania de Deus e ao livre-arbítrio humano que são mais consistentes com o arminianismo do que com o calvinismo rígido. O mesmo pode ser dito de Alan P. F. Sell, ex-secretário da AMIR, e o falecido Lewis B. Smedes, do Seminário Teológico Fuller. Todos estes homens apelam para a autolimitação de Deus em relação à criação – e, em especial, a livre agência humana – para explicar o relacionamento pactual entre Deus e seu povo e o progresso do pecado e do mal no mundo. Isto certamente representa uma definição diferente da teologia reformada do que a dada por Muller. Muito depende de como definimos a teologia reformada! No geral, parece ser válido incluir o arminianismo dentro da ampla categoria da família reformada da fé.

Armínio e a Teologia Reformada

Alguns calvinistas certamente consideram o arminianismo uma heresia. A Internet está repleta destes casos. Tudo o que precisamos fazer para comprovar isso é digitar arminianismo em qualquer mecanismo de busca e observarmos todos os websites calvinistas que condenam o arminianismo como heresia. Entretanto, muitos pensadores e líderes calvinistas moderados ou reformados se abriram para o arminianismo e o abraçaram como uma expressão válida da teologia reformada. Qual é o posicionamento dos arminianos nesta questão? Os arminianos consideram sua teologia reformada? O próprio Armínio considerava sua teologia reformada? Aqui passamos a andar em terreno difícil, com opiniões diversas. Um televangelista famoso declarou o calvinismo a pior heresia na história da cristandade. Esta opinião pode ser certamente encontrada entre alguns arminianos. Outros simplesmente desejam colocar uma distância entre eles e todas as variedades de calvinismo. Outros

Geoffrey W. Bromiley. Grand Rapids: Eerdmans, 1999. v 1, p. 128-9.

denominam a si mesmos "moderadamente reformados" ou até mesmo "calminiano" – apontando para um hibridismo imaginário do calvinismo e o arminianismo!

Um dos eruditos do arminianismo mais confiáveis do século XX foi o metodista Carl Bangs, que escreveu em 1995 uma biografia teológica magistral de Armínio intitulada *Arminius: A Study in the Dutch Reformation* (Armínio: Um Estudo da Reforma Holandesa). Bangs cresceu no meio do movimento de santidade (sua irmã escreveu livros acerca da teologia arminiana para os nazarenos). Contudo, em *Arminius* Bangs renunciou à crença popular de que o teólogo holandês se opunha a tudo no calvinismo ou teologia reformada, e ressaltou suas inúmeras tentativas de enfatizar os pontos em comum. Uma história popular sobre Armínio é a de que ele era um comprometido calvinista rígido até que lhe pediram para que examinasse e refutasse os ensinos de um reformador radical que rejeitou os ensinos calvinistas acerca da predestinação. De acordo com este relato, Armínio foi persuadido pela verdade da teologia sinergística de Dirk Coornhert e sacudiu a poeira calvinista de seus pés. Bangs desmente essa lenda dizendo tratar de um mito ou, no mínimo, uma história não provada e sem que se possa provar. Antes, Armínio nunca adotara plenamente o monergismo de Calvino ou de Beza: "Todas [as] evidências apontam para uma conclusão, a saber: que Armínio não estava em acordo com a doutrina de Beza da predestinação quando assumiu seu ministério em Amsterdã, com efeito, ele provavelmente jamais concordou com ela"[4]. Contudo, de acordo com Bangs, Armínio sempre se considerou reformado e na linha dos grandes reformadores suíços e franceses Zuínglio, Calvino e Bucer. Foi aluno do sucessor de Calvino, Beza, em Genebra, e recebeu dele uma carta de recomendação para a igreja reformada de Amsterdã. Parece extremamente improvável que o pastor-líder de Genebra e diretor de sua academia reformada desconhecesse as inclinações de seus alunos mais brilhantes.

Qual é a explicação para tudo isso? De acordo com Bangs e alguns outros historiadores, as igrejas reformadas das Províncias Unidas na época de Armínio eram genericamente protestantes em vez de rigidamente calvinistas[5]. Ao passo que aceitavam o Catecismo de Heidelberg como principal declaração de fé, elas não exigiam

4 BANGS, Carl. *Arminius.* Grand Rapids: Zondervan, 1985. p. 141.

5 Ibid. p. 198.

que ministros ou teólogos aderissem aos pilares do calvinismo rígido, que estava sendo desenvolvido em Genebra sob Beza. Armínio parece ter ficado sinceramente chocado e surpreso com a oposição formada por calvinistas contra seu sinergismo evangélico; ele estava acostumado a um tipo de teologia reformada que permitia opiniões diferentes concernentes aos detalhes da salvação. De acordo com Bangs, "os antigos reformadores" das Províncias Unidas não eram mais calvinistas do que eram luteranos. A teologia deles era uma mescla genérica e talvez única das duas principais alas do protestantismo, e eles permitiam que as pessoas se inclinassem a uma direção (incluindo o sabor sinergístico do luteranismo de Melanchton) ou outra (incluindo o calvinismo claramente extremo de Beza, conhecido como supralapsarianismo). Mas Francisco Gomaro, colega de Armínio na Universidade de Leiden, alegou que o calvinismo rígido estava implícito nos padrões doutrinários das igrejas e universidades holandesas, então ele lançou um ataque aos moderados, incluindo Armínio.

Em princípio, esta primeira campanha para impor o calvinismo rígido foi frustrada; conferências de igreja e estado investigaram a teologia de Armínio e por inúmeras vezes o exoneraram da acusação de heterodoxia, isso até que a política começasse a se intrometer. De uma forma ou outra, Gomaro e outros calvinistas rígidos conseguiram convencer os regentes das Províncias Unidas, e, em especial, o príncipe Maurício de Nassau, de que apenas a teologia deles garantia proteção contra os avanços da influência católica espanhola (as Províncias Unidas ainda estavam envolvidas em uma guerra de liberação prolongada contra a Espanha e a dominação católica durante a época em Armínio viveu)[6]. Após a morte de Armínio, o governo começou a interferir cada vez mais na controvérsia teológica acerca da predestinação nas Províncias Unidas e, por fim, o príncipe Maurício destituiu os arminianos de seus cargos governamentais; um foi executado e outros foram presos. Quando o sínodo eclesiástico nacional aconteceu em Dort em 1618-1619, o partido dos calvinistas rígidos tinha o apoio do governo. Os remonstrantes foram excluídos de participar, com

6 A complicada história desta controvérsia envolvendo Armínio e seus seguidores nos anos que precederam o Sínodo de Dort é magistralmente recontada em A. W. Harrison, *The Beginnings of Arminianism to the Synod of Dort*. London: University of London Press, 1926.

exceção dos réus; eles foram condenados como heréticos e expulsos de seus cargos; suas propriedades foram tomadas e foram exilados do país. Tão logo o príncipe de Nassau faleceu, em 1625, o partido dos calvinistas rígidos perdeu seu grande apoio e os remonstrantes retornaram ao país e fundaram igrejas e um seminário. A questão é que a igreja protestante holandesa anterior abarcava diversidade teológica; tanto monergistas quanto sinergistas eram representados nela. Somente o poder do príncipe permitiu ao partido monergista controlar a igreja, e com o poder do estado perseguir os sinergistas.

Armínio sempre se considerou um reformado em um sentido mais amplo. Em sua forma de pensar, o calvinismo rígido era apenas uma ramificação da teologia reformada; ele pertencia à outra ramificação. Isso não fazia dele menos reformado. Bangs discorda de Richard Muller, que defende que Armínio e sua teologia representam um desvio radical do pensamento reformado. Para Bangs, Armínio e sua teologia representam uma variedade do pensamento reformado, mesmo fora do grupo dominante. O arminianismo é mais uma correção da teologia reformada do que um abandono dela. "Armínio mantém-se resoluto na tradição reformada ao insistir que a salvação é somente pela graça e que a habilidade ou mérito humano deve ser excluído como causa da salvação. É somente a fé em Cristo que coloca o pecador na companhia dos eleitos"[7]. A correção jaz na rejeição de Armínio ao monergismo rígido, que muitos vieram a equiparar à própria teologia reformada; ele preferia focar nos pontos em concordância que ele partilhava com outros pensadores reformadores a focar nos pontos de discórdia. (Embora, ele sempre fosse forçado a afirmar suas opiniões divergentes das versões mais extremas do calvinismo).

> A opinião que Armínio e o arminianismo clássico são parte da tradição reformada mais abrangente e não o oposto do calvinismo é partilhada por muitos eruditos. Gerrit Jan Hoenderdal, teólogo holandês, diz: "Muito calvinismo pode ser encontrado na teologia de Armínio; mas ele tentou ser um calvinista de uma maneira mais

7 BANGS, Carl. *Arminius*. Grand Rapids: Zondervan, 1985. p. 198.

independente"[8]. Ele confirma a afirmação de Bangs de que isto era comumente aceito nas igrejas e universidades holandesas antes da época de Armínio, mas que certa rigidez no calvinismo havia se iniciado durante a carreira de Armínio na Universidade de Leiden[9]. James Luther Adams concorda. De acordo com ele, Armínio conservou características do calvinismo[10]. Dentre as características estão a ênfase na soberania da graça como necessária até mesmo para as primeiras inclinações do coração para Deus e o destaque à salvação como um dom gratuito que não pode ser adquirido ou merecido. Donald Lake concorda e diz que Armínio era "na maioria dos pontos, um calvinista brando"[11]. Howard Slaatte também concorda. De acordo com ele, Armínio trouxe ajustes à teologia reformada; ele não separou-se dela. Os remonstrantes posteriores, que Slaatte chama de "quase arminianos" (quase certamente Philip Limborch), abandonaram o verdadeiro arminianismo, defendido por Armínio e sua primeira geração de seguidores (Episcópio e outros primeiros remonstrantes). Ele chama Armínio de um "calvinista de esquerda" e afirma que, ao passo que Pelágio era um moralista, Armínio era um produto confirmado da reforma protestante[12].

Slaatte corretamente comprova que Armínio apenas buscou modificar o fluxo do calvinismo:

---

8 HOENDERDAL, Gerrit. "The Life and Struggle of Arminius in the Dutch Republic", in *Man's Faith and Freedom: The Theological Influence of Jacobus Arminius*, Ed. Gerald O. McCulloh. Nashville: Abingdon, 1962. p. 25.

9 Ibid.

10 ADAMS, James Luther. "Arminius and the Structure of Society," in *Man's Faith and Freedom*, Ed. Gerald O. McCulloh. Nashville: Abingdon, 1962. p. 94.

11 LAKE, Donald M. "Jacob Arminius's Contribution to a Theology of Grace", in *Grace Unlimited*, Ed. Clark Pinnock. Minneapolis: Bethany House, 1975. p. 232.

12 SLAATTE, Howard A. *The Arminian Arm of Theology*. Washington, D.C.: University Press of America, 1979. p. 19, 23.

> A verdadeira teologia arminiana [que é fiel à Armínio] sempre mostra um profundo respeito pela primazia da graça de Deus relacionada à fé e à doutrina da pecaminosidade do homem, ao passo que ao mesmo tempo suplica pela responsabilidade coerente do homem no relacionamento de salvação[13].

Slaatte toca no real ponto no qual Armínio permaneceu fiel à causa reformada:

> Logo, o fator responsivo [na pessoa humana, de acordo com Armínio] pode ser descrito como inspirado na graça, qualificado na graça e liberdade orientada pela graça. O pecador pode pecar livremente ao render-se às tentações e coações malignas dentro de sua própria existência, mas ele pode responder à graça livremente ao passo que a graça lhe toca por intermédio da Palavra iluminada pelo Espírito[14].

Até mesmo o conservador e venerável teólogo arminiano H. Orton Wiley considerou Armínio e o arminianismo mais como uma correção da teologia reformada do que um total abandono dela: "Em suas formas mais belas e puras, o arminianismo preserva a verdade encontrada nos ensinos reformados sem aceitar seus erros"[15].

Duas conexões entre a Teologia de Armínio e a Teologia Reformada

Duas áreas onde a teologia de Armínio permaneceu próxima da teologia reformada e do calvinismo padrão de sua época são: a ênfase na glória de Deus e o uso da teologia federal ou da aliança. Estas duas, indubitavelmente, surgirão como surpresas para muitos calvinistas antiarminianos. Primeiro, Armínio afirmou que o propósito supremo de Deus na criação e redenção é a sua própria glória e que a maior felicidade da criatura jaz precisamente em desfrutar Deus. Ou seja, este é um princípio capital do calvinismo e

13 Ibid. p. 24.

14 Ibid. p. 66.

15 WILEY, H. Orton. *Christian Theology*. Kansas City, Mo.: Beacon Hill, 1941. v. 2, p. 107.

da teologia reformada em geral. A primeira pergunta e resposta no Catecismo Menor de Westminster, uma declaração confessional reformada, é: "Qual é o fim principal do homem? Glorificar a Deus e gozá-lo para sempre". Em seu segundo discurso formal Armínio concorda: "Neste ato da mente e da vontade - em ver um Deus presente, em amá-lo e, portanto, no desfrute dele - a salvação do homem e sua perfeita vontade consistem"[16]. Além do mais, o propósito final de todas as ações de Deus é sua própria glória:

> Reflitamos a razão pela qual Deus nos chamou das trevas para sua maravilhosa luz; por que nos proveu com uma mente, entendimento, e razão; e nos adornou com a sua imagem. Que essa pergunta paire sobre nossas mentes – Para qual propósito ou FIM Deus restaurou os caídos ao seu estado primitivo de integridade: reconciliou os pecadores consigo mesmo e favoreceu inimigos? – e nós claramente descobriremos que tudo isso foi feito para que possamos ser participantes da salvação eterna e possamos cantar louvores a ele eternamente[17].

Armínio exalta a glória de Deus como o fim supremo em tudo:

> Este Fim [propósito, objetivo] é inteiramente divino - não sendo nada menos que a glória de Deus e a eterna salvação do homem. O que pode ser mais justo do que todas as coisas devam ser referidas a ele, a partir de quem obtiveram sua origem? O que pode estar em mais conformidade com a sabedoria, bondade e poder de Deus, do que ele ter que restaurar, à sua integridade original, o homem que fora criado por ele, mas que por seu próprio erro destruiu a si mesmo; e ele ter que fazê-lo participante de sua própria bênção Divina?... Em tal fim como este, a glória de Deus mais abundantemente refulge e se revela[18].

16 ARMINIUS. "Oration II", *Works*, v. 1, p. 363.

17 Ibid. p. 371-2.

18 Ibid. p. 384-5.

Em suma, Armínio estava em harmonia com a teologia reformada em sua visão da glória de Deus como o fim ou propósito de tudo na criação e redenção. Claro, ele e todos os remonstrantes posteriores acrescentaram à ênfase reformada acerca da glória de Deus uma igual ênfase no amor de Deus demonstrado em compaixão universal e vontade de mostrar misericórdia; para os arminianos, as duas coisas – a glória de Deus e o amor de Deus – não podem ser divididas.

Outra área importante onde a teologia de Armínio ficou próxima da teologia reformada é a teologia federal ou de dois pactos. Durante a vida de Armínio muitos eruditos calvinistas estavam desenvolvendo a ideia de que Deus liga-se aos homens por intermédio de pactos, e eles utilizaram o tema do pacto como chave hermenêutica para revelar os mistérios da Escritura e da história da salvação. Qualquer um que ler os "Discursos Formais" de Armínio não pode perder este tema. O relato de Armínio do relacionamento divino com a humanidade na redenção está de acordo com a teologia pactual calvinista básica, que considera o relacionamento divino-humano governado por dois pactos: um embasado nas obras e outro embasado na graça. De acordo com Armínio, todos os caminhos de Deus com as pessoas na história começam com o pacto das obras que Deus estabeleceu com Adão e sua posteridade. Adão quebrou este pacto pela desobediência, para a grande desgraça de toda a humanidade:

> Ele não caiu sozinho; todas as pessoas que ele representava e cuja causa ele pleiteava, na época (embora tais pessoas ainda não existissem), decaíram com ele do elevado cume de tamanha distinção. Não caíram apenas do sacerdócio como também caíram do pacto[19].

Armínio afirmava um segundo pacto como uma solução para a infidelidade de Adão para com o primeiro; este segundo pacto tem por foco Jesus Cristo como o mediador e a graça como o meio de redenção. Este é um "melhor pacto estabelecido sobre melhores promessas"[20]. Sua única condição é a fé.

---

19 ARMINIUS. "Oration IV", *Works*. v. 1, p. 409.

20 Id. "Oration I", *Works*. v. 1, p. 337.

William Gene Witt, especialista em Armínio, explica esta teologia do pacto em termos da diferença de Armínio entre as duas "teologias", que são, de fato, as duas formas de interpretar o propósito redentor de Deus e o relacionamento com os seres humanos. Para Armínio, "a teologia legal" correlaciona a teologia da lei com Adão como o líder da raça, ao passo que a "teologia evangélica" correlaciona a teologia da graça com Cristo como o líder da raça – na medida em que as pessoas o aceitam pela fé[21]. Para Armínio, de acordo com Witt, a teologia evangélica revela mais plenamente a natureza e vontade de Deus do que a teologia legal, e, no entanto, ambos os pactos são estabelecidos por Deus de acordo com a graça. A teologia evangélica e o pacto da graça transcendem e cumprem a teologia legal e o pacto das obras; a mudança não é uma mudança da natureza ou propósito de Deus, mas uma mudança na resposta divina para as ações humanas. O mesmo Deus é o autor dos dois pactos para o mesmo propósito – união da humanidade com Ele mesmo para Sua própria glória e felicidade da humanidade[22]. A graça de Deus é a base de ambos os pactos. A graça continua a surgir como um importante e recorrente tema na teologia de Armínio, que aparece em sua explicação do novo pacto que Deus estabeleceu com a humanidade por intermédio de Jesus Cristo. É o que o teólogo reformado sul-africano Adrio König chama de "pacto monopluralista" – estabelecido por Deus, mas que exige uma resposta humana livre. Está unicamente embasado na graça de Deus, que não é forçada por decisões ou ações humanas. William Witt está certo de que "Armínio detém uma excelentíssima teologia da graça. Ele insiste enfaticamente que a graça é imerecida por ser obtida por intermédio da redenção de Deus em Cristo, não por intermédio de esforço humano"[23]. A diferença entre a teologia federal de Armínio e a dos calvinistas europeus [continentais] (e os puritanos britânicos) é a condicionalidade da primeira e a inteireza da última. Ou seja, para Armínio, a inclusão no pacto da graça não é

21 WITT, William Gene. *Creation, Redemption and Grace in the Theology of Jacobus Arminius*. Indiana, University of Notre Dame, 1993. Dissertação de Doutorado. p. 215-49.

22 Curiosamente, este tema recorrente na teologia de Armínio não está distante do "hedonismo cristão" do calvinista John Piper, ainda que Piper não tenha grande apreço pelo arminianismo.

23 Ibid. p. 259-60.

determinada unicamente por Deus, mas pela resposta livre da pessoa humana para a iniciativa de Deus em Cristo através do Espírito Santo. A versão calvinista considera a inclusão como absoluta e incondicional; os eleitos podem pensar que a fé tenha sido obtida por eles mesmos, mas, na verdade, é um dom de Deus que eles não são capazes de recusar.

Parece seguro concluir, então, que o próprio Armínio não possuía nenhuma antipatia à teologia reformada e até mesmo se considerava, de certa forma, um expoente da mesma. Ele era um "reformador dos reformados". Ele não estava conscientemente separando-se ou tentando transpô-la. Certamente a alegação de Muller de que a teologia de Armínio representava uma "alternativa completa à teologia reformada" é extremada demais. Em muitos pontos Armínio conservou características fundamentais da versão reformada do protestantismo, e isto será visto ainda mais claramente nos últimos capítulos, onde suas visões acerca da providência e graça são examinadas mais extensamente. Desta maneira, contrário à opinião popular (e a de alguns eruditos), Armínio pode ser, de maneira justa, considerado parte da história da teologia reformada. Claro, se alguém decide bem arbitrariamente que os Cânones do Sínodo de Dort são definitivamente da teologia reformada, então a teologia de Armínio não pode ser considerada reformada. Mas esta definição da teologia reformada é anacrônica quando aplicada ao cenário histórico do próprio Armínio e restrita e frágil demais até mesmo para os padrões reformados contemporâneos.

Os pontos em comum entre Arminianos e Calvinistas

Os arminianos posteriores possuem pontos em comum com a teologia reformada e, em especial, com os calvinistas? Isto depende, claro, de como definimos estes termos ou quais versões delas nós iremos utilizar. Menos pontos em comuns serão encontrados entre o arminianismo e o calvinismo rígidos, da variedade da TULIP (ver p. 21.), do que entre o arminianismo e o pensamento reformado revisionista representado por muitos pensadores reformados da linha principal. Os pontos em comum, por exemplo, entre o arminianismo e a teologia do teólogo reformado Alan P. F.

Sell, ex-secretário da AMIR, são abundantes[24]. Todavia, pontos em comum são mais difíceis de serem encontrados ou são menores entre arminianos comprometidos e calvinistas rigorosos, tal como Edwin Palmer, autor de *The Five Points of Calvinism* (Os Cinco Pontos do Calvinismo). Apesar disto, creio que cristãos iluminados, inteligentes e atenciosos nos dois lados precisam ver as áreas de concordância e enfatizá-las por amor e causa do evangelho. Ambos estão firmemente plantados dentro do movimento evangélico. Dentro da National Association of Evangelicals (Associação Nacional de Evangélicos) as denominações membros incluem a Igreja Presbiteriana da América (PCA), uma organização calvinista conservadora e a Igreja do Nazareno, completamente arminiana (isso sem mencionar as muitas organizações pentecostais e de movimento de santidade). Certamente estes e outros grupos semelhantes têm muito em comum. Suas teologias não podem ser antagônicas, ainda que discordem em certos pontos. Tentarei expor e acentuar os pontos em comum no intuito de superar o mito de que os arminianos e calvinistas sejam grupos em guerra e que apenas um possa honrar a Deus e ser fiel à Bíblia.

Podemos começar com João Wesley, que não hesitou em afirmar que os calvinistas, embora equivocados em várias questões teológicas importantes, eram companheiros evangélicos na obra do avivamento. Wesley afirmava que sua própria teologia estava "a um triz" dos ensinos de Calvino. Ele fez a seguinte pergunta: "De que maneira podemos chegar à beira do calvinismo? E respondeu em três pontos: (1) Ao atribuir toda coisa boa à livre graça de Deus. (2) Ao negar todo o livre-arbítrio natural e todo poder que antecede a graça. (3) Ao excluir todo mérito do homem; até mesmo o que ele tem ou faz pela graça de Deus"[25]. Isto indubitavelmente surgirá como surpresa e alívio para os calvinistas que escutaram que Wesley acreditava em uma salvação embasada em obras. Um célebre calvinista evangélico, percebendo a concor-

---

24 Ver a teologia sistemática de três volumes de Sell, *Doctrine and Devotion*. Shippensburg, Penn.: Ragged Edge, 2000, onde ele por várias vezes afirma a liberdade humana e nega o controle divino absoluto sobre as escolhas e ações humanas. "A onipotência de Deus [...] não é poder absoluto incondicionado".

25 John Wesley, in WOOD, Arthur Skevington. "The Contribution of John Wesley to the Theology of Grace", *Grace Unlimited*, Ed. Clark Pinnock. Minneapolis: Bethany House, 1975. p. 211.

dância de Wesley com o calvinismo (e a teologia protestante em geral) declarou que ele era mais um "calvinista confuso" do que um arminiano. Claro, este erro se origina de uma concepção errônea da própria teologia de Armínio ou de erroneamente equiparar o arminianismo ao arminianismo de cabeça dos remonstrante posteriores. Wesley escreveu um ensaio intitulado: "Pensamentos acerca da soberania de Deus" (em 1777, no qual ele afirmou que Deus pode "no sentido mais absoluto, fazer o que ele quiser com o que é seu"[26]. Ele não colocou limites no direito ou poder de Deus de eliminar a criação da maneira que quiser, mas apelou para o caráter amoroso e justo de Deus para equilibrar a onipotência e a soberania de Deus.

Os pontos em comum entre o calvinismo e o arminianismo podem ser encontrados em outros teólogos arminianos[27]. Arminianos, juntamente com calvinistas, afirmam a depravação total em virtude da queda da humanidade em Adão e sua consequência herdada de uma natureza corrupta em escravidão ao pecado. Um mito comum sobre o arminianismo é o de que ele promove uma antropologia otimista. Entretanto, até mesmo alguns críticos reformados do arminianismo admitem partilhar importantes pontos em comum com ele. "Arminianos e calvinistas igualmente acreditam na depravação total: em virtude da queda, todo aspecto da natureza humana está contaminado pelo pecado[28]. Os arminianos clássicos estão aliviados em poder, finalmente, encontrar alguns calvinistas que entendem e admitem este compromisso arminiano com a depravação total![29]. O próprio relato de Armínio do declínio humano dificilmente poderia ser mais forte caso ele fosse um completo e

---

26 Ibid.

27 É claro que pontos em comum também podem ser encontrados ao examinarmos teólogos calvinistas, mas aqui o foco permanece nos escritos arminianos.

28 PETERSON, Robert A.; WILLIAMS, Michael D. *Why I Am Not an Arminian*. Downers Grove, Ill.: Intervarsity Press, 2004. p. 163.

29 Este ponto em comum na antropologia pessimista é negligenciado ou negado na maioria das descrições calvinistas padrões sobre o arminianismo. Isto está claramente ilustrado no livro *Five Points of Calvinism* (Cinco Pontos do Calvinismo) de Palmer, onde o arminianismo é frequentemente distorcido como semipelagiano e na edição da revista *Modern Reformation* (Reforma Moderna) n. 1, de 1992, na edição sobre o arminianismo, onde a distância entre a antropologia arminiana e a calvinista é exagerada.

total calvinista! Em seus "Debates Públicos", o fundador do arminianismo inequivocamente declarou que, em virtude da queda de Adão, toda a humanidade estava sob o domínio do pecado e que

> Neste estado, o Livre-Arbítrio do homem para com o Verdadeiro Bem não apenas está ferido, desfigurado, enfermo, inclinado e enfraquecido *[attenuatum]*: como também está cativo *[captivatum]*, destruído e perdido. E suas forças não só estão incapacitadas e inúteis a menos que assistido pela graça, mas ele não possui quaisquer poderes exceto os que forem estimulados pela graça Divina[30].

A afirmação arminiana, por si só, deveria minar todas as concepções errôneas muito comuns de que Armínio e os arminianos acreditam que o livre-arbítrio humano sobreviveu intacto à Queda. Robert Lethan, preeminente erudito calvinista, perpetua este mito em seu artigo "Arminianismo" em *The Westmisnter Handbook to Reformed Theology* (Manual de Westminster para a Teologia Reformada). Ao descrever a teologia de Armínio, ele escreve: "Além do mais [para ele] a vontade caída permanece livre[31]. Isto é simplesmente falso.

Armínio continuou sua descrição do resultado da Queda não a restringindo apenas à vontade, mas a estendendo à mente dos humanos ("sombria, destituída do conhecimento salvador de Deus e... incapaz das coisas que pertencem ao Espírito de Deus"), ao coração ("odeia e possui uma aversão àquilo que é verdadeiramente bom e agradável a Deus; mas ama buscar o que é mal"), e a qualquer força de fazer o bem ("fraqueza completa *[impotentia]* de realizar aquilo que é realmente bom). Por fim, ele declarou que "nada pode ser dito com mais verdade acerca do homem neste estado do que ele está completamente em pecado"[32]. Arminianos posteriores, incluindo João Wesley e os principais teólogos arminianos metodistas do século XIX,

---

30 ARMINIUS. "Public Disputations", *Works*. v. 2, p. 192.

31 LETHAM, Robert. "Arminianism", *The Westminster Handbook to Reformed Theology*, ed. Donald K. McKim. Louisville: Westminster John Knox Press, 2001. p. 4.

32 ARMINIUS, "Public Disputations", *Works*. v. 2. p. 194

concordaram completamente com Armínio[33]. Nem mesmo Calvino acreditava que os homens caídos são tão maus quanto poderiam possivelmente ser!

Entretanto, só é justo reconhecer que os remonstrantes posteriores e os arminianos de cabeça apostataram, de fato, do robusto ensino de Armínio da depravação humana. John Mark Hicks, em sua excelente dissertação acerca da teologia remonstrante, demonstra esta deserção, focando especialmente em Philip Limborch, líder remonstrante do final do século XVII. Ele cita o teólogo reformado Moses Stuart dizendo acerca de Armínio: "o mais meticuloso advogado da depravação total mal poderá aventurar-se a ir mais longe que Armínio no que diz respeito ao homem não regenerado[34]. Limborch, entretanto, divergia radicalmente de Armínio e do verdadeiro arminianismo:

> Ambos creem que o pecado original é fundamentalmente uma privação, mas a definição de privação de um difere radicalmente da do outro. Para Armínio o homem é privado da real habilidade de desejar o bem, mas para Limborch o homem só é privado do conhecimento que informa o intelecto, mas a vontade é plenamente capaz dentro dela mesma, caso seja informada pelo intelecto, de desejar e realizar qualquer coisa boa[35].

A interpretação de Limborch dos efeitos do pecado original é bastante semelhante à de Charles Finney, embora seja difícil estabelecer uma linha direta de influência do primeiro sobre o segundo, que viveu mais de um século mais tarde. Ambos, e muitos pseudoarminianos entre eles, estão teologicamente mais próximos do semipelagianismo do que do verdadeiro arminianismo. Infelizmente, como parece, muitos calvi-

---

33 Alguns metodistas, no entanto, preferiram o termo *privação* à *depravação* em virtude dos equívocos comuns do último termo como denotando mal absoluto.

34 HICKS, John Mark. *The Theology of Grace in the Thought of Jacobus Arminius and Philip van Limborch: A Study in the Development of Seventeenth-Century Dutch Arminianism.* Filadélfia, Westminster Theological Seminary, 1985. Dissertação de Doutorado. p.34.

35 Ibid. p. 286.

nistas críticos do arminianismo conhecem apenas as ideias de Finney e de Limborch e são totalmente ignorantes da própria afirmação de Armínio da depravação total.

A teologia de Limborch substituiu a própria teologia de Armínio como o verdadeiro arminianismo? Dificilmente. Wesley retornou ao pensamento de Armínio ao afirmar o pecado original, incluindo a depravação humana e a escravidão da vontade ao pecado à parte da graça preveniente sobrenatural. O mesmo fizeram Richard Watson, Thomas O. Summers, William Burton Pope e John Miley, preeminentes teólogos arminianos do século XIX (ver cap. 6). Por exemplo, Wiley disse: "As Escrituras, conforme temos demonstrado, representam a natureza humana como sendo totalmente depravada" e "depravação é total no sentido de que afeta o ser total do homem"[36]. Wiley deixou claro que ele incluía a escravidão da vontade dentro da doutrina da depravação total. H. Ray Dunning, teólogo nazareno posterior, concorda: "A humanidade está errada, totalmente errada, ante Deus, e, portanto, tudo o que é feito é errado. É neste sentido que o pecado real é sempre uma expressão do pecado original"[37]. Qualquer pessoa justa e imparcial que ler teologia arminiana séria (em oposição à literatura popular que reflete a religião popular) não pode deixar de ver a impressionante insistência arminiana na depravação total herdada; é simplesmente um mito que o arminianismo rejeita ou nega este ponto do calvinismo rígido. Esta concordância entre o verdadeiro arminianismo, em oposição ao pseudoarminianismo de Limborch e seus herdeiros, e a teologia reformada não deveria ser ignorada nem por calvinistas e nem por arminianos.

A antropologia, e especialmente a depravação humana resultante da Queda e causada pelo pecado original, é apenas uma pequena parte dos pontos teológicos comuns partilhados pelo arminianismo e a teologia reformada. Eu poderia prosseguir em demonstrar o ponto comum acerca da soberania divina (os arminianos também acreditam na providência!) e a dependência absoluta da humanidade da graça para o bem espiritual, incluindo a primeira inclinação da vontade para Deus.

---

36 WILEY, H. Orton. *Christian Theology*. Kansas City, Mo.: Beacon Hill, 1941. v. 2, p. 128.

37 DUNNING, H. Ray. *Grace, Faith, and Holiness*. Kansas City, Mo.: Beacon Hill, 1988. p. 301.

Os arminianos evangélicos, incluindo Armínio e Wesley, afirmam a inspiração da Bíblia e sua suprema autoridade em todos os assuntos pertencentes à fé e prática, a deidade e humanidade de Jesus Cristo como Deus encarnado, a trindade, justificação por intermédio da morte de Cristo na cruz somente pela graça por intermédio da fé somente. (Alguns arminianos clássicos querem deixar claro que a verdadeira fé nunca está "sozinha", mas resulta em obras de amor, mas não atribuem nenhum mérito às boas obras). Assim, os arminianos tradicionais são plenamente ortodoxos ainda que alguns calvinistas e luteranos contestem sobre a base de que apenas aqueles que aderem ao monergismo são ortodoxos. Tal padrão restrito de ortodoxia, entretanto, exclui toda a patrística grega, incluindo Atanásio, que estabeleceu o modelo de excelência de ortodoxia!

Pontos em comum com diferenças reais

O arminianismo e o calvinismo partilham pontos em comum, incluindo as visões do arminianismo sobre a soberania e a graça de Deus[38]. Na verdade, no pleno espectro das teologias cristãs estas duas se posicionam bem rentes uma da outra, próximas do centro. Às vezes o próprio Wesley podia ver apenas uma minúscula diferença entre elas. A graça preveniente, que liberta a vontade humana para responder ao evangelho em arrependimento e fé, vem bem à parte de qualquer outra recepção determinada livremente da parte da pessoa. É um dom gratuito de Deus por intermédio de Cristo para toda a humanidade (em certo nível) e para aqueles que ouvem o evangelho proclamado (em um nível maior). Wesley e alguns outros arminianos até afirmaram um sentido na qual a graça é irresistível!

Nada disso visa minimizar as reais diferenças entre o arminianismo clássico e, em especial, o calvinismo rígido. (Mais uma vez, as diferenças entre o arminianismo e alguns tipos de calvinismo revisionista moderno ou a teologia reformada são menores.) Mas advogados de ambos os pontos de vista não deveriam magnificar suas diferenças de maneira desproporcional como alguns, de ambos os lados, es-

38 Um exame mais completo das visões arminianas convencionais acerca da soberania e a graça de Deus é encontrada nos capítulos 5 e 7.

tão inclinados a fazer[39]. Nenhuma vantagem para a verdade é ganha por calvinistas e arminianos tratando uns aos outros como párias ou criando falácias acerca das teologias alheias. Muito das polêmicas mais duras do tradicional debate entre calvinismo e arminianismo poderia e deveria ser superado simplesmente ao entendermos as posições teológicas reais uns dos outros. O bem do movimento evangélico todo seria aprimorado por evangélicos de ambos os lados, reconhecendo um ao outro como evangélicos genuínos em vez de tratar um ao outro como evangélicos de segunda classe, se não *falsos irmãos* (um termo utilizado na Reforma para heréticos que fingem fazer parte do movimento protestante). Como um arminiano clássico, eu considero os calvinistas fiéis (em oposição aos pseudocalvinistas entre os reformados liberais revisionistas) irmãos evangélicos e irmãs, e acredito que eles possam contribuir de maneira importante para o equilíbrio teológico geral na teologia cristã. A ênfase calvinista na soberania de Deus, depravação humana e gratuidade da graça na salvação, embora não ausentes do pensamento de Armínio, fornece um lembrete positivo de verdades que a cultura moderna facilmente coloca de lado. De mesma sorte, a teologia arminiana ressalta e enfatiza o amor e a misericórdia de Deus, que frequentemente faltam (embora não totalmente ausentes) em outras teologias protestantes. Em grande escala, as diferenças entre o arminianismo e o calvinismo (na medida em que permanecem firmemente enraizados em seus solos nativos) são mais uma questão de ênfase do que diferença radical. Cada um pode ser enriquecido pelo outro, embora estas diferenças sejam secundárias em importância comparadas nas doutrinas em concordância da Palavra de Deus e na ortodoxia clássica. Contudo, o capítulo dois mostrará que nenhuma mescla entre os dois é possível; eles podem coexistir pacificamente, mas não podem ser combinados.

---

39 Dois exemplos opostos me vêm à mente do lado calvinista. A maioria dos autores na edição da *Modern Reformation* n. 1, de 1992, exagera suas diferenças com o arminianismo. Por outro lado, os calvinistas Robert A. Peterson e Michal D. Williams, do Covenant Theological Seminary em St. Louis, Missouri (autores de *Why I Am Not na Arminian*) conciliatoriamente acentuam suas concordâncias com a teologia arminiana clássica ao passo que claramente explicam seus motivos para não aceitarem estes pontos característicos de diferença do calvinismo.

MITO 2

Uma mescla de Calvinismo e Arminianismo é possível

Apesar dos pontos comuns, o calvinismo e o arminianismo são sistemas de teologia cristã incompatíveis; não há um meio termo estável entre eles nas questões determinantes para ambos.

NO CAPÍTULO UM NÓS VIMOS QUE HÁ MUITOS pontos em comum entre o arminianismo evangélico (arminianismo de coração) e o calvinismo evangélico (até mesmo o rígido). Nele eu tentei mostrar que, na verdade, o calvinismo e arminianismo são expressões de uma fé, e que ambos, em suas clássicas expressões, afirmam a dependência humana da graça de Deus para tudo o que é bom. Por exemplo, contrário ao que muitos calvinistas parecem acreditar, os arminianos clássicos partilham com os calvinistas clássicos uma robusta crença na depravação humana e na necessidade de iniciativa divina para a salvação. Eles concordam que os humanos caídos não podem exercer uma boa vontade para com Deus à parte da iniciativa da graça. Neste quesito ambos honram as Escrituras e são igualmente evangélicos.

Este capítulo lida com um mito diferente: que em virtude de seus pontos em comum o arminianismo e o calvinismo podem ser combinados, criando um sistema híbrido. Não é incomum nos círculos evangélicos ouvir cristãos sinceros e bem intencionados declararem a si mesmos como "calminianos", uma combinação do calvinista e do arminiano. Deparei-me com esta alegação inúmeras vezes quando apresentava o calvinismo e o arminianismo em aulas da faculdade, seminários ou

igrejas. Geralmente os alunos perguntam: "Por que não pode haver um meio termo entre o calvinismo e o arminianismo?" A qual alguém responde: "Mas há - chama-se calminianismo!" Um desejo sincero de criar uma ponte entre o abismo que tem causado tanto conflito cria a base para este conceito errôneo. De forma alguma deveríamos fazer pouco caso do anseio pela unidade; ele é admirável, ainda que o seu cumprimento seja, neste caso, impossível.

Antes de adentrarmos em uma explicação do porquê eles são incompatíveis, seria útil (principalmente para os que não leram a introdução) revisar o significado de calvinismo e arminianismo. Se a unidade for a preocupação prioritária, suas irreconciliáveis diferenças podem ser artificialmente amenizadas. Quando eles são definidos de formas que divergem de suas definições clássicas, é fácil combiná-los. Assim, esta pseudounidade entre eles é determinada pela maneira como os entendemos e os definimos. Entretanto, quando o arminianismo e o calvinismo são entendidos em seus sentidos históricos e clássicos, nenhuma combinação é possível; eles sempre permanecerão como alternativas, principalmente em questões soteriológicas. O *calvinismo* é o sistema de crença cristã protestante oriundo dos ensinamentos do século XVI de João Calvino. É a forma mais conhecida da ramificação reformada do protestantismo e sua expressão mais sistemática e logicamente rígida é encontrada em duas declarações doutrinárias do século XVII; os Cânones do Sínodo de Dort (1618) e a Confissão de Fé de Westminster (1648). O coração e alma do calvinismo (além da ortodoxia protestante) são uma ênfase característica na soberania de Deus, principalmente na salvação. Deus é a realidade totalmente determinante que preordena e torna certo tudo o que acontece, principalmente e acima de tudo, a salvação de pecadores[1]. Isto se estende a indivíduos de maneira que eles são predestinados

---

1 Esta reivindicação de providência meticulosa é negada por alguns calvinistas, mas fortemente afirmada pela maioria dos eruditos calvinistas, incluindo o próprio Calvino. O teólogo calvinista Edwin Palmer expressa fielmente a própria crença de Calvino acerca da soberania de Deus quando escreve que "Preordenação" significa o plano soberano de Deus onde Ele decide tudo que vai acontecer em todo o universo. Nada neste mundo acontece por acaso. Deus está por trás de tudo. Ele decide e faz que todas as coisas que devem acontecer, aconteçam" (*The Five Points of Calvinismo*. Grand Rapids: Baker, 1972. p. 24-5). Alguns calvinistas querem limitar a preordenação determinante de Deus para assuntos soteriológicos, de sorte que Deus não seja responsável por toda calamidade - incluindo a

incondicionalmente por Deus para a salvação eterna. De acordo com o calvinismo rígido, Deus determina ignorar outros (o decreto da reprovação), deixando-os em sua merecida condenação eterna. A graça de Deus para a salvação é irresistível e eficaz, e para os calvinistas mais tradicionais a morte expiatória de Cristo na cruz foi intencionada por Deus apenas para os eleitos.

O *arminianismo* é oriundo dos ensinamentos do holandês Jacó Armínio, que reagiu ao calvinismo rígido e rejeitou muitos dos seus fundamentos característicos. Ele e seus seguidores, conhecidos como os Remonstrantes, negaram o monergismo de Calvino (salvação determinista) e optaram por um Deus que se autolimita, que concede livre-arbítrio às pessoas por meio da graça preveniente. Deus permite que a sua graça para a salvação seja resistida e rejeitada, e determina salvar todos que não a rejeitam, mas que a abraçam como sua única esperança para a vida eterna. A expiação de Cristo é de âmbito universal; Deus enviou Cristo para morrer pelos pecados de todas as pessoas. Mas a eficácia salvífica da expiação se estende apenas àqueles que aceitam a cruz pela fé. O arminianismo confronta o monergismo com um sinergismo evangélico que afirma uma cooperação necessária entre as agências divina e humana na salvação (embora ele as coloque em planos totalmente diferentes). Na salvação, a graça de Deus é o parceiro superior; o livre-arbítrio humano (a não resistência) é o parceiro menor. Armínio e seus seguidores fiéis reagiram ao calvinismo rígido sem propagar quaisquer novas doutrinas; eles se apoiaram na patrística grega e em alguns luteranos. Também foram influenciados pelo reformador católico Erasmo.

Quando o calvinismo e o arminianismo são descritos corretamente, suas diferenças deveriam ser bem óbvias. O espaço entre eles em muitos pontos é amplo e profundo. Está focado nos três pontos do meio do famoso acróstico da TULIP: depravação total, eleição incondicional, expiação limitada, graça irresistível e perseverança dos santos. Enquanto os arminianos aceitam a eleição divina, eles acreditam que ela é condicional. Ao passo que aceitam uma forma de expiação limitada, rejeitam a ideia de Deus ter enviado Cristo para morrer apenas por uma

---

queda da humanidade - que acometeu o mundo. Se tal é consistente com o calvinismo clássico ou se o calvinismo clássico inclui providência meticulosa conforme expressada por Palmer, isso cabe aos calvinistas decidirem.

porção da humanidade. A natureza da expiação limitada está embasada não apenas na intenção de Deus, mas na resposta humana. Só são salvos por Deus os que aceitam a graça da cruz; os que a rejeitam e buscam salvação em outro lugar falham em ser incluídos nela por escolha própria, para o espanto de Deus. Enquanto os arminianos abraçam a necessidade da graça sobrenatural para a salvação (como para qualquer bem espiritual, incluindo a primeira inclinação da vontade para Deus), negam que Deus, de maneira irresistível, verga a vontade humana de maneira que eles são eficazmente salvos independente de sua própria resposta espontânea (não autônoma).

Arminianismo e Calvinismo contrastados

No início do capítulo um eu admiti que o arminianismo e o calvinismo são termos contestados. Ninguém fala por todos os calvinistas acerca de tudo, assim como ninguém fala pelo arminianismo acerca de todos os assuntos. Portanto, para apoiar minhas descrições concisas eu apelo ao ministro reformado e teólogo Edwin Palmer e o teólogo H. Orton Wiley, da Igreja do Nazareno. Descrevendo o calvinismo clássico, Palmer escreveu: "O arminiano ensina eleição condicional; onde o calvinista ensina eleição incondicional", e "Isto, então, é eleição incondicional: a escolha de Deus não repousa em nada do que o homem faça"[2] Concernente à eleição Wiley disse:

> O arminianismo afirma que a predestinação é o propósito gracioso de Deus de salvar a humanidade da completa ruína. Não é um ato arbitrário e indiscriminado de Deus, intencionado para garantir

2 PALMER, Edwin. *The Five Points of Calvinism*. Grand Rapids: Baker, 1972. p. 27. A apresentação de Palmer do calvinismo é incisiva e, às vezes, afirmada de maneira austera. Contudo, ele não apenas foi pastor de igrejas reformadas como também serviu como professor no Westminster Theological Seminary, que é uma instituição calvinista amplamente respeitada. Sua apresentação do calvinismo é consistente com as primeiras apresentações dadas pelos teólogos Archbald Alexander, Charles Hodge, A. A. Hodge e B. B. Warfield, todos de Princeton.

> a salvação de certo número de pessoas e nada mais. Ela inclui, provisionalmente, todos os homens em seu escopo, e é condicionada unicamente na fé em Jesus[3].

De acordo com Palmer, e o calvinismo clássico em geral, a morte expiatória de Cristo foi suficiente para todo o mundo, incluindo cada indivíduo que já existiu e que existirá, mas intencionada por Deus apenas para os eleitos: "A Bíblia ensina inúmeras e repetidas vezes que Deus não ama a todas as pessoas com o mesmo amor", e "a expiação de Cristo é limitada em seu escopo e que Cristo intencionou e, de fato, removeu a culpa dos pecados de um número limitado de pessoas - a saber, aqueles a quem Deus amou com um amor especial desde a eternidade. A expiação de valor ilimitado é limitada a certas pessoas"[4] Wiley, falando por todos os arminianos, escreveu:

> A expiação é universal. Isto não significa que toda a humanidade será salva incondicionalmente, mas que a oferta sacrificial de Cristo até certa extensão satisfez as reivindicações da lei divina para tornar a salvação uma possibilidade para todos. A redenção, portanto, é universal ou geral no senso provisional, mas especial ou condicional em sua aplicação ao indivíduo[5].

O contraste pode não ser tão nítido como poderíamos esperar, pois tanto os calvinistas quanto os arminianos acreditam que a expiação é *tanto* universal *como* limitada, mas em sentidos diferentes. De acordo com o calvinismo a expiação é universal em valor; é suficiente para salvar todos. De acordo com o arminianismo ela é universal em intenção; visa salvar todos. De acordo com o calvinismo ela é limitada em escopo;

---

3 WILEY, H. Orton. *Christian Theology*. Kansas City, Mo.: Beacon Hill, 1941. v. 2, p. 337. Wiley confiava fortemente nos grandes teólogos arminianos do século XIX Richard Watson, William Burton Pope, Thomas Summers e John Miley. A teologia de Wiley é inteiramente consistente com a deles e com o próprio pensamento de Armínio.

4 PALMER, Edwin. *The Five Points of Calvinism*. Grand Rapids: Baker, 1972. p. 44, 42.

5 WILEY, op. cit., v. 2. p. 295.

intenciona salvar apenas os eleitos e, de fato, os salva. De acordo com o arminianismo, ela é limitada em eficácia; ela, de fato, salva apenas os que a aceitam pela fé.

Os arminianos acreditam que a descrição calvinista do escopo da expiação é falha, ela não pode deixar de evitar limitar o amor de Deus, que contradiz passagens bíblicas tais como João 3.16, que os calvinistas devem interpretar como se referindo não ao mundo todo (ou seja, todas as pessoas), mas a pessoas de todas as tribos e nações[6]. Os calvinistas temem que a ênfase arminiana na universalidade da expiação resulte inexoravelmente em universalismo; se Cristo, na verdade, padeceu os pecados de todas as pessoas, por que é que alguém iria para o inferno? Todos não seriam salvos pela morte expiatória de Cristo? O inferno não seria uma punição redundante? Os arminianos respondem que é exatamente isto que torna o inferno tão trágico - ele é absolutamente desnecessário. As pessoas vão para lá não porque suas punições não foram sofridas por Cristo, mas porque rejeitam a anistia fornecida por Cristo por intermédio da morte substitutiva de Cristo.

Esta é a forma como Palmer explicou a graça irresistível:

> Deus envia seu Espírito Santo para atuar na vida das pessoas de maneira que definitiva e certamente serão mudadas de pessoas más para pessoas boas. Quer dizer que o Espírito Santo certamente - sem qualquer "e" ou "se" ou "mas" - fará com que todos os que Deus escolheu da eternidade e por quem Cristo morreu creiam em Jesus[7].

---

6 PALMER, op. cit., p. 45. Os arminianos geralmente acham esta limitação do escopo da expiação para os eleitos surpreendente à luz da ênfase escriturística no amor de Deus por todo o mundo e na morte de Cristo em prol de toda a humanidade. O teólogo batista Vernon Grounds, presidente por um longo tempo do Seminário de Denver, diz: "Uma mera catena de passagens apresentam o fato, pois isto é um fato, de que o propósito divino em Jesus Cristo abraça não um segmento da família humana, mas a raça en toto", e "É exigido uma ingenuidade exegética, que não é nada mais do que uma virtuosidade aprendida para evacuar estes textos de seus significados óbvios; é preciso uma ingenuidade exegética beirando a sofisma para negar sua explícita universalidade" (Grace Unlimited, Ed. Clark H. Pinnock. Minneapolis: Bethany House, 1975. p. 26, 28).

7 Ibid. p. 58.

Os calvinistas tipicamente descrevem este processo como "verga da vontade". Em outras palavras, Deus não coage ninguém espiritualmente, mas faz com que os eleitos desejem a graça de Deus e que respondam à iniciativa de Deus com alegria. Os arminianos temem que isto viole o relacionamento entre Deus e o homem, de sorte que os humanos tornem-se joguetes nas mãos de Deus. Eles rejeitam isso não porque valorizam a autonomia humana (como muitos calvinistas pensam), mas porque valorizam a natureza genuinamente pessoal do relacionamento entre Deus e o homem. O amor que não é escolhido livremente não parece ser amor genuíno. Além do mais, se Deus seleciona alguns para serem salvos incondicional e irresistivelmente, por que ele não escolhe todos? Sobre qual fundamento e por quais razões Deus ignora alguns pecadores e verga as vontades de outros para que respondam com fé? A natureza incondicional e irresistível da graça no esquema calvinista parece arbitrária, se não caprichosa. Em contraste, os arminianos defendem que a graça de Deus é resistível:

> O arminianismo mantém que a salvação é inteiramente da graça, de que todo movimento da alma para Deus é iniciado pela graça divina; mas também reconhece, em um sentido verdadeiro, a cooperação da vontade humana, pois em último estágio, é o agente livre quem decide se a graça ofertada é aceita ou rejeitada[8].

E com todos os arminianos, Wiley arguiu que a graça sempre pode ser resistida, até mesmo a graça preveniente - a graça capacitadora que Deus fornece antes da salvação - que vem independente do pedido ou desejo humano. Uma vez que ela aparece, sempre pode e é frequentemente rejeitada.

É extremamente importante revelar as reais questões entre o arminianismo e o calvinismo, e que as pessoas não fiquem encantadas por semelhanças ilusórias. Assim como, tanto os arminianos quanto os calvinistas, creem em uma expiação universal e limitada, mas em sentidos diferentes, eles também creem que a graça é irresistível e resistível, mas em sentidos diferentes. Os calvinistas acreditam que os réprobos, os que Deus escolheu ignorar na salvação, naturalmente resistem à graça de Deus. E os

8 WILEY, H. Orton. *Christian Theology*. Kansas City, Mo.: Beacon Hill, 1941. v. 2, p. 356.

eleitos, os escolhidos para a salvação e que são regenerados espiritualmente antes da salvação, acham a graça de Deus irresistível e, portanto, aceitam o evangelho. De modo semelhante, os arminianos creem que as pessoas não têm escolha em relação à graça preveniente; ela é irresistível no sentido que é um dom de Deus que é dado a todos. Mas a graça preveniente não verga a vontade ou coloca a livre agência de lado; em questões espirituais, ela cria o livre-arbítrio e a livre agência, e, portanto, os humanos podem resistir a ela uma vez que a recebem. Novamente, muitos pontos em comum e uma grande separação jaz entre o calvinista e o arminiano.

Neste momento já deve estar claro porque o calvinismo verdadeiro e o arminianismo verdadeiro não podem ser combinados. Nenhuma mescla é possível apesar do fato de eles não discordarem acerca de tudo. Concernente a estes três assuntos indispensáveis, não é possível criar uma ponte entre eles. Uma vez que os termos são propriamente elucidados, fica claro que, no que diz respeito à eleição, expiação e graça, o calvinismo e o arminianismo são consideravelmente diferentes.

A Impossibilidade do Calminianismo

Contudo, apesar do acentuado contraste entre o calvinismo e o arminianismo em certos pontos doutrinários essenciais, muitas pessoas tentam forçá-los em um híbrido: calminianismo. Os calvinistas clássicos e os arminianos clássicos concordam que tal híbrido é impossível. O autor calvinista W. Robert Godfrey, presidente do Seminário Teológico de Westminster da Califórnia, o rejeita:

> Alguns tentam dividir a diferença entre o arminianismo e o calvinismo. Dizem algo como: "Quero ser 75% calvinista e 25% arminiano". Se, literalmente, querem dizer isso, então eles são 100% arminianos uma vez que conceder qualquer lugar determinante para a vontade humana é arminiano. Geralmente eles querem acentuar a graça de Deus e a responsabilidade humana. Se isto é o que querem dizer, então eles podem ser 100% calvinistas, pois o calvinismo, de fato, ensina que a graça de Deus é inteiramente a causa da salvação

> e que o homem é responsável ante Deus de ouvir e observar a chamada de arrependimento e fé[9].

Os arminianos clássicos consistentes concordam com Godfrey que seu sistema de crença é incompatível com o calvinismo e defendem que a maioria das pessoas que declaram a si mesmas calminianas, ou 75 por cento calvinistas e 25 por cento arminianas são, de fato, arminianas! Alguns são simplesmente inconsistentes e desejosos de abraçar proposições contraditórias.

Alguns que buscam um híbrido de calvinismo e arminianismo o fazem apelando para uma unidade maior de verdade que transcende nossas percepções finitas e limitadas ao tempo . Eles percebem que a Bíblia parece afirmar tanto a soberania divina absoluta quanto a cooperação humana com Deus na história e salvação. A passagem clássica que parece ensinar o paradoxo da graça é Filipenses 2.12-13: "operai a vossa salvação com temor e tremor; Porque Deus é o que opera em vós tanto o querer como o efetuar, segundo a sua boa vontade" (ACRF). Uma ilustração comum utilizada para suportar o argumento que tanto o monergismo quanto o sinergismo são verdadeiros (e não apenas contém algum aspecto da verdade) é o de dois trilhos de trem que parecem se unir além do horizonte. O problema com esta ilustração é que os trilhos não se unem (convergem)!. Outra ilustração comum é a placa imaginária no portão de entrada do céu que diz: "Quem quiser entre livremente". Do outro lado da placa, no lado de dentro do céu, o mesmo cartaz diz: "Pois vocês foram escolhidos desde a fundação do mundo". Ambas as verdades são claramente ensinadas na Escritura. Mas Charles Spurgeon, pregador batista britânico, que provavelmente foi o autor da ilustração, quis utilizá-la para ilustrar o calvinismo! E ela ilustra. Colocar "Pois vocês foram escolhidos desde a fundação do mundo" na placa do lado de dentro do céu implica uma verdade superior do calvinismo.

A verdade nua e crua é que *em certos pontos* o calvinismo clássico e o arminianismo clássico simplesmente discordam entre si e que nenhuma ponte unindo os dois campos pode ser encontrada; nenhuma mescla dos dois pode ser criada. O calvinismo pode ser visto como um meio termo entre o fatalismo e o sinergismo.

---

9 GODFREY, W. Robert. "Who Was Arminius?", *Modern Reformation*, n. 1, 1992, p. 24.

O arminianismo pode ser visto como um meio termo entre o semipelagianismo e o calvinismo. Mas entre o calvinismo e o arminianismo não há compatibilidade mútua. A lógica sempre forçará a pessoa a seguir um caminho ou o outro. Claro, se não nos importarmos com a lógica, então habitamos uma casa calminiana artificialmente construída sobre a areia. Mas ela será devastada por duras questões de lógica e senso comum. A eleição de indivíduos para a salvação é condicional ou incondicional? Se respondermos: "Não sei", nenhum hibrido calminiano existe. Mas se respondermos: "Ambas", onde está o meio termo? Como podemos, de maneira lógica, combinar a eleição incondicional com a condicional? As mesmas perguntas poderiam ser feitas para a visão calminiana da expiação e da graça. Deus planejou que a morte expiatória de Cristo salvasse todos ou apenas alguns? Se respondermos que Deus intenciona salvar todos, mas que sabe que apenas alguns serão salvos, somos arminianos! Se respondermos que Deus intenciona salvar apenas alguns, ainda que sua morte seja suficiente para salvar todos, somos calvinistas! Quase todas as respostas inteligentes do calminianismo para tais indagações acabam sendo calvinistas ou arminianas. A graça salvífica é resistível ou irresistível? Ela é eficaz ou pode ser rejeitada? Onde está o meio termo? Uma vez que o calminiano começa a definir e a aplicar, ele ou ela inevitavelmente revelará cores calvinistas ou arminianas.

Uma tentativa bastante popular de transcender o calvinismo e o arminianismo é a de apelar para a alegada atemporalidade de Deus (ou a eternidade de Deus acima e além do tempo). Alguns dizem que da perspectiva divina não há conflito entre predestinação e livre-arbítrio. (Claro, os arminianos sempre argumentaram que não há tal conflito porque a predestinação é condicional!). Todavia, presumindo que os que apelam para a atemporalidade de Deus querem dizer que a eleição e a predestinação são ambas condicionais e incondicionais, como a atemporalidade divina ajuda a aliviar a contradição? O mesmo poderia ser indagado acerca da expiação e graça. A atemporalidade não ajuda, pois, mesmo da perspectiva de um Deus atemporal, o decreto de salvar algumas pessoas deve se basear ou em uma eleição incondicional ou em algo que Deus (atemporalmente) enxergue neles, tal como a não resistência à graça. Ambos os primeiros seguidores do calvinismo clássico e do arminianismo clássico presumiram a atemporalidade divina, entretanto, nenhum dos lados apelou

para a atemporalidade de Deus como a solução, porque perceberam que o outro lado também poderia apelar para a atemporalidade divina. Mesmo que todos os momentos do tempo estejam simultaneamente diante dos olhos de Deus, a escolha atemporal de Deus de alguns para serem salvos está embasada em algo que Ele enxerga neles ou que não enxerga. Ou a intenção e propósito de Deus, na e por meio da expiação, é salvar todo filho caído da raça de Adão ou é salvar apenas alguns. Ou a graça salvífica de Deus pode ser resistida ou não. Apelar para a dicotomia de tempo e eternidade não resolve o problema ou cria um híbrido.

Por mais duro que pareça às pessoas que tem a unidade em alta estima (principalmente entre cristãos), precisamos lidar com a responsabilidade de escolher entre o calvinismo e o arminianismo. Isto não significa escolher entre o cristianismo e outra coisa. Significa escolher entre duas interpretações bíblicas respeitadas que coexistem dentro do cristianismo evangélico há séculos. Para muitas pessoas esta escolha apresenta muito pouco risco, pois a igreja em que congregam permite que ambas as perspectivas coexistam pacificamente lado a lado[10]. Todavia, muitas denominações, de fato, exigem certa posição confessional em relação ao monergismo e sinergismo para a liderança, se não para a membresia[11].

O enorme divisor entre o Calvinismo e o Arminianismo

O calvinismo e o arminianismo podem provar a si mesmos apelando unicamente para a Escritura? Só podemos desejar que sim. Todavia, muitos calvinistas e arminianos astutos e convictos concordam que não é tão simples assim. Tanto o mo-

10 Isto é verdade entre muitas igrejas batistas assim como igrejas enraizadas na tradição pietista, tal como a Igreja Evangélica Livre da América, cujo lema é "No essencial unidade, no não essencial liberdade, em todas as coisas o amor". Tais igrejas geralmente relegam as crenças do monergismo e sinergismo ao âmbito de não essenciais. Isto não significa que estes assuntos doutrinários não sejam importantes, mas que não são a essência do cristianismo.

11 A Igreja Cristã Reformada (da América) e a Igreja Presbiteriana da América são decididamente calvinistas ao passo que a Igreja do Nazareno e a maioria das igrejas metodistas (incluindo suas ramificações) são arminianas.

nergismo quanto o sinergismo podem acumular listas impressionantes de passagens escriturísticas de suporte e exegese erudita que reforçam suas conclusões. Após vinte e cinco anos estudando este assunto, cheguei à conclusão que apelar unicamente para a Escritura não pode provar que um lado está certo e que o outro está errado. Cristãos sensatos e espiritualmente maduros exploraram a Bíblia e chegaram a conclusões radicalmente diferentes acerca do relacionamento da eleição e livre-arbítrio e a resistência à expiação e da graça. Na verdade, isto perdura há séculos. Apenas um lado honra a Escritura? Não. De maneira semelhante, assim como os Democratas e os Republicanos interpretam a Constituição dos Estados Unidos de maneira diferente, ambos a honram na medida que a interpretam de maneira responsável.

Se o apelo unicamente à Bíblia não resolverá nosso problema, o que resolverá? Eu duvido que ele possa ser resolvido pelo argumento ou diálogo. Ele é largamente uma questão daquele mistério chamado perspectiva. Os filósofos chamam isso de "blik" (uma interpretação de nossa experiência cuja veracidade ou falsidade não podem ser provadas). É uma forma básica de enxergar a realidade. Vemos o mundo de tal e tal maneira, ainda que não haja provas. Pense no famoso desenho que pode ser visto tanto como pato quanto coelho. Algumas pessoas instantaneamente veem um coelho, mas não o pato, mas outras veem o pato, mas não o coelho. Ninguém enxerga os dois animais ao mesmo tempo e ver o outro (além daquele que havia visto primeiro) é uma questão de mudança de perspectiva e não de persuadir a ver "outra coisa". Assim é com o calvinismo e o arminianismo. Apesar das reclamações e resmungos dos extremistas de ambos os lados que parecem acreditar que os adeptos da outra teologia estão agindo de má fé, pessoas igualmente de boa fé escolhem lados diferentes. Por quê? Porque quando estes leem a Bíblia, eles encontram Deus identificado de uma maneira ou de outra. No fundo destas diferenças doutrinárias jaz uma perspectiva diferente acerca da identidade de Deus, embasada na autorevelação de Deus em Jesus Cristo e na Escritura, que colorem o restante da Bíblia. Toda a Escritura apresenta o aspecto do monergismo, pois toda a Escritura revela Deus, em primeiro lugar, como regente soberano ou toda a Escritura apresenta o aspecto do sinergismo, pois toda a Escritura revela Deus, em primeiro lugar, como pai celestial amoroso e compassível. Esta epistemologia de "ver como" (perspectiva) não contorna a Escri-

tura, mas revela padrões percebidos dela[12]. Ainda que a exegese bíblica sozinha não possa provar o calvinismo e nem o arminianismo, a exegese biblicamente correta reforça cada sistema de teologia. A Escritura é o material que fornece o padrão (gestalt) que forma a perspectiva (blik) que controla a interpretação de passagens individuais. Isto explica porque as pessoas são calvinistas ou arminianas quando falta uma prova exegética clara e inequívoca para cada sistema. Ambos os sistemas veem Deus como identificado por toda a Escritura (visão sintética) de certa maneira.

Outra questão que complica a escolha entre o calvinismo e o arminianismo é que ambos os sistemas contêm problemas muito difíceis, se não insuperáveis. Os dois se esforçam muito para explicar grandes porções da Escritura; os dois precisam admitir mistérios que beiram as contradições dentro de seus sistemas. Edwin Palmer expressou mais fortemente do que a maioria dos calvinistas um problema em seu sistema de crença. Deus, ele admitiu, preordena tudo e, portanto, preordena até mesmo o pecado e o mal, no entanto, os humanos unicamente são culpados por fazer aquilo que não podem evitar[13]. "Ele [o calvinista] percebe que o que ele advoga é ridículo... O calvinista livremente admite que sua posição seja ilógica, ridícula, insensata e tola." E, todavia, como a maioria dos calvinistas, Palmer alegou que "esta questão secreta pertence ao Senhor nosso Deus e que devemos deixar as coisas como estão. Não devemos investigar o conselho secreto de Deus"[14].

Muitos calvinistas sentir-se-iam constrangidos com a admissão de Palmer acerca do mistério incorporado à crença calvinista. Ela é um pouco extrema, principalmente para os calvinistas que se importam com a lógica. Mas quase todos os calvinistas concordam que há pontos, tais como este, onde o calvinismo se depara com o mistério e que não pode dar uma solução racionalmente satisfatória. Os arminianos circunspec-

12 Não estou sugerindo um relativismo da revelação tal que a Escritura não signifique nada em particular. Minha própria visão é que o monergismo não é a interpretação correta da revelação de Deus da Escritura, mas posso ver como os monergistas chegam a seu entendimento equivocado. Mais isso se dá apenas ao "andar dentro" da perspectiva deles no melhor de minha habilidade e ver a Escritura como eles a veem, que revela um padrão diferente. Todavia, eu ainda acredito que a minha perspectiva esteja mais próxima da verdade.

13 PALMER, Edwin. *The Five Points of Calvinism*. Grand Rapids: Baker, 1972. p. 85

14 Ibid. p. 85, 87.

tos, similarmente, reconhecem as dificuldades de lógica e problemas dentro de seu próprio sistema de crença. Quem pode explicar como a livre agência é a habilidade de fazer diferentemente do que alguém, de fato, faz? O livre-arbítrio não é um problema no calvinismo, pois ou ele é negado ou é explicado de tal maneira que é exaurido de todo o seu mistério. Mas todos os arminianos clássicos acreditam em um livre-arbítrio libertário, que é uma escolha autodeterminante; ele é incompatível com a determinação de qualquer tipo. Isto parece equivaler a uma crença em um efeito sem causa – a livre escolha da pessoa de ser ou fazer algo sem antecedente. Buridan, um filósofo cínico medieval, debochou de tal livre-arbítrio, sugerindo que uma mula que o possuísse iria morrer de fome ainda que duas bacias cheias de comida fossem colocadas na frente dela, pois nada a inclinaria a comer de uma bacia ou da outra! Os arminianos não são persuadidos por tais argumentos, eles sabem que a mula faminta escolheria livremente comer de uma bacia ou de outra. Mas deixando os sofismas de lado, os arminianos sabem que sua crença na liberdade libertária é um mistério (não uma contradição).

A questão aqui é que ambos os lados (e talvez todos os sistemas teológicos importantes) envolvem mistério, e ao tornar seus sistemas teológicos perfeitamente inteligíveis, o mistério é um problema. Ironicamente, ambos os lados tendem a apontar a fraqueza do outro ao apelar para ao mistério sem admitir seu próprio mistério. Cada lado aponta para o pequeno cisco no olho do outro ao passo que ignora o cisco do mesmo tamanho (trave?) no seu olho! Assim, parece que as pessoas não são calvinistas ou arminianas porque um lado conseguiu provar estar correto, mas porque estas pessoas acham um conjunto de mistérios (ou problemas) mais fácil de se viver do que com o outro. Claro, os partidários de ambos os grupos apontam para passagens bíblicas de suporte e experiências (tal como ser tomado por Deus à parte de uma consciência de escolha). Mas, no final, nenhum lado pode completamente derrotar o outro ou conclusivamente provar seu próprio sistema. O filósofo Jerry Walls magistralmente enfatiza isso:

> Notem que tanto os calvinistas quanto os teólogos do livre-arbítrio [Arminianos] chegam, por fim, a um ponto onde explicações adicionais são impossíveis. Ambos chegam ao limite da escolha

> inexplicável. O teólogo do livre-arbítrio não pode explicar plenamente porque alguns escolhem Cristo ao passo que outros não. O calvinista não consegue nos dizer por que ou sobre qual base Deus escolhe alguns para a salvação e ignora outros[15].

Ambos, então, enfrentam dificuldades insuperáveis ao explicar certas características de seus sistemas e devem admitir isso. Contudo, os dois sistemas permanecem dentro da cristandade protestante com igual sinceridade em relação à Escritura, igual bravura exegética, igual apelo histórico e igual comprometimento à ortodoxia cristã fundamental.

Então, qual é a solução? Por que ser um calvinista ou um arminiano? No fundo alguns cristãos são calvinistas porque quando leem a Bíblia (e talvez examinem sua própria experiência) eles veem Deus como todo-poderoso, supremamente glorioso, absolutamente soberano e como a realidade totalmente determinante. Isto é o "blik" deles, a visão sintética que guia a hermenêutica de passagens individuais. O grande teólogo puritano Jonathan Edwards era obcecado com esta visão de Deus, e ela guiava toda a sua teologia. Outros cristãos são arminianos porque quando leem a Bíblia (e talvez examinem sua própria experiência) eles veem Deus como supremamente bom, amável, misericordioso, compassível e o Pai benevolente de toda a criação, que deseja o melhor para todos. Esta visão de Deus guiou a teologia do grande avivalista João Wesley, que foi contemporâneo de Edwards. Claro, ambos os lados reconhecem algumas verdades na perspectiva do outro; os calvinistas reconhecem Deus como amável e misericordioso (principalmente em relação aos eleitos), e os arminianos reconhecem Deus como todo-poderoso e soberano. Ambos acreditam que Deus é supremamente grande e bom. Mas um lado começa com a grandeza de Deus e condiciona a bondade de Deus à luz da grandeza; o outro lado começa com a bondade de Deus e condiciona a grandeza de Deus à luz da bondade. Cada lado tem o seu "blik", que determina largamente como interpretam a Escritura. O teólogo arminiano Fritz Guy expressa o "blik" controlador arminiano sem rodeios: "No caráter

15 WALLS, Jerry. "The Free Will Defense, Calvinism, Wesley, and The Goodness of God", *Christian Scholar's Review*, n. 13, v. 1, 1983. p. 25.

de Deus o amor é mais fundamental que o controle"[16]. Esta perspectiva básica acerca de Deus é ecoada em toda a literatura arminiana. Ao escrever sobre a crença calvinista na reprovação incondicional (que Deus ignora alguns e escolhe outros para a salvação incondicionalmente), João Wesley foi extremamente honesto: "O que quer que a Escritura prove, ela jamais pode provar isso"[17]. Perceba que Wesley não disse isso por estar encantado por alguma norma extrabíblica que tem mais importância que a própria Bíblia. Antes, ele era guiado por uma visão imposta pela própria Escritura que impossibilita certas interpretações do texto.

Contrário à crença popular, então, o verdadeiro divisor no cerne do debate calvinismo/arminianismo não é a predestinação versus livre-arbítrio, mas a figura guia de Deus: ele é primeiramente visto ou como (1) majestoso, poderoso e controlador ou (2) amável, bom e misericordioso. Uma vez que esta figura (blik) esteja estabelecida, aspectos aparentemente contrários são relegados ao segundo plano, são colocados de lado como "obscuros" ou são artificialmente manipulados para que se encaixem no sistema. Nenhum lado nega absolutamente a verdade da perspectiva do outro; mas cada um qualifica os atributos de Deus que são preeminentes na perspectiva do outro. A bondade de Deus, no calvinismo, é qualificada por sua grandeza e a grandeza de Deus, no arminianismo, é qualificada por sua bondade.

Os arminianos podem viver com os problemas do arminianismo mais confortavelmente do que com os problemas do calvinismo. Determinismo e indeterminismo não podem ser combinados; devemos escolher um ou o outro. Na realidade última e final das coisas, ou as pessoas possuem certo nível de autodeterminação ou não a possuem. O calvinismo é uma forma de determinismo. Os arminianos escolhem largamente o indeterminismo porque o determinismo parece incompatível com a bondade de Deus e com a natureza de relacionamentos pessoais, que inclui a própria natureza da salvação. Os arminianos concordam com Armínio, que acentuou que a "graça de Deus não é certa força irresistível [...] é uma Pessoa, o Espírito Santo, e em relaciona-

16 GUY, Fritz. "The Universality of God's Love", in *The Grace of God, The Will of Man*, Ed. Clark H. Pinnock. Grand Rapids: Zondervan, 1989. p. 33.

17 John Wesley, citado em Ibid., p.266. Extraído do sermão "Graça Livre", de João Wesley.

mentos pessoais não pode haver a subjugação de uma pessoa por outra"[18]. E Wesley perguntou acerca da eleição incondicional (e reprovação incondicional): "Agora o que pode, porventura, ser uma contradição mais clara do que esta, não apenas para toda a extensão e tendência geral da Escritura, mas também para aqueles textos específicos que expressamente declaram: 'Deus é amor?"[19]. Jerry Walls, filósofo wesleyano contemporâneo, sustenta que é simplesmente impossível, de qualquer forma, reconciliar a bondade de Deus com o determinismo divino, incluindo o calvinismo. Ele salienta que para Wesley (e todos os arminianos) "é impensável que tanto mal abunde se Deus determinou todas as escolhas humanas"[20]. Walls ressalta que a intuição moral, assim como a Escritura, nos informa que a quantidade e a intensidade do mal no mundo são simplesmente incompatíveis com a bondade de Deus *se* Deus é a realidade toda-determinante. Mas ainda mais importante, se é Deus que unicamente determina a salvação e não salva todos, ou considera as escolhas humanas livres ao salvar, a bondade de Deus é simplesmente inexplicável e, portanto, debatível. Deus então se torna moralmente ambíguo. Este é o problema arminiano com o calvinismo, é um problema com o qual os arminianos não podem viver.

O grande divisor entre o calvinismo e o arminianismo, então, está com as diferentes perspectivas concernentes à identidade de Deus na revelação. O determinismo divino cria um problema no caráter de Deus e no relacionamento divino-humano, problemas estes com os quais os arminianos simplesmente não podem viver. Em virtude de sua visão controladora de Deus como bom, são incapazes de afirmar a reprovação incondicional (que é a inevitável consequência da eleição incondicional), pois faz com que Deus seja, no melhor dos casos, moralmente ambíguo[21]. A negação do determinismo divino na salvação leva ao arminianismo.

18 CAMERON, Charles M. "Arminius – Hero or Heretic?" *Evangelical Quartely*, n. 3, v. 64, 1192. p. 225.

19 WESLEY, John. "Free Grace", in *The Works of John Wesley*, v. 3. Sermão 3. Ed. Albert C. Outer. Nashville: Abingdon, 1986. p. 552.

20 WALLS, Jerry. "The Free Will Defense, Calvinism, Wesley, and The Goodness of God", *Christian Scholar's Review*, n. 13, v. 1, 1983. p. 28.

21 Eu entendo plenamente que muitos calvinistas alegam crer apenas em uma "única predestinação". Ou seja, eles dizem que a predestianção é somente para a salvação e que nin-

A natureza do livre-arbítrio é outro ponto divergente entre o calvinismo e o arminianismo e onde um meio termo não é possível. Em virtude de sua visão de Deus como bom (amável, benevolente, misericordioso), os arminianos afirmam o livre-arbítrio libertário. (Os filósofos o chamam de livre-arbítrio incompatibilista, pois não é compatível com o determinismo). Quando um agente (um humano ou Deus) age livremente no sentido libertário, nada fora do ser (incluindo realidades físicas dentro corpo) causa a ação; o intelecto ou caráter sozinho domina a vontade e a faz ir para um lado ou o outro. Deliberação e então escolha são os únicos fatores determinantes, embora fatores tais como a natureza e criação, e influências divinas entram em jogo. Os arminianos não acreditam em livre-arbítrio absoluto; o arbítrio é sempre influenciado e situado em um contexto. Mesmo Deus é guiado por sua natureza e caráter ao tomar decisões. Mas os arminianos negam que as decisões e ações das criaturas sejam controladas por Deus ou qualquer força fora do ser.

Os calvinistas, por outro lado, acreditam no livre-arbítrio compatibilista (na medida em que falam sobre livre-arbítrio – insofar as they talk about free will at all). O livre-arbítrio, eles creem, é compatível com o determinismo. Este é o único sentido de livre-arbítrio que é consistente com a visão calvinista de Deus como a realidade toda-determinante. No livre-arbítrio compatibilista as pessoas são livres conquanto possam fazer o que querem fazer – mesmo se Deus estiver determinando seus desejos. É por isso que os calvinistas podem afirmar que as pessoas pecam voluntariamente e são, portanto, responsáveis por seus pecados mesmo que elas não pudessem fazer o contrário. De acordo com o calvinismo Deus preordenou a Queda de Adão e Eva e a tornou certa (mesmo se apenas por uma permissão eficaz) ao retirar a graça necessária para impedi-los de pecar. E, entretanto, eles pecaram voluntariamente. Eles fizeram o que queriam fazer mesmo sendo incapazes de fazer o contrário. Esta é a típica descrição calvinista do livre-arbítrio[22].

---

guém é predestinado por Deus para a reprovação. Todavia, se o calvinista negar o universalismo, como a maioria nega, como é possível negar um decreto divino de reprovação e, portanto, a dupla predestinação? Ainda que Deus apenas "ignore" ou "não tome conhecimento" de alguns, isto é o equivalente a predestiná-los à perdição. O autor calvinista R. C. Sproul deixa este ponto bastante claro em *Chosen by God*. Wheaton, Ill.: Tyndale House, 1986, p. 139-60.

22 Ver PETERSON, Robert A.; WILLIAMS, Michael D. *Why I Am Not An Arminian*.

Mais uma vez é difícil ver como um híbrido destas duas visões de livre-arbítrio poderia ser criado. As pessoas poderiam ter livremente escolhido fazer diferente daquilo que elas, de fato, fizeram? Alguns calvinistas (tal como Jonathan Edwards) concordam com os arminianos que as pessoas têm a habilidade *natural* de fazer o contrário (ex. evitar pecar). Mas e a habilidade moral? Os arminianos concordam com os calvinistas que, à parte da graça de Deus, todos os humanos caídos escolhem pecar; suas vontades estão propensas a pecar pelo pecado original, manifestando a si mesmo como depravação total. Todavia, os arminianos não chamam isto de livre-arbítrio, pois estas pessoas não podem fazer o contrário (exceto em termos de decidir qual pecado cometer!). Da perspectiva arminiana, a graça preveniente restaura o livre-arbítrio de maneira que os humanos, pela primeira vez, tem a habilidade de fazer o contrário – a saber, responder em fé para a graça de Deus ou resisti-la em não arrependimento e descrença. No momento da chamada de Deus, os pecadores, sob a influência da graça preveniente têm o livre-arbítrio genuíno como um dom de Deus; pela primeira vez eles podem livremente dizer sim ou não para Deus. Nada fora do ser determina como eles responderão. Os calvinistas dizem que os humanos jamais têm a habilidade em assuntos espirituais (e possivelmente em assunto nenhum). As pessoas sempre fazem o que querem fazer, e Deus é o último a decidir os anseios humanos, mesmo em se tratando de pecado, pois Deus opera por intermédio de causas secundárias e jamais faz diretamente com que alguém peque. Estas duas visões são incompatíveis. Para o arminiano, o livre-arbítrio compatibilista não é livre-arbítrio de jeito nenhum. Para o calvinista, o livre arbítrio incompatibilista é um mito; ele simplesmente não pode existir porque ele se equivaleria a um efeito sem causa, o que é absurdo[23]. Quando se trata de decidir resistir ou aceitar a graça salvífica ofe-

---

Downers Grove, Ill.: Intervarsity Press, 1992. p. 136-61. Isto não significa que esta seja a única descrição calvinista de livre-arbítrio; muitos calvinistas seguem o próprio Calvino em simplesmente negar o livre-arbítrio.

23 A clássica crítica calvinista do livre-arbítrio libertário é encontrada no tratado de Jonathan Edwards, "Liberdade da Vontade". Caso o leitor esteja se perguntando se o assim chamado conhecimento médio fornece um meio termo, algo precisa ser dito acerca disso aqui. O conhecimento médio seria o conhecimento de Deus do que criaturas livres fariam livremente em qualquer conjunto de circunstâncias. Mas os que acreditam no conheci-

recida por Deus, as decisões e escolhas das pessoas ou são determinadas ou não são. Dizer que elas não são determinadas, mas meramente influenciadas não produz um híbrido; é arminianismo clássico[24]. Dizer que elas são determinadas, mas livres, exige explicações adicionais. Dizer que estão sob tal influência poderosa da graça e que não poderiam fazer o contrário do que adequar-se a vontade de Deus não é meio termo; é calvinismo clássico.

Sem híbrido, mas com pontos em comum

Em vários assuntos essenciais relacionados à soteriologia, então, um meio termo ou híbrido entre o calvinismo e o arminianismo não é possível. O calminianismo só pode ser defendido em desafio à razão; e por fim, todo calminianismo acaba sendo uma forma disfarçada de calvinismo ou arminianismo, ou ele desloca inexoravelmente para um lado ou para o outro. Muitas pessoas alegam ser "calvinistas de quatro pontos", o que geralmente quer dizer que eles concordam com a depravação total, eleição incondicional, graça irresistível e perseverança dos santos, mas rejeitam a expiação limitada. Quando pressionados, entretanto, tais calvinistas de quatro pontos frequentemente parecem ter entendido mal a ideia calvinista de expiação limitada e quando ela lhes é explicada corretamente (ex. universal em suficiência, mas limitada em extensão para os eleitos), eles a abraçam. Algumas dúvidas existem se o próprio Calvino acreditava na expiação limitada, mas ela parece ser parte e parcela do sistema

---

mento médio normalmente afirmam o livre arbítrio libertário. A questão se eles fariam o contrário ainda está aberta mesmo no caso do conhecimento médio, que é dito por aqueles que acreditam que ele não seja determinante.

24 Para um exame completo e detalhado do próprio conceito de Arminio do livre-arbítrio, veja, William Gene Witt, Creation, Redemption and Grace in the Theology of Jacobus Arminius. Indiana, University of Notre Dame, 1993. Dissertação de Doutorado. pp. 418-30. De acordo com Witt, o conceito de Armínio de livre-arbítrio era o mesmo de Tomás de Aquino. Não é o mesmo livre-arbítrio autônomo do Iluminismo, pois ele tem um alicerce sobrenatural e é sempre orientado para o bem ainda que, em virtude da corrupção do pecado, ele tenha uma percepção caída do bem e, portanto, afasta-se do verdadeiro bem até que a graça preveniente de Deus intervém. Portanto, não é livre agência absoluta e autônoma, mas livre arbítrio teológico, situado.

calvinista. Por que Deus iria querer que Cristo sofresse para expiar a culpa daqueles que Deus já havia determinado que não seriam salvos? Alguns arminianos chamam a si mesmos de "calvinistas de dois pontos", principalmente se vivem, trabalham ou cultuam em contextos onde a teologia reformada é considerada a norma de evangelicalismo. O que geralmente querem dizer com isto é que eles afirmam a depravação total e a perseverança dos santos. (Isto é principalmente comum entre os batistas). Todavia, ao rejeitar a eleição incondicional, a expiação limitada e a graça irresistível eles mostram que são, de fato, arminianos e nem de perto calvinistas. Todavia, eles podem se considerar, corretamente, parte da tradição reformada mais ampla.

Tendo argumentado aqui que o calvinismo e o arminianismo são sistemas incompatíveis e que impossibilitam uma hibridização. Não quero que os leitores esqueçam que os dois sistemas têm muito em comum. Ambos afirmam a soberania divina, ainda que de maneiras e em níveis diferentes; ambos abraçam a necessidade absoluta da graça para qualquer coisa verdadeiramente boa na vida humana. Ambos acreditam que a salvação é um dom gratuito de Deus que só pode ser recebido pela fé à parte de obras meritórias de retidão. Ambos negam qualquer habilidade humana para iniciar um relacionamento com Deus ao exercer uma boa vontade para Deus. Ambos afirmam a iniciativa divina da fé (um termo técnico para o primeiro passo na salvação). Em uma palavra, ambos são protestantes. Isto é intensamente contestado por críticos calvinistas hostis ao arminianismo, mas em todo o restante deste livro eu demonstrarei que a teologia arminiana clássica é uma forma legítima da ortodoxia protestante, e, portanto, o arminianismo compartilha um vasto campo em comum com o calvinismo clássico.

MITO 3

O Arminianismo não é uma opção evangélica ortodoxa

A teologia arminiana clássica afirma enfaticamente os pilares da ortodoxia cristã e promove os símbolos da fé cristã; não é ariana nem liberal.

MUITOS CALVINISTAS CRÍTICOS DA TEOLOGIA ARMINIANA aceitam o verdadeiro arminianismo (e, em especial, o arminianismo de coração) como compatível com a fé cristã evangélica, ainda que rejeitem suas doutrinas características, considerando-as como menos do que plenamente bíblicas. Um exemplo de tal tratamento generoso acerca do arminianismo por calvinistas é o livro *Why I Am Not An Arminian,* dos autores calvinistas Robert A. Peterson e Michael D. Williams. Ele sobressai como modelo de polêmica conciliatória – uma espécie de oximoro, julgando pela severidade da maioria das polêmicas teológicas, incluindo a maioria dos tratamentos calvinistas do arminianismo. Peterson e Williams, ambos professores de teologia no Covenant Theological Seminary em St. Louis, Missouri, destoam da maioria ao identificar os arminianos como verdadeiros evangélicos.

> O calvinismo e o arminianismo discordam acerca de assuntos importantes concernentes à salvação, assuntos que acreditamos que o calvinismo trata corretamente e que o arminianismo não... Todavia, não pensamos que o arminianismo seja uma heresia ou que os cristãos arminianos não sejam regenerados... Seja quais forem os

> assuntos soteriológicos relevantes que discordemos, que concordemos nisto: o calvinista e o arminiano são irmãos em Cristo. Ambos pertencem à família da fé. A questão do debate não trata de crença e descrença, mas de qual perspectiva melhor representa o retrato bíblico do relacionamento divino-humano na salvação e as contribuições tanto de Deus quanto do homem na história humana[1].

Infelizmente, tal generosidade em relação aos arminianos e à teologia arminiana é frequentemente faltosa nos tratamentos calvinistas do assunto. Comum é a alegação de Kim Riddlebarger: "O arminianismo não é apenas um abandono da ortodoxia histórica, mas [também] um sério abandono do próprio evangelho"[2]. Por sécu-

---

1 PETERSON, Robert A.; WILLIAMS Michael D. *Why I Am Not An Arminian*. Downers Grove, Ill.: Intervarsity Press, 2004. p.13. Apesar do tom conciliatório e generosidade de julgamento acerca da salvação dos arminianos, Peterson e Williams ocasionalmente caem no uso da linguagem ofensiva (retórica de exclusão) acerca do arminianismo. Isto é, infelizmente, muito comum, se não quase universal nos tratamentos calvinistas da teologia arminiana. Por exemplo, eles erroneamente descrevem "compromisso com a liberdade do livre-arbítrio" como o "valor mais alto e o primeiro princípio da construção doutrinária para os arminianos (p. 157). Isto é simplesmente falso. O verdadeiro arminianismo, como todos os arminianos declararam repetidamente, é, em primeiro lugar, um compromisso com a autoridade da Escritura e o caráter amoroso de Deus conforme revelado em Jesus Cristo. A crença no livre-arbítrio seguirá como princípio secundário de doutrina. Eles causam uma séria injustiça a Armínio quando dizem: "A integridade da criatura autônoma é o único princípio teológico irredutível do pensamento de Armínio" (p.111). Qualquer um que leu os próprios escritos de Armínio não pode afirmar isso em toda integridade. O primeiro princípio de Armínio era o amor de Deus demonstrado em Jesus Cristo; sua teologia era inteiramente cristocêntrica e não humanista. O exemplo mais flagrante do deslize de Peterson e Williams de sua abordagem conciliatória é a alegação de que o arminianismo "valoriza uma doutrina quase idólatra do humano autônomo que está mais próxima de uma descrição bíblica de pecado do que da verdadeira humanidade" (p. 117). Como estas descrições podem correlacionar com seu generoso abraço os arminianos como irmãos e irmãs, isso não fica claro. Os arminianos balançam suas cabeças em pesar e consternação acerca destes deslizes que deturpam o verdadeiro pensamento arminiano; eles são muito comuns nas descrições calvinistas do arminianismo e denunciam uma falta de honestidade ou familiaridade com a teologia arminiana.

2 RIDDLEBARGER, Kim. "Fire and Water", *Modern Reformation*, n. 1, 1992. p. 10.

los tanto os teólogos reformados quanto os luteranos identificaram o arminianismo com o arianismo, o socianismo, o pelagianismo, o semipelagianismo, o humanismo ou a teologia liberal. A acusação de arianismo é a mais séria de todas e totalmente infundada. Mas é tão comum, principalmente entre os luteranos, que eu ouvi um teólogo luterano repetidamente cometer o deslize de dizer "arianismo" quando queria dizer "arminianismo" em uma conferência de eruditos arminianos wesleyanos, comemorando o tricentésimo aniversário de João Wesley! (Não é preciso dizer que muitos arminianos no auditório, em um preeminente seminário wesleyano, ficaram mais do que chocados – ainda que reconhecessem o descuido do teólogo luterano). O arianismo nega a plena deidade de Jesus Cristo. Em seu sentido mais estrito, ele conforma-se à crença do líder cristão do quarto século, Ário, que Jesus Cristo era a encarnação da primeira e maior criatura de Deus – um ser celestial parecido com Deus em glória, mas que não dividia plenamente a natureza divina. Em seu sentido mais amplo, veio a servir como uma forma simplista para qualquer negação da plena e verdadeira deidade de Jesus. A origem da acusação de que o arminianismo é ariano jaz no mal-entendimento da própria cristologia de Armínio. Ele nem sequer implicitamente negou a deidade ontológica de Jesus Cristo, como muitos supõem. Ele a afirmou plenamente. Embora a acusação de que o arminianismo é ariano em natureza persista entre os que têm pouquíssimo ou nenhum conhecimento genuíno do arminianismo verdadeiro, ela é simplesmente falsa.

A acusação de que o arminianismo é sociniano mal diverge da primeira acusação. Fausto Socino (1539-1604) foi um reformador radical da Itália que viveu na Polônia. Ele fundou as primeiras igrejas unitarianas na Europa e é frequentemente considerado o verdadeiro reformador pelos unitarianos modernos. Socino negou a deidade ontológica de Jesus Cristo, reduzindo-o a um homem elevado que teve um relacionamento especial com Deus. Ele também negou a trindade ontológica, a expiação substitutiva e o pecado original como depravação total herdada. Ele foi o heresiarca da Europa protestante no século XVI. Os oponentes de Armínio nas Províncias Unidas (Países Baixos) e em outros lugares tentaram identificá-lo com o socianismo, mas jamais foram capazes de fazer com que a acusação pegasse. E Armínio negou severamente o socianismo, não medindo esforços para provar sua

ortodoxia acerca desses pontos doutrinários. Alguns remonstrantes posteriores desertaram da teologia arminiana autêntica e se tornaram, por todas as intenções e propósitos, unitários e universalistas. O mesmo fizeram alguns protestantes reformados! Mas arminianos clássicos, como João Wesley, que permaneceu fiel à própria teologia de Armínio, permaneceram firmemente ortodoxos, apesar das contínuas falsas acusações de heresia por seus parelhas calvinistas[3]. A única coisa que os arminianos tem em comum com os socinianos e unitários é a crença na liberdade da vontade. Se a ortodoxia for arbitrariamente definida como tendo que, por necessidade, incluir a crença no monergismo e excluir toda forma de sinergismo, então o arminianismo não é ortodoxo. Mas tal definição tornaria todos os primeiros pais da igreja gregos, a maioria dos teólogos católicos medievais, todos os anabatistas e muitos luteranos (incluindo Melanchton) heréticos! O arminianismo, então, estaria em excelente companhia.

A acusação de que o arminianismo é equivalente ao pelagianismo, ou no mínimo semipelagianismo, é comum na literatura calvinista. Exemplos já foram citados. Eu convidei o diretor de um grupo estudantil de uma universidade calvinista para falar para meus alunos do seminário teológico. O calvinista treinado em seminário declarou abertamente que "o arminianismo é simplesmente pelagianismo". A mesma acusação pode ser encontrada em muitos sites da Internet antiarminianos que promovem o monergismo. Críticos mais cuidadosos qualificam a acusação, proclamando o arminianismo semipelagiano, em vez de pelagiano. Um preeminente teólogo calvinista e apologista cristão falou em uma conferência em uma importante faculdade cristã e utilizou as palavras *semipelagiano* e *arminiano* como sinônimas. Em 431 d.C o pelagianismo foi condenado em Éfeso pelo terceiro concílio ecumênico do cristianismo em virtude dele afirmar a habilidade humana natural e moral de fazer a vontade de Deus à parte da operação especial da graça divina. Armínio rejeitou este ensinamento, assim como também todos os seus fiéis seguidores. O semipelagianismo foi condenado pelo Segundo Concilio de Orange em 529 d.C em virtude de ele

3 O teólogo e compositor de hinos Augustus Toplady, que escreveu o hino "Rock of Ages" (Rocha Eterna), declarou Wesley um não cristão. O mesmo fizeram outros calvinistas evangélicos do século XVIII.

afirmar a habilidade natural de exercer uma boa vontade para com Deus à parte da ajuda especial da graça divina; ele coloca a iniciativa da salvação do lado humano, mas a Escritura a coloca do lado divino. Armínio também rejeitou o semipelagianismo, assim como todos os seus fiéis seguidores. Os arminianos consideram que tanto o pelagianismo quanto o semipelagianismo são heresias.

Por que tantos calvinistas insistem em identificar o arminianismo como pelagiano ou semipelagiano? Isto deixa os arminianos perplexos, em virtude dos grandes esforços que empreenderam para distanciarem sua teologia de tais heresias. Talvez os críticos acreditem que o arminianismo leve ao pelagianismo ou ao semipelagianismo como sua consequência normal e necessária. Mas se este for o caso, tal deveria ser dito de maneira clara.

A justiça e a honestidade exigem que os críticos do arminianismo, no mínimo, admitam que os arminianos clássicos, incluindo o próprio Armínio, não ensinam o que Pelágio ensinou ou o que os semipelagianos (ex. João Cassiano) ensinaram.

Intimamente associada à acusação de que o arminianismo é semipelagiano, se não pelagiano, está a acusação de que ele se afasta da ortodoxia cristã ao abandonar ou rejeitar o monergismo. Esta foi a linha tomada pelo teólogo calvinista e autor Michael Horton nas primeiras edições da revista *Modern Reformation*, que ele edita. Em um infame artigo atacando o "arminianismo evangélico" como um oximoro, Horton declara que "um evangélico não pode ser arminiano mais do que um evangélico pode ser um católico romano"[4]. Ele alega que Armínio reviveu o semipelagianismo e que os "arminianos negaram a crença da reforma de que a fé era um dom, de que a justificação era puramente uma declaração forense (legal). Para eles, ela incluía uma mudança moral na vida do cristão e da própria fé, uma obra de humanos, era a base para a declaração de Deus"[5]. De acordo com Horton, a doutrina de salvação arminiana (incluindo a de Wesley) torna a "fé uma obra que alcança retidão ante Deus"[6]. Claramente, para Horton, como para muitos críticos calvinistas, o arminianismo não pode ser considerado

4 HORTON, Michael. "Evangelical Arminians", *Modern Reformation*, n. 1, 1992. p. 18.

5 Ibid. p. 16.

6 Ibid. p. 18.

protestantismo ortodoxo, pois ele (alegadamente) nega a salvação pela graça por meio da fé somente[7].

Por fim, alguns têm chamado ao arminianismo de humanista e tentaram associá-lo à teologia liberal. Meu professor de seminário favorito uma vez me disse para tomar cuidado com a teologia arminiana, pois ela sempre conduz à teologia liberal. O exemplo citado foi a teologia metodista principal, que durante o século XX adotou amplamente uma perspectiva liberal. Claro, eu conhecia inúmeros arminianos conservadores, tais como os nazarenos, e tentei salientar isso ao meu professor (ele posteriormente mudou de opinião acerca da dedução falaciosa). Mais tarde, um amigo calvinista que lecionava no seminário me perguntou se eu alguma vez já havia considerado a possibilidade de que meu arminianismo poderia ser prova de humanismo latente. Estas tentativas de associar a teologia arminiana com o humanismo (ou com uma filosofia centrada no homem) e a teologia liberal sempre surgem na retórica calvinista e são encontradas em inúmeros websites inspirados por calvinistas e em livros de autores calvinistas.

O capítulo seis mostrará que o verdadeiro arminianismo não conduz inevitavelmente à teologia liberal. Já disse o bastante acerca da crença arminiana na depravação total para dissipar o mito de que o arminianismo é humanista (ver p. 33-34! – Ver p. 42-44) Eu focarei aqui nas doutrinas centrais ao debate calvinismo/arminianismo. Os arminianos verdadeiros afirmam os princípios essenciais da ortodoxia cristã clássica, tais como a autoridade da Escritura, a transcendência de Deus, a deidade de Jesus Cristo e a trindade?

O Arminianismo e a Revelação Divina

O arminianismo clássico inclui a crença na inspiração sobrenatural da Escritura e sua suprema autoridade para a fé e prática cristãs; ele não embasa suas reivindicações na filosofia ou razão à parte da revelação divina. O arminianismo clara e diretamente contradiz a acusação frequentemente feita contra ele de que está emba-

7 Horton, que leciona teologia no Seminário Teológico de Westminster, mudou de opinião acerca do arminianismo desde 1992. Ele agora os considera evangélicos, embora ele ainda não considere o arminianismo consistente com a teologia reformada. Ele me comunicou esta mudança de pensamento em conversas pessoais e por meio de correspondências.

sado mais na filosofia do que na Escritura. Já entrei em discussões longuíssimas (que geralmente transformam-se em debates) com críticos calvinistas do arminianismo em grupos de discussões da Internet, por e-mail e, às vezes, frente a frente.

Em determinado momento, o interlocutor calvinista geralmente acusa que as doutrinas arminianas essenciais (ex. livre-arbítrio) estão embasadas preferivelmente na filosofia à Palavra de Deus. Um exame meticuloso da literatura arminiana clássica prova que os verdadeiros arminianos sempre mantiveram uma alta estima pela Escritura. Assim como todos os protestantes ortodoxos, os arminianos creem e seguem o princípio da *sola scriptura* (Escritura acima de quaisquer outras fontes e normas) na teologia.

Armínio. Em seu terceiro discurso formal, Armínio explicou cuidadosamente o papel da revelação divina e a Escritura em sua teologia. De acordo com ele, a única esperança da humanidade para o verdadeiro conhecimento de Deus jaz na revelação divina: "Toda nossa esperança... para alcançar este conhecimento [teológico] está colocada na revelação divina", pois "Deus não pode ser conhecido exceto por meio dele mesmo"[8]. E onde Deus revelou a si mesmo? Primeiro e acima de tudo em Jesus Cristo, que é revelado pela Escritura. A Escritura, por sua vez, é a única produção do Espírito Santo:

> Declaramos, portanto, e continuamos a repetir a declaração até que os portões do inferno tornem a ecoar o som – "que o Espírito Santo, por cuja inspiração santos homens de Deus falaram esta palavra, e por cujo impulso e orientação eles receberam, como seus amanuenses, a incumbência da escrita, - que este Espírito Santo é o Autor da luz pela ajuda da qual nós obtemos a percepção e o entendimento dos significados divinos da palavra, e é o Realizador desta certeza pela qual acreditamos que estes significados sejam verdadeiramente divinos; e que Ele é o *Autor necessário* e o *todo-suficiente Realizador*[9].

Armínio claramente acreditava na autoria divina (se não o ditado!) da Escritura. Nas páginas que seguem esta declaração no discurso formal, Armínio debateu

8 ARMINIUS. "Oration III", *Works*. v. 1, p. 374.

9 Ibid. p. 397-8.

a ideia católica romana de duas fontes iguais de verdade, afirmando a exclusiva supremacia da autoridade da Escritura sobre a tradição e a interpretação da igreja. Em sua "Declaração de Sentimentos", entregue aos Estados da Holanda (líderes governamentais) um ano antes de sua morte, Armínio testificou sua devoção à autoridade da Escritura ao declarar que se qualquer coisa que ele ensinou fosse contrária à Escritura, ele deveria ser punido de maneira severa[10].

Mais duas citações de Armínio deveriam estabelecer, de maneira suficiente, sua confiança na única e suprema autoridade da Escritura em todas as questões teológicas: "conferimos *unicamente à palavra de Deus* a honra apropriada e devida, e a estabelecemos *além* (ou preferencialmente *acima*) de todas as disputas, grande demais para ser sujeita a qualquer exceção e digna de toda aceitação" e "a Igreja sempre tem Moisés e os Profetas, os Evangelistas e os Apóstolos, - ou seja, as Escrituras do Antigo e Novo Testamentos; e estas escrituras plena e claramente abrangem tudo o que é necessário para a salvação"[11]. Em todos os seus escritos, o pai do arminianismo não deixou dúvida acerca de seu posicionamento em relação à autoridade da Escritura; ele a coloca acima de toda tradição – incluindo as confissões reformadas – assim como acima de seu próprio pensamento: "A regra da Verdade Teológica não é dupla, uma Primária e a outra Secundária; mas é uma e simples, as Sagradas Escrituras"[12]. Ele defendeu que até mesmo credos e confissões de fé devem ser encarados com menos importância que a Escritura e que devem ser sujeitos a revisão se e quando tais se mostrarem incorretos quando comparados à mensagem da Escritura. Por esta afirmação ele era, às vezes, criticado por seus oponentes calvinistas, que desejavam manter os credos e declarações confessionais (ex. o Catecismo de Heidelberg e a Confissão Belga) incorrigivelmente verdadeiros e autoritativos. Contra eles, Armínio escreveu:

> A doutrina uma vez recebida na Igreja deveria estar sujeita a exame, não importando quão grande possa ser o temor [pois] este é um

10 Ibid. p. 609.

11 Ibid. p. 701, 723.

12 ARMINIUS. *Works*. v. 2. p. 706.

> dos mandamentos de Deus: "examinem os espíritos para ver se eles procedem de Deus" (I João 4.1) Se a cogitação [hesitação temerosa de pensamento?]... tivesse atuado como empecilho nas mentes de Lutero, Zuínglio e outros, eles jamais teriam indagado a doutrina dos papistas ou a teriam sujeitado a um exame cuidadoso e meticuloso[13].

Simão Episcópio. Então, Armínio era comprometido com a suprema autoridade da Palavra de Deus sobre toda tradição e filosofia. Mas e os arminianos posteriores? Uma das primeiras obras da teologia arminiana após Armínio foi produzida por Simão Episcópio, o líder dos remonstrantes da primeira geração (ele se tornou o líder do seminário remonstrante nos Países Baixos quando o arminianismo foi mais uma vez tolerado, em 1625). O curto título de sua declaração teológica arminiana seminal é *Confession of Faith of Those Called Arminians* (Confissão de Fé Dos Que São Chamados Arminianos). Esta confissão é uma afirmação bastante ortodoxa da doutrina protestante com uma característica fortemente sinergística. Episcópio afirmou a superioridade da Escritura acima de todas as confissões humanas e declarações de fé e debateu que elas são secundárias em relação à Bíblia e devem sempre ser desafiadas pela Escritura[14]. Ele confessou a infalibilidade da Escritura e sua suficiência e perspicuidade[15]. Episcópio disse: "Estes muitos livros [da Bíblia] perfeitamente contém uma revelação plena e mais que suficiente de todos os mistérios de fé"[16]. Até mesmo Philip Limborch, líder remonstrante posterior, que foi o principal responsável por vulgarizar o arminianismo com uma forte dose de racionalismo e semipelagianismo, afirmou a suprema autoridade e inerrância da Escritura[17].

---

13 Ibid. v. 1, p. 722-3.

14 EPISCOPIUS, Simon. *Confession of Faith of Those Called Arminians*. London: Heart & Bible, 1684. p. 18-25.

15 Ibid. p. 61-75.

16 Ibid. p. 71.

17 LIMBORCH, Philip. *A Complete System, or Body of Divinity*, trad. William Jones. London: John Darby, 1713. p. 10.

João Wesley. Alguns calvinistas sugeriram que João Wesley desertou da verdadeira fé protestante ao fazer uso do que os metodistas chamam de "Quadrilátero Wesleyano" de fontes e normas: Escritura, tradição, razão e experiência. Em nenhum lugar há uma afirmação explícita de Wesley desse quadrilátero como seu método teológico; ele é um método detectado por Albert Outler e outros eruditos em Wesley. Todavia, uma coisa é extremamente clara nos próprios escritos de Wesley – a Escritura está sobre e acima de toda e qualquer fonte ou norma como supremo critério de verdade em todas as questões relacionadas à religião e ética. O teólogo metodista evangélico Thomas Oden, nada mais nada menos que uma autoridade em Wesley, rebateu as alegações contra as credenciais protestantes de Wesley em relação à autoridade da Escritura. Para demonstrar isto, Oden cita Wesley de maneira extensiva:

> É a "fé dos protestantes" em "acreditar em nada mais ou nada menos do que está manifestamente contido e provado pelas Santas Escrituras". "A palavra escrita é a única e plena regra de sua fé, assim como prática". "Acreditamos que a Escritura seja de Deus". Somos orientados a "não sermos sábios acima do que está escrito. Não [devemos] impor nada que a Bíblia claramente não imponha. Não [devemos] proibir nada que ela claramente não proíba". "Não permito nenhuma outra regra, seja de fé ou de prática, do que as Santas Escrituras". Não há cânon oculto ou escondido dentro do cânon, devido à extensão plenária da inspiração escriturística[18].

Wesley claramente não negou o princípio protestante do *sola scriptura*, e se ele o violou, tal violação ainda precisa ser comprovada. Claro, muitos cristãos discordam da interpretação de Wesley das Escrituras, mas a alegação de que ele não acre-

18 ODEN, Thomas. *John Wesley's Scriptural Christianity.* Grand Rapids: Zondervan, 1994. p. 56. As citações são dos sermões "Sobre a Fé" e "Justificação pela Fé" e das cartas para John Dickins e James Hervey. Oden também cita "O Caráter de um Metodista" de Wesley que "a palavra escrita de Deus [é] a única e suficiente regra tanto para a fé cristã quanto para a prática" (ibid).

ditava na autoridade única, suprema e suficiente da Escritura para todas as questões de fé e prática cristã é simplesmente falsa.

Metodistas do século XIX.

Os principais teólogos do século XIX foram os metodistas Richard Watson, William Burton Pope, Thomas O. Summers e John Miley. O que eles tem a dizer acerca da autoridade da revelação divina e, em especial, da Escritura em relação a outras fontes e normas de teologia? Todos os quatro zelosamente afirmaram o *sola scriptura* e embasaram toda as suas conclusões teológicas na Bíblia, em detrimento de fontes e normas extrabíblicas. Isto não significa que eles não fizeram uso da tradição ou razão, mas que eles as utilizaram como ferramentas para interpretar a Escritura como uma revelação sobrenatural de Deus acima de toda e qualquer outra fonte ou norma de doutrina, teologia ou conduta: "Quando uma doutrina nos é claramente revelada, permanecendo como permanece sobre uma autoridade infalível [Escritura], nenhuma doutrina contrária pode ser verdadeira; isso é, na verdade, o mesmo que dizer que as opiniões humanas devem ser testadas pela autoridade divina, e que a revelação deve ser consistente consigo mesma"[19]. Ele deixou mais que evidente que tanto a razão quanto a tradição (isso sem mencionar a experiência) devem ser julgadas pela Escritura, que sozinha é a revelação escrita sobrenatural de Deus e juiz de toda a verdade em doutrina e conduta. Pope também expôs e promoveu a doutrina da *sola scriptura* – Escritura como a única suprema autoridade em todas as questões de fé à prática cristã. Ele descreveu a inspiração divina da Escritura como uma influência sobrenatural do Espírito Santo e, então, declarou:

> Sua inspiração plenária torna a Escritura a autoridade absoluta, final e toda - suficiente como o supremo Padrão de Fé, Constituição de Ética e Cartas de Direitos e Liberdades para a Igreja de

19 WATSON, Richard. *Theological Institutes, Or, a View of the Evidences, Doctrines, Morals, and Institutions of Christianity*. New York: Lane & Scott, 1851. v. 1, p. 99.

> Deus... [N]o domínio da verdade religiosa e o reino de Deus entre os homens, sua reivindicação de autoridade e suficiência é absoluta[20].

Miley chamou as Escrituras de "revelação sobrenatural da verdade de Deus" e debateu que toda pessoa deveria ser "submissa à sua autoridade em questões de fé e prática"[21]. Ele rejeitou a elevação de qualquer fonte ou norma acima ou nivelada com a Escritura em termos de autoridade, e afirmou que todas as doutrinas devem ser construídas unicamente a partir das Escrituras. Os questionadores da visão arminiana da Escritura leram estes teólogos arminianos seminais do século XIX? Ou eles têm em mente apenas os desertores do verdadeiro arminianismo do século XX, principalmente certos pensadores metodistas liberais do período após a segunda guerra mundial?

Arminianos do século XX.

Os teólogos arminianos do século XX afirmaram o *sola scriptura*. Claro, devemos distinguir entre os arminianos liberalizados (arminianos de cabeça) e arminianos clássicos (arminianos de coração). O primeiro grupo pode ser encontrado especialmente nas igrejas metodistas predominantes (especialmente a Igreja Metodista Unida) e ocasionalmente entre batistas, episcopais e congregacionais. Pouquíssimos, se não nenhum deles, se consideram arminianos; sua crença na liberdade da vontade é oriunda não da Bíblia ou da tradição arminiana (incluindo Wesley), mas do humanismo do Iluminismo e do pensamento embasado na filosofia do processo de Alfred North Whitehead. Os arminianos clássicos atuam primariamente dentro do movimento evangélico mais amplo e podem ser encontrados, sobretudo, nas várias denominações de [movimento] de santidade, tais como a Igreja do Nazareno, a Igreja Metodista Livre e a Igreja Wesleyana. Algumas atu-

20 POPE, William Burton. *A Compedium of Christian Theology*. New York: Phillips & Hunt, s/data. v. 1, p. 174-5.

21 MILEY, John. *Systematic Theology*. Peabody, Mass.: Hendrickson, 1989. v. 1, p. 46-7.

am dentro do movimento restauracionista e lecionam em instituições associadas às Igrejas de Cristo ou às Igrejas Cristãs Independentes. Outras são os Batistas Livres ou Pentecostais. H. Ray Dunning, teólogo da Igreja do Nazareno, fala especialmente pelos herdeiros de Wesley ([movimento de] Santidade):

> Seguindo João Wesley, a teologia wesleyana sempre construiu sua obra doutrinária sobre quatro pilares essenciais comumente referidos como o quadrilátero wesleyano. Além da Escritura, elas são a tradição, razão e experiência. Estas, todavia, não estão em pé de igualdade. Na verdade, se propriamente entendidas, as três fontes auxiliares corroboram diretamente a prioridade da autoridade bíblica[22].

Afirmações semelhantes da supremacia e normatividade da Bíblia para a teologia podem ser encontradas em, virtualmente, todo sistema arminiano conservador de teologia do século XX. Um exemplo, embora talvez mais conservador do que muitos, é F. Leroy Forlines, teólogo arminiano e batista livre, que mantém uma doutrina da Escritura que deixaria praticamente todo fundamentalista orgulhoso! E, entretanto, ele advoga e defende a crença na inspiração plenária e verbal da Bíblia assim como sua inerrância e autoridade absoluta em todo assunto a que ela se refere[23]. Os críticos que acusam o arminianismo de não se apegar ao princípio protestante da *sola scriptura* precisam demonstrar sua acusação com citações que neguem este princípio ou, do contrário, destruir o sola scriptura a partir das fontes arminianas clássicas. Isso eles não serão capazes de fazer. Eles podem alegar que a crença arminiana minimiza a autoridade bíblica ao contradizer o que a Bíblia ensina, mas isso é totalmente diferente do que manter a Bíblia em baixa estima. O fato puro e simples é que todos os arminianos clássicos sempre tiveram a Bíblia em alta estima. Nem todos acreditam na inerrância da Bíblia, assim como também nem todos os calvinistas acreditam. Dunning explica magistralmente as razões pelas quais os

---

22 DUNNING, H. Ray. *Grace, Faith, and Holiness*. Kansas City, Mo.: Beacon Hill, 1988. p. 77.

23 FORLINES, F. Leroy. *The Quest for Truth*. Nashville: Randall House, 2001. p. 50-5.

wesleyanos rejeitam a inerrância bíblica (juntamente com uma visão racionalista da Escritura) ao passo que demonstra a confissão da inspiração e suprema autoridade da Bíblia por parte dos wesleyanos[24].

Arminianismo acerca de Deus e Cristo

Em toda a sua história o arminianismo sofreu muita calúnia por parte dos críticos protestantes conservadores e, em especial, dos calvinistas. Entre as piores acusações estão a de que ele nega ou minimiza a glória e a soberania de Deus e que equivale à heresia do arianismo – negação da deidade de Jesus Cristo e da Trindade. Todavia, nenhuma destas acusações é pertinente, pois os arminianos clássicos, começando pelo próprio Armínio, sempre confessaram a glória e majestade transcendente de Deus assim como também a soberania de Deus. Eles também afirmaram a deidade ontológica (em oposição à mera deidade funcional) de Jesus Cristo e a Trindade. William Witt expressa bem as frustrações dos arminianos em relação às ideias errôneas e as falsas acusações que pairam sobre o arminianismo: "Ficamos a nos indagar acerca desta tendência de querer encontrar heresia onde nenhuma está visivelmente presente. Parece indicar um desejo de esperar o pior"[25].

Armínio. Em sua monumental dissertação sobre a teologia de Armínio na Universidade de Notre Dame, Witt demonstra conclusivamente o próprio comprometimento do reformador holandês com o teísmo cristão clássico e sua concordância com Agostinho e Tomás de Aquino em todas as questões essenciais à doutrina cristã tradicional de Deus. De acordo com Armínio, Deus é a substância simples e autossuficiente cuja essência e existência são idênticas[26]. Deus é imutável e eterno (mesmo atemporal), soberano e onipotente[27]. Witt argúi de maneira convincente que a única

24 DUNNING, op.cit., p. 60-2.

25 WITT, William Gene. *Creation, Redemption and Grace in the Theology of Jacob Arminius.* Indiana, University of Notre Dame, 1993. Dissertação de Doutorado. p. 540.

26 Ibid. p. 267-85.

27 Ibid. p. 491-505.

maior diferença entre a doutrina de Armínio e a de Calvino está na rejeição de Armínio do voluntarismo nominalístico, que (para Armínio) torna arbitrária a liberdade de Deus em relação à criação. (O voluntarismo nominalístico vê Deus como absolutamente livre para utilizar seu poder de qualquer forma; não é constrangido ou limitado pelo caráter de Deus). Armínio embasou toda sua teologia sobre o realismo metafísico no qual "Deus não é "livremente" bom porque Deus é bom por natureza[28]. Para os calvinistas isto parece limitar Deus, mas para Armínio e seus seguidores isto apenas significa que a bondade de Deus é tão fundamental para esta natureza como o seu poder. Na verdade, afirma Witt, Armínio pensava que o calvinismo tendia a limitar Deus ao tornar o mundo necessário para a autoglorificação de Deus: "O Deus transcendente do voluntarismo 'precisa' de uma criação sobre a qual ele seja soberano tanto quanto o Deus do imanetismo 'precisa' de uma criação na qual esteja presente"[29]. De qualquer forma, Witt mostra conclusivamente que as bases teológicas essenciais de Armínio em sua doutrina de Deus eram classicamente teístas; em nenhum lugar ele negou qualquer coisa crucial à doutrina cristã de Deus. Aspergidas em todo o corpus de escritos de Armínio estão afirmações como esta: "A Vida de Deus em sua própria Essência e seu próprio Ser; porque a Essência Divina é em todo respeito simples, assim como infinita, e, portanto, eterna e imutável"[30]. O que mais ele poderia dizer para convencer os críticos de que sua teologia está alinhada com a doutrina ortodoxa de Deus?

A posição de Armínio acerca da Trindade também era inequivocamente ortodoxa. Isto ele mostra em sua explicação de sua cristologia em sua "Declaração de Sentimentos". Ele havia sido falsamente acusado de negar a deidade de Jesus Cristo porque ele rejeitava a fórmula de que o Filho de Deus era *autotheos* – Deus em seu próprio direito ou em e em si mesmo. Armínio chamou de uma notória calúnia a acusação de que ele negava a deidade de Jesus Cristo e fortemente afirmou a igualdade de essência entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo[31]. Todavia, ele negou a

28 Ibid. p. 300.

29 Ibid. p. 292.

30 ARMINIUS. *Works*. v. 2, p. 119.

31 Ibid. v. 1, p. 691-5.

ideia inferida pela fórmula *autotheos*, quando aplicada ao Filho, que o Filho tem sua deidade em e de si mesmo e de nenhum outro. Esta é quase certamente a fonte da antiga acusação de arianismo, mas ela está embasada em um equívoco que o próprio Armínio esclareceu. Armínio estava simplesmente defendendo a antiga doutrina da monarquia do Pai encontrada em Atanásio e nos Pais Capadócios (assim como em Orígenes e em outros primeiros pais da igreja). De acordo com esta visão a deidade do Filho é oriunda do Pai eternamente. O Pai é a "fonte de divindade" dentro da Trindade. Armínio confessou Jesus Cristo como Deus, mas disse:

> A palavra "Deus", portanto, significa que Ele tem a verdadeira Essência Divina; mas a palavra "Filho" significa que ele tem a Essência Divina a partir do Pai: por esta razão ele é corretamente denominado tanto Deus e Filho de Deus. Mas uma vez que ele não pode ser intitulado Pai, não se pode possivelmente dizer que ele *tem a Essência Divina de si mesmo e de nenhum outro*[32].

O contexto desta explicação da negação de Armínio do *autotheos* do Filho deixa clara sua crença na Trindade ontológica. A essência do Filho vem do Pai (assim como a do Espírito Santo), mas é igual com o Pai em essência e é Deus. Armínio defendeu a si mesmo ao dizer: "Em todo este processo [ex. o debate acerca de sua Cristologia] eu estou longe de ser responsável por qualquer culpa; pois defendi a verdade e os sentimentos da Igreja Católica e Ortodoxa"[33]. Os críticos podem continuar a debater se Armínio estava certo acerca da monarquia do Pai, mas se o declararem ariano ou disserem que ele negou a deidade, nesta questão eles terão de dizer o mesmo dos pais gregos da igreja e de toda a tradição oriental ortodoxa assim como muito da teologia ocidental. Witt conclui que "a posição que Armínio defendeu é, claro, a posição católica conservadora. Não foi Armínio, mas seus críticos [...] que estavam, no mínimo, confusos, se não heterodoxos nesta questão"[34].

---

32 Ibid. p. 694.

33 Ibid. p. 693.

34 WITT, William Gene. *Creation, Redemption and Grace in the Theology of Jacob*

Episcópio. Os teólogos arminianos posteriores não ecoaram a própria defesa de Armínio da monarquia do Pai ou entraram em debate acerca da fonte da deidade do Filho, mas eles abraçaram o teísmo clássico assim como a cristologia clássica e o trinitarismo. Episcópio dedicou um capítulo inteiro de sua *Confession of Faith* (Confissão de Fé) para a essência de Deus e a natureza divina e outro capítulo para a Trindade. Sua Cristologia ecoa clara e definitivamente a doutrina da união hipostática da Definição Calcedônia (uma pessoa, duas naturezas); sua doutrina da Trindade não contém nenhum rastro de arianismo ou socianismo (unitarismo). Sua descrição da natureza de Deus é inteiramente consistente com o teísmo clássico. Deus é um, eterno, imutável, infinito, onisciente, onipotente, autossuficiente, justo, verdadeiro, fiel, reto e constante[35]. Acima de tudo, Deus é bom e não causa ou deseja o mal ou o pecado[36]. Deus é "a eterna fonte inextinguível de todas as coisas que são boas", assim como toda criatura é totalmente dependente de Deus para tudo[37].

A mesma confissão ortodoxa do ser de Deus assim como da Trindade e da deidade de Cristo pode ser prontamente encontrada em, virtualmente, todo teólogo arminiano clássico dos primórdios do arminianismo até o presente. Os únicos desvios vêm dos pseudoarminianos que abandonaram Armínio, Episcópio e Wesley e adentraram na teologia liberal e no Iluminismo. Estes arminianos de cabeça são revisionistas. O calvinismo também tem seus revisionistas. O próprio arminianismo não deve ser culpado pela heterodoxia pseudoarminiana mais do que o calvinismo deve ser culpado pelas heresias de Schleiermarcher e as de seus seguidores.

João Wesley. Wesley é um claro exemplo de um arminiano doutrinariamente ortodoxo. Tom Oden é outro. Muitos outros poderiam ser mencionados. Todavia, se os críticos declaram que o arminianismo é inerentemente herético ou heterodoxo e apontam para suas doutrinas de Deus e de Jesus parar provar a heresia, apenas um contraexemplo é necessário para refutar a acusação. Às vezes os críticos antiarmi-

---

Arminius. Indiana, University of Notre Dame, 1993. Dissertação de Doutorado. p. 544.

35 EPISCOPIUS, Simon. *Confession of Faith of Those Called Arminians*. London: Heart & Bible, 1684. p. 82-8.

36 Ibid. p. 84.

37 Ibid. p. 87.

nianos fazem exceções especiais para Wesley e admitem que ele, diferente de outros arminianos, era ortodoxo. Alguns colocam Wesley contra o arminianismo e dizem que ele era, na verdade, um calvinista confuso e inconsistente! Wesley chamava a si mesmo de arminiano e qualquer um teria muitas dificuldades em provar qualquer diferença substancial entre a sua teologia e a de Armínio ou a dos arminianos posteriores. Em relação a Jesus Cristo, "Wesley energicamente empregou a linguagem de Calcedônia em frases como 'Deus real, como homem real', 'perfeito, como Deus e como homem', 'o filho de Deus e o Filho do Homem' através da qual uma frase é extraída de sua natureza divina e a outra de sua natureza humana"[38]. Oden mostra conclusivamente que Wesley se apegou firmemente ao teísmo cristão clássico, incluindo os atributos de Deus de eternidade, onipresença, sabedoria e assim por diante. De acordo com Oden:

> Wesley resumiu pontos essenciais de sua doutrina de Deus em sua renomada *Carta a um Católico Romano*: "Como estou certo de que há um Ser infinito e independente e que é impossível que haja mais de um, então eu creio que este único Deus é o Pai de todas as coisas", principalmente das criaturas racionais autodeterminantes, e este Ser "é de uma maneira especial o Pai daqueles a quem ele regenera por seu Espírito, a quem ele adota em seu Filho como co-herdeiros com ele"[39].

Por fim, o trinitarismo de Wesley, de uma perspectiva ortodoxa, está acima de reprovação40. Ele até confessou o Credo Atanasiano, que contem uma das mais fortes declarações da ortodoxia trinitariana.

Qual é a conclusão? Se Wesley era arminiano, como ele certamente era, um ortodoxo em todos estes pontos essenciais do ensinamento cristão, então a reivindicação de que o próprio arminianismo é herético ou heterodoxo é, no mínimo, des-

38 ODEN, Thomas. *John Wesley's Scriptural Christianity*. Grand Rapids: Zondervan, 1994. p. 177. Estas citações e outras semelhantes são extraídas dos sermões de Wesley, tal como "Sobre Conhecer Cristo Após a Carne".

39 Ibid. p. 29

40 Ibid. p. 46-53.

truída, se não for dada como mentira. Tentar separar Wesley do arminianismo como uma exceção é impossível; ele conhecia o arminianismo bem e o abraçou, e todo o seu padrão de pensamento soteriológico está alinhado (at one) com o de Armínio e com toda a tradição do arminianismo fiel.

Arminianos dos séculos XIX e XX.

Encontramos o mesmo ressonante endosso da ortodoxia cristã clássica acerca destes pontos essenciais nos pensadores arminianos dos séculos XIX e XX. Pope fala por todos os arminianos do século XIX ao confessar a doutrina calcedônia clássica da pessoa de Cristo – uma pessoa de duas naturezas:

> A Pessoa divino-humana é a união, o resultado da união, de duas naturezas, ou antes, a personalidade que une as condições de existência divina e humana. A personalidade é uma e indivisível... As duas naturezas da única Pessoa não são confundidas ou fundidas juntas[41].

Pope e outros (Watson, Summers e Miley) afirmaram a encarnação de Deus em Jesus Cristo sem nenhuma diminuição ou de sua humanidade ou de sua divindade. Em relação à Trindade, Miley fala por todos; ele afirmou a doutrina ortodoxa e clássica da Trindade conforme expressa em Niceia (325 d.C) e Constantinopla (381 d.C) e disse: Não há na doutrina uma natureza diferente para cada pessoa da Trindade. A diferença é de três subsistências pessoais no ser unitário de Deus[42]. O século XX não viu desvios da ortodoxia entre os arminianos clássicos. O preeminente teólogo nazareno H. Orton Wiley endossou o Credo Atanasiano como a declaração mais

41 POPE, William Burton. *A Compedium of Christian Theology*. New York: Phillips & Hunt, s/data. v. 2, p. 118.

42 MILEY, John. *Systematic Theology*. Peabody, Mass.: Hendrickson, 1989. v. 1, p. 230.

completa de ortodoxia[43]. Como Pope e os teólogos metodistas evangélicos do século XIX, Wiley afirmou a doutrina da união hipostática em Cristo e a Trindade ontológica (imanente) na eternidade[44].

Não podíamos pedir uma cristologia ortodoxa ou uma doutrina da Trindade mais completa do que a encontrada em todos os teólogos arminianos clássicos em todos estes dois séculos. Quando adoramos com nazarenos, metodistas livres, wesleyanos e outras igrejas de tradição wesleyana ou de batistas do livre-arbítrio ou pentecostais clássicos contemporâneos, descobrimos que eles abraçaram por completo a fé cristã ortodoxa; todos eles tem declarações de fé que ecoam os grandes temas e características da ortodoxia protestante. O comprometimento de Wiley com a ortodoxia cristã fundamental também é mantido por teólogos de todas estas igrejas e denominações arminianas.

Arminianismo e Protestantismo

Alguns podem concordar que o arminianismo clássico é ortodoxo em relação aos elementos essenciais da cristandade ecumênica e ainda debaterem que é heterodoxo vis-a-vis o protestantismo clássico. Esta é a abordagem aparentemente tomada por alguns dos mais severos críticos calvinistas do arminianismo que sabem que as teologias de Wesley e de Armínio estão em conformidade com os padrões de credo da cristandade ecumênica acerca das doutrinas de Deus (em especial a Trindade) e Cristo. Mas tais críticos frequentemente censuram os arminianos por estarem aquém de uma ortodoxia protestante completa no que diz respeito às crenças acerca da providência de Deus e salvação. Em outras palavras, a ortodoxia protestante inclui Deus como a realidade toda – determinante – e a salvação como monergisticamente decretada e entregue por Deus.

Um teólogo e apologista calvinista importante, que publicamente descreve os arminianos como "cristãos, mas minimamente", diz que a única alternativa para o calvinismo (determinismo) é o ateísmo! A Aliança de Evangélicos Confessionais

43 WILEY, H. Orton. *Christian Theology*. Kansas City, Mo.: Beacon Hill, 1941. v. 2, p. 169.

44 Ibid. p.180, 181.

(Alliance of Confessing Evangelicals), que publica a revista *Modern Reformation*, não permite que arminianos se filiem, ainda que a instituição deva ser inclusiva acerca das muitas tradições e denominações protestantes. Por quê? Porque seus líderes consideram o monergismo parte e parcela da fé protestante (evangélica) plena e verdadeira. O revisor de meu livro *Histórias das Controvérsias na Teologia Cristã* (Editora Vida, 2004) me disse que o sinergismo é simplesmente heresia; ele sugeriu que dizer que sempre haverá monergistas e sinergistas dentro do evangelicalismo é como dizer que o movimento sempre incluirá a verdade e o erro. Muitos destes críticos do arminianismo sabem que os arminianos de coração evangélicos são ortodoxos em suas doutrinas de Deus e Cristologia, e que eles são trinitarianos. Mas consideram o "verdadeiro" protestantismo como um acréscimo essencial a ortodoxia cristã ecumênica primitiva. Para eles isto inclui a soberania absoluta e meticulosa e o monergismo soteriológico.

A questão passa a ser se esta é ou não uma definição muito restrita do protestantismo e da fé evangélica. Esta definição exclui o braço direito de Lutero, Philip Melanchton, que, após a morte de Lutero, colocou-se ao lado da posição de Erasmo em relação ao livre-arbítrio e abraçou o sinergismo. Ela exclui todos os anabatistas, assim como também muitos anglicanos e episcopais. Richard Hooker (1554-1600), o grande formulador da teologia anglicana, não era monergista; sua teologia estava mais próxima do arminianismo posterior. Por que endeusar o monergismo como o critério qualificador da ortodoxia protestante? Alguns diriam que é porque é necessário proteger a justificação pela graça somente por meio da fé somente. Alguns críticos do arminianismo chegam ao cúmulo de alegar que o arminianismo não acredita neste princípio fundamental do protestantismo. (Esta acusação será provada falsa no capítulo 9). E a acusação é feita, muito provavelmente, porque estes calvinistas imaginam uma tão íntima relação entre a justificação pela graça por intermédio da fé somente e o monergismo que eles concluem, a partir da negação arminiana do monergismo, uma negação imaginária da justificação pela graça por intermédio da fé somente. Mas e se uma pessoa (ex. João Wesley) convicta e fortemente ensinar a justificação pela fé por meio da graça somente e negar o monergismo? Este é o caso com a maioria dos arminianos; eles desassociam as duas doutrinas que os calvinistas insistem que são intrínsecas uma com a outra. É por isso que alguns calvinistas

dizem que os arminianos são "cristãos, mas minimamente" – devido a esta "ditosa inconsistência", quer dizer, entre a justificação pela graça somente por meio da fé somente e o sinergismo. Em "Quem Salva Quem?" Michael Horton infere que o arminianismo não é protestantismo ortodoxo porque "se alguém não crê na doutrina da eleição incondicional, é impossível possuir uma doutrina da graça elevada"[45]. Claro, os arminianos negam isto e apontam sua própria doutrina da graça preveniente como prova. A salvação é inteiramente da graça, e o mérito é excluído. Na verdade, a acusação de que o arminianismo é pelagiano ou semipelagiano, que ele minimiza a dependência humana da graça para absolutamente tudo que for espiritualmente bom – é falsa.

Esta definição monergista da ortodoxia protestante pode ser sustentada? Certamente as primeiras e mais influentes vozes do protestantismo – Lutero, Zuínglio e Calvino, isso sem mencionar Bucer, Cranmer e Knox – eram monergistas. Isso significa que todos os protestantes devem ser eternamente monergistas? Todos estes também adotavam a prática do batismo infantil. Também acreditavam fortemente na união entre igreja e estado. O protestantismo autêntico necessariamente inclui estas características também? O argumento histórico desmorona. Além do mais, começando em 1525, os anabatistas saíram de dentro do seio da reforma protestante (na Zurique de Zuínglio) e espalharam-se pela Europa. Declará-los não protestantes seria de certa forma tolo, a partir de uma perspectiva histórica. Posteriormente Wesley formou o movimento metodista; o metodismo não faz parte da história protestante?

Alguns dirão que uma diferença deve ser reconhecida e mantida entre a descrição histórica e a sociológica, por um lado, e julgamento teológico normativo, do outro. Nem todos inclusos histórica e sociologicamente sob a abrangência do protestantismo merecem ser considerados teologicamente protestantes. Por quê? Porque, eles defendem, o protestantismo é sinônimo de crença na *sola gratia* e *sola fides* – salvação pela graça somente e por meio da fé somente – e apenas o monergismo é consistente com estas duas. Mas o sinergismo contradiz o *sola gratia* e o *sola fides*? Os arminianos não concordam com isso; eles defendem uma forma de sinergismo evangélico que vê a graça como a causa eficiente de salvação e a fé como

45 HORTON, Michael S. "Who Saves Who?", *Modern Reformation*, n. 1, 1992. p. 1.

a única causa instrumental de salvação, em exclusão de méritos humanos. Ainda que tal fosse inconsistente, por que excluir os arminianos da ala protestante quando eles afirmam (mesmo se inconsistentemente) o princípio essencial? Simplesmente porque administradores evangélicos poderosos e alguns eruditos e líderes influentes acreditam que o arminianismo é, no melhor, um protestantismo imperfeito e possivelmente heterodoxo? Os arminianos não são ouvidos ou tratados de forma igualitária em algumas reuniões e salas de aula de organizações protestantes evangélicas (e também não evangélicas). Se utilizam o termo arminiano com orgulho, eles frequentemente são marginalizados – se não excluídos – de algumas organizações protestantes evangélicas transdenominacionais e multiconfessionais.

O restante deste livro é dedicado a demonstrar que o arminianismo clássico é uma forma de ortodoxia protestante. Mostrarei que o arminianismo não é dedicado ao livre-arbítrio por quaisquer motivos humanísticos ou iluministas ou por possuir uma antropologia otimista. O arminianismo clássico é uma teologia da graça que afirma a justificação pela graça somente por meio da fé somente. Por fim, boas razões serão dadas de que o arminianismo não leva inevitavelmente à teologia liberal, ao universalismo ou ao teísmo aberto[46].

46 Esta afirmação não sugere que o teísmo aberto esteja no mesmo nível da teologia liberal ou do universalismo! Alguns calvinistas e outros críticos do arminianismo, entretanto, tratam o teísmo aberto como tal e tentam mostrar que a teologia arminiana leva necessariamente para ele. A maioria dos arminianos clássicos – mesmo os que não consideram o teísmo aberto herético – discorda destes críticos. O teísmo aberto será discutido no capítulo 8.

MITO 4

O cerne do Arminianismo é a crença no Livre-Arbítrio

O verdadeiro cerne da teologia arminiana é o caráter amoroso e justo de Deus; o princípio formal do Arminianismo é a vontade universal de Deus para a salvação.

PERGUNTE AOS CRISTÃOS MAIS VERSADOS ACERCA do calvinismo e arminianismo e eles dirão que o primeiro acredita na predestinação e que o último crê no livre-arbítrio. Assim como muitas opiniões populares concernentes à religião, tal afirmação incorreta não se sustenta. Ela é, no mínimo, equivocada. Muitos calvinistas alegam crer no livre-arbítrio. Claro, eles se referem ao livre-arbítrio que é compatível com a determinação divina (livre-arbítrio compatibilista). Todos os verdadeiros arminianos creem na predestinação. Claro, eles se referem à eleição condicional embasada no pré-conhecimento de Deus acerca da fé. Entretanto, apesar destas ressalvas, a assertiva de que todos os calvinistas acreditam na predestinação e não no livre-arbítrio é falsa, assim como falsa é a reivindicação de que todos os arminianos creem no livre-arbítrio, mas não na predestinação.

Talvez a calúnia mais prejudicial disseminada por críticos contra o arminianismo seja a de que o sistema começa e é controlado pela crença na liberdade da vontade. Até mesmo alguns arminianos chegaram a acreditar nisso! Mas tal ideia

é simplesmente errônea. Não é verdade que o arminianismo é controlado por uma crença a priori na livre agência, assim como também não é verdade que o calvinismo é controlado por uma negação a priori do livre-arbítrio. Cada visão teológica do livre-arbítrio tem bases em compromissos mais essenciais. E, entretanto, até mesmo teólogos perspicazes que não deveriam cometer tais enganos, comumente alegam que o livre-arbítrio mantém uma posição poderosa e controladora no arminianismo. De acordo com o teólogo luterano Rick Ritchie: "O tema condutor no arminianismo é a crença no livre-arbítrio do homem"[1]. O calvinista Kim Riddlebarger chama a liberdade humana de "primeiro princípio" do arminianismo[2]. Mesmo com toda a pesquisa sobre o arminianismo e a retórica conciliadora, os teólogos calvinistas Robert Peterson e Michael Williams erram quando escrevem: "O compromisso incompatibilista com a liberdade da vontade como o maior valor e o primeiro princípio da construção doutrinária move o arminianismo a defender que as escolhas e ações humanas não possuem significados caso Deus as dirija por seu poder decretivo"[3].

Com todo o devido respeito a estes dois autores e outros que fazem a mesma crítica ao arminianismo, este arminiano precisa refutar tal crítica de maneira ardorosa. Todos os verdadeiros arminianos concordariam com esta refutação. Em primeiro lugar, o compromisso com a liberdade da vontade não é o maior valor ou o primeiro princípio da construção doutrinária arminiana. Este alto posto pertence à visão arminiana do caráter de Deus conforme discernido de uma leitura sinótica da Escritura, usando a revelação de Deus em Jesus Cristo como o controle hermenêutico. Os arminianos creem no livre-arbítrio porque o veem pressuposto em todos os lugares na Bíblia e porque ele é necessário para proteger a reputação de Deus. Em segundo lugar, os arminianos não defendem que as escolhas e ações humanas não possuem significado caso Deus as dirija por seu poder decretivo. Na verdade, os arminianos não se opõem à ideia de que Deus "dirija as escolhas e ações humanas. Todos os

1 RITCHIE, Rick. "A Lutheran Response to Arminianism", *Modern Reformation*, n. 1, 1992. p. 12.

2 RIDDLEBARGER, Kim. "Fire and Water", *Modern Reformation*, n. 1, 1992. p. 9.

3 PETERSON, Robert A.; WILLIAMS, Michael D. *Why I Am Not An Arminian*. Downers Grove, Ill.: InterVarsity Press, 2004. p. 157.

arminianos se opõem à crença de que Deus controla as ações humanas – principalmente as ações más e pecaminosas!" E os arminianos não conseguem enxergar uma maneira de abraçar o determinismo divino (monergismo) sem evitar fazer de Deus o autor do pecado e do mal. Alguns calvinistas (como alguns arminianos) fazem uso de um linguajar mais ameno do que sua teologia exige quando querem frisar um aspecto que pode ser ofensivo a outros. O que Peterson e Williams deveriam ter escrito é que os arminianos creem que as escolhas e ações humanas não têm significado caso elas sejam controladas de maneira absoluta pelo poder decretivo de Deus. O arminianismo não se opõe à ideia de que Deus dirige as escolhas e ações humanas por intermédio do poder da persuasão. O arminianismo abraça a ideia de que Deus dirige as escolhas e ações humanas ao fazê-las se encaixarem em seu plano mestre para a história. A única coisa que o arminianismo rejeita, nesta área específica, é que Deus controla todas as escolhas e ações humanas. Os arminianos desejam que seus críticos façam uso de uma linguagem mais clara que, de fato, enfatize as reais diferenças e não confunda os assuntos.

Por que os arminianos se opõem à crença que Deus controla as decisões e ações humanas por seu poder decretivo? Primeiro, vamos ser claros acerca das razões que os arminianos *não* utilizam ao se opor a esta crença determinista. Não é porque estão encantados por algum compromisso moderno com a liberdade humanística; havia arminianos antes da ascensão da modernidade (e do Iluminismo), e havia cristãos no livre-arbítrio incompatibilista bem antes de Armínio! Os primeiros pais gregos da igreja acreditavam na liberdade da vontade e rejeitavam o determinismo de qualquer tipo. Segundo, não é porque não acreditam no poder decretivo de Deus. Os verdadeiros arminianos sempre acreditaram que Deus ordena e até mesmo controla muitas coisas na história; eles afirmam a liberdade e onipotência de Deus. Se Deus escolhesse controlar cada decisão e ação humana, ele o faria. Em vez disso, o motivo real pelo qual os arminianos rejeitam o controle divino de toda escolha e ação humana é que isto faria de Deus o autor do pecado e do mal. Para os arminianos, tal controle faria de Deus, no mínimo, moralmente ambíguo e, no pior, o *único* pecador. Os arminianos reconhecem que os calvinistas não afirmam que Deus é moralmente ambíguo ou mal! Alguns, todavia, de fato acreditam que Deus é o autor

do pecado e do mal. O teólogo calvinista Edwin Palmer defendeu que Deus, de fato, preordena o pecado: "A Bíblia é clara: Deus ordena o pecado". "Embora todas as coisas - descrença e o pecado inclusos – procedam do eterno decreto de Deus, o homem ainda é responsável por seus pecados"[4]. É por isto que os arminianos se opõem à crença no determinismo exaustivo divino de qualquer forma; o determinismo não consegue evitar fazer de Deus o autor do pecado e do mal, e a conclusão lógica deve ser a de que Deus não é plenamente bom, ainda que os calvinistas e outros monergistas discordem[5].

O arminianismo inicia com a bondade de Deus e termina ao afirmar o livre-arbítrio. O livre-arbítrio é resultado da bondade e a bondade está embasada na revelação divina; Deus revela a si mesmo como incondicional e inequivocamente bom, o que não exclui a justiça e a retribuição de ira. Ela apenas exclui a possibilidade de Deus pecar, de desejar que outros pequem ou que causem o pecado. Se a bondade de Deus é tão misteriosa que ela é compatível com desejar e ativamente tornar certa a Queda e todos os outros males (ainda que apenas por retirar o poder necessário para evitar o pecado) da história humana, ela é sem sentido. Não há nenhum exemplo dentro da humanidade onde a bondade é compatível com o desejar que alguém faça mal ou peque e que sofra eternamente por isso. Os arminianos estão bem cônscios dos argumentos calvinistas embasados na narrativa do Gênesis, onde os irmãos de José intentaram o cativeiro por mal, mas, porém, Deus o intentou para o bem (Gn

4 PALMER, Edwin H. *The Five Points of Calvinism*. Grand Rapids: Baker, 1972. p. 85, 103, 106.

5 Estou bem consciente de que os calvinistas (e outros deterministas divinos) dizem que Deus é plenamente bom e apelam para um bem maior que justifica a preordenação de Deus do pecado e do mal. Mas os arminianos querem saber que bem maior pode possivelmente justificar o Holocausto? Que bem maior pode possivelmente justificar o fato de que uma porção significante da humanidade deva sofrer eternamente no inferno à parte de quaisquer ações genuinamente livres que eles ou sua cabeça federal tenham feito? Apelar para a glória de Deus e justificar a reprovação incondicional para o inferno, conforme Wesley disse, faz com que nos arrepiemos de medo. Que tipo de Deus é este que é glorificado ao preordenar e reprovar as pessoas para o inferno de maneira incondicional? Se o apelo pela necessidade do inferno for feito para a manifestação do atributo de justiça de Deus, os arminianos perguntam se a cruz foi insuficiente.

50.20). Os arminianos simplesmente não creem que isto prova que Deus *ordena* o mal para que possa fazer o bem a partir dele. Os arminianos acreditam que Deus *permite* o pecado e que extrai o bem a partir do mal. Caso contrário, quem, de fato, é o verdadeiro pecador?

O arminianismo trata, em todos os aspectos, de proteger a reputação de Deus ao proteger seu caráter conforme revelado em Jesus Cristo e na Escritura. Os arminianos não estão preocupados com alguma fascinação humana de justiça; Deus não precisa ser justo. A justiça não é necessária para a bondade. Mas amor e justiça são necessários para a bondade, e ambos excluem a determinação disposta a pecar, a fazer o mal e o sofrimento eterno. Neste ponto, alguns críticos do arminianismo refutam que proteger o caráter de Deus desta maneira, ao negar o determinismo divino, revela um compromisso primeiramente com a razão em detrimento da Escritura[6]. Isto mostra, pelo menos de acordo com alguns calvinistas, que a Escritura ensina tanto o determinismo exaustivo divino, incluindo a preordenação do pecado quanto a bondade incondicional e absoluta de Deus, sem nenhuma sugestão de injustiça ou falta de santidade. "Todas as coisas, incluindo o pecado, são causadas por Deus – sem Deus violar Sua santidade" e "Quando Deus fala – como Ele claramente o fez em Romanos 9 – então nós devemos simplesmente seguir e acreditar, ainda que não possamos entender e ainda que isso pareça, para nossas mentes débeis, contraditório"[7]. Palmer, como muitos calvinistas, alegou abraçar o antinomismo – um tipo de paradoxo – sem tentar utilizar a razão para resolvê-lo. Como muitos críticos do arminianismo, ele acusou os arminianos de utilizar a razão contra a Bíblia para aliviar o paradoxo. Todavia, o próprio Palmer, como muitos calvinistas, também fez uso da razão para tentar aliviar o paradoxo e deixou de notar que os arminianos não rejeitam o paradoxo; eles simplesmente pensam que este paradoxo – que Deus é incondicionalmente bom e, entretanto, preordena o pecado e o mal – não é ensinado nas Escrituras, fazendo dele uma clara contradição lógica! Palmer afirmou que a Bíblia ensina que Deus ordena o pecado, e, entretanto, ele ainda tentou tirar Deus do caso ao defender que Deus não causa o

6 Ibid. p. 85.

7 Ibid. p. 101, 109.

pecado, mas que o torna certo por "permissão eficaz"[8]. Em outras palavras, ele não pode dizer claramente que Deus causa o pecado ou é o autor do pecado. Antes, os humanos são os únicos responsáveis pelo pecado. Deus meramente permitiu que os humanos pecassem (ainda que Ele, de fato, tenha preordenado o pecado). A mente começa a ficar confusa.

Outros calvinistas fornecem a explicação ausente em Palmer. Deus, a típica explicação calvinista diz, retirou o poder moral necessário para que Adão e Eva evitassem pecar, de maneira que a rebelião deles era inevitável sem que Deus, de fato, os fizesse pecar. Isto não é uma distinção sem uma diferença? Palmer afirmou que Deus deseja o pecado e a descrença involuntariamente; Deus não se deleita neles ainda que ele os deseje e os efetue[9]. Ao perceber as dificuldades lógicas desta alegação, Palmer disse: "Objeções ao ensino da reprovação (divinamente determinada) são comumente feitas mais embasadas no racionalismo escolástico do que na humilde submissão à Palavra de Deus"[10]. Isto não é apenas um insulto para os arminianos como também volta-se contra o próprio Palmer na medida em que ele não está contente em dizer (como o reformador suíço Ulrico Zuínglio, que aceitou bravamente as consequências neste caso) que Deus é o autor do pecado e do mal, e isto levanta sérias questões acerca da bondade de Deus. Em vez disso, Palmer fez uso da razão para tentar guardar a bondade de Deus ao dizer algo que a Bíblia não diz – que Deus efetua o pecado e a descrença de uma maneira diferente da que ele efetua as boas ações e a fé (ao meramente retirar a graça necessária para que as criaturas evitem o pecado e a descrença)[11].

---

8 Ibid. p. 98.

9 Ibid. p. 106-7.

10 Ibid. p. 107.

11 Ibid. p. 106. Pelo fato da equidade ser uma preocupação principal aqui, só é correto reconhecer que alguns calvinistas afirmam o monergismo da salvação sem ir até o ponto do determinismo divino absoluto de todas as coisas. Peterson e Williams, por exemplo, parecem dizer que Deus não é moralmente manchado pelo pecado e descrença dos réprobos ou por ignorá-los na eleição, pois eles herdam o pecado de Adão e nascem condenados, assim como os corruptos. Portanto, eles merecem o inferno; Deus é misericordioso pelo fato de escolher salvar alguns dentre a massa de condenação. "O próprio homem causa

Os arminianos, às vezes, ficam pasmos com a aparente disposição ao desconhecimento do arminianismo, por parte de alguns calvinistas, e sua cegueira em relação ao uso de dois pesos e duas medidas em sua crítica ao arminianismo. Eles muito frequentemente são rápidos em enfatizar as falhas no arminianismo e gostam de superestimar tais erros, ao passo que ignoram as falhas em seu próprio sistema ou apresentam desculpas ao citar a antinomia. Entretanto, eles fazem o melhor que podem para aliviar o paradoxo – mas criticam os arminianos por fazerem o mesmo. Mas os arminianos ficariam contentes se seus críticos calvinistas simplesmente reconhecessem que o tema condutor do arminianismo não é a crença no livre-arbítrio, mas o compromisso com certa visão da bondade de Deus; qualquer leitura imparcial de Armínio ou de qualquer um de seus fiéis seguidores mostrará que este é o caso.

---

a descrença. A descrição arminiana dos calvinistas como crendo que Deus cria pessoas para serem pecadoras e então as condena por ser o que Ele as fez ser é uma deturpação grosseira... Sim, Deus é a causa da descrença... Mas ele não precisa causar a descrença. Nossa queda em Adão já fez isso" (*Why I Am Not An Arminian*, p. 132-3). Entretanto, isto não apenas parece contradizer Calvino e Palmer (ambos afirmam o determinismo exaustivo divino), como também levanta sérias questões acerca do motivo pelo qual Adão e Eva pecaram. Qual foi o envolvimento de Deus no caso? E se Deus salva alguns da massa da perdição incondicionalmente, por que Ele não salva todos? Peterson e Williams escrevem: "Ao passo que Deus ordena que todos se arrependam e não se deleita na morte do pecador, todos não são salvos porque não é a intenção de Deus dar sua graça redentora a todos" e "nós não sabemos por que Deus escolheu salvar um, mas não o outro" (ibid. p. 128, 130). O arminiano tem o mesmo problema com isto, assim como com a visão calvinista mais extrema (mas talvez historicamente normativa) de que Deus preordenou a Queda de Adão e Eva e o destino eterno de cada pessoa de maneira incondicional. Em efeito, isto é a mesma coisa. Uma vez que Adão e Eva caíram (que não pode ser pelo livre-arbítrio libertário deles, uma vez que Peterson e Williams rejeitam a liberdade incompatiblista como incoerente), Deus escolhe salvar alguns independente de suas próprias escolhas livres libertárias. Se Deus é bom de algum modo análogo ao melhor da bondade humana (como Deus as ordena e pede para que o imitemos nessas ações de bondade!), por que ele relega algumas pessoas para o sofrimento eterno incondicionalmente? A questão não é equidade, mas bondade e amor. Apelar para a ignorância não resolve nada; o caráter de Deus ainda fica denegrido, pois seja lá qual for a razão para tal, ela não tem nada a ver com a bondade ou maldade das escolhas livres. A única alternativa é a arbitrariedade divina. Todavia, eu reconheço que a maioria dos calvinistas *não* considera Deus arbitrário ou o autor do pecado e do mal, ainda que os arminianos não consigam ver como eles podem evitar estas conclusões.

Armínio e os Primeiros Arminianos acerca da Bondade de Deus

Armínio. Contrário à opinião popular, Armínio não começou com o livre-arbítrio e chegou até a eleição condicional ou graça resistível. Antes, seu impulso teológico básico é absoluto: compromisso com a bondade de Deus. Sua teologia é cristocêntrica; Jesus Cristo é a nossa melhor pista para o caráter de Deus, e nele Deus é revelado como compassível, misericordioso, amável e justo. A teologia de Armínio está incrustada com argumentos contra o calvinismo de todos os tipos – supralapsário e infralapsário. Portanto, é praticamente impossível ilustrar seus pontos de vista com citações diretas sem incluir algumas de suas afirmações mais duras contra o calvinismo. Isto é lamentável, uma vez que a retórica daquela época era comumente mais incisiva do que a maioria das pessoas hoje se sentiriam à vontade. Os leitores devem lembrar que Armínio estava sob ataques verbais muito fortes e que estava extremamente desapontado; durante sua carreira como teólogo quase que a plenitude de seu tempo foi dedicada a responder a denúncias e acusações de heresia. E a retórica dos calvinistas (incluindo o próprio Calvino) não era menos áspera.

O engajamento de Armínio com a bondade divina aparece especialmente em suas respostas aos calvinistas William Perkins e Francisco Gomaro. O princípio condutor mais básico de Armínio nestes debates era de que Deus é necessariamente bom e bom por natureza; a bondade de Deus controla o poder de Deus. E a bondade de Deus e a glória são inseparáveis; Deus é glorificado precisamente ao revelar sua bondade na criação e redenção[12]. Deus é bom por uma necessidade natural e interna, não *livremente*[13]. Esta foi uma forma que Armínio expressou seu realismo metafísico, que se opunha ao voluntarismo nominalista (quer dizer, Deus é bom porque ele escolhe ser bom e que não é bom por natureza). Nitidamente, Armínio temia que o calvinismo de sua época estivesse embasado, como a teologia de Lutero, no nominalismo, que nega que qualquer natureza divina intrínseca e eterna controla o exercício do poder de Deus. De acordo com Armínio, no calvinismo "a natureza divina

12 ARMINIUS. "Oration II," *Works*. v. 1, p. 364.

13 Id. "Certain Articles to Be Diligently Examined and Weighed", *Works*. v. 2, p. 707.

ameaça ser consumida na escuridão do Deus oculto do decreto divino [da eleição e reprovação incondicional]"[14]. Armínio não podia suportar, ainda que minimamente, uma indicação de arbitrariedade ou injustiça em virtude da revelação do caráter de Deus em Jesus Cristo, e esta revelação não esconde um Deus oculto e obscuro que secretamente deseja a destruição dos ímpios – exceto quando estes voluntariamente escolhem sua malignidade em resistência livre à graça de Deus. William Witt, erudito em Armínio, está correto ao afirmar que a principal preocupação de Armínio não era o livre-arbítrio, mas a relação de Deus com as criaturas racionais, e, em especial, a graça de Deus abundando em relação a eles como resultado de sua natureza, que é amor[15]. "A maior preocupação de Armínio era evitar fazer de Deus o autor do pecado"[16]. Colocando sem rodeios, para Armínio, Deus não poderia preordenar ou causar direta ou indiretamente o pecado e o mal mesmo que ele quisesse (o que ele não faria), pois isso faria de Deus o autor do pecado. E a natureza boa e justa de Deus exige que ele deseje a salvação de todo ser humano[17]. Tal visão é totalmente consistente com a Escritura (1 Tm 2.4; 2 Pe 3.9).

Quando Armínio confrontou as teologias de William Perkins e Francisco Gomaro, ele não apelou ao livre-arbítrio como seu princípio crítico, mas à vontade divina. Primeiro, ele argumentou que mesmo o calvinismo brando (em oposição ao supralapsarianismo) não consegue evitar fazer de Deus o autor do pecado ao tornar a Queda inevitável, na medida em que ela é mantida pela determinação divina. Perkins era um calvinista típico da época, no sentido de que ele atribuía a Queda à deserção de Deus, da parte dos homens, de maneira voluntária, e, entretanto, também defendia que a Queda fora preordenada e tornada certa por Deus, que retirou a graça suficiente de Adão e Eva. Para Perkins, Armínio escreveu:

14 ARMUNIUS, James in WITT, William. *Creation, Redemption and Grace in the Theology of Jacob Arminius*. Indiana, University of Notre Dame, 1993. Dissertação de Doutorado. p. 312.

15 WITT, William. *Creation, Redemption and Grace in the Theology of Jacob Arminius*. Indiana, University of Notre Dame, 1993. Dissertação de Doutorado. p. 419.

16 Ibid. p. 690.

17 Ibid. p. 622.

> Mas você diz que "a vontade do homem interveio nesta deserção [de Deus]", porque o "homem não estava desertado, exceto disposto a ser desertado", eu respondo, se assim for, então verdadeiramente o homem mereceu ser abandonado. Mas eu pergunto se o homem poderia ter desejado não ser abandonado. Se você disser que ele poderia, então ele não pecou necessariamente, mas livremente. Mas se você disser que ele não poderia então a culpa recai sobre Deus[18].

Isto é crucial para o argumento de Armínio contra aqueles que dizem que a Queda aconteceu necessariamente por decreto de Deus e que Deus a desejou e a tornou certa. Então, Deus não é como é revelado ser em Jesus Cristo, nem é perfeitamente bom. Então a culpa recai sobre Deus. Há um lado obscuro em Deus. Sobre o supralapsarianismo (no qual Deus decreta quem será salvo e quem será condenado antes da criação e da Queda), Armínio declarou: "nenhuma criatura racional foi criada por Deus com esta intenção, para que sejam condenados... pois isto seria injusto"[19]. Tal doutrina atribui a Deus um plano "pior do que o qual nem mesmo o próprio diabo pôde conceber em seu propósito mais maligno"[20]. Embora o supralapsarianismo fosse o maior adversário de Armínio, ele percebeu que toda forma de calvinismo que ele conhecia (incluindo o que veio a ser chamado de infralapsarianismo, que diz que Deus decretou salvar alguns e condenar indivíduos à luz da Queda) caía na mesma categoria ao tornar a queda da humanidade necessária pelo decreto divino, e então insistindo que Deus incondicionalmente, por decreto, salva apenas uma porção da humanidade caída. O núcleo de todo argumento de Armínio contra o calvinismo jaz nesta declaração:

> Esta criatura não tem outra opção a não ser pecar, pois, abandonada à sua própria natureza, uma lei que é impossível de ser cumprida pelos poderes de sua natureza lhe é imposta. Mas [de acordo com o calvinismo] uma lei impossível de ser cumprida

18 ARMINIUS. "An Examination of Dr. Perkins's Pamphlet on predestination", *Works*. v. 3, p. 375.

19 ARMINIUS. "An Examination of the Theses of Dr. Franciscus Gomarus Respecting Predestination", *Works*. v. 3, p. 602.

20 Ibid. p. 603.

pelos poderes de sua natureza foi imposta ao homem abandonado à sua própria natureza, portanto, o homem abandonado à sua própria natureza obrigatoriamente pecou. E, por consequência, Deus, que deu esta lei, e determinou deixar o homem à sua própria natureza [ao retirar o poder para não pecar] é a causa de o homem ter pecado[21].

Armínio falou severamente das consequências lógicas da visão calvinista convencional do determinismo divino na Queda, que resultou em pecado e condenação eterna (pois Deus decidiu incondicionalmente ignorar muitos e salvar outros): "se esta 'determinação' denotar o decreto de Deus pelo qual Ele resolveu que a vontade deveria ser depravada e que o homem deveria cometer pecado, então a consequência disso é que este Deus é o autor do pecado"[22] Armínio foi com todo o ímpeto: "A partir destas premissas [que todas as coisas sucedem necessariamente por decretos divinos, incluindo a Queda] nós deduzimos... que *Deus, de fato, peca*... [qu]e *Deus é o único pecador... [qu]e o pecado não é pecado*"[23]. Mas o argumento de Armínio contra a visão calvinista não é que ela viola o livre-arbítrio! Antes, ele disse: "Esta doutrina é repugnante à natureza de Deus" e injuriosa à glória de Deus[24]. Que fique claro que embora Armínio frequentemente estivesse, como neste contexto particular, falando sobre o supralapsarianismo, ele, por vezes, saía de seu caminho para observar que "um segundo tipo de predestinação" (infralapsarianismo) lida com as mesmas objeções ao fazer Deus preordenar a Queda; portanto, ele é o autor do pecado[25]. Em todos os seus escritos contra o calvinismo e a favor do livre-arbítrio, Armínio apelou à natureza e ao caráter de Deus. Ele tinha consciência que os calvinistas negavam que Deus é o autor do pecado ou que fosse, de alguma maneira, manchado pela culpa do pecado, mas ele insistia que esta é, todavia, uma inferência feita a partir do que eles acreditam[26].

---

21 Id. "Friendly Conference of James Arminius... with Mr. Franciscus Junius, About Predestination", *Works*. v. 3, p. 214.

22 Id. "Nine Questions", *Works*. v. 2, p. 65.

23 Id. "A Declaration of Sentiments", *Works*. v. 1, p. 630.

24 Ibid. p. 623, 630.

25 Ibid. p. 648.

26 Id. "Theses of Dr. Franciscus Gomarus", *Works*. v. 3, p. 654

Simão Episcópio. Os seguidores remonstrantes de Armínio ecoaram o método holandês de utilizar o caráter de bondade de Deus como o princípio crítico para rejeitar o determinismo divino e o monergismo, e para aderir ao sinergismo evangélico. Simão Episcópio lidou extensivamente acerca da bondade de Deus como seu atributo primeiro e controlador em sua *Confession of Faith* (Confissão de Fé), de 1622. Ele asseverou que embora Deus seja livre e não determinado por qualquer necessidade ou causa interior ou exterior, em virtude de sua natureza Deus não pode desejar ou causar o mal[27]. O "não pode" não é porque Deus não seja capaz, pois, de acordo com Episcópio, Deus é onipotente, o que significa que ele pode fazer qualquer coisa que não esteja em contradição ou contra sua vontade. Mas Deus pode fazer mais do que ele deseja e sua vontade é guiada por sua natureza, que é boa. A natureza de Deus é perfeita em bondade e justiça; ele jamais faz o mal para alguém. "Ele é o bem supremo, tanto em si mesmo como também para suas criaturas"[28]. Por que há pecado e mal na criação de Deus se ele é perfeitamente bom e "a fonte inextinguível de todas as coisas que são boas?"[29]. Porque ele valoriza a liberdade que ele concedeu a suas criaturas humanas, e ele não a revogará ainda que ela seja o meio pelo qual o pecado e o mal adentrem na criação. Deus permite, mas ele não deseja ou causa, o pecado e o mal, "para que ele não erradique a ordem uma vez estabelecida por ele mesmo e destrua e anule a liberdade que deu à sua criatura"[30].

---

27 EPISCOPIUS, Simon. *Confession of Faith of Those Called Arminians*. London: Heart & Bible, 1684. p. 84.

28 Ibid. p. 85.

29 Ibid. p. 87.

30 Ibid. p. 85. Observe que ainda que possa parecer que Armínio e os arminianos façam da liberdade o propósito último de Deus na criação e, portanto, o seu maior bem, este não é, de fato, o caso. Quando Armínio e os arminianos dizem que Deus valoriza o livre-arbítrio de suas criaturas e que não os privará dele, eles não querem dizer que o livre-arbítrio seja bom por e em si mesmo. Antes, Deus cria e preserva o livre-arbítrio por causa de um bem maior, que é adequadamente colocado pelo teólogo metodista Thomas Oden, conforme explica a razão pela qual Deus permite o pecado: "Deus não quer o pecado, mas ele permite o pecado visando à preservação de pessoas livres, compassivas e autodeterminadas com as quais quer transmitir amor e santidade divinos incomparáveis (John Wesley's Scriptural Christianity. Grand Rapids: Zondervan, 1994. p. 172). Em outras

Mas Deus nunca impõe o pecado ou o mal a ninguém, o que violaria o caráter de Deus ao torná-lo autor do pecado. Deus concedeu a Adão e Eva todo dom necessário para a obediência e bênção, mas eles se rebelaram mesmo assim, o que explica porque eles e toda a sua posteridade estão condenados (a menos que se arrependem e tenham fé). Para Episcópio, como para Armínio, o calvinismo inexoravelmente faz de Deus o autor do pecado ou torna a Queda necessária por seu decreto e a retirada da graça suficiente para não pecar. Esta opinião torna Deus tolo e injusto e "o verdadeiro e adequado autor do pecado"[31]. Mais uma vez, assim como Armínio, Episcópio não estava preocupado com o livre-arbítrio por si só, mas com a natureza e o caráter de Deus.

Philip Limborch. Posteriormente, Philip Limborch, um remonstrante desertor do arminianismo clássico, também apelou à bondade de Deus ao refutar o calvinismo convencional. Pelo fato de Deus ser inerentemente bom, que significa justo, a queda da humanidade no pecado não poderia ser resultante de qualquer conselho secreto ou determinação de Deus. Isso faria de Deus, direta ou indiretamente, o autor do pecado e do mal[32]. Apesar dele não ter sido um bom representante do verdadeiro arminianismo, principalmente em sua doutrina da habilidade moral humana após a Queda, Limborch falou verdadeiramente por todos os arminianos acerca da crença que Deus tornou certa a Queda ao retirar de Adão e Eva (e por implicação da própria humanidade) a graça suficiente para não pecar:

> A irracionalidade (para não dizer algo pior) deste argumento aparece logo no primeiro olhar; pois o que pode ser considerado mais injusto do que Deus, ao reter sua graça restritiva suficiente para colocar as criaturas sob uma necessidade fatal de pecar, então puni-las por aquilo que não poderiam deixar de fazer? Se isto não é tornar Deus o autor do mal e acusá-lo com a mais alta injustiça... então não sei o que

palavras, o bem maior que exige o livre-arbítrio é um relacionamento de amor que Armínio acredita que não pode ser determinado por ninguém além das pessoas que amam.

31 Ibid. p. 104.

32 LIMBORCH, Philip. *A Complete System, or, Body of Divinity*, trad. William James. London: John Darby, 1713. p. 68-9.

é: se tal doutrina, tão depreciativa à natureza de Deus, deve ser mantida, deixemos isso para que o mundo julgue[33].

Como todos os arminianos, Limborch rejeitou a doutrina da eleição incondicional e, em especial, a reprovação incondicional, não porque ela se desvie do livre-arbítrio, mas porque ela denigre o caráter divino. Ele afirmou a eleição e a predestinação condicional como rendendo glória a Deus, mas apelou às Escrituras (1 Tm 2.4; 2 Pe 3.9) para estabelecer a vontade universal de Deus para a salvação e associou essa vontade com o amor de Deus como seu atributo básico: "a doutrina da reprovação absoluta é repugnante às perfeições divinas de santidade, justiça, sinceridade, sabedoria e amor"[34]. Ele também disse:

O que pode ser mais desonroso, o que pode ser mais indigno de Deus do que torná-lo o autor do pecado, que é tão extremamente inconsistente com sua santidade, algo que ele severamente proíbe e ameaça punir com nada menos do que tormentos eternos? Certamente isto é tão monstruoso que a simples consideração deveria ser o suficiente para dissuadir todos os que se preocupam com a glória de Deus de adotar tal doutrina grosseira e indecorosa[35].

Conclusão.

Observem o padrão em todos os argumentos. Nenhum destes autores apelou ao livre-arbítrio como o primeiro princípio de construção teológica ou princípio crítico para rejeitar o determinismo divino e o monergismo. Se os críticos calvinistas estivessem corretos, nós encontraríamos os arminianos dizendo coisas do tipo: "A preordenação de Deus de todas as coisas, incluindo a Queda, não pode ser verdadeira porque isto privaria os seres humanos de seu livre-arbítrio". Mas não é isto que encontramos na literatura arminiana (em oposição, talvez, a panfletos religiosos populares ou clichês proferidos por pessoas que pensam que são arminianas!). Os verdadeiros arminianos sempre embasaram sua crença na liberdade da vontade e

33 Ibid. p. 88.

34 Ibid. p. 371.

35 Ibid. p. 372.

na negação do determinismo divino, incluindo o livre-arbítrio incompatibilista, e no princípio da bondade de Deus. Tendo em conta a abundância de mal no mundo oriundo da Queda da humanidade no jardim, o livre-arbítrio, e não o determinismo divino, deve ser a causa, ou caso contrário Deus seria o autor de todos esses pecados, tornando seu caráter moralmente ambíguo e sua reputação questionável. Este é o padrão do argumento arminiano. Claro, os calvinistas ainda podem afirmar que os arminianos estão motivados por uma "crença no livre-arbítrio quase idólatra" por si só (ou ainda por motivos de equidade), pois isto simplesmente não consta na literatura, o que revela que os arminianos estão primeiramente preocupados com a bondade de Deus e não com o livre-arbítrio ou equidade.

João Wesley acerca da Bondade de Deus.

João Wesley, avivalista arminiano do século XVIII e fundador do metodismo, seguiu o mesmo método de Armínio e dos remonstrantes ao rejeitar o calvinismo e afirmar o livre-arbítrio. Ele não começou, a priori, com a crença no livre-arbítrio e evoluiu a partir daí. Ele sequer estava absolutamente comprometido com a liberdade da vontade; ele estava disposto a admitir que, às vezes, Deus domina a vontade e força a pessoa a fazer algo que Ele quer que seja feito [36] Sua maior preocupação era proteger a bondade de Deus da acusação de que Deus é o autor do pecado e do mal. E Wesley não conseguia enxergar como o calvinismo poderia escapar desta conclusão. Para Wesley, qualquer crença na eleição incondicional leva inevitavelmente à dupla predestinação, que inclui a reprovação incondicional de certos indivíduos para a condenação e sofrimento eternos. Para Wesley, "o preço da exegese da dupla predestinação é de longe alta demais não apenas para a responsabilidade moral, mas para a teodicéia, o evangelismo, os atributos de Deus, a bondade da criação

36 De acordo com Thomas Oden, preeminente erudito em Wesley, Wesley concordava com seu companheiro avivalista calvinista que algumas pessoas podem ser predestinadas por Deus para a salvação, mas rejeitava qualquer reprovação por decreto divino como incompatível com a bondade de Deus. Ver Thomas Oden, *John Wesley's Scriptural Christianity*, p. 253.

e a liberdade humana"[37]. O ponto crucial do argumento de Wesley, todavia, é que a crença na dupla predestinação, que advém necessariamente da crença na eleição incondicional, subverte os atributos morais de Deus: "O Deus misericordioso aparece como um tirano excêntrico mais enganoso e cruel do que o próprio diabo; e a pessoa humana como um autômato"[38].

"Graça Livre", sermão de Wesley, representa o pior da polêmica arminiana contra o calvinismo; até mesmo os próprios seguidores de Wesley o consideram um "sermão imoderado", que resultou em divergência desnecessária entre Wesley e o metodista calvinista George Whitefield durante o Grande Despertamento e subsequentemente[39]. Todavia, no sermão, os fundamentos teológicos básicos se tornaram aparentes; ele não apelou primeiramente ao livre-arbítrio ou equidade, mas à natureza e ao caráter de Deus como amor. No início, Wesley estabeleceu seu fundamento: "A graça ou amor de Deus, onde começa nossa salvação, é livre em todos e livre para todos"[40]. Ele continuou eliminando completamente qualquer acusação que sua teologia fosse embasada na apreciação do mérito humano ou em boas obras, incluindo decisões e ações livres: "Toda bondade que esteja no homem ou que seja feita pelo homem, Deus é o autor e o executor dela"[41]. (Todos os verdadeiros arminianos concordam com Wesley acerca disto, mas nós jamais saberíamos disto ao ler uma literatura calvinista polêmica sobre o arminianismo ou Wesley!) Então, Wesley defendeu que a crença calvinista na "predestinação única" logicamente implica dupla predestinação, incluindo a reprovação incondicional e a condenação de certas pessoas ao inferno sem esperança ou consideração às suas decisões ou ações genuinamente livres:

> Vocês [calvinistas] ainda creem que, em consequência de um decreto imutável e irresistível de Deus, a maior parte da humanidade permanece em morte sem nenhuma possibilidade de redenção; uma vez que ninguém pode salvá-los, a não ser

37 Ibid. p. 257.

38 Ibid. p. 259.

39 OUTER, Albert, nota do editor sobre "John Wesley's Free Grace", *The Works of John Wesley*. v. 3, Sermão 3. Nashville: Abingdon, 1986. p. 542-3.

40 WESLEY, John. "Free Grace", *Works*. v. 3, Sermão 3, p.544.

41 Ibid. p. 545.

Deus; e ele não irá salvá-los. Vocês creem que ele decretou, de maneira absoluta, não salvá-los; e o que é isto senão decretá-los à condenação? Isto é, de fato, nada mais nada menos do que a mesma coisa. Pois se você está morto e totalmente incapaz de reviver, então se Deus decretou, de maneira absoluta, a sua morte eterna – você está absolutamente destinado à condenação. E embora vocês façam uso de eufemismos, vocês estão dizendo a mesmíssima coisa[42].

Wesley prosseguiu enumerando vários motivos por que esta doutrina é falsa. Em primeiro lugar, ela está em desacordo com o atributo do amor de Deus revelado na Escritura: "Agora o que pode, porventura, ser uma contradição mais clara do que esta, não apenas para toda a extensão e tendência geral da Escritura, mas também para aqueles textos específicos que expressamente declaram: 'Deus é amor?". "Ela destrói todos os atributos [de Deus] de uma só vez", e "isto descreve o mais Santo Deus como pior que o diabo, tanto como mais falso, mais cruel e mais injusto" Por fim, Wesley declarou: "O que quer que a Escritura prove, ela jamais pode provar isso. Qualquer que seja o seu verdadeiro significado, este não pode ser o seu verdadeiro significado (...). Nenhuma passagem bíblica diz que Deus não é amor, nenhuma passagem bíblica pode provar a predestinação"[43].

Wesley não estava negando a autoridade da Escritura ou impondo um padrão de autoridade ou verdade estranha sobre a Escritura; ele estava simplesmente afirmando sua própria visão sinótica (e de todos os arminianos) do significado da Escritura como um todo, e esta visão bíblica geral não pode ser contrariada ou solapada por qualquer passagem particular problemática. A Escritura como um todo, e Jesus Cristo em especial, identifica Deus como amoroso e justo; se uma passagem restrita (ainda que um capítulo inteiro) parece contradizer isto, ela deve ser interpretada à luz de toda a revelação e não permitir que ela domine, controle e, por último, aniquile o verdadeiro sentido da autorrevelação de Deus como bom. O padrão da autoridade teológica e hermenêutica visto em Armínio e nos remonstrantes é repetido por Wesley; a bondade de Deus (seu amor e justiça) é o primeiro conteúdo de revelação, e o determinismo divino e o monergismo não podem ser harmonizados com ele.

---

42 Ibid. p. 547.

43 Ibid. p. 552, 555, 556.

Jerry Walls, perito em Wesley, elucida o método de Wesley ao revelar sua suposição básica de realismo metafísico: Deus tem uma natureza que limita e controla o uso de seu poder. Embora Deus pudesse praticar a dupla predestinação, ele não a faria em virtude de sua bondade inata. Walls contrasta isto com o nominalismo de Calvino e de Lutero, que leva a uma noção voluntarista em que o poder de Deus é mais básico que sua bondade. O resultado é um Deus oculto que preordena o mal, o que Wesley não podia tolerar. Para Wesley, não há um Deus oculto por trás do Deus revelado em Jesus, e o Deus revelado em Jesus é, sem restrições, bom. Em relação à acusação de que isto ignora a transcendência de Deus, na qual a bondade de Deus poderia ser diferente da nossa noção de bondade, Wesley confiava naquilo que Walls chama de "confiabilismo moral" e evitava o "fideísmo moral". É simplesmente impensável, para Wesley, que Deus tenha nos criado de tal maneira que não possamos confiar em nossos sentimentos mais fortes. Tal pensamento, como ele coloca (em palavras também utilizadas em outro lugar), "gelam-nos o sangue nas veias"[44]. Este Deus, cuja bondade não possui nenhuma analogia ao melhor da bondade humana ou à bondade revelada e ordenada na Escritura, não é confiável e indigno de confiança. Este Deus só pode ser temido e mal pode ser diferenciado do diabo. Para Wesley, a única alternativa para esta visão arrepiante de Deus é a crença na liberdade da vontade.

Metodistas do século XIX acerca da Bondade de Deus

Richard Watson. Os seguidores evangélicos de Wesley do século XIX aderiram ao mesmo padrão de argumento: da bondade de Deus para o livre-arbítrio. O metodista primitivo Richard Watson, por exemplo, não começou com o livre-arbítrio, mas com a bondade de Deus. Comentando acerca do esquema calvinista da eleição incondicional (que acompanha a reprovação incondicional), Watson disse:

As dificuldades de reconciliar o esquema calvinista da eleição incondicional com a natureza de Deus, não como a natureza é suposta pelo homem, mas como é revelada em Sua própria palavra; e as dificuldades de reconciliar este esquema com

44 WALLS, Jerry. "Divine Commands, Predestination, and Moral Intuition", in *The Grace of God, The Will of Man*, Ed. Clark H. Pinnock. Grand Rapids: Zondervan, 1989. p. 273.

muitas outras declarações da Escritura concernentes aos princípios da administração tanto de Sua lei quanto de Sua graça; alguém poderia supor que tais dificuldades são insuperáveis por qualquer mente, e, deveras, são tão revoltantes que poucos daqueles que se apegam à doutrina da eleição [incondicional calvinista] serão corajosos o bastante para mantê-las firmemente em vista[45].

Para os que defendem que a bondade de Deus é, de alguma forma, misteriosamente compatível com o determinismo divino e o monergismo, incluindo o envio incondicional de algumas pessoas ao inferno, Watson declarou:

É a maior das ofensas brincar com o senso comum da humanidade, chamando de bom em Deus aquilo que, se realizado por um juiz humano, seria condenado por todos os homens como um ato monstruoso de tirania e opressão, a saber, punir com a morte, em razão de uma ofensa pessoal, aqueles que nunca poderiam desejar ou agir de maneira contrária[46].

Este é um excelente exemplo do que Walls chama de confiabilismo moral; sendo que a única alternativa a ele é o fideísmo, que simplesmente assevera que Deus é bom contra toda noção de bondade conhecida pela humanidade ou revelada na Escritura.

William Burton Pope. O teólogo metodista do século XIX William Burton Pope também contendeu contra o calvinismo e pelo livre-arbítrio tendo por base a bondade de Deus revelada em Jesus Cristo. Para ele, como para todos os arminianos, "o Próprio Deus, com toda ideia que formamos de Sua natureza, nos é dado pela revelação de Cristo"[47]. Ao passo que Cristo revela Deus como amor, a doutrina de Calvino da eleição e reprovação incondicionais implica que "tudo é da soberania absoluta, inquestionável e despótica de Deus"[48]. Por fim, Pope declarou: "Certamente é ignominioso ao nome de Deus supor que Ele imporia sobre os pecadores uma resis-

45 WATSON, Richard. *Theological Institutes*. New York: Lane & Scott, 1851. v. 2, p. 339.

46 Ibid. p. 439.

47 POPE, William Burton. *A Compedium of Christian Theology*. New York: Phillips & Hunt, s/data. v. 2, p. 345.

48 Ibid. p. 352.

tência que, para eles, é uma necessidade, e reclamaria de ultraje contra Seu Espírito, cuja influência foi oferecida apenas parcialmente"[49]. Assim como Wesley e Watson, Pope embasou a crença no livre-arbítrio e eleição condicional na bondade de Deus.

John Miley. Ao considerar o monergismo versus o sinergismo, John Miley, outro teólogo metodista do século XIX, também começou com a prioridade do amor divino. Antes de estabelecer, em primeiro lugar e acima de tudo, como os críticos do arminianismo alegam, que os seres humanos tem livre-arbítrio, ele começou com o amor de Deus e caminhou em direção à liberdade da vontade:

Nenhuma verdade teísta está mais profundamente enfatizada nas Escrituras do que o amor [...] Qualquer noção de Deus sem amor está desprovida do conteúdo mais imprescindível da ideia verdadeira. A própria plenitude de outras perfeições, tal como o conhecimento infinito e o poder e justiça, na ausência do amor, as revestiria dos mais terríveis temores – o bastante – para envolver o mundo em desespero[50].

De acordo com Miley, o determinismo divino torna qualquer teodicéia viável – justificação dos caminhos de Deus – impossível. À parte da crença no livre-arbítrio, todo mal deve ser colocado na conta de Deus[51]. Ao abordar a doutrina da predestinação, Miley não a rejeitou tendo por base que ela é incompatível com o livre-arbítrio. Antes, ele rejeitou a eleição e a reprovação incondicionais, que ele disse que devem andar juntas, pois elas tornam Deus injusto, desafeiçoado, arbitrário e insincero. O caráter de Deus está em jogo: "Uma reprovação por pecado inevitável deve ser contrária à justiça divina", e "a doutrina da reprovação é desaprovada pela universalidade da expiação; pela sinceridade divina na oferta universal de salvação em Cristo; pelo amor universal de Deus"[52]. Por fim, Miley ressaltou que a eleição e a reprovação incondicionais não podem estar embasadas na escolha arbitrária, pois não pode haver nada no caráter ou natureza de uma pessoa que faça com que

---

49 Ibid. p. 346-7.

50 MILEY, John. *Systematic Theology*. Peabody, Mass.: Hendrickson, 1989. v. 1, p. 204-5.

51 Ibid. p. 330.

52 Ibid. p. 265.

Deus o eleja ou a eleja[53]. Tudo isso, portanto, é contrário ao retrato bíblico de Deus como misericordioso, justo, compassível e amável. O livre-arbítrio é resultante deste discernimento acerca da impossibilidade do determinismo divino; mas não é o que controla tal entendimento.

Arminianos do século XX e contemporâneos acerca da Bondade de Deus

O que dizer dos arminianos do século XX e do século XXI? Eles mantêm o padrão de Armínio, Episcópio, Limborch, Wesley, Watson, Pope, Miley e muitos outros arminianos mais antigos? Eles embasam seu arminianismo em uma visão do caráter de Deus ou uma crença preconcebida e a priori no livre-arbítrio? O espaço nos impossibilita tratar de todos eles. Basta nos dizer que qualquer crítico teria muita dificuldade em encontrar um verdadeiro arminiano, quer no passado ou presente, que defenda o livre-arbítrio como o princípio primeiro de sua teologia. O amor de Deus como o guia norteador da teologia arminiana é reiterado inúmeras vezes pelos autores de *"The Grace of God, the Will of Man"* (A Graça de Deus, a Vontade do Homem). O editor Clark Pinnock fala por todos os autores quando afirma a questão básica que fundamenta o conflito arminiano-calvinista: "Deus é o Monarca absoluto que sempre faz como quer [ainda que por coerção] ou é, antes, O Pai amável que é sensível às nossas necessidades mesmo quando o desapontamos e frustramos alguns de seus planos?"[54] Pinnock faz a seguinte pergunta a seus leitores: "Deus ama o (a) seu (sua) vizinho (a), ou Deus, talvez, o (a) excluiu da salvação?"[55]. Mas as duas coisas não podem andar juntas? Deus não pode amar e excluir as mesmas pessoas? Os arminianos respondem um ressoante não. Não há como combinar o amor verdadeiro com a exclusão quando a exclusão é incondicional e para o sofrimento eterno. Um calvinista evangélico sugere que Deus ama todas as pessoas, incluindo os réprobos, de certas maneiras, mas somente algumas pessoas (os eleitos) de todas as maneiras. Isto não

53 Ibid. p. 266.

54 PINNOCK, Clark, ed. *The Grace of God, the Will of Man*. Grand Rapids: Zondervan, 1989. p.ix.

55 Ibid. p. x.

faz sentido para os arminianos. De que maneira Deus poderia ser amável para com os que ele incondicionalmente decretou enviar para as chamas do inferno para todo o sempre? Dizer que Deus os ama de qualquer forma (ainda que apenas de *certa* maneira) é transformar o *amor* em um termo ambíguo, esvaziando-o de seu sentido. Deus não pode ser um Deus de amor ainda que ele prescreva e determine os destinos eternos das pessoas, incluindo alguns para o tormento infindável? Novamente, qual seria o significado de *amor* neste caso? E de que maneira tal Deus é diferente do diabo, a não ser em termos da população total do inferno? Citarei Wesley novamente: "Este tal amor não nos faz gelar o sangue nas veias?"

O teólogo arminiano Fritz Guy corretamente assevera que para o arminianismo "o amor de Deus é o conteúdo interior de todas as doutrinas do cristianismo." "É disto que todas elas *tratam*" e "na realidade de Deus, o amor é mais essencial do que, e antecede, a justiça ou o poder"[56]. Isto é porque o caráter de Deus é definitivamente revelado em Jesus Cristo; não é porque os arminianos preferem um Deus sentimental e bom. O teólogo arminiano William G. MacDonald deixa este assunto claro:

Ao teologizar, sempre devemos fazer a pergunta mais importante acerca de Deus: "Qual é o Seu nome?" (Êxodo 3.14) Sua verdadeira identidade é, no final das contas, a questão de toda doutrina. Que tipo de Deus se manifestou na história, culminando na infalível revelação em Cristo? O que uma doutrina específica como a eleição ensina e insinua acerca da natureza de Deus? O caráter de Deus está em jogo em toda doutrina e, em especial, na doutrina da eleição[57].

MacDonald conclui: "Tentativas de fazer da eleição individualista o absoluto de um sistema teológico, por fim, tiveram êxito ao fazer de tal maneira que se afastasse dos contingentes da graça para as certezas de decretos contra os quais as pessoas são totalmente impotentes. O amor de Deus por todo o mundo é então colocado em dúvida"[58].

---

56 GUY, Fritz. "The Universality of God's Love", in *The Grace of God, the Will of Man*, Ed. Clark Pinnock. Grand Rapids: Zondervan, 1989. p. 35.

57 MACDONALD, William G. "The Biblical Doctrine of Election" in *The Grace of God, the Will of Man*, Ed. Clark Pinnock. Grand Rapids: Zondervan, 1989. p. 207.

58 Ibid. p. 224-5.

A questão é para estes e outros arminianos contemporâneos, que a crença orientadora não é o livre-arbítrio, mas o caráter bondoso de Deus, que é manifesto em amor e justiça. O livre-arbítrio entra apenas porque sem ele Deus se torna a realidade toda - determinante, que é necessariamente o autor do pecado e do mal, quer seja direta ou indiretamente. Isto faz com que Deus seja moralmente ambíguo e contraria, especialmente, a revelação neotestamentária de Deus[59].

59 Alguns exegetas calvinistas tentaram dizer que em João 3.16 (e outras passagens) onde Deus diz ser amor ou que ele ama *todo o mundo*, que o significado da expressão "todo o mundo" é "todos os tipos de pessoas" ou "povos de todas as tribos e nações do mundo". Os arminianos veem isto como uma interpretação teológica forçada e não como uma verdadeira exegese.

MITO 5

A Teologia Arminiana nega a Soberania de Deus

O arminianismo clássico interpreta a soberania e a providência de Deus de maneira diferente do calvinismo, mas sem negá-las de maneira alguma; Deus está no controle de tudo sem controlar tudo.

OCASIONALMENTE EU, ASSIM COMO MUITOS ARMINIANOS, SOU indagado com a seguinte pergunta acusatória - Você não acredita na soberania de Deus, acredita? Ela é geralmente feita por um calvinista que sabe que eu sou arminiano; muitos calvinistas aprendem em suas igrejas e em instituições educacionais que os arminianos não acreditam na soberania de Deus. Até mesmo alguns arminianos acreditam que os calvinistas afirmam e que os arminianos negam a soberania e a providência de Deus. Isto é simplesmente inverídico. E, entretanto, alguma versão deste conceito errôneo frequente vem à tona no pensamento calvinista. Um teólogo calvinista evangélico de vanguarda, escritor e participante de programa de rádio, disse a seu público que embora os arminianos aleguem acreditar na soberania divina, quando essa alegação é examinada meticulosamente, muito pouco da soberania de Deus permanece. O pastor calvinista e teólogo Edwin Palmer diz, sem rodeios, que "o arminiano nega a soberania de Deus"[1].

Os arminianos ficam mais do que pasmos com estas afirmações calvinistas acerca da teologia arminiana. Eles leram Armínio sobre a providência de Deus? Eles

1 PALMER, Edwin H. *The Five Points of Calvinism*. Grand Rapids Baker, 1972. p. 85.

leram alguma literatura arminiana clássica acerca deste assunto ou estão simplesmente fazendo uso de relatos de terceiros acerca da teologia arminiana? A minha impressão é que muitos calvinistas críticos do arminianismo jamais consultaram Armínio ou a teologia arminiana. Eles parecem extrair suas opiniões acerca do arminianismo de Jonathan Edwards (que escreveu contra o arminianismo de cabeça da Nova Inglaterra, que estava se tornando unitário e deísta); de Archibald Alexander, Charles Hodge e B. B. Warfield, teólogos de Princeton do século XIX, Augustus Hopkins Strong, teólogo batista da virada do século e de Louis Berkhof e Loraine Boetnner, teólogos calvinistas do século XX. Ainda que alguns destes autores tenham tido algum conhecimento sólido da teologia arminiana, eles parecem ter dado ao arminianismo uma interpretação decididamente insensível, que é menos do que plenamente fiel ao que Armínio e seus seguidores quiseram dizer. Se isso é verdade ou não, fica aparente para os arminianos que informações deturpadas acerca da teologia arminiana assolam os estudantes, pastores e leigos calvinistas contemporâneos. Uma noção decididamente errônea da crença arminiana acerca da soberania de Deus, como a de Palmer, é tão descaradamente falsa que ela deixa as mentes arminianas estupefatas.

Claro, quando os calvinistas dizem que os arminianos não acreditam na soberania de Deus, eles indubitavelmente estão trabalhando com uma noção preconcebida de soberania tal que nenhum conceito, além do deles, pode possivelmente alcançar os padrões exigidos. Se começarmos por *definir* soberania deterministicamente, a questão já está resolvida; neste caso, os arminianos não acreditam em soberania divina. Todavia, quem foi que disse que *soberania* necessariamente inclui controle absoluto ou governo meticuloso em exclusão da contingência real e livre-arbítrio? A *soberania* implica estes significados na vida humana? Os regentes soberanos ditam todos os detalhes das vidas de seus subordinados ou eles supervisionam e governam de uma maneira mais geral? E, todavia, mesmo esta analogia não ilustra de maneira suficiente a crença arminiana na soberania e providência divina. O arminianismo clássico vai muito além da crença em uma providência geral para incluir a afirmação do envolvimento íntimo e direto de Deus em todo evento da natureza e história. A única coisa que a visão arminiana da soberania de Deus necessariamente exclui é

Deus como o autor do pecado e do mal. Os seguidores fiéis de Armínio sempre creram que Deus governa todo o universo e toda a história. Nada, de jeito algum, pode acontecer sem a permissão de Deus, e muitas coisas são especifica e diretamente controladas e causadas por Deus. Até mesmo o pecado e o mal não escapam do governo providencial na teologia arminiana clássica. Deus permite e os limita sem os desejar ou causá-los.

No pensamento cristão clássico, a soberania de Deus é expressa mais geralmente na doutrina da providência; a predestinação também é uma expressão de soberania, mas segue a ideia mais geral de providência. A providência de Deus é geralmente considerada tanto geral como específica (particular) e dividida em três categorias: preservação ou sustentação, concordância e governo. A soberania sustentadora de Deus é sua preservação providencial da ordem criada; mesmo as leis naturais, como a gravidade, são consideradas pelos cristãos como expressões da providência divina geral. Se Deus retirasse seu poder sustentador, a própria natureza enfraqueceria e pararia de funcionar; o caos substituiria a ordem na criação. Os deístas podem dizer que isto esgota a providência de Deus, mas a ortodoxia cristã clássica, seja oriental, católica romana ou protestante, confessa sentidos adicionais da soberania providencial de Deus em relação ao mundo. Arminianos, juntos com calvinistas e outros cristãos, afirmam e aderem à providência especial de Deus, na qual ele não apenas sustenta a ordem natural como também atua de formas especiais em relação à história, incluindo a história da salvação. A cooperação de Deus é seu consentimento e cooperação com as decisões e ações das criaturas. Nenhuma criatura poderia decidir ou agir sem o poder cooperativo de Deus. Para que alguém levante o seu braço ele (a) precisa da cooperação de Deus; Deus empresta (na maneira de falar), o poder suficiente para levantar um braço, e sem a cooperação de Deus mesmo tal ação, tão trivial, seria impossível.

A maioria da atenção e controvérsia na doutrina da providência de Deus gira em torno do terceiro aspecto: governo. Como Deus governa o mundo? Ao passo que a preservação e a concordância possam ser consideradas formas de governo, os teólogos, em sua maioria, consideram o governo indo além dos detalhes particulares dos assuntos das criaturas e humanos. Deus governa ao determinar meticulosamen-

te todo o curso de todas as vidas, incluindo as escolhas e ações morais? Ou Deus permite aos humanos uma esfera de liberdade e então, depois, responde alinhando as escolhas e ações em seu plano perfeito para a consumação da história? Os calvinistas (e alguns outros cristãos) acreditam que o controle de Deus sobre a história humana já está sempre *de facto* – plenamente realizado em um sentido minucioso e determinístico, quer dizer, nada pode frustrar a vontade de Deus. Os arminianos (e alguns outros cristãos) acreditam que o controle de Deus sobre a história humana já está sempre *de jure* – por direito e poder, se não já completamente exercido – mas no presente apenas parcialmente de facto. Deus pode e, de fato, exerce controle, mas não à exclusão da liberdade humana e não de tal maneira a fazer dele o autor do pecado e do mal. Afinal de contas, Jesus ensinou seus discípulos a orar "seja feita a sua vontade, aqui na terra como no céu" (Mt 6.10). Se a soberania de Deus já estivesse completamente exercida *de facto*, por que alguém precisaria orar para a vontade de Deus ser feita na terra? Neste caso, ela já estaria sempre sendo feita na terra. Esta diferença entre a soberania de Deus *de facto* e *de jure* é exigida na Oração do Pai Nosso.

Se o calvinista deseja dizer que a diferença arminiana entre controle soberano *de facto* e *de jure* é falso, e que a soberania *significa* não apenas reger por direito, mas também na realidade determinística e minuciosa à exclusão do poder das criaturas de frustrar a vontade de Deus em qualquer ponto, então a definição arminiana da providência divina está aquém da verdadeira soberania. Mas os arminianos rejeitam uma definição restrita de soberania – controle absoluto e meticuloso – pois ela não consegue evitar fazer de Deus o autor do pecado e do mal, e neste caso, os arminianos creem, Deus seria moralmente ambíguo. A palavra *soberania* simplesmente não significa controle absoluto.

A definição calvinista de soberania é simplesmente incongruente com a soberania como a conhecemos no mundo. Ainda que os calvinistas possam expressá-la em linguagem mais branda, os arminianos acreditam que "controle absoluto e meticuloso" é a visão calvinista clássica. A própria definição de Calvino da doutrina da providência nas *Institutas da Religião Cristã* fornece exemplos concretos de eventos que parecem ser acidentais, mas não são, pois de acordo com Calvino, nada acon-

tece fortuitamente ou por acaso. Não existem acidentes; tudo o que acontece é pre-ordenado por Deus para um propósito, e Deus torna tudo certo eficazmente, mesmo que não por causação direta ou imediata[2]. De acordo com Calvino, se um homem se afasta de seus companheiros de viagem e é atacado violentamente por salteadores, é roubado e morto, os cristãos devem considerar este evento, como todas as outras coisas, planejado e dirigido por Deus e não uma casualidade[3].

Edwin Palmer não escondeu de ninguém sua crença em tal providência meticulosa, estendendo-a até mesmo ao pecado e ao mal: "Todas as coisas, incluindo o pecado, são realizadas por Deus", e "a Bíblia é clara: Deus ordena o pecado"[4]. Em seu livro acerca da providência o filósofo evangélico britânico e teólogo Paul Helm não chega a afirmar com a mesma veemência/intensidade de Palmer que Deus ordena o pecado, mas assevera que nada, de modo algum, acontece fora do plano e vontade de Deus: "Não apenas cada átomo e molécula, cada pensamento e desejo, são sustentado por Deus, como também todas as combinações e intersecções dos mesmos estão sob o controle direto de Deus"[5]. Os arminianos acham interessante que muitos calvinistas, como Hem e até mesmo Calvino, façam uso de termos como "permissão" e "concessão" ao discutir o governo providencial de Deus do pecado e do mal[6]. Em virtude de seu determinismo divino que a tudo abrange, todavia, nós podemos justamente supor que eles querem dizer o que Palmer corajosamente chamou

---

2 CALVINO, João. *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*. Neste contexto, Calvino diz: "pelo freio de sua providência, Deus verga todos os eventos para qualquer parte que o queira." (p. 210).

3 Ibid. p. 209-10

4 PALMER, Edwin H. *The Five Points of Calvinism*. Grand Rapids Baker, 1972. p. 101, 103.

5 HELM, Paul. *The Providence of God*. Downers Grove, III.: InterVarsity Press, 1994. p. 22.

6 Ibid. p. 101. Helm, como a maioria dos calvinistas, não consegue se convencer de dizer que Deus causou a Queda da humanidade com suas terríveis consequências. Ele diz apenas que Deus a permitiu. Isto parece inconsistente com sua afirmação anterior de que todos os meandros e contornos de cada pensamento e desejo são controlados por Deus, e com sua insistência geral na providência meticulosa.

de "permissão eficaz". Em outras palavras, Deus não meramente olha para e permite o pecado e o mal, mas os planeja, os guia e os direciona, indiretamente levando-os a acontecer; Deus os torna certos, pois ele quer que eles aconteçam em virtude de algum bem maior e, no final das contas, para sua própria glória. Aqui o contraponto para a explicação arminiana da soberania de Deus e providência será a interpretação calvinista, conforme expressa por Palmer:

Preordenação [sinônimo de soberania e providência] significa o plano soberano de Deus, por meio do qual Ele decide tudo o que irá acontecer em todo o universo. Nada neste mundo acontece por acaso. Deus está por trás de todas as coisas. Ele decide e faz com que todas as coisas que estão por acontecer, de fato, aconteçam [...] Ele preordenou tudo [...] Até mesmo o pecado[7].

Esta é a visão de soberania e providência à qual Armínio se opunha; ele não se opunha à doutrina da soberania e providência de Deus que, evita transformar Deus no autor do pecado e do mal. Para os arminianos, a típica visão calvinista não pode deixar de evitar fazer de Deus o autor do mal e do pecado - por consequência lógica e necessária – se não por franca admissão!

Os arminianos clássicos acreditam na soberania e providência de Deus sobre a história humana. Estas não são doutrinas estranhas ou desconhecidas do arminianismo; muitos autores arminianos, começando com o próprio Armínio, as enfatizaram e explicaram com riqueza de detalhes. Calvinistas imparciais devem reconhecer que os arminianos, certamente, estão preocupados em explicar e defender a soberania de Deus (mesmo se os calvinistas não puderem concordar com a explicação arminiana).

A visão de Armínio da Soberania e Providência de Deus

A própria teologia de Armínio claramente ensina que Deus tem o direito e o poder para descartar sua criação, incluindo suas criaturas, de qualquer maneira que ele achar adequada. O teólogo holandês não permitiu nenhuma limitação inerente de Deus pela criação, mas apenas pelo próprio caráter de Deus, que é amor e justiça. "Deus pode, de fato, fazer o que lhe aprouver com o que é seu; mas Ele não pode

7 PALMER, op.cit., p. 25.

desejar fazer com o que é seu aquilo que ele não pode legitimamente fazer, pois Sua vontade está circunscrita aos limites da justiça"[8]. Nesta questão, Armínio não estava afirmando que Deus está limitado pela justiça humana; Armínio não acreditava que Deus estivesse moralmente comprometido com noções humanas de justiça. Todavia, ele, sim, acreditava que a justiça de Deus não pode ser tão estranha ao melhor de nossos entendimentos de justiça, principalmente conforme transmitidas na Palavra de Deus, que a justiça esteja desprovida de significado. Portanto, embora Deus tenha o direito e o poder de fazer o que lhe aprouver com qualquer criatura, o caráter de Deus como amor e justiça supremos tornam certos atos de Deus inconcebíveis. Entre estes estaria a preordenação do pecado e do mal. Esta é a única grande preocupação de Armínio; ele concordava com as principais ideias gerais da doutrina agostiniana da providência de Deus conforme expressa em Lutero e Calvino, mas ele tinha que opor-se ao determinismo divino em providência meticulosa, na medida em que ele inevitavelmente deságua em Deus como sendo o autor do pecado.

Para a grande surpresa de muitos arminianos, para não dizer nada dos calvinistas, Armínio afirmava uma forte doutrina da soberania providencial de Deus. Para ele, Deus é a causa de tudo, exceto do mal, que ele apenas permite[9]. E qualquer coisa que acontece, incluindo o mal, deve ser permitido por Deus; ele não pode acontecer se Deus não o permitir[10]. Deus tem a habilidade de impedir qualquer coisa de acontecer, mas para preservar a liberdade humana ele permite o pecado e o mal sem os aprovar[11]. Armínio disse, acerca da providência de Deus: "Ela conserva, re-

8 ARMINIUS, James. "Friendly Conference with Mr. Francis Junius," in SELL, Alan P. F. *The Great Debate: Calvinism, Arminianism and Salvation*. Grand Rapids: Baker, 1982. p. 13.

9 ARMINIUS. "A Declaration of the Sentiments of Arminius", *Works*. v. 1, p. 658.

10 ARMINIUS. "An Examination of Dr. Perkins's Pamphlet on Predestination", *Works*, v. 3, p. 369.

11 Id. "A Letter Addressed to Hippolytus A Collibus,", *Works*. v. 2, p. 697-8. Novamente, é importante ressaltar que a liberdade humana não é o principal fim ou propósito de Deus ao criar os humanos ou ao dar-lhes a graça preveniente. Antes, a liberdade é necessária para um propósito maior de relacionamento amável; de acordo com a teologia arminiana o relacionamento que não é partilhado livremente por ambas as (todas) partes não pode ser verdadeiramente amoroso ou pessoal.

gula, governa e dirige todas as coisas, e nada no mundo acontece fortuitamente ou por acaso"[12]. Ele elucidou isto para mostrar a diferença entre a sua própria visão [da soberania] e a do calvinismo:

"Nada é feito sem a ordenação [ou designação] de Deus": Se o significado da palavra "ordenação" for que "Deus designa coisas de quaisquer sortes para que sejam feitas", este modo de enunciação é errôneo, e tem como consequência Deus como o autor do pecado. Mas se o significado for que "tudo o que é feito, Deus ordena tal coisa para uma finalidade boa", então neste caso o termo, da forma como concebido, está correto[13].

Em outras palavras, tudo o que acontece, incluindo o pecado (ex. a Queda de Adão), é, no mínimo, permitido por Deus, mas se for de fato mal, e não apenas mal em um entendimento errôneo, tal não tem autorização ou autoria em Deus. Deus o permite "intencionalmente e de boa vontade", mas não efetivamente. Além do mais, Deus controla (ordena, designa, limita, dirige) *no sentido de que* ele o leva a um bom fim. "Deus sabe como extrair a luz de sua própria glória; e favorecer suas criaturas; a partir das trevas e da perversidade do pecado"[14]. Portanto, para Armínio, a providência governante é abrangente e ativa sem ser toda-controladora ou onicausal.

A explicação de Armínio da providência divina dificilmente poderia ser mais elevada ou mais forte sem ser idêntica ao determinismo divino calvinista. Para ele, Deus está intimamente envolvido em tudo o que acontece sem ser o autor do pecado e do mal ou sem violar a liberdade moral dos seres humanos. Ao diplomata Hippolytus A. Collibus, ele escreveu:

Eu mais que solicitamente evito duas causas de ofensa; que Deus não seja proposto como o autor do pecado e que a liberdade da vontade humana não seja tirada. Estes são dois pontos que, se alguém souber como evitar, não existirá uma única ação que eu, neste caso, mais que felizmente atribua à Providência de Deus, com a condição de que uma justa consideração seja dada à supremacia divina[15].

12 Id. "A Declaration of the Sentiments", *Works*. v. 1, p. 657.

13 Ibid. p. 705.

14 Id. "The Public Disputations of James Arminius", *Works*. v. 2, p. 172.

15 Id. "A Letter Addressed to Hippolytus A Collibus", *Works*. v.2, p. 697-8.

Armínio ficou pasmo com a acusação de que ele tinha uma opinião inferior em relação à providência de Deus, pois ele não mediu esforços para afirmá-la. Ele até mesmo chegou a dizer que todo ato humano, incluindo o pecado, é impossível sem a cooperação de Deus! Isto faz simplesmente parte da cooperação divina, e Armínio não estava disposto a considerar Deus um espectador. Suas únicas duas exceções para o controle providencial de Deus foram afirmadas em sua carta para Hippolytus A. Collibus – que Deus não causa o pecado e que a liberdade humana (de cometer o pecado livremente) não é privada. Na mesma carta ele opinou que a acusação surgiu a partir de sua negação de que a queda de Adão foi feita necessária por qualquer decreto de Deus. E, entretanto, ele chegou até mesmo ao ponto de afirmar que Adão pecou "infalivelmente" (inevitavelmente?), ainda que não "necessariamente". Em outras palavras, de acordo com Armínio, a queda de Adão não foi uma surpresa ou choque para Deus. Deus sabia que ela aconteceria. Mas nenhuma necessidade foi imposta sobre Adão para que ele pecasse. Para Armínio, a explicação calvinista convencional de que Adão pecou porque Deus retirou sua graça moralmente sustentadora e poder de Adão equivale a afirmar que Adão pecou por necessidade. Armínio não poderia suportar isto, pois mancha o caráter de Deus.

Que Armínio possuía uma visão elevada da soberania de Deus e não caiu no modo deísta de pensar acerca da providência, está provado por sua descrição de cooperação divina. De acordo com ela, Deus não permite o pecado como espectador; Deus jamais está na posição de espectador. Antes, Deus não apenas permite o pecado e o mal intencional e desejosamente, embora não aprovada ou eficazmente, mas ele coopera com a criatura no pecar sem se manchar pela culpa do pecado. Deus tanto permite quanto efetiva um ato pecaminoso, tal como a rebelião de Adão, pois nenhuma criatura pode agir independente do auxílio de Deus. Em inúmeros de seus escritos, Armínio explicou minuciosamente a cooperação divina, que é sem dúvida o aspecto mais sutil de sua doutrina de soberania e providência. Para ele, Deus é a primeira causa de tudo o que acontece; mesmo um ato pecaminoso não pode ocorrer sem Deus como sua primeira causa, pois as criaturas não possuem habilidade de agir sem seu Criador, que é a causa suprema da existência deles. Portanto, mesmo o pecado exige a *Cooperação Divina*, que é necessária para produzir todo ato, pois

absolutamente nada pode ter qualquer entidade exceto a partir do Primeiro e Principal Ser; que imediatamente produz esta entidade. A Cooperação de Deus não é seu influxo imediato para dentro de uma *causa* secundária ou inferior, mas é uma ação de Deus fluindo *[influens]* imediatamente para *o efeito* da causa, de maneira que o mesmo efeito em uma e na mesma ação inteira possa ser produzido simultaneamente *[simul]* por Deus e a criatura[16].

Armínio afirmou que quando Deus permite um ato, Deus jamais nega a cooperação a uma criatura racional e livre, pois isto seria contraditório. Em outras palavras, uma vez que Deus decide permitir um ato, mesmo um ato pecaminoso, ele não pode consistentemente reter o poder de cometê-lo. Todavia, no caso de atos pecaminosos e malévolos, como o mesmo evento é produzido tanto por Deus como pelo ser humano, a culpa do pecado não é transferida para Deus, pois Deus é quem efetua o ato, mas apenas no sentido de que é ele quem permite o próprio pecado[17]. É por isto que a Escritura, às vezes, atribui más ações a Deus; pois Deus coopera com elas. Deus coopera com os pecadores que as cometem. Mas isso não quer dizer que Deus é a causa eficaz delas ou que ele as deseja, exceto de acordo com sua "vontade consequente". Deus as permite e coopera com elas de maneira não desejosa, no intuito de conservar a liberdade dos pecadores, sem a qual estes não seriam responsáveis e pessoas arrependidas não entrariam em um relacionamento verdadeiramente amoroso e pessoal com Deus.

Uma distinção entre os dois modos da vontade de Deus é absolutamente crucial para Armínio e seus seguidores; as vontades antecedentes e consequentes de Deus. A primeira possui prioridade; a segunda existe porque Deus relutantemente permite a deserção humana a fim de conservar e proteger a integridade da criatura. Em sua vontade antecedente, "Deus julgou que era competência de Sua suprema bondade onipotente preferencialmente produzir o bem a partir de males a não permitir que os males aconteçam"[18]. A vontade de Deus antecede o próprio pecado; ela antecede a Queda e é a razão por que a Queda pode acontecer. Em sua vontade con-

16 Id. "Public Disputations", *Works*. v. 2, p. 183.

17 Id. "Examination of Dr. Perkins's Pamphlet," *Works*. v. 3, p. 415.

18 Ibid. p. 408.

sequente Deus coopera com o pecador no pecado após e como uma consequência da livre decisão do pecador de pecar (com a permissão de Deus). O pecado, então, não está dentro da vontade de Deus da mesma maneira; ele está apenas dentro da vontade antecedente de Deus na medida em que Deus determina permitir o pecado dentro de sua criação. O pecado está apenas dentro da vontade, consequentemente na medida em que ele é necessário para preservar a liberdade e realizar um bem maior. Armínio também utilizou esta distinção para explicar por que nem todos são salvos. "Deus deseja seriamente que todos os homens sejam salvos; entretanto, compelido pela maldade obstinada e incorrigível de alguns, Ele determina que estes naufraguem na fé, quer dizer, que sejam condenados"[19]. Portanto, ainda que Deus não aprove o pecado, o pecado não frustra a vontade de Deus. Deus, em sua vontade antecedente, determina permitir o pecado e consequentemente determina permitir que pecadores não arrependidos sejam condenados.

Armínio aparentemente presumiu uma vontade de Deus perfeita ou ideal como parte da vontade antecedente de Deus, na qual ninguém jamais pecaria, mas ele acreditava em uma "vontade abrandada" de Deus em relação às criaturas humanas, que inclui uma autolimitação divina pelo bem da integridade dos mesmos como seres livres. A entrada do pecado no mundo, permitida e apoiada por Deus sem aprovação, exige, a priori, uma autolimitação de Deus. Mas esta autolimitação não significa que Deus passa a não se envolver ou que seja um mero espectador, esfregando suas mãos patética e ansiosamente em relação à desobediência de suas criaturas. Deus sabe o que está fazendo. Por amor ele respeita a liberdade de suas criaturas pelo bem de um relacionamento genuíno. Por justiça ele não coage ou predetermina suas ações. Como resultado desta autolimitação divina e a consequente queda da criação, Deus tem de agir de maneira diferente da que ele gostaria de ter agido, caso a humanidade não se apostatasse. Tudo isto apenas é possível em virtude do soberano abrandamento de Deus de sua perfeita vontade, que é parte de sua vontade antecedente – a parte que não faz como quer porque o pecado intervém[20].

19 Ibid. p. 430-1.

20 Ver William Gene Witt, Creation, *Redemption and Grace in the Theology of Jacobus Arminius* (Indiana, University of Notre Dame, 1993. Dissertação de Doutorado. p. 494-

A acusação de que Armínio negava a soberania de Deus ou que, de qualquer forma, a diminuía é impossível de sustentar. Ele possuía uma elevada visão da providência de Deus. Seria impossível manter uma visão mais elevada ou mais forte sem cair no determinismo divino. De acordo com Armínio, tudo é governado pelos decretos eternos de Deus, embora não iguais, e nada, de modo algum, pode acontecer sem a permissão e cooperação de Deus. O domínio de Deus é abrangente, ainda que algumas coisas, tais como o pecado e a condenação, aconteçam dentro deste domínio, que Deus apenas permite e não aprova. Deus pode e, de fato, limita o pecado e o mal, e ele os faz se encaixarem em seu plano geral para a história.

A Soberania e Providência de Deus no Arminianismo pós-Armínio

Simão Episcópio. Os teólogos arminianos após Armínio seguiram sua liderança no que diz respeito às doutrinas da soberania e providência divina. A maior preocupação deles sempre foi proteger o caráter de Deus de qualquer insinuação de autoria do pecado ou do mal. Mas juntamente com isso eles promoveram um forte apreço pelo domínio todo-abrangente de Deus sobre a criação, que se estende muito além da mera conservação (sustentação) para o governo. Episcópio, herdeiro de Armínio, ecoou o horror de seu mentor de qualquer doutrina de providência

506), acerca da autolimitação de Deus e da "vontade abrandada". O tratamento de Witt da doutrina da providência é superior ao de Richard Muller em *God, Creation and Providence in the Thought of Jacobus Arminius* (Grand Rapids: Baker, 1991). O último tenta distorcer a verdadeira figura do pensamento de Armínio. Por exemplo, Muller sugere que Armínio abandonou a crença na onipotência divina em direção à autolimitação divina sob a influência dos primórdios da cosmologia moderna (*God, Creation, and Providence*, p. 240). Mas eu não vejo tal abandono ou influência em Armínio! A opção de Armínio por uma autolimitação divina no "abrandamento da vontade" de Deus não apresenta nenhuma limitação à onipotência de Deus. Deus simplesmente escolheu não utilizar todo o poder que ele tem ou que poderia usar. Para Armínio, Deus sempre permanece onipotente no sentido mais radical possível dentro de uma estrutura de referência metafisicamente realista (ex. o poder de Deus condicionado por seu caráter). Também, a aparente crença de Armínio na autolimitação surgiu de sua obsessão com o caráter de Deus como amor e justiça, que é oriundo da revelação divina em Jesus Cristo e na Escritura, e não de influências culturais modernas precoces.

que fizesse Deus parecer ser o autor do pecado. Dos calvinistas rígidos ele escreveu que eles tornam Deus tolo e injusto, e "o verdadeiro e adequado autor do pecado", pois isto necessariamente sugere do réprobo que Deus "fatalmente o destinou a este eterno mal"[21]. Por outro lado, Episcópio, como Armínio, afirmou que Deus governa e dirige todas as ações humanas e todos os eventos na criação [22]. Episcópio isentou apenas uma classe de ações da ordenação e causação direta e imediata de Deus: "No que tange à desobediência ou pecados, embora ele odeie isso com a maior das aversões, entretanto, de fato, conscientemente e de boa vontade os permite ou os suporta, entretanto, não com tamanha permissão [que] a desobediência não possa exceto acontecer... isto significa que Deus seria completamente o autor do pecado[23]. Ele quis dizer que Deus determinada e propositadamente permite o pecado, mas não o causa, mesmo ao retirar graça suficiente e poder para evitar pecar. A elevada visão de Episcópio da soberania de Deus é bem expressa na declaração: "Não há, portanto, nada que aconteça em nenhum lugar do mundo inteiro de maneira imprudente ou por acaso, quer dizer, que Deus não saiba, não considere ou que ele seja um mero espectador"[24].

Episcópio concordou com Armínio que Deus coopera com a vontade da criatura livre e racional sem impor qualquer necessidade sobre a criatura de fazer o bem ou mal[25]. Deus concede o dom do livre-arbítrio sobre as pessoas e o controla ao criar limites acerca do que ele pode fazer[26]. Em outras palavras, para Episcópio e todos os verdadeiros arminianos, o livre-arbítrio nunca é autônomo ou absoluto. (Que os arminianos acreditam que o livre-arbítrio seja assim é outro mito que encontramos com frequência!) Deus restringe o livre-arbítrio, somente a liberdade de Deus é absoluta[27]. O livre-arbítrio humano sempre é livre-arbítrio dentro de certas condições, ele

21 EPISCOPIUS, Simon. *Confession of Faith of Those Called Arminians*. London: Heart & Bible, 1684. p. 104.

22 Ibid.

23 Ibid. p. 109.

24 Ibid. p. 115.

25 Ibid. p. 114-5.

26 Ibid. p. 110.

27 ARMINIUS, "Public Disputations", *Works*. v. 2, p. 190.

existe e é exercitado dentro de um contexto restritivo, e a limitação dele por Deus é um fator neste contexto. Aparentemente Armínio e Episcópio acreditavam que Deus impede atos de livre-arbítrio que não poderiam ser direcionados para o bem. Mas Deus nunca dirige a vontade para o mal ou decreta ações más: "Ele jamais decreta ações más para que elas aconteçam; nem ele as aprova; nem as ama; nem ele alguma vez já as propriamente outorgou ou as ordenou: muito menos de forma a causá-las ou as obteve, ou as incitou ou forçou alguém a elas"[28].

Philip Limborch. O remonstrante posterior Philip Limborch pode ter apostatado de Armínio e dos primeiros remonstrantes acerca da depravação total e da absoluta necessidade da graça restauradora para qualquer exercício de uma boa vontade para com Deus, mas ele concordou completamente com eles acerca da soberania e providência divina. Limborch afirmou a preservação de Deus da natureza, a cooperação com todo evento e governo de todas as coisas:

O governo de providência é aquele ato poderoso de Deus pelo qual ele administra e descarta todas as coisas com a mais elevada sabedoria, de forma que venha da melhor forma atender ao avanço de sua glória e ao bem estar eterno da humanidade. Este governo se estende a todas as coisas de maneira que não há nada em todo o universo, exceto o que está sob seu controle de providência[29].

Limborch argumentou que Deus limita tanto a si mesmo como aos seres humanos, de maneira que sua própria vontade é exercida em relação ao livre-arbítrio humano, e o último é incapaz de fazer qualquer coisa exceto o que é permitido por Deus e que possa ser direcionado para o bem. A cooperação de Deus é necessária para todas as decisões e ações das criaturas. Deus não é o autor de quaisquer ações más, mas sempre o autor de boas ações, na medida em que ele confere aos humanos a habilidade de fazê-las. No geral, a soberania de Deus significa que nenhuma pessoa pode atuar à parte da permissão e assistência concordante de Deus: "Indubitavelmente um homem não pode sequer conceber em sua mente, muito menos

---

28 EPISCOPIUS, Simon. *Confession of Faith of Those Called Arminians*. London: Heart & Bible, 1684. p. 110.

29 LIMBORCH Philip. *A Complete System, or, Body of Divinity*, trad. William Jones. London: John Darby, 1713. p. 149.

ele pode executar suas próprias ações a menos que pelo conhecimento, permissão e assistência de Deus", mas "nós exortamos... que Deus não induz e predetermina os homens a todas as ações, mesmo aquelas que são más, que temos certeza que a [Escritura] não permitirá [jamais]"[30].

Assim como Armínio, Episcópio e Limborch mantiveram uma elevada e sólida doutrina da soberania e providência de Deus. Eles apenas isentaram os decretos de Deus e a ação direta (causação) de atos pecaminosos. Embora eles não tenham discutido calamidades, podemos seguramente presumir que eles as considerariam parte do governo providencial de Deus. Os arminianos posteriores é que começariam a questionar isto e a ampliar o escopo da vontade consequente de Deus para incluir muitos desastres naturais juntamente com ações pecaminosas e imorais das pessoas. Mesmo os atos pecaminosos (e calamidades), entretanto, não escapam ao governo de Deus, embora eles sejam uma categoria diferente das boas ações. Atos pecaminosos e malévolos jamais são planejados ou decretados por Deus; Deus apenas decreta permiti-los. Deus nunca os instiga ou os torna certos (ex. ao retirar a graça necessária para evitá-los). Não há sequer um impulso secreto de Deus para o mal, nem um Deus oculto que manipula as pessoas para que pequem. No entanto, as decisões e ações más estão circunscritas por Deus de maneira que elas se encaixem em seus propósitos; e ele as direciona para uma finalidade boa que ele tinha em mente para a criação. E elas não podem acontecer sem a permissão e a cooperação de Deus. O motivo pelo qual Deus permite e coopera com elas é para preservar a liberdade humana (e, consequentemente, a integridade da realidade pessoal) e para extrair o bem a partir delas. Esta forte crença na soberania divina anula completamente a impressão de que os arminianos acreditam apenas na providência geral (preservação, sustentação da criação) e não na providência especial ou que eles não acreditam na soberania divina.

João Wesley. João Wesley não escreveu muito acerca da doutrina da providência, mas ele claramente acreditava na soberania de Deus, mas rejeitava qualquer ideia de um determinismo divino fixo ou de outra sorte. Ele defendeu o livre-arbítrio contra o calvinismo de sua época e cuidadosamente o equilibrou com a soberania

30 Ibid. p. 160, 162.

divina. Para ele, "a soberania de Deus é manifesta por intermédio do livre-arbítrio, não minimizado por ela"[31]. Wesley não era um filósofo, embora ele soubesse filosofia e nem um teólogo sistemático; seu foco estava em pregar e comentar acerca da Escritura em vez de resolver todo dilema doutrinário. A doutrina da providência assumiu um papel secundário em seus argumentos contra a predestinação incondicional. Todavia, seus sermões "Sobre a Providência Divina" e "Sobre a Soberania de Deus" incluíram evidentes aprovações de ensinamentos cristãos clássicos acerca da preservação, cooperação e governo de Deus de toda parte da criação. Ele negou uma mera providência geral, que estava ganhando popularidade entre os deístas, à exclusão da providencia detalhada e particular. Ele chamou esta visão de "insensatez autocontraditória"[32] e desafiou seus ouvintes e leitores a

> Ou, portanto, permitir a providência particular, ou não fingir acreditar em providencia nenhuma. Se você não acredita que o Governador do mundo governa todas as coisas nele, pequenas e grandes; o fogo e o granizo; a neve e o vapor, vento e tempestade, e que cumpra sua palavra; que ele rege reinos e cidades, frotas e exércitos, e todos os indivíduos dos quais estão compostos (e, entretanto, sem forçar as vontades dos homens ou tornar necessárias quaisquer de suas ações); não simule acreditar que ele governa coisa alguma[33].

Mas Wesley acrescentou que o livre-arbítrio não é nenhuma diminuição da soberania de Deus, poder ou governo providencial; antes, ele está enquadrado dentro de tais categorias à medida que Deus o permite e o delimita para seus próprios bons desígnios. De acordo com Wesley, todavia, o pecado não pode ser atribuído à preor-

---

31 WESLEY, John, in ODEN, Thomas C. *John Wesley's Scriptural Christianity*. Grand Rapids: Zondervan, 1994. p. 267.

32 WESLEY, John. "On Divine Providence", in ODEN, Thomas C. *John Wesley's Scriptural Christianity*, p. 116.

33 WESLEY, John. "An Estimate of the Manners of the Present Times", in ODEN, Thomas C. *John Wesley's Scriptural Christianity*. Grand Rapids: Zondervan, 1994. p. 116.

denação de Deus ou mesmo a impulsos secretos, ainda que Deus somente permita o mal que abre o caminho para um bem maior[34].

A Soberania e Providência de Deus no Arminianismo do século XIX

Os principais teólogos arminianos do século XIX repetiram a teologia de Armínio da soberania e providência de Deus, ao passo que acrescentaram seus próprios pontos de vista a ela. Contudo, mesmo entre estes teólogos metodistas, que muitos supõem que criaram uma ponte entre o arminianismo primitivo e a teologia liberal do século XX, o governo soberano de Deus da natureza e história permanece intacto e, mesmo em algumas áreas, mais aprofundado. Ninguém pode ler Richard Watson, William Burton Pope, Thomas Summers ou John Miley sem reconhecer a fidelidade deles no comprometimento com a preservação, cooperação e governo soberano de Deus do universo, incluindo as questões humanas. Ao mesmo tempo, eles todos consideraram a visão calvinista convencional seriamente errônea ao tornar Deus o autor do pecado e do mal, ao elevar a soberania ao controle exaustivo, diminuindo a liberdade humana ao ponto de dissipação.

Richard Watson. De acordo com Watson, "Que a soberania de Deus é uma doutrina bíblica ninguém pode negar; mas isso não quer dizer que as noções que os homens gostam de formar a partir dela devam ser recebidas como bíblicas"[35]. Ele rejeitou mais especificamente como não bíblica qualquer doutrina da soberania de Deus que resulte em tornar Deus o autor do pecado, pois isso é incompatível com a bondade de Deus[36]. Ele reconheceu que a maioria dos calvinistas não atribui o pecado à causalidade de Deus, mas ele também defendeu que a explicação deles da razão pela qual Adão caiu no jardim necessariamente inclui ou leva à causalidade divina, mesmo que apenas indiretamente. Sua própria posição era de que não há uma resposta para o motivo pelo qual Deus permitiu a Queda, exceto que Deus poderia

34 Ibid. p. 115.

35 WATSON, Richard. *Theological Institutes*. New York: Lane &Scott, 1851. v. 2, p. 442.

36 Ibid. p. 429.

ter impedido a queda, mas que decidiu que era melhor permiti-la[37]. Claramente, para Watson, a Queda não fora preordenada por Deus ou inclusa na vontade perfeita antecedente de Deus, mas resultou da autodeterminação e autoafirmação do homem contra Deus, que foi permitida por Deus em sua vontade consequente.

Watson contribuiu com duas ideias relativamente novas ao fluxo da teologia arminiana, embora nem todos arminianos as tenham aprendido a partir dele. Primeiro, ele contendeu contra o que ele chamava de "teoria filosófica" do livre-arbítrio, que agora está comumente conhecida como livre-arbítrio compatibilista. Esta é a ideia de livre-arbítrio advogada e defendida por Jonathan Edwards, mas suas raízes podem ser encontradas, pelo menos, em épocas tão antigas quanto as de Agostinho. A ideia é que a vontade é controlada por motivos, e os motivos são dados por algo externo ao ser, tal como Deus. A maioria dos calvinistas, quando forçados a explicar porque as pessoas agem de certas formas ou escolhem certas coisas, apela ao motivo mais forte como explicação e então acrescentam que os motivos não são autodeterminados, mas dados às pessoas por alguém ou por algo. Nesta teoria as pessoas são "livres" quando agem de acordo com seus desejos, quando fazem o que querem fazer, mesmo quando não poderiam agir de maneira diferente. Este "livre-arbítrio" é compatível com o determinismo. Watson o rejeitou como incompatível com a responsabilidade: "Pois se a vontade é, portanto, absolutamente dependente de motivos, e os motivos surgem de circunstâncias incontroláveis, assim, louvar ou culpar uns aos outros é um absurdo evidente e, entretanto, todas as línguas estão repletas de tais termos"[38]. De acordo com Watson, a vontade não é mecanicamente controlada por motivos instilados por algo ou alguém; antes, a mente e a vontade são capazes de julgar os motivos e decidir entre eles. Liberdade moral, ele afirmava, consiste em pensar, raciocinar, escolher e agir tendo por base o julgamento mental[39]. Claramente, para Watson, o livre-arbítrio significa ser capaz de discernir e escolher entre motivos conflitantes; isto inclui ser capaz de fazer diferente do que alguém quer fazer e diferente do que alguém faz. Esta é a essência do livre-arbítrio libertário (incompatibilista). A primeira

37 Ibid. p. 435.

38 Ibid. p. 440-1.

39 Ibid. p. 442.

contribuição de Watson foi fornecer uma crítica da doutrina calvinista do livre-arbítrio (a "doutrina filosófica") e recomendar sua alternativa.

A segunda contribuição de Watson para a teologia arminiana foi sua negação da atemporariedade de Deus ou a teoria do "eterno agora" da eternidade de Deus. Ele também negou a imutabilidade divina. Nem todos os arminianos concordam com Watson acerca destas questões, mas ele abriu a porta para desenvolvimentos posteriores dentro do arminianismo, tal como o teísmo aberto. Mais importante, todavia, ele lutou de maneira criativa e construtiva com a questão do relacionamento de Deus com o tempo, em vista da realidade do livre-arbítrio e as interações das criaturas com Deus. Até Watson, a maioria dos teólogos arminianos, Armínio incluso, mantinham a interpretação agostiniana da eternidade de Deus, ou seja, não há duração do ser de Deus em ou através do tempo, ou não há sucessão real de passado, presente e futuro em Deus. Até mesmo para Armínio, a consciência de Deus da criação é tal que todos os tempos estão simultaneamente ante os olhos de Deus. Watson não conseguia enxergar sentido nisto à luz do livre-arbítrio humano e sua habilidade de afetar o conhecimento de Deus (ex. Deus prevê decisões e ações livres sem as causar). A maior preocupação de Watson era proteger o livre-arbítrio a fim de proteger o caráter (amor) e a responsabilidade humana. Para ele, as doutrinas da imutabilidade e eternidade como um eterno agora eram especulativas e não bíblicas[40]. Tendo por base as narrativas bíblicas ilustrando como as criaturas livres e racionais afetam Deus, Watson rejeitou a ideia de que Deus não possa mudar de jeito nenhum. De acordo com ele, o conhecimento de Deus do que é possível é atemporal e não oriundo de eventos no mundo, ao passo que o conhecimento de Deus do que é real é temporal e oriundo de eventos no mundo[41]. Contudo, Deus é soberano na medida em que ele é plenamente capaz de responder de maneira apropriada a tudo que os seres humanos (ou outras criaturas) fazem e de encaixar estas ações em seu plano e propósito; Deus também é soberano na medida em que tudo o que acontece é conhecido de antemão e permitido por Ele.

William Burton Pope. William Burton Pope também protestou contra a doutrina calvinista da soberania de Deus como providência meticulosa. Tal teologia,

40 Ibid. v. 2, p. 400-1.

41 Ibid. p. 402-4.

ele afirmou, leva inevitavelmente à conclusão que "Tudo é da soberania absoluta, inquestionável e despótica de Deus"[42]. Ele asseverou que o ensino Arminiano/Remonstrante acerca da soberania de Deus não apenas preserva o caráter de Deus e a responsabilidade humana, mas também a fé da igreja primitiva antes de Agostinho[43]. Esse também é, precisamente, o argumento feito um século depois pelo teólogo metodista Thomas C. Oden em *The Transforming Power of Grace* (O Poder Transformador da Graça). Oden concorda plenamente com Pope, dizendo: "A Remonstrância representou uma reapropriação substancial do consenso patrístico oriental pré-agostiniano"[44]. Apesar de sua descrição um tanto áspera e rejeição da doutrina calvinista da soberania, Pope não hesitou em afirmar e proclamar a supervisão detalhada e minuciosa de todos os eventos na natureza e história:

Como Ele está presente em todos os lugares em Seu infinito poder, toda relação providencial deve ser minuciosa e especial: pensar o contrário do controle divino das leis da natureza e das ações dos homens é inconsistente com os primeiros princípios da doutrina. Esta é a glória do ensino escriturístico, que desconhece um cuidado divino geral que não desencadeie os mais pormenorizados detalhes[45].

Todavia, no bom estilo arminiano, Pope observou que o governo providencial de Deus da história necessariamente inclui o livre-arbítrio dos humanos. Seu argumento é que o próprio conceito de providência ou governo perde muito de seu significado se os objetos de governo estão sujeitos a um "governo inflexível de uma alma que deve interpretar seu destino"[46]. Antes, o verdadeiro governo busca guiar, persuadir e ensinar, não controlar. "Por isso, a visão mais impressionante que pode ser extraída desta doutrina considera-a como a orientação fastidiosa, mas segura, de

---

42 POPE, William Buton. *A Compedium of Christian Theology*. New York: Phillips & Hunt, s/data, v. 2, p. 352.

43 Ibid. p. 357.

44 ODEN, Thomas C. *The Transforming Power of Grace*. Nashville: Abingdon, 1994. p. 152.

45 POPE, William Buton. *A Compedium of Christian Theology*. New York: Phillips & Hunt, s/data, v.1, p. 444.

46 Ibid. p. 452.

todas as criaturas cujo estado ainda não está eternamente estabelecido até a consumação de seu destino como pré-designado por Deus"[47].

Thomas Summers e John Miley. Thomas Summers e John Miley juntaram-se a Watson e Pope na rejeição da soberania divina como controle absoluto, ao passo que afirmaram uma elevada doutrina de providência. De acordo com Miley (em plena concordância com Summers, que não pode ser citado aqui devido a limitações de espaço), "Uma teoria de providência que obrigatoriamente torna a ação moral impossível ou faz de Deus o agente determinante em todo o mal não pode ter lugar em uma teologia verdadeira"[48]. A providência de Deus não é coerção, mas iluminação e persuasão na esfera da liberdade moral. Contudo, ela não é limitada, pois "Deus rege em todos os campos da natureza, e em seus pormenores assim como em suas magnitudes"[49]. Para Miley e a maioria, se não todos, dos arminianos posteriores, a forma fundamental de governar sobre as questões humanas é por intermédio da persuasão, mas o poder persuasivo de Deus é maior do que qualquer um das criaturas. A influência de Deus jaz diretamente sobre todo assunto, de maneira que nada pode acontecer sem ser impulsionado ou atraído por Deus para o bem. Entretanto, as criaturas livres e racionais têm o poder de resistir à influência de Deus. Este poder foi dado a elas pelo próprio Deus! A teologia de Miley presume uma autolimitação de Deus pelo bem da liberdade humana. Contra a principal teoria alternativa da soberania divina, ele escreveu:

Se a agência de providência deve ser absoluta, até mesmo nas esferas morais e religiosas, não pode existir aproximação em direção a uma teodicéia. Todo mal, físico e moral, deve ser atribuído diretamente a Deus. O homem também não pode ter nenhuma agência pessoal ou responsável. Pois o bem e o mal são apenas os súditos passivos de uma providência absoluta. À luz da razão, consciência e Escritura, não existe tal providência sobre o homem[50].

---

47 Ibid. pp. 452-3.

48 MILEY, John. *Systematic Theology*. 1983, reimpressão. Peabody, Mass.: Hendrickson, 1989. v. 1, p. 329.

49 Ibid. p. 309.

50 Ibid. p.330.

A exposição da teologia arminiana neste capítulo até o momento já deveria ser suficiente para refutar as alegações dos críticos de que o arminianismo carece de qualquer doutrina de soberania divina ou que rejeita a providência especial de Deus em favor de uma providência geral de preservação e conservação apenas. A partir de Armínio, os arminianos de coração, em oposição aos arminianos que se desviaram para o deísmo ou teologia liberal posterior, compromissadamente abraçaram e promoveram a cooperação e governo de Deus, até mesmo nos detalhes da história. Mas eles buscaram desenvolver um conceito de soberania de Deus que evitaria fazer de Deus o autor do pecado e do mal, algo que eles acreditavam que o calvinismo não podia fazer. Isto necessariamente envolveu a ideia da autolimitação voluntária de Deus em relação à criação pelo bem da liberdade humana. Eles acreditavam que tal noção não deprecia a supervisão soberana de Deus das decisões e ações humanas; deste modo, Deus é capaz, em seu plano e propósito, de fazer tudo trabalhar para o bem. Acima de tudo, estes arminianos afirmaram que nada pode acontecer à parte da permissão de Deus. Deus é suficientemente poderoso para impedir qualquer coisa de acontecer, mas ele nem sempre exerce esse poder, pois, ao fazê-lo, isso privaria suas criaturas livres e racionais, criadas à sua imagem, de sua realidade e liberdade características. Pope, em especial, deixou claro que esta liberdade é uma função da experiência humana, ela não existirá da mesma forma na eternidade.

Arminianismo do século XX sobre a Soberania e Providência

Thomas Oden. Mas e os arminianos do século XX? Eles também acreditam e ensinam uma elevada doutrina da soberania de Deus? Embora ele não se intitule arminiano, a teologia metodista de Oden segue o padrão arminiano. No livro *The Transforming Power of Grace* (O Poder Transformador da Graça) ele explica como a liberdade humana não limita a soberania divina. A liberdade de dizer não a Deus é concedida pelo próprio Deus, mas é incapaz de frustrar os planos e propósitos supremos de Deus.

Embora a liberdade temporária seja capaz de resistir à graça divina, o propósito de Deus na história será, a longo prazo, realizado, mesmo se, a curto prazo, frustrado pelo desafio humano. Não é uma limitação da soberania divina que Deus concede esta liberdade temporária e finita aos homens, mas uma expressão da grandeza

da compaixão de Deus e de cuidado paternal e alegria em companheirismo. Tal não limita a capacidade de Deus, mas permanece como uma livre autorrestrição dada do real âmbito de atividade de Deus dentro da e para a miserável história do pecado[51].

Henry. Thisessen. O teólogo evangélico Henry C. Thiessen trilhou confiante e corretamente o caminho do pensamento arminiano primitivo acerca da providência, ainda que ele estivesse aparentemente inconsciente de que era um arminiano! E embora ele (ou seu editor) tenha chamado incorretamente o "arminianismo" de semipelagianismo sua soteriologia era plenamente arminiana. Da providência ele escreveu que ela é a atividade contínua de Deus, pela qual Ele faz todos os eventos dos fenômenos físicos, mentais e morais trabalharem para Seus propósitos; e que este propósito não está nada aquém do plano original de Deus na criação. Para deixar claro, o mal entrou no universo, mas a ele não é permitido frustrar o propósito original, benevolente e santo de Deus[52].

Ray Dunning. O teólogo nazareno H. Ray Dunning fortemente se opõe à soberania determinista do calvinismo:

Uma cosmovisão determinista, quer filosófica ou teológica, evita a questão [do mal], mas abandona qualquer dimensão pessoal significante na relação de Deus com o mundo. Se os homens são peças que... o Soberano Mestre em Xadrez as move de forma unilateral e até excêntrica, o caráter pessoal da relação humano-divina é efetivamente eliminado[53].

Entretanto, de acordo com Dunning, Deus exerce um "acompanhamento" detalhado sobre a criação, não fazendo uso de controle determinista, mas persuasão poderosa e milagres casuais para virar a maré da história em direção às suas finalidades desejadas. A única coisa que Deus não coage é o homem[54].

---

51 ODEN, Thomas C. *The Transforming Power of Grace*. Nashville: Abingdon, 1994. p. 144-5.

52 THIESSEN, Henry C. *Lectures in Systematic Theology*. Grand Rapids: Eerdmans, 1949. p. 177.

53 DUNNING, H. Ray. *Grace, Faith, and Holiness*. Kansas City, Mo.: Beacon Hill, 1988. p. 257-8.

54 Ibid. p. 258.

Jack Cottrell. O teólogo do século XX da Igreja de Cristo, Jack Cottrell, examinou e rejeitou a ideia calvinista de soberania divina e adotou uma perspectiva arminiana[55]. Ele defende que todas as tentativas de moderar e modificar o determinismo rígido dentro do calvinismo são fracassadas. Os dois problemas do calvinismo são: a onicausalidade divina (mesmo se utilizar causas secundárias) e a incondicionalidade do propósito e ordenação[56]. Sua conclusão é que "esta ideia de incondicionalidade elimina qualquer noção significativa de liberdade humana", com o resultado que ela é inconsistente com a bondade de Deus e a responsabilidade humana[57]. Cottrell apresenta um conceito alternativo de soberania que é inteiramente consistente com o arminianismo clássico, ainda que, diferente da maioria dos arminianos, ele utilize o termo *controle* para descrever o governo de Deus. Nesta visão, Deus limita a si mesmo em relação à criação a fim de permitir espaço para a liberdade da criatura; alguns dos decretos de Deus são condicionais e alguns são incondicionais. Independente do que as pessoas façam com sua liberdade, Deus realizará seu reino, mas as pessoas inclusas em seu reino não são determinadas por Ele, mas pelos humanos que fazem uso do dom do livre-arbítrio. Deus exerce controle absoluto e total sobre toda parte da criação sem determinar tudo. Ele faz isso por intermédio de seu conhecimento de antemão e intervenção nas questões das criaturas, toda e qualquer vez que for necessário realizar seus propósitos[58].

---

55 Embora os teólogos da Igreja de Cristo não utilizem geralmente o termo arminiano para sua teologia, eu perguntei ao Cottrell se ele é um arminiano e recebi uma resposta afirmativa. E em "The Nature of the Divine Sovereignty" [A Natureza da Soberania Divina] (ver nota de rodapé 56) ele chama esta visão de "arminiana".

56 COTRELL, Jack. "The Nature of the Divine Sovereignty", in *The Grace of God, The Will of Man*, Ed. Clark H. Pinnock. Grand Rapids: Zondervan, 1989. p. 106-7.

57 Ibid. p. 103.

58 Ibid. p. 111. Alguns arminianos, principalmente teístas abertos, tal como John Sanders, ficam preocupados pela suposição de Cottrell que a presciência divina absoluta dê a Deus uma vantagem providencial. Como pode Deus intervir, *em virtude* de algo que ele prevê quando ele prevê tudo, incluindo sua própria futura intervenção? Acerca deste problema e desafio, ver John Sanders, The God Who Risks (Downres Grove Ill.: Intervarsity Press, 1998), p. 200-206. Uma visão alternativa (a de Cottrell) é fornecida pelo filósofo evangélico Dallas Willard, que nega que Deus seja "um grande olho cósmico que não

Mesmo tendo conferido relativa independência a suas criaturas, como Criador ele se reserva o direito de intervir, se necessário. Assim, ele é capaz de não apenas permitir que as ações humanas aconteçam, mas também de impedi-las de acontecer caso ele assim escolha... Além do mais, a presciência de Deus também o capacita a planejar suas próprias respostas às ações e utilizações das escolhas humanas mesmo antes que tais sejam feitas. Deste modo, ele permanece em completo controle e é capaz de realizar seus propósitos, principalmente em relação à redenção[59].

Alguns arminianos ficam preocupados com a admissão de Cottrell de que Deus, certas vezes, precise violar o livre-arbítrio a fim de realizar SEUS propósitos na história, mas ele não quer dizer que Deus determina suas escolhas morais ou espirituais. Aparentemente, Cottrell está sugerindo que Deus controla a história ao prever quando algo pode sair, desviar de seu plano e ele intervém trazendo tal situação de volta ao curso. E, ao agir assim, ele até mesmo pode sobrepujar a volição humana em questões que não tem nada a ver com a condição espiritual ou o destino eterno dos indivíduos. Um exemplo seria o endurecimento do coração do Faraó por parte de Deus na narrativa do livro do Êxodo. O Faraó não era um bom homem a quem Deus havia transformado em mau. Antes, o Faraó era um homem mau cujo coração momentaneamente começou a titubear, mas Deus endurece sua resolução de sorte que Israel pudesse escapar.

Conclusão

Uma coisa deveria ficar absolutamente clara a partir de todos estes exemplos de explicações arminianas da soberania e providência – a acusação comum que o arminianismo carece de uma visão elevada ou sólida da soberania de Deus é falsa. Deus está no comando e governa toda a criação, e irá, poderosa e talvez unilateralmente, cumprir seu plano. Alguma coisa pode se levantar sem a ordenação e o poder determinante de Deus?

---

pisca, que deve saber tudo quer ele queira ou não" (The Divine Conspiracy [San Francisco: HarperSanFrancisco, 1998], p. 244-450. De acordo com Willard (e teístas abertos) Deus pode escolher não saber tudo do futuro de maneira que possa interferir em resposta à oração. De acordo com Willard e teístas abertos, isto em nada diminui a soberania de Deus, pois Deus é onipotente e todo habilidoso e capaz.

59 Ibid. p. 112.

Para os arminianos, um ponto de interrogação paira sobre a inteligibilidade do calvinismo. Não parece inteligível afirmar determinismo divino absoluto por um lado e afirmar, por outro lado, que qualquer outra parte da criação está fora desse âmbito.

Pode ser presumido que Paul Helm fale por todos os calvinistas consistentes quando escreve que todo pensamento e desejo estão sob o controle direto de Deus[60]. O que "controle de Deus" significa? Os arminianos são diligentes em afirmar o controle de Deus apenas se ele significar que Deus permite, coopera e traz o bem a partir da liberdade humana para seus planos e propósitos supremos. Certamente o controle, no geral, significa algo mais em Helm e no calvinismo. A lógica interior do calvinismo – determinismo divino exaustivo – caminha para dizer que, como nada acontece que Deus não tenha preordenado e tornado certo, Deus é a causa final de todo pensamento e desejo malévolo, pois ele busca a glória para si mesmo por intermédio da condenação dos ímpios. Para os arminianos este deve ser o caso, ainda que os calvinistas não o admitam. Esta é a principal razão por que os arminianos são, preferencialmente, arminianos e não calvinistas – para preservar a bondade do caráter de Deus e a exclusiva responsabilidade humana pelo pecado e o mal[61].

---

60 HELM, Paul. *The Providence of God*. Downers Grove, Ill.: InterVarsity Press, 1994. p. 22.

61 Ao enfatizar esta aparente inconsistência no calvinismo eu não estou sugerindo que todo calvinista adota o que os arminianos veem como a consequência lógica e necessária de sua afirmação do determinismo divino. A maioria dos calvinistas certamente não considera Deus como a causa de todo pensamento e desejo malévolo. O que quero dizer é simplesmente que isto seria logicamente exigido pelo determinismo divino (tal como a explicação de Helm da providência). Aqui muitos calvinistas apelam ao mistério e se afastam de adotar a consequência lógica e necessária de sua doutrina da providência. Eu admiti anteriormente que o arminianismo também tem os seus problemas. Todavia, um dos motivos pelos quais os arminianos são arminianos e não calvinistas é porque eles se dão conta que se aderissem à explicação calvinista da providência divina, eles também teriam que aceitar que Deus é o autor do primeiro impulso em direção ao mal, pois isso lhes parece logicamente implícito pelo determinismo divino. Eles não veem quaisquer dificuldades insuperáveis semelhantes (ex. inconsistências lógicas) em sua própria teologia. Eles reconhecem que sua própria teologia precisa apelar ao mistério em alguns pontos, como todas as teologias, mas eles não pensam que o arminianismo precisa evitar afirmar as consequências lógicas e necessárias de quaisquer de seus pontos essenciais. Os calvinistas, claro, podem discordar.

MITO 6

O Arminianismo é uma Teologia centrada no homem

Uma antropologia otimista é contrária ao verdadeiro Arminianismo, que é plenamente centrado em Deus. A teologia arminiana confessa a depravação humana, incluindo a escravidão da vontade.

UM DOS EQUÍVOCOS MAIS PREDOMINANTES E prejudiciais acerca do arminianismo é que ele seja centrado no homem, pois acredita na habilidade inata dos humanos em exercitar boa vontade para com Deus e de contribuir com a salvação, mesmo após a queda de Adão. Outra forma de expressar o mito é que o arminianismo não acredita que as consequências da queda da humanidade sejam verdadeiramente devastadoras; portanto, acredita que, na esfera moral e espiritual, o livre-arbítrio humano sobreviveu à Queda, e que, na pior das situações, os humanos são mercadorias estragadas, mas não totalmente depravadas. Ainda que esta visão elevada da humanidade e sua liberdade moral e poder (e, às vezes até mesmo bondade) seja uma marca da maioria da sociedade ocidental contemporânea, incluindo muito da cristandade, tal não é a visão do arminianismo clássico. O arminianismo clássico trata a Queda e as suas consequências com muita seriedade.

Algumas acusações dos calvinistas contra a teologia arminiana demonstram quase uma completa falta de conhecimento ou entendimento da literatura arminiana clássica. O teólogo calvinista Edwin H. Palmer é culpado de tal vulgar distorção do arminianismo quando escreveu que os arminianos "acreditam que, às vezes, o

homem natural e não regenerado tem bondade o suficiente nele de maneira que, se o Espírito Santo ajudá-lo, ele irá querer escolher a Jesus. O homem escolhe Deus e então Deus escolhe o homem". Ele também alegou que "a questão mais importante [entre calvinistas e arminianos] é que o arminiano [diz] que o não salvo é capaz, em sua própria força, com auxílio do Espírito Santo, de pedir a Jesus para salvá-lo"[1]. Claro, as afirmações de Palmer acerca do arminianismo aqui parecem conter uma inconsistência. Se os arminianos acreditam que as pessoas precisam de auxílio do Espírito Santo para crer em Cristo, como pode ser que o fazem com suas próprias forças? Na verdade, o arminianismo clássico, de fato, diz que as pessoas podem escolher Deus, mas apenas com a ajuda do Espírito Santo. Isso se chama graça preveniente. E, de acordo com Armínio e seus verdadeiros seguidores, todas as vezes que as pessoas escolhem Deus, essa é uma prova de que não são pessoas "naturais e não regeneradas", mas pessoas já debaixo da influência sobrenatural do Espírito Santo. Então, para acrescentar insulto à injúria, Palmer acusou os arminianos de roubarem a glória de Deus, dando a glória aos homens: "O homem mantém um pouquinho da glória para si mesmo – a habilidade de crer? Ou toda a glória é dada a Deus? O ensino da depravação total é que Deus recebe toda a glória e que o homem não recebe nenhuma glória"[2].

Palmer certamente não estava sozinho ao fazer esta acusação contra o arminianismo. No livro *Whatever Happened to the Gospel of Grace?* o célebre pastor e teólogo James Montgomery Boice, que foi um de meus professores no seminário, discutia "pessoas que não podem dar glória a Deus". O primeiro grupo é o de descrentes. O segundo é o de arminianos! A descrição de Boice da crença arminiana concernente ao pecado e à salvação é um insulto devido ao seu tom de deboche. Ele mais do que sugeriu que os arminianos não acreditam em salvação pela graça somente e que tais acreditavam na habilidade natural humana de iniciar e contribuir para a salvação. "Eles querem glorificar a Deus. Na verdade, eles podem e dizem "a Deus seja a glória", mas eles não podem dizer "*somente* a Deus a glória", porque

1 PALMER, Edwin H. *The Five Points of Calvinism*. Grand Rapids: Baker, 1972. p. 27, 19.

2 Ibid.

insistem em misturar o poder ou habilidade da vontade humana com a resposta humana ao evangelho da graça"[3]. Boice continuou dizendo que no céu um arminiano terá de se gabar: "eu escolhi acreditar, eu, por meu próprio poder, recebi Jesus Cristo como meu Salvador". Então, ele concluiu: "Uma pessoa que pensa assim não entende a totalmente penetrante e escravizadora natureza do pecado humano" [4]. Aí está – a calúnia que os arminianos não levam o pecado a sério e que acreditam na habilidade humana natural de cooperar com a graça; portanto, eles contribuem com algo para sua própria salvação.

Outros críticos do arminianismo caíram no mesmo erro, assim como Palmer e Boice. Na verdade, o erro é tão disseminado que muitos arminianos chegam a acreditar nisso e rejeitam o rótulo arminiano, ao passo que permanecem verdadeiros arminianos. Mais uma vez encontramos a acusação de que o arminianismo é equivalente ao semipelagianismo, que é a crença de que os humanos podem e devem iniciar a salvação fazendo exercício de sua boa vontade para com Deus, antes que Deus responda com a graça salvífica. O semipelagianismo, que foi condenado pelo Segundo Sínodo de Orange em 529 d.C, nega a depravação total e a escravidão da vontade ao pecado. Michael Horton, diretor executivo da Alliance of Confessing Evangelicals (Aliança de Evangélicos Confessionais), uma organização predominantemente calvinista, escreveu: "Armínio reviveu o semipelagianismo"[5]. Em linguajar teológico, isto é a versão resumida das críticas feitas por Palmer e Boice. Horton explicitamente afirmou que o arminianismo é uma teologia centrada no homem e que o arminianismo afetou negativamente o movimento evangélico estadunidense[6].

---

3 BOICE, James Montgomery. *O Evangelho da Graça*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003. p.160, 61.

4 Ibid.

5 HORTON, Michael. "Evangelical Arminians", *Modern Reformation* n. 1, 1992. p. 18. Desde 1992 Horton modificou sua atitude em relação a Armínio e aos arminianos, sem totalmente retratar-se em relação ao que escreveu anteriormente. Em comunicações pessoais comigo, ele afirma sua crença de que arminianos podem ser evangélicos, mas que o arminianismo é uma teologia defeituosa, inconsistente com os impulsos básicos da Reforma.

6 Ibid. p. 15-9.

"Alguém pode prontamente ver como a mudança de uma mensagem centrada em Deus, na pecaminosidade humana e graça divina para uma mensagem centrada no homem, no potencial humano e impotência divina relativa pôde criar uma perspectiva mais secularizada"[7]. Imediatamente antes dessa afirmação, Horton mencionou o arminianismo de maneira que o contexto deixa claro qual "mensagem" ele tem em mente. O arminianismo clássico não é uma "mensagem de potencial humano e impotência divina relativa". Nem os arminianos acreditam, como Horton sugeriu, que "nós nos salvamos com o auxílio de Deus"[8].

W. Robert Godfrey, presidente do Westminster Theological Seminary California, faz coro juntamente com Palmer, Boice, Horton e outros calvinistas, ao sugerir que o arminianismo está intimamente associado ao pelagianismo. Em um artigo de 1992 na revista *Modern Reformation*, ele disse que a celeuma entre calvinismo e arminianismo "está relacionada ao conflito entre Agostinho – o campeão da graça – e Pelágio – que insistia que a vontade do homem era tão livre que lhe era possível ser salvo unicamente através de suas próprias habilidades naturais"[9]. Para Godfrey, a influência do arminianismo é perniciosa, pois minimiza a total confiança em Deus e eleva a habilidade humana. O arminianismo até mesmo afeta o culto evangélico: "Alguém procura entreter e incitar as emoções e a vontade dos homens cuja salvação está, em última instância, em suas próprias mãos? Ou alguém apresenta os títulos de Deus o mais claramente possível ao passo que reconhece que, em última análise, o fruto vem apenas do Espírito Santo?"[10]. Claro, os verdadeiros arminianos responderiam positivamente a segunda opção, juntamente com os calvinistas! Os arminianos não acreditam que a salvação está, em último plano, em suas próprias mãos. A salvação é inteiramente da graça.

Até mesmo alguns calvinistas bem informados, que leram a teologia arminiana com pelo menos certo nível de uma hermenêutica de caridade, geralmente são incapazes de estabelecer a visão arminiana da habilidade humana. Richard A.

---

7 Ibid, p. 16.

8 Ibid. p. 17.

9 GODFREY, W. Robert. "Who Was Arminius?", *Modern Reformation*, n. 1, 1992. p. 7.

10 Ibid. p. 24.

Muller, um preeminente calvinista erudito em Armínio, errou ao avaliar a crença de Armínio na habilidade humana natural de conhecer Deus. Ele contrasta a teologia arminiana com a reformada e diz que "os pensamentos de Armínio evidenciam, portanto, uma maior confiança na natureza e nas forças naturais do homem para discernir Deus em caráter do que a teologia de seus contemporâneos reformados"[11]. A implicação (deixada clara no contexto) é que Armínio não levava a sério o bastante os efeitos da Queda; ele supostamente acreditava que alguma bondade e habilidade para conhecer Deus sobrevivia(m) à Queda. Isto só pode surgir de uma leitura deformada de Armínio pelas lentes da teologia católica romana. Durante o período de sua vida, Armínio foi falsamente acusado de ser, em segredo, um Jesuíta! (Acreditava-se que os jesuítas eram inimigos mortais dos protestantes holandeses). A alegação de Muller, de que Armínio era um "tomista modificado" (um seguidor do teólogo medieval católico Tomás de Aquino), parece projetada para distanciá-lo da tradição reformada[12]. Os arminianos que conhecem a teologia de Armínio não negarão que ele foi influenciado, de algumas maneiras, pela tradição escolástica medieval e por Tomás de Aquino, mas isso não equivale a dizer que ele era um "tomista modificado", que claramente o coloca mais próximo da tradição romana do que da tradição reformada.

Mesmo os autores de *Why I am not An Arminian* (Por que eu não sou arminiano), Robert Peterson e Michael Williams, que geralmente são conciliadores, acusam o arminianismo de manter uma antropologia otimista. Eles reconhecem que Armínio e que os primeiros remonstrantes (e posteriormente arminianos) acreditavam na necessidade absoluta da graça, até mesmo o primeiro exercício de uma boa disposição para com Deus. Eles também admitem que o arminianismo não é pelagiano ou semipelagiano. Estes dois calvinistas corretamente observam que Armínio e os arminianos mantinham que a vontade humana está tão corrompida pelo pecado que a pessoa não pode buscar a graça sem a capacitação da graça. Eles, portanto, afirmavam a necessidade e prioridade da graça na redenção. A graça deve anteceder a

11 MULLER, Richard A. *God, Creation, and Providence in the Thought of Jacobus Arminius*. Grand Rapids: Baker, 1991. p. 234.

12 Ibid. p. 271

resposta da pessoa ao evangelho. Isto sugere que o arminianismo está mais próximo do semiaugustianismo do que para o semipelagianismo ou pelagianismo[13].

Os arminianos são gratos por esta clara absolvição de heresia. Entretanto, posteriormente no livro estes autores calvinistas frequentemente precisos e benéficos (benevolentes) pegam de volta o que eles deram. Eles se referem à "visão otimista de Armínio do livre-arbítrio e sua visão sinergista da redenção", à crença remonstrante (arminiana) que a "graça [preveniente] é meramente persuasiva" e à "quase idólatra doutrina [arminiana] do ser humano autônomo"[14]. O problema de tais afirmações não é que elas apenas contradizem a real teologia arminiana, mas elas também contradizem suas próprias confissões acerca da crença da teologia arminiana na graça preveniente – exatamente no contexto onde elas são feitas. Por exemplo, como a graça preveniente pode ser meramente persuasiva, como se a vontade já fosse capaz de aceitar Deus, mas que precisa de persuasão, quando "sob a graça preveniente, a vontade é restaurada de tal maneira que o pecado não a impede à resposta da vontade para o evangelho?"[15]. A descrição dos autores da doutrina arminiana da graça preveniente é melhor do que suas conclusões acerca da antropologia arminiana, que não estão justificadas por ela. Se o que eles dizem acerca da graça preveniente for verdade (e muito do que dizem o é), então como o arminianismo poderia manter a doutrina do ser humano autônomo? O arminianismo não a mantém! Na redenção e na criação os seres humanos são totalmente dependentes do poder renovador e mantenedor de Deus para qualquer coisa boa, incluindo um exercício de boa vontade para com Deus e aceitação da livre oferta da salvação feita por Deus.

A única conclusão possível é que muitos calvinistas críticos do arminianismo têm, de maneira consciente ou inconsciente, levantado falsas acusações contra Armínio e os arminianos; eles distorceram além do reconhecimento da teologia arminiana acerca da humanidade. Qualquer um que ler a literatura arminiana verdadeira e histórica acerca do assunto ficará maravilhado com as discrepâncias entre o que

---

13 PETERSON, Robert A. & WILLIAMS, Michael D. *Why I Am Not An Arminian*. Downers Grove, Ill.: Intervarsity Press, 2004. p. 39

14 Ibid. p. 115, 116, 117.

15 Ibid. p. 116

é amplamente dito acerca da doutrina arminiana e o que os arminianos têm escrito acerca da humanidade.

A antropologia pessimista de Armínio

Contrário a muito da opinião popular e erudita, Armínio não acreditava na habilidade moral humana natural após a Queda de Adão; ele acreditava na depravação total, incluindo a escravidão da vontade para o pecado. William Witt, especialista em Armínio, corretamente diz: "Independente do que seja verdadeiro acerca dos sucessores da teologia arminiana, ele mesmo mantinha a doutrina da escravidão da vontade, que é, em todos os aspectos, tão incisiva quanto qualquer coisa em Lutero ou em Calvino"[16]. Witt demonstra conclusivamente a partir dos próprios escritos de Armínio que, embora ele tenha sido influenciado por Tomás de Aquino em algumas áreas de seu pensamento, ele não seguiu Aquino ou a tradição católica em manter ligeiramente a doutrina da depravação herdada. Armínio acreditava fortemente no pecado original como corrupção herdada, que afeta cada aspecto da natureza e personalidade humanas, e apresenta os seres humanos como incapazes de qualquer coisa boa fora da graça sobrenatural. Witt acertadamente observa que a teologia de Armínio não era pelagiana ou semipelagiana em qualquer sentido, pois Armínio apoiava tudo o que é bom na vida humana, incluindo a habilidade de responder ao evangelho com fé, na graça preveniente que restaura o livre-arbítrio. O livre-arbítrio dos seres humanos, na teologia de Armínio e no arminianismo clássico, significa mais propriamente arbítrio *libertado*. (A graça liberta a vontade da escravidão ao pecado e ao mal, e lhe dá a habilidade de cooperar com a graça salvífica ao não resistir a ela. (Que não é a mesma coisa que contribuir com algo ao seu trabalho!) Witt contradiz Boice acerca da habilidade dos arminianos em se gabar no céu; para Armínio a pessoa salva não pode se gabar, pois *até mesmo a fé é um dom de Deus*[17].)

---

16 WITT, William Gene. *Creation, Redemption and Grace in the Theology of Jacobus Arminius*. Indiana: University of Notre Dame, 1993. p. 479.

17 Ibid. p. 662

Armínio distanciou-se o mais longe possível do pelagianismo e do semipelagianismo, referindo-se a "toda tropa de pelagianos e semipelagianos na própria igreja", que ele chama "ignorante" de assuntos espirituais[18]. Armínio refutou a acusação de pelagianismo direcionada contra ele (ou contra sua doutrina) pelo calvinista inglês William Perkins, dizendo que o poder para acreditar e obter salvação não é uma parte do equipamento natural da pessoa humana, mas "divinamente concedido sobre a natureza do homem"[19]. Armínio não poderia ter deixado sua crença mais clara de que os seres humanos são totalmente incapacitados e totalmente dependentes da graça para sua salvação. O capítulo nove elucidará sua doutrina da salvação somente pela graça. Neste capítulo eu focarei na doutrina de Armínio da condição humana resultante da Queda de Adão.

Está evidente que Armínio rejeitou as acusações de pelagianismo e semipelagianismo, tal pode ser lido em vários lugares em todos os seus escritos. Mas as suas negações podem ser mantidas? Se ele acreditava que as pessoas caídas são incapazes de exercer uma boa vontade para com Deus ou mesmo de não resistir à graça de Deus para a salvação, então a acusação de que ele mantinha uma antropologia otimista é falsa. Alguns críticos parecem estar enfeitiçados por uma suposição não investigada/averiguada de que qualquer soteriologia sinergística é automaticamente humanista e embasada em uma visão otimista dos humanos e suas habilidades espirituais. Que Armínio acreditava que os humanos podem cooperar com a graça de Deus para a salvação está além de disputa. Mas os críticos precisam considerar o que ele e os arminianos em geral querem dizer por cooperação, e sobre o que eles baseiam a habilidade humana de cooperar com Deus. Estes conceitos são suscetíveis a vários significados. Para Armínio, a habilidade humana de cooperar com a graça de Deus é ela mesma um dom de Deus; não é uma natureza humana natural, que foi perdida quando Adão pecou, e que toda a sua posteridade herda essa inabilidade.

Em sua "Declaração de Sentimentos" entregue aos oficiais do estado holandês um ano antes de sua morte, Armínio declarou acerca dos seres humanos:

---

18 ARMINIUS. "Examination of Dr. Perkin's Pamphlet on Predestination", *Works*, v. 3, p. 273.

19 Ibid. p. 482

> Em seu estado pecaminoso e caído, o homem não é capaz, de e por si mesmo, quer seja pensar, querer ou fazer o que é, de fato, bom; mas é necessário que seja regenerado e renovado em seu intelecto, afeições ou vontade e em todas as suas atribuições, por Deus em Cristo através do Espírito Santo, para que seja capaz de corretamente compreender, estimar, considerar, desejar e realizar o que quer que seja verdadeiramente bom. Quando ele é feito um participante dessa regeneração ou renovação, eu considero que, uma vez que é liberado do pecado, ele é capaz de pensar, desejar e fazer o que é bom, mas mesmo assim, não sem a contínua ajuda da Graça Divina."[20]

Esta confissão é tão clara que deveria encerrar o caso contra ele com absolvição. Como poderia alguém com uma antropologia otimista ou humanista dizer isso? Como poderia um pelagiano ou semipelagiano dizer isso? Claramente Armínio não era nenhum destes. Ele era um otimista acerca da graça, não em relação à natureza humana! Em virtude de sua crença na condição humana caída de desamparo espiritual e escravidão da vontade, Armínio atribuiu, na salvação, tudo à graça.

> Eu atribuo à graça O COMEÇO, A CONTINUIDADE E A CONSUMAÇÃO DE TODO BEM, e a tal ponto eu estendo sua influência, que um homem, embora regenerado, de forma nenhuma pode conceber, desejar, nem fazer qualquer bem, nem resistir a qualquer tentação do mal, sem esta graça preveniente e estimulante, seguinte e cooperante. Desta declaração claramente parecerá que de maneira nenhuma eu faço injustiça à graça, atribuindo, como é dito de mim, demais ao livre-arbítrio do homem. Pois toda a controvérsia se reduz à solução desta questão, "a graça de Deus é uma certa força irresistível"? Isto é, a controvérsia não diz respeito àquelas ações ou operações que possam ser atribuídas à graça, (pois eu reconheço e

20 ARMINIUS. "A Declaration of Sentiments", *Works*. v. 1, p. 659-60

> ensino muitas destas ações ou operações quanto qualquer um) mas ela diz respeito unicamente ao modo de operação, se ela é irresistível ou não. Em se tratando dessa questão, creio, de acordo com as escrituras, que muitas pessoas resistem ao Espírito Santo e rejeitam a graça que é oferecida[21].

Armínio, portanto, clara e fortemente acreditava que as pessoas são totalmente dependentes da graça para quaisquer e cada coisa boa que elas têm ou fazem. A graça é o início e a continuação da vida espiritual, incluindo a habilidade de exercer uma boa vontade para com Deus. E para Armínio esta graça preveniente (que seus tradutores chamam de "graça preventiva") é sobrenatural e não meramente a graça comum universalmente espalhada dentro da criação para restringir o poder do pecado e do mal. Em sua "Carta a Hipólito A. Collibus" Armínio explicou mais acerca da visão da escravidão da vontade e graça para deixar claro que é a graça que liberta a vontade e dá aos seres humanos a habilidade de cooperar com a graça salvífica em especial, não em geral:

> O livre-arbítrio é incapaz de iniciar ou de aperfeiçoar qualquer verdade ou bem espiritual sem a Graça. Que não digam a meu respeito, como dizem de Pelágio, que pratico uma ilusão em relação à palavra "Graça", o que quero dizer com isso é que é a Graça de Cristo e que pertence à regeneração [...] Confesso que a mente de [animalis] um homem carnal e natural é obscura e sombria, que suas afeições são corruptas e excessivas, que sua vontade é obstinada e desobediente, e que o homem está morto em pecados[22].

Como alguém pode ler estas passagens de Armínio e então rotular sua teologia de pelagiana ou até mesmo semipelagiana está além da compreensão. A única forma que isso pode ser feito é redefinindo o pelagianismo e o semipelagianismo de

21 Ibid. p. 664.

22 Id. "A Letter Adressed to Hippolytus A Collibus", *Works*. v. 2, p. 700-1

tal maneira que inclua Armínio; mas isso iria arbitrariamente ampliar as fronteiras destas duas heresias. Se há integridade nisso, é duvidoso. Armínio, por fim, acabou com os rumores de quaisquer dúvidas acerca de sua ortodoxia protestante nesta área de doutrina quando ele afirmou que a crença em Cristo nunca é uma possibilidade isolada (à parte) da graça especial: "Nenhum homem acredita em Cristo exceto aquele que foi previamente disposto e preparado pela graça preveniente ou preventiva"[23].

Armínio deixa claro que a condição caída do homem, que pode certamente ser chamada de depravação total, se origina da deserção de Adão da vontade de Deus. Ele negou que Deus é de qualquer forma a causa deste primeiro pecado e acreditava que o calvinismo rígido não pode evitar imputar tal ato a Deus em virtude da alegação da predestinação e retirada da graça necessária. Antes, a causa eficaz da queda da humanidade é a própria humanidade conforme incentivada pelo diabo[24]. Deus meramente permitiu o pecado e não é, de forma alguma, culpado, pois "Ele não negou nem retirou qualquer coisa que fosse necessária para evitar este pecado e o cumprimento da lei, mas Ele o havia dotado (Adão) de maneira suficiente com todas as coisas indispensáveis para este fim e o preservou após ele ter, desta maneira, sido equipado"[25]. Armínio concordava com Agostinho e o calvinismo que um resultado da queda de Adão é a queda de sua posteridade; conforme os Puritanos disseram: "na queda de Adão, todos nós pecamos":

> A totalidade deste pecado... não é privilégio de nossos primeiros pais, mas comum à raça inteira e a toda sua posteridade, que, na época em que este pecado foi cometido, estavam em seus lombos, e que tem desde então herdado deles pelo modo natural de propagação, de acordo com a bendição primitiva: pois em Adão "todos nós pecamos" (Rm 5.12). Por conseguinte, qualquer punição que foi infligida a nossos primeiros pais, tem, da mesma forma, sido

23 Id. "Certain Articles to Be Diligently Examined and Weighed", *Works*. v. 2, p. 724.

24 Id. "Public Disputations", *Works*. v. 2, p. 152

25 Ibid. p. 152-3

> impregnada e ainda prossegue em toda sua posteridade: de maneira que todos os homens "são, por natureza, filhos da desobediência" (Ef 2.3), merecedores da condenação e da morte temporal e eterna; eles são também desprovidos da retidão e santidade originais (Rm 5.12, 18, 19). Com estas maldades eles permaneceriam oprimidos para sempre, a menos que fossem libertos por Cristo Jesus; a quem seja a glória para todo o sempre[26].

Glória para quem? A Deus, não aos homens. Esta confissão transparente de Armínio põe por terra todas as opiniões de que ele era pelagiano ou semipelagiano, ou que ele possuía uma visão otimista da humanidade. Se os humanos têm qualquer livre-arbítrio em assuntos espirituais, é uma vontade liberta em virtude de Jesus Cristo e não em decorrência de quaisquer remanescentes de bondade neles.

As visões dos Remonstrantes e de Wesley da condição humana

Simão Episcópio. A primeira geração de remonstrantes, liderada por Simão Episcópio, seguiu a teologia de Armínio estritamente; não existe lugar mais claro para isso que a doutrina de Episcópio do pecado original e da depravação herdada. Igual a seu mentor, Episcópio inflexivelmente negava qualquer necessidade na Queda da humanidade; Adão não foi forçado a se rebelar, nem sua rebelião tida por certa por qualquer decreto divino[27]. Nem ele [Adão] caiu em pecado pela retirada

---

26 Ibid. p. 156-7. Armínio negava que as crianças nascem condenadas em virtude do pecado, pois o pecado de Adão não lhes era imputado por amor de Cristo. Em outras palavras, ele não acreditava na inocência natural até mesmo das crianças. Antes, ele acreditava que a morte de Cristo na cruz colocava de lado a culpa do pecado original de maneira que a liderança federal de Adão da raça é quebrada. Entretanto, ele não acreditava o mesmo acerca da corrupção do pecado original. Para Armínio, todos herdam uma humanidade corrupta que torna os pecados reais de presunção e culpa inevitáveis. Notem, entretanto, que ele não diz que os humanos não são culpados do pecado de Adão! Eles são, exceto na medida em que Cristo intervém. É um conceito dialético do pecado original tanto como culpa herdada e culpa removida por Cristo.

27 EPISCOPIUS, Simon. *Confession of Faith of Those Called Arminians*. London: Heart

ou negação [...] de qualquer virtude ou ação necessária para que o pecado fosse evitado[28]. De acordo com Episcópio, se fosse o caso que Adão caiu em virtude da predeterminação da Queda e tornou-a inevitável pela retirada da graça e o poder necessário para impedi-la, Deus seria o autor do pecado, e o pecado não seria, de fato, pecado[29]. A queda foi instigada por Satanás, mas causada apenas por Adão, que envolveu toda sua posteridade em morte e miséria com ele[30]. Episcópio revelou sua própria crença na depravação total no processo de advogar a necessidade da graça para qualquer coisa boa:

> Sem ela nós não podemos nos libertar do fardo do pecado nem fazer, de jeito nenhum, qualquer coisa verdadeiramente boa na religião, nem finalmente algum dia escapar da morte eterna ou qualquer verdadeira punição de pecado. Muito menos nós somos capazes em algum momento de obter a salvação eterna por nós mesmos ou por quaisquer outras criaturas sem a graça[31].

Episcópio negava qualquer habilidade humana natural para iniciar a salvação ou contribuir com qualquer coisa causadora dela; ele considerava a condição humana como absoluta e completamente incapaz em assuntos espirituais à parte da graça especial.

> O homem... não tem fé salvífica de ou a partir de si; nem ele é nascido de novo ou convertido pelo poder de seu próprio livre-arbítrio: vivendo no estado de pecado ele não pode pensar, muito menos desejar ou fazer qualquer coisa boa que seja, de fato, parcimoniosamente bom de ou a partir de si; mas é necessário que ele seja regenerado e totalmente renovado de Deus em Cristo pela Palavra do evangelho e pela virtude do Espírito Santo em conjunção

and Bible, 1684. p. 118.

28 Ibid.

29 Ibid.

30 Ibid. p. 120-1.

31 Ibid. p. 127.

> com isso: para saber, em entendimento, afeições, vontade, e todas as suas atribuições (força) e faculdades, que ele possa ser capaz de corretamente entender, meditar, desejar e realizar estas coisas que são salvificamente (parcimoniosamente) boas[32].

Fica claro então que Episcópio não era culpado da acusação que frequentemente era dirigida contra os remonstrantes de apartar-se das doutrinas protestantes da depravação total e *sola gratia* – somente a graça. Em seu estado natural, caído, à parte da graça preveniente e especial de Deus, os humanos não têm livre-arbítrio para fazer coisa nenhuma espiritualmente boa. Suas vontades estão presas ao pecado.

Phillip Limborch. Agora chegamos com relutância ao caso especial do líder remosntrante posterior e porta-voz Phillip Limborch, que desertou da teologia de Armínio, principalmente nesta área da condição humana. A acusação de que o arminianismo tem uma antropologia otimista é provavelmente embasada na leitura que alguém fez de Limborch, que foi repudiado (neste ponto) por todos os arminianos clássicos posteriores, tais como os teólogos metodistas do século XIX e pelo teólogo nazareno do século XX, Wiley.

De acordo com Limborch, que, sem dúvida, foi influenciado pelo iluminismo do final do século XVII e talvez pelo socianismo, a Queda da humanidade não resultou em escravidão da vontade ou depravação total, mas apenas em uma "miséria universal", que inclina as pessoas para atos pecaminosos. Ele chamou esta condição de uma "infelicidade herdada", mas falhou em explicar sua exata natureza[33]. Parece que para ele, os humanos após Adão nascem sem culpa ou tal corrupção, o que tornaria o pecado efetivo inevitável e óbvio. Entretanto, uma rede de pecado dentro da raça humana seduz as pessoas para que cometam tais pecados pelos quais eles se tornam condenáveis[34]. Ele explicitamente negava a depravação herdada ou o pecado habitual (pecado residindo dentro da natureza). Limborch parece um pouco

---

32 Ibid. p. 204

33 LIMBORCH, Philip. *A Complete System, or, Body of Divinity*, trad. William Jones. London: John Darby, 1713. p. 192

34 Ibid. p.209-10.

inconsistente, às vezes, pois em algumas áreas ele realmente admitia a realidade do pecado original herdado na vida humana:

> Mas aqui pode ser perguntado se não existe nenhum Pecado Original com o qual todos os homens são manchados em seu nascimento? Em resposta a isto, dizemos que o termo *pecado original* não é encontrado em lugar nenhum na Escritura e é igualmente muito impróprio, uma vez que não pode ser propriamente dito que o pecado que é voluntário nos é inato. Mas, se por *pecado original* significamos a infelicidade que aconteceu com a humanidade na transgressão de Adão, nós prontamente o deferimos, embora ele não possa, no sentido apropriado, ser chamado de pecado. Nós, igualmente, dizemos que os infantes nascem com um nível inferior de pureza do que o de Adão quando ele foi criado e que eles têm certa inclinação para o pecado que não é oriunda de Adão, mas de seus antepassados mais imediatos[35].

Tal afirmação acerca da condição humana é um tanto confusa. Entretanto, no contexto mais amplo da obra de Limborch, parece sugerir que após a queda de Adão os humanos são todos influenciados para o pecado pelos seus pais, ainda que não herdem uma natureza corrupta ou pecaminosa. Porém, ele deveras admitiu que os infantes nascem em um estado de "menor pureza" que o de Adão.

O resultado é que Limborch mantinha uma visão mais otimista da condição humana do que Armínio ou Episcópio. Isso pode ser claramente visto em seu relato da salvação, que é semipelagiano. De acordo com ele, "sementes da religião" permanecem em todas as pessoas, apesar da miséria e infelicidade humana coletiva por causa de Adão, e todos podem fazer uso dessas sementes de religião para adorar Deus verdadeiramente[36]. Para ele, "todos os homens não são, por natureza, incapazes de aprender e maus, pois a rebeldia não é resultante de nossa própria natureza, nem é

35 Ibid. p. 192.

36 Ibid. p. 199.

nascida conosco, mas é adquirida por uma educação perversa e por maus costumes"[37]. O que poderia constituir uma negação mais clara das doutrinas da depravação total e absoluta necessidade de graça especial para até mesmo exercer uma boa vontade para com Deus? Limborch também confundiu graça comum e graça preveniente, de maneira que a última não precisa ser sobrenatural, ainda que ela "estimule" o livre-arbítrio das pessoas para o bem. No geral, Limborch desviou tanto de Armínio que não merece ser chamado de um verdadeiro arminiano. John Mark Hicks está certo em distinguir claramente entre Armínio de um lado e Limborch do outro: "Armínio deve ser estimado como um teólogo da Reforma, mas Limborch e seus irmãos Remonstrantes, devem ser vistos como advogados de uma teologia que minimiza as características da Reforma"[38]. É importante traçar uma clara linha entre o arminianismo verdadeiro e clássico e o remonstrantismo que segue Limborch e, mais tarde, os arminianos de cabeça, a maioria dos quais se tornaram deístas, unitarianos e livre pensadores.

João Wesley. João Wesley recuperou o verdadeiro arminianismo e batalhou para resgatá-lo da má reputação dada por Limborch. Sua doutrina do pecado original retornou para Armínio e Episcópio, e não seguiu a visão mais otimista de Limborch. Wesley era um otimista da graça, não um otimista do livre-arbítrio ou do potencial humano. Thomas Oden corretamente distancia Wesley do pelagianismo e semipelagianismo[39]. Wesley negava que qualquer bondade natural na humanidade sobreviveu após a queda. Ele pode, em certos momentos, ter preferido o termo *privação* à *depravação*, mas isso não significa que ele acreditava na bondade humana ou habilidade moral inatas. Ele não acreditava nisso. Parece que Wesley pode ter entendido mal a doutrina reformada da depravação total, como se ela ensinasse que os humanos são tão maus quanto eles possivelmente poderiam ser. Como um otimista da graça, Wesley jamais poderia afirmar que qualquer criatura feita à ima-

37 Ibid. p. 409.

38 HICKS, John Mark. *The Theology of Grace in the Thought of Jacobus Arminius and Philip van Limborch*. Filadélfia: Westminster Theological Seminary, 1985. Tese de Doutorado. p.3.

39 ODEN, Thomas C. *John Wesley's Scriptural Christianity*. Grand Rapids: Zondervan, 1994. p. 251, 269.

gem e semelhança de Deus poderia se tornar positivamente má. Por conseguinte, encontramos sua ocasional preferência por *privação* para descrever a corrupção da humanidade e a perda de retidão[40].

Wesley confessava que todos os humanos (exceto Cristo) estão "mortos em transgressões e pecados" até Deus chamar suas almas mortas à vida[41]. De acordo com ele, todas as "almas dos homens" estão mortas em pecado por *natureza* até mesmo se a graça preveniente universal de Deus estiver trabalhando neles. Em seu sermão "Acerca do Pecado Original" ele apresentou um testemunho sobre a condição caída da humanidade que deixaria qualquer agostiniano orgulhoso! Ele condenava a tendência moderna de enfatizar o "lado justo da humanidade" e argumentava que a humanidade, em sua época, não era nada diferente do que aquela anterior ao dilúvio nos dias de Noé – com nada de bom e totalmente má, exceto aquilo que é trabalhado pela graça de Deus. "Em seu estado natural, todo homem nascido no mundo é um indecente idólatra"[42]. Ele chegou até o ponto de dizer, talvez homileticamente, que os humanos caídos portam a imagem do diabo e andam nos passos de satanás[43]. Como alguém poderia ser mais claro acerca da condição humana em pecado enquanto totalmente depravada do que aquele que escreveu e disse:

---

40 Sobre a visão de Wesley do pecado original como privação, ver Charles W. Carter, "Hamartiology: Evil, the Marrer of God's Creative Purpose and Work", in *A Contemporary Wesleyan Theology*, Ed. Charles W. Carter. Grand Rapids: Francis Asburry Press, 1983. v. 1, p. 268-9. Carter acertadamente afirma que para Wesley o pecado original resulta tanto em privação (de algo da imagem de Deus e de retidão) como de depravação (corrupção, inclinação para o pecado).

41 WESLEY, John. "On Working Out Our Own Salvation", in *The Works of John Wesley*, Ed. Albert C. Outler. Nashville: Abingdon, 1986. v. 3, p. 206-7.

42 Id. "On Original Sin", in *John Wesley*, Ed. Stephen Rost, abrev. Ed. Nasville: Thomas Nelson, 1989. p. 23-4, 29.

43 Certamente Wesley não quis dizer isso literalmente, pois isso entraria em conflito com a humanidade à imagem de Deus; Wesley nunca negou e até mesmo sustentou a imagem fragmentada de Deus sobrevivendo como um remanescente na natureza humana após a Queda. Tal, é, sem dúvida, um exemplo de hipérbole sermônica, mas revela algo acerca da visão de Wesley da humanidade e mina a alegação dos críticos que ele não acreditava na depravação total.

> Aqui está o *chibolete*: É o homem, por natureza, cheio de toda forma de mal? Ele está vazio de todo o bem? Ele é totalmente caído? Sua alma está totalmente corrompida? Ou, para voltar ao texto, é "toda a imaginação dos pensamentos de seu coração só má continuamente?". Admita isso e você é, de longe, cristão. Negue isso, e você não é nada mais que um infiel[44].

A avaliação de Wesley da natureza humana caída também é demonstrada em sua insistência na graça sobrenatural como a base de qualquer coisa boa. Ele nunca se cansou de reiterar isso, e esse entendimento flui virtualmente em todos seus sermões e tratados. Longe de permitir qualquer glória aos humanos, Wesley reservava toda glória para Deus de maneira que até mesmo todas as boas obras são profanas e pecaminosas. "A salvação não vem das obras que fazemos quando cremos: *pois é Deus quem as opera em nós*, e, portanto, ele nos dá galardão por aquilo que ele mesmo opera, apenas louva as riquezas de sua misericórdia, não deixando nada para que possamos nos gloriar"[45].

Conclusão.

Armínio e seus seguidores do século XVII e XVIII abraçaram as doutrinas do pecado original e da depravação total, tendo como exceção apenas Limborch e alguns de seus seguidores. Os arminianos clássicos afirmaram a escravidão da vontade para o pecado em uma forma evocativa a Lutero e Calvino. Infelizmente a maioria dos críticos do arminianismo não está familiarizada com esta história; eles parecem apenas conhecer o legado de Limborch e dos remonstrantes posteriores, cuja teologia é rejeitada pelos arminianos clássicos, e isto tem sido o arminianismo para eles. Entretanto, este não é um tratamento justo do arminianismo. Seria o mesmo que descrever o calvinismo como sinônimo de supralapsarianismo ou hipercalvinismo ou até mesmo com Schleiermacher, o pai da teologia liberal, que alegava ser cal-

---

44 Ibid. p. 34

45 WESLEY, John. "Salvation by Faith", in *John Wesley*. Ed. Stephen Rost, abrev. Nashville: Thomas Nelson, 1989. p. 91, 98.

vinista! Assim como o calvinismo, o arminianismo sofreu deserções e revisões por pessoas que mantiveram a nomenclatura. Calvinistas e outros críticos do arminianismo deveriam ser cuidadosos em distinguir entre o verdadeiro arminianismo, que é otimista acerca da graça, mas não em relação à natureza humana e o remonstrantismo que seguiu Limborch (e manifesto em Finney), que transformou a verdadeira teologia arminiana em algo mais parecido com o semipelagianismo.

Arminianos do século XIX acerca da condição humana

Alguns críticos do arminianismo estão cônscios de que Armínio e Wesley sustentaram firmemente o pecado original e a depravação total, mas eles pensam que após Wesley o arminianismo caiu na heresia do semipelagianismo ou pior. Isso é falso. Os pensadores arminianos proeminentes do século XIX mantiveram-se firmes a estas doutrinas e estritamente evitaram o semipelagianismo. Richard Watson, William Burton Pope, Thomas Summers e John Miley afirmaram a depravação herdada e a escravidão da vontade à parte da graça especial e sobrenatural. Alguns deles criticaram duramente a Limborch e o remonstrantismo, e distanciaram o verdadeiro arminianismo deles. Devido a limitações de espaço, o tratamento destes quatro será breve. A conclusão, entretanto, é a mesma com Armínio e Wesley: os arminianos de coração do século XIX não eram otimistas em relação ao potencial humano; eles eram otimistas em relação à graça.

Richard Watson. Watson afirmou a questão inequivocamente: "O verdadeiro arminiano, tão plenamente quanto o calvinista, admite a doutrina da depravação total da natureza humana em consequência da queda de nossos primeiros pais"[46]. Ele apontou para o abismo existente entre a própria doutrina de Armínio do pecado original e o semipelagianismo, e abraçou a primeira:

> Que a corrupção de nossa natureza, e não meramente sua maior responsabilidade de ser corrompida [como com Limborch], é a doutrina bíblica será aqui demonstrada. Esta [visão semipelagiana]

46 WATSON, Richard. *Theological Institutes*. New York: Lane & Scott, 1851. v. 2, p. 48.

> não era a opinião de Armínio e nem a de seus seguidores imediatos. Também não é esta a opinião do vasto corpo de cristãos, frequentemente chamados de arminianos, que seguem as opiniões teológicas do Sr. Wesley. [47]

Watson fez a mesma conexão entre Adão e sua posteridade que Armínio – uma liderança federal de Adão resultando na queda de toda a raça em corrupção e morte espiritual. Ele explicitamente reconheceu tanto a privação quanto a depravação[48]. Limborch foi o objeto de sérias e duras críticas deste antigo sistematicista metodista; Watson acusou Limborch de desertar de Armínio e do verdadeiro arminianismo ao reduzir a herança do pecado original a propensões e tendências pecaminosas. Em contraste, Watson considerava todos os descendentes de Adão (exceto Cristo) como nascidos pecadores, culpados e condenados à parte da morte expiatória de Cristo, e incapazes de fazer qualquer coisa boa em relação ao bem sem a especial graça preveniente de Deus. Até mesmo o arrependimento é um dom de Deus; homens e mulheres pecaminosos não são capazes de se arrependerem sem a graça de Deus![49] Esta dificilmente é uma antropologia otimista.

William Burton Pope. Como Watson, o teólogo metodista posterior William Burton Pope afirmava elevadamente a doutrina do pecado original e condenou Limborch e as deserções dos remonstrantes posteriores de tal doutrina. Ele definia o pecado original como "o pecado hereditário e a pecaminosidade hereditária da humanidade auferida por Adão, seu líder natural e representante"[50]. Ela traz condenação e corrupção tal que todos os humanos (exceto Cristo) são, por herança, inclinados apenas para o mal. "O pecado original é a completa impotência para

---

47 Ibid. p. 45. Infelizmente, como muitos metodistas, Watson parecia não saber que há arminianos não metodistas!

48 Ibid, p. 53-5

49 Ibid. p. 99.

50 POPE, William Burton. *A Compendium of Christian Theology*.New York: Phillips & Hunt, s/data. v. 2, p. 47.

fazer o bem; ele é em si mesmo um duro e absoluto cativeiro"[51]. Pope cravou uma estaca no coração do semipelagianismo (e no coração da crítica de que o arminianismo é semipelagiano!):

> Nenhuma habilidade permanece no homem para voltar-se a Deus; e esta declaração concede e vindica o âmago do pecado original como interno. O homem natural [...] está sem o poder de até mesmo cooperar com a influência Divina. A cooperação com a graça é da graça. Portanto, ela se mantém eternamente livre do pelagianismo e do semipelagianismo. [52]

Thomas Summers. Thomas Summers e John Miley, dois teólogos metodistas posteriores do século XIX, ecoaram Watson e Pope. Summers retratou o verdadeiro arminianismo como uma via mediana entre os extremos do agostinianismo e pelagianismo. O primeiro imputa a culpa do pecado de Adão a todo infante (exceto Jesus Cristo) e o último nega a corrupção herdada. Summers explode contra aqueles que identificam Armínio como um pelagiano: "Que ignorância ou atrevimento tem estes homens que acusam Armínio de pelagianismo ou de qualquer inclinação para isso"[53]. Ele claramente delineia as diferenças entre o arminianismo e o semipelagianismo de Limborch e de outros remonstrantes posteriores, e disse que "todos os verdadeiros arminianos [...] acreditam firmemente na doutrina do pecado original"[54]. Summers afirmava a depravação total nos termos mais fortes possíveis e condenava uma "nova divindade" (primórdios da teologia liberal) que reduz a inabilidade moral humana. Para ele, "sem a graça, a vontade é má, pois a natureza do homem é tão má que ele, de si mesmo, não pode escolher aquilo que é certo"[55].

---

51 Ibid. p. 60.

52 Ibid. p.80

53 SUMMERS, Thomas O. *Systematic Theology*. Nashville: Publishing House of the Methodist Episcopal Church, South, 1888. v. 1, p. 34.

54 Ibid.

55 Ibid. p. 64-5.

John Miley. Concordando plenamente com seus antepassados e colegas metodistas do século XIX, John Miley disse: "Quanto à descendência de Adão, todos nós herdamos a depravação de natureza na qual ele caiu em transgressão"[56]. Entretanto, Miley enfatizou mais energicamente do que os arminianos que o precederam, que o pecado original não inclui condenação. Seu lema era: "depravação natural sem demérito natural"[57]. Aparentemente, para ele a culpa do pecado original não precisa ser suspensa pela expiação de Cristo (como em Watson, Pope e Summers), pois tal culpa não existe. Indivíduos não podem ser culpados pelos pecados dos outros, mas eles podem herdar uma natureza corrupta e caída. Entretanto, Miley realmente acreditava que todos os humanos com exceção de Cristo são culpados de seus próprios pecados, o que é inevitável em virtude de sua depravação herdada de natureza. Ele afirmava que o livre-arbítrio é perdido com a Queda, principalmente nas esferas morais e espirituais; o poder de escolha de fazer o que é bom é uma "dádiva graciosa" e não uma habilidade natural[58]. Somente com a ajuda do Espírito Santo os descendentes de Adão podem recuperar o livre-arbítrio; a obra da regeneração moral é totalmente do Espírito Santo e não uma realização humana[59]. A condição natural da humanidade à parte do Espírito Santo é "um estado de alienação da verdadeira vida espiritual e completamente sem aptidão para um estado de santa bem-aventurança. Nem nós temos qualquer poder de autorredenção"[60].

Conclusão.

Sem dúvida uma razão pela qual os críticos abusam do arminianismo acusando-o de ter uma antropologia otimista é porque estes teólogos metodistas do século XIX, principalmente alicerçados na teologia de Wesley, afirmaram uma cura universal

56 MILEY, John. *Systematic Theology*. Peabody, Mass.: Hendrickson, 1989. v. 1, p. 509.

57 Ibid. v. 1, p. 521.

58 Ibid. v. 2, p. 305.

59 Ibid.

60 Ibid. v. 2, p. 529.

da depravação total pela graça de Deus por meio da obra expiatória de Cristo na cruz. De acordo com Watson, "da mesma forma que todos são afetados pela ofensa de Adão, de mesma sorte somos beneficiados pela obediência de Cristo"[61]. Para ele e para os arminianos posteriores do século XIX, a morte de Cristo não apenas solucionou a questão da culpa, mas também mitigou a corrupção da depravação herdada. A partir da cruz, fluiu para a humanidade uma força de renovação espiritual "removendo muito de sua morte espiritual, como estimulando neles vários níveis de sentimentos religiosos, e os capacitando a buscar a face de Deus, e, ao serem repreendidos, voltarem-se, e, ao aprimorar esta graça, se arrepender e crer no evangelho"[62]. Pope concordou. A vida e a morte de Cristo, ele afirmava, forneceram um dom gratuito para toda a humanidade. "O dom foi a restauração do Espírito Santo; não deveras como a habitação do Espírito de regeneração, como o Espírito de iluminação, luta e convicção"[63]. Esta comum (mas não universal) doutrina arminiana da graça preveniente universal significa que, em virtude de Jesus Cristo e do Espírito Santo, nenhum ser humano está realmente em um estado de absoluta escuridão e depravação. Devido ao pecado original, a incapacidade de fazer o bem é o estado natural da humanidade, mas por causa da obra de Cristo e a operação do Espírito Santo universalmente, nenhum ser humano realmente está neste estado natural. Wesley relacionou isto a uma elevada consciência presente em todos, como uma obra de Deus por meio de Cristo e pelo Espírito Santo. Isto não quer dizer que as pessoas têm uma oportunidade igual para salvação. Apenas significa que as pessoas em todos os lugares possuem certa habilidade de ouvir e de responder ao evangelho livremente.

Em seu livro *Por que eu não sou arminiano,* Robert Peterson e Michael William perseguem esta doutrina arminiana e a tratam como um equivalente à negação do pecado original e da depravação total. Eles acusam que, apesar da aparente concordância entre o arminianismo e o calvinismo acerca do pecado original, a diferença ainda é vasta e grande. Isso porque, assim eles contestam, (embasando muito de sua

61 WATSON, Richard. *Theological Institutes*. New York: Lane & Scott, 1851. v. 2, p. 57.

62 Ibid. p. 58.

63 POPE, William Burton. *A Compendium of Christian Theology*. New York: Phillips & Hunt, s/data. v. 2, p. 57.

argumentação nas palavras de um erudito wesleyano contemporâneo), na teologia arminiana ninguém é, deveras depravado! Depravação e escravidão da vontade são apenas hipotéticas e não reais. Todavia, isso parece um pouco insincero, pois eles sabem muito bem que os arminianos realmente afirmam a depravação total como o estado natural dos seres humanos. O que eles pensariam de uma pessoa que, discorrendo acerca de um homem que é legalmente cego, mas que com óculos especiais consegue ver um pouquinho, dissesse que o cego é apenas "hipoteticamente cego"? Ou o que eles pensariam de uma pessoa que, discorrendo sobre uma mulher que é surda, mas que com um aparelho de audição especial consegue ouvir um pouco, dissesse que a mulher é apenas "hipoteticamente surda"? O que você pensaria de um católico romano que acusasse todos os protestantes de acreditar em uma mera iniquidade hipotética de cristãos justificados e regenerados? A doutrina de *simul justus et pecator* jaz no cerne da Reforma Protestante. Ela diz que os cristãos são sempre, na melhor das hipóteses, pecadores e justos ao mesmo tempo, porque a sua retidão é a de Cristo imputada em sua conta. Para os olhos do católico isso parece ser um subterfúgio, mas para os olhos dos protestantes é o próprio cerne do evangelho! Certamente estes dois autores reformados rejeitariam qualquer alegação de que eles acreditam em uma pura hipotética injustiça dos cristãos. Na teologia protestante clássica nem a pecaminosidade e a justiça são ficção.

Assim é para Armínio. A habilidade moral de responder livremente ao evangelho – pelo arbítrio graciosamente liberto – é um dom gratuito de Deus por intermédio de Cristo para todas as pessoas, em certa medida. Não significa que qualquer um pode agora buscar e encontrar Deus fazendo uso apenas da habilidade natural! É uma doação sobrenatural que pode ser e geralmente é rejeitada ou negligenciada. De acordo com a teologia arminiana, em virtude de Cristo e pelo poder do Espírito Santo, todas as pessoas estão sendo influenciadas para o bem; a ferida mortal do pecado de Adão está sendo curada. Entretanto, a natureza caída ainda está com os homens. Esta realidade dual é análoga ao *simul et peccator*, ou à guerra entre a carne e o Espírito dentro de todo cristão. A inabilidade de desejar o bem não é meramente hipotética; é o estado de natureza no qual toda pessoa (exceto Jesus Cristo) vive. Mas nenhuma pessoa é deixada totalmente neste estado de natureza sem alguma medida

de graça para que o supere caso ele ou ela coopere com a graça ao não resisti-la. Os arminianos concordam com Peterson e Williams que "sem o Espírito Santo não haveria *nenhuma fé e nenhum novo nascimento* – em suma – *nenhum cristão*"[64]. A única pergunta é se os cristãos são pré-selecionados por Deus dentro de um grupo de outras pessoas (que não têm nenhuma esperança e nenhuma chance de responder ao evangelho, pois Deus escolheu ignorá-los e não dar a eles o dom da graça irresistível) ou se eles responderam livremente ao evangelho porque fizeram uso do dom da graça preveniente estendida a todos. Se Peterson e Williams estiverem certos, o coração de Deus está totalmente fechado a todos, exceto os eleitos, e o restante da humanidade jamais recebe a habilidade de ouvir e responder ao evangelho. Que tipo de Deus é esse que glorifica a si mesmo desta maneira?

Arminianos do século XX e a depravação humana

Nenhuma mudança significativa se deu no arminianismo do século XX. Como seus ancestrais teológicos e espirituais, o arminianismo clássico contemporâneo e moderno afirma a pecaminosidade herdada e a incapacidade moral de exercer uma boa vontade para com Deus à parte da graça preveniente. H. Orton Wiley, teólogo da Igreja do Nazareno, disse: "Não apenas todos os homens nascem debaixo da penalidade do pecado como consequência do pecado, como também nascem com uma natureza depravada, que em contraste ao aspecto legal da penalidade, é geralmente chamada de pecado inato ou depravação herdada"[65]. Ele descreveu esta herança como afeições malquistas, intelecto obscurecido e vontade pervertida. "A depravação é total na medida em que afeta a plenitude do ser do homem"[66]. Para Wiley, como para todos os arminianos verdadeiros, os humanos são totalmente incapazes de fazer qualquer coisa boa em questões espirituais à parte de uma comunicação especial da graça. Ele preferia chamar esta condição de "impotência para o bem" à "escravi-

64 PETERSON, Robert A. & WILLIAMS, Michael D. *Why I Am Not An Arminian*. Downers Grove, Ill.: Intervarsity Press, 2004. p. 172.

65 WILEY, H. Orton. *Christian Theology*. Kansas City.: Beacon Hill, 1941. v. 2, p. 98.

66 Ibid. p. 129.

dão da vontade", mas o efeito parece ser o mesmo[67]. Wiley concordou com Wesley e os arminianos do século XIX que a depravação total é mitigada pela graça preveniente universal que procede da cruz de Cristo por intermédio do Espírito Santo, que *concede uma "habilidade graciosa" para que pessoas caídas ouçam e respondam ao evangelho*. Ela liberta a vontade da escravidão e permite à pessoa que ouve o evangelho responder de maneira positiva. Esta é uma inabilidade meramente hipotética? Não. Ela é tanto uma inabilidade real quanto uma habilidade real ao lado uma da outra. Uma é natural e a outra é sobrenatural. É como o cristão que luta entre a carne (natureza caída) e o espírito que nele reside. Ninguém diria que o cristão regenerado tem uma natureza meramente hipotética, apesar do fato de o Espírito dentro dele mitigar o poder da carne e dar ao cristão uma habilidade de vencer a carne.

Wiley é possivelmente o porta-voz de todos os arminianos clássicos do século XX; muitos outros poderiam ser nomeados e citados, mas suas afirmações não iriam ser substancialmente diferentes das que aqui já foram oferecidas. A única conclusão que pode ser tirada de todo o conteúdo oferecido neste capítulo é a dada por Charles Cameron em seu artigo "Armínio – Herói ou Herege?" Ela se aplica igualmente a todos os arminianos verdadeiros: não deveria ser [...] presumido que Armínio tem uma ênfase centrada no homem que afasta a nossa atenção da graça de Deus"[68]. O verdadeiro arminianismo dá a Deus toda a glória e aos humanos, nenhuma; a salvação é inteiramente de Deus mesmo se as pessoas devam escolher livremente não resistir a ela. Mas mesmo essa habilidade de não resistir à graça salvífica é de Deus; ela não faz parte do equipamento natural da humanidade.

A esta altura, claro, nós sabemos que alguns calvinistas irão contrapor que o arminianismo, contudo, ainda é centrado no homem, à medida em que a pessoa sendo salva faz a escolha livre e, portanto, contribui com o elemento decisivo para sua salvação. Os arminianos rejeitam isso. O elemento decisivo é a não resistência. Dizer que a mera aceitação de um presente é o elemento decisivo é bizarro. Imagine uma mulher à beira da falência se gabando de que seu endosso e depósito de um cheque

67 Ibid. p. 138.

68 CAMERON, Charles M. "Arminius – Hero or Heretic?". *Evangelical Quarterly*, 64, n. 3, 1992. p. 223.

de presente que a salvou da ruína financeira foi o elemento decisivo em seu resgate financeiro. Qualquer um que a ouvir e souber as verdadeiras circunstâncias de sua situação a consideraria ingrata ou lunática. O elemento decisivo foi o presente do cheque. Se um calvinista disser que os que são salvos de acordo com o entendimento arminiano podem se jactar que eles fizeram algo que os não salvos não fizeram, um arminiano pode virar a mesa e sugerir que, no esquema calvinista, os que são salvos em virtude da eleição incondicional e graça irresistível também podem se gabar do fato de Deus os ter escolhido e não a outros. O calvinista irá refutar que isso não faz parte do calvinismo; o arminiano responderá que a jactância também não faz parte do arminianismo. Toda glória a Deus.

MITO 7

O Arminianismo não é uma Teologia da Graça

O fundamento essencial do pensamento do arminianismo clássico é a graça preveniente. Toda a salvação é absoluta e inteiramente da graça de Deus.

UM MITO FREQUENTEMENTE EXPRESSADO é o de que o arminianismo clássico não é uma teologia da graça; podemos encontrá-lo na maioria dos livros calvinistas que mencionam o arminianismo. Diz-se que o calvinismo inclui "as doutrinas da graça" como se outras tradições do cristianismo pouco soubessem da graça. Um equívoco amplamente sustentado é o de que a teologia arminiana concentra-se no livre-arbítrio em detrimento da graça; acredita-se que sua soteriologia gira em torno da escolha humana de Deus ao invés da misericórdia salvífica e poder de Deus. Mais uma vez o espectro do semipelagianismo mostra suas garras. A acusação comum é a de que o arminianismo é uma forma de semipelagianismo que coloca a iniciativa da salvação no lado humano e exige o que equivale a uma boa obra meritória para a justiça para a salvação. Na pior das hipóteses, a acusação é a de que os arminianos acreditam salvarem-se a si mesmos ao invés de serem salvos por Deus. Todas estas reivindicações a respeito do arminianismo são falsas; a teologia arminiana clássica sempre rendeu somente a Deus toda a glória para a salvação, não reservando nenhuma glória aos homens. Ela sempre negou a justiça por intermédio do desempenho ou boas obras e sempre aderiu entusiasticamente à salvação pela graça somente através da fé somente.

O teólogo calvinista Edwin Palmer foi quem mais expressou, sem rodeios, o mito sobre o arminianismo. Ao falar da teologia arminiana ele ofereceu esta analogia:

> A teoria que concede ao homem um pouco de crédito por sua salvação ao conferir a ele a habilidade de crer, retrata o homem como a se afogar. Sua cabeça está emergindo e submergindo na água ao passo que ele bate os braços, tentando manter sua cabeça sobre a água. Se alguém não o salvar, ele morrerá. Ele pode estar com seus pulmões parcialmente cheios de água, até mesmo perder a consciência por um momento ou dois, mas ele ainda tem consciência e habilidade o bastante para acenar e gritar ao salva-vidas para que o resgate. Se ele chamar o salva-vidas, o salva vidas o salvará[1].

O problema com a analogia de Palmer é que o arminianismo clássico não retrata os seres humanos como sendo capazes de iniciar ou auxiliarem em sua própria salvação; os humanos estão mortos em transgressões e pecados até que a graça preveniente de Deus os desperte e os habilite a exercer sua boa vontade para com Deus em arrependimento e fé. Até mesmo o arrependimento e a fé são, na teologia arminiana tradicional, dons de Deus, embora eles sejam dons que devam ser aceitos por uma mera decisão de não resistir a eles. A analogia de Palmer é uma completa distorção da verdadeira visão arminiana do estado do homem e da graça de Deus. Uma melhor ilustração, que também faz uso da água, seria termos um homem caindo inconsciente em um poço. Deus chama o homem e lhe oferece ajuda. O homem recobra a consciência. Deus despeja água no poço e encoraja o homem ferido a flutuar na água e sair do poço. Tudo o que o homem tem a fazer é deixar que a água o eleve não lutando contra ela ou não se prendendo ao fundo do poço. Essa é uma analogia (embora rudimentar e simples) da graça preveniente. Como pode uma pessoa resgatada nestes moldes vangloriar-se desse resgate? Tudo o que ela fez foi relaxar e deixar que a água (a graça) a salvasse.

A principal doutrina característica do arminianismo é a *graça preveniente*. Pode não ser um termo bíblico, mas é um conceito bíblico assumido em todas as

1 PALMER, Edwin H. *The Five Points of Calvinism*. Grand Rapids: Baker, 1972. p. 18.

Escrituras. É a poderosa, mas resistível atração de Deus de que Jesus falou em João 6. Ao contrário do que alguns comentaristas calvinistas argumentam, a palavra grega *elkō* (ex. João 6.44) não tem que significar "arrastar" ou "compelir" (conforme reivindicado, por exemplo, pelo teólogo calvinista R. C. Sproul em *Eleito de Deus*)[2]. De acordo com vários léxicos gregos, ela pode significar "chamar" ou "atrair"[3]. Os arminianos acreditam que se uma pessoa é salva, é porque Deus iniciou uma relação e habilitou tal pessoa a responder livremente com arrependimento e fé. Esta graça preveniente inclui pelo menos quatro aspectos ou elementos: chamada, convicção, iluminação e capacitação[4]. Nenhuma pessoa pode arrepender-se, crer e ser salva sem o auxílio sobrenatural, do início ao fim, do Espírito Santo. Tudo o que a pessoa precisa fazer é cooperar não resistindo a Ele. Esta doutrina da graça preveniente é o foco deste capítulo, que vai demonstrar a falsidade das asserções de Palmer e de outros calvinistas acerca do arminianismo e a graça.

Palmer não é o único erudito que falhou em entender ou transmitir corretamente a doutrina arminiana acerca desta graça. Mesmo se alguém discordar da posição arminiana, ele ou ela devem sempre expressá-la como um arminiano a expressaria, o que inclui uma ênfase na graça preveniente. Os calvinistas Michael Horton e Robert Godfrey falham neste quesito [5]. Em seus artigos *Who Saves Who?* (Quem Salva Quem) e *Evangelical Arminians* (Arminianos Evangélicos), Horton equipara a teologia arminiana ao semipelagianismo e argumenta que na teologia arminiana Deus não

---

2 SPROUL, R.C. *Chosen by God.* Wheaton, Ill.: Tyndale House, 1994. p. 69

3 Aqui eu sou grato ao minucioso estudo exegético não publicado *The 'Drawings' of God* (As Atrações de Deus) de Steve Witzki. Witzki se refere ao *Greek-English Lexicon of the New Testament and Other Early Christian Literature*, 3ª ed., *The Analytical Lexicon to the Greek New Testament, Greek English Lexicon to the New Testament, Analytical Lexicon of the Greek New Testament, Greek and English Lexicon to the New Testament* e *The New Analytical Greek Lexicon.*

4 GRENZ, Stanley J. *Theology for the Community of God.* Grand Rapids: Eerdmans, 2000. p. 412-514.

5 Eu confiantemente espero que eles tenham mudado sua retórica desde 1992, quando a revista *Modern Reformation* publicou a edição especial repleta de distorções acerca de Armínio e do arminianismo!

realiza toda a salvação; a pessoa participa realizando, ao menos, parte da salvação. Ele resume todo o seu argumento contra o arminianismo com a declaração de que "se alguém não acredita na doutrina de eleição incondicional é impossível que tenha uma doutrina elevada da graça"[6]. A intenção disto foi golpear o arminianismo. Mas errou seu alvo, pois o arminianismo clássico possui uma doutrina elevada da graça, ainda que rejeite a eleição incondicional. Horton ignora ou negligencia a confiança do arminianismo na graça preveniente. Certamente muitos de seus leitores não sabiam desta importante doutrina arminiana, a menos que tenham lido a literatura arminiana clássica. Robert Godfrey é ainda mais severo em sua rejeição ao arminianismo sob o pretexto de que ele supostamente nega a salvação pela graça: "Por fim, Armínio falhou em ter uma teologia genuinamente da graça... Jesus não é mais o verdadeiro Salvador de Seu povo", e "o ensinamento de Armínio transforma a fé de um instrumento que repousa na obra de Cristo em uma obra do homem e tende a mudar a fé que recebe a justiça de Cristo em uma fé que é a própria justiça"[7]. Estes e outros ataques à teologia de Armínio e ao arminianismo clássico são distorções sérias.

A graça cura a ferida mortal do pecado e capacita os humanos, que, caso contrário, estariam na escravidão da vontade ao pecado, a responder livremente à mensagem do evangelho[8]. O favor divino imerecido e indigno é trazido, por intermédio da graça, aos homens que exercitam sua fé com arrependimento e confiança em Cristo para sua salvação. A fim de demonstrar a verdadeira elevada doutrina da graça da teologia arminiana, alguns lembretes da doutrina do pecado (que incluem a depravação) e antecipações da doutrina da justificação (que é pela fé) serão necessárias. Os calvinistas versados (e outros não arminianos) já podem estar antecipando perguntas e respostas tais como, "a mera decisão humana de aceitar e não resistir à graça e a misericórdia de Deus para a salvação não seria uma obra meritória?". Os arminianos respondem a isso com um sonoro não. Resumindo e, ao mesmo tempo,

---

6 HORTON, Michael S. "Who Saves Who?", *Modern Reformation*. n. 1, 1992. p. 1.

7 GODFREY, W. Robert. "Who Was Arminius?", *Modern Reformation*. n. 1, 1992. p. 6-7

8 Este capítulo necessariamente terá certa sobreposição com o cap. 6, acerca da depravação humana, e com o cap. 9, acerca da justificação pela fé. A graça, claro, conecta as duas.

já antecipando, o arminianismo clássico mostra que qualquer um que demonstrar o primeiro indício ou inclinação de boa vontade para com Deus já está sob influência pela graça. A graça é a causa primeira do livre-arbítrio genuíno como liberação da escravidão ao pecado, e a graça é a fonte de tudo o que é bom. Em sua forma preveniente (que antecede), é a "faísca de estímulo" sobre a qual Charles Wesley escreveu em seu famoso hino arminiano "And Can it Be?". Ela desperta o prisioneiro que repousa impotente no calabouço da escuridão do pecado e quebra suas correntes para que ele possa se levantar e seguir Cristo. Não há uma única sugestão sequer na teologia arminiana clássica da salvação pelas obras de retidão; toda bondade é atribuída unicamente à glória de Deus.

Armínio acerca da Graça de Deus na Salvação

Qualquer um que ler a teologia de Armínio de maneira imparcial e com uma mente aberta notará seu apaixonado compromisso com a graça de Deus. Em nenhum momento ele atribuiu alguma eficácia causal para a salvação à bondade humana ou até mesmo à força de vontade. William Witt sabiamente diz que, "a teologia de Armínio é inteiramente uma teologia da *sola gratia*. Ela nada tem em comum com o semipelagianismo ou o sinergismo luterano"[9]. Também, de acordo com Witt, "Armínio possui uma elevada teologia da graça. Ele insiste enfaticamente que a graça é gratuita porque ela é obtida por intermédio da redenção de Deus em Cristo e não pelo esforço humano"[10]. Armínio trabalhou arduamente para elevar a graça como a única causa eficaz de salvação e até mesmo do primeiro impulso de boa vontade para com Deus, incluindo o desejo de receber o evangelho e responder positivamente a ele. Seu foco era a graça interna como chamado interior ao invés de uma graça exterior, comum ou geral. De acordo com Armínio, nenhuma pessoa pode sequer desejar Deus à parte de uma atuação interior especial da graça renovadora.

9 WITT, William Gene. *Creation, Redemption and Grace in the Theology of Jacobus Arminius*. Indiana, University of Notre Dame, 1993. Tese de Doutorado. p. 193.

10 Ibid. p. 259-60.

Em sua "Declaração dos Sentimentos", Armínio elucidou a questão da maneira mais explícita que podia fazer, não deixando dúvidas sobre seu compromisso com a graça somente:

> Eu atribuo à graça O COMEÇO, A CONTINUIDADE E A CONSUMAÇÃO DE TODO BEM, e a tal ponto eu estendo sua influência, que um homem, embora regenerado, de forma nenhuma pode conceber, desejar, nem fazer qualquer bem, nem resistir a qualquer tentação do mal, sem esta graça preveniente e estimulante, seguinte e cooperante. Desta declaração claramente parecerá que, de maneira nenhuma, eu faço injustiça à graça, atribuindo, como é dito de mim, demais ao livre-arbítrio do homem. Pois toda a controvérsia se reduz à solução desta questão, "a graça de Deus é uma certa força irresistível"? Isto é, a controvérsia não diz respeito àquelas ações ou operações que possam ser atribuídas à graça, (pois eu reconheço e ensino muitas destas ações ou operações quanto qualquer um) mas ela diz respeito unicamente ao modo de operação, se ela é irresistível ou não. Em se tratando dessa questão, creio, de acordo com as escrituras, que muitas pessoas resistem ao Espírito Santo e rejeitam a graça que é oferecida[11].

Para Armínio, então, a questão não era se a salvação é inteiramente da graça, mas se a graça é resistível. Claro, os calvinistas de então, e os atuais, argumentavam que, se a graça é resistível, a salvação não é inteiramente da graça. Os arminianos simplesmente não veem sentido algum nesta assertiva. Um presente que é rejeitado ainda é um presente, se for livremente recebido. Um presente recebido livremente não é um presente menor do que um recebido sob coerção.

Como se a declaração de Armínio concernente à graça não fosse o bastante, ele escreveu uma declaração tão forte quanto essa, isso se não for mais forte: "Esse

11 ARMINIUS, "A Declaration of Sentiments", *Works*. v. I, p. 664.

professor obtém meu mais elevado assentimento (aprovação, aplauso), atribuindo à graça divina o máximo possível; contanto que defenda a causa da graça, e não inflija ofensas à justiça de Deus, e não retire *o livre-arbítrio para aquilo é mau*"[12]. Em outras palavras, Armínio estava protegendo Deus da autoria do pecado e do mal ao afirmar o livre-arbítrio das pessoas caídas no pecado sem qualquer impulso secreto ou coerção vindos de Deus. A fim de que ninguém duvidasse de sua elevada doutrina da graça, Armínio, ao tratar da operação sobrenatural do Espírito Santo sobre a alma humana, enfatizou a graça, dizendo: "o início de tudo o que é bom, assim como o progresso, a continuidade e a confirmação, e não apenas isso, mas até mesmo a perseverança no bem, não vem de nós mesmos, mas de Deus através do Espírito Santo"[13]. Para Armínio, então, a graça, na forma da obra libertadora e fortalecedora do Espírito Santo, antecede todo o movimento positivo do arbítrio (vontade) liberto em relação à salvação. Ela também acompanha e possibilita que a pessoa regenerada persevere na graça.

O que podemos fazer, à luz destas claras confissões, com as assertivas dos críticos calvinistas de que Armínio era semipelagiano e que negava a *sola gratia*? Ou os calvinistas jamais leram Armínio diretamente da fonte, ou o leram, mas o entenderam mal. Ou o entenderam, mas decidiram deturpá-lo mesmo assim. Talvez uma quarta alternativa se aproxime mais da verdade: os críticos de Armínio o entendem, mas o consideram inconsistente. Após todas as afirmações dele sobre a necessidade da graça do início ao fim no processo de salvação, ele ainda afirmou que a pessoa sob a influência da graça pode resistir a ela e, para ser salvo, deve aceitá-la livremente, por sua própria volição, não resistindo à graça. Para eles, isso seria tomar de volta com uma mão o que Armínio deu com a outra. Muito bem. Temos que discordar neste ponto. Todavia, a imparcialidade exige que eles, ao menos, mencionem as fortes afirmações de Armínio da graça: ela é a base e a causa de tudo espiritualmente bom que uma pessoa pode fazer, incluindo as primeiras movimentações de seu coração para com Deus. Muitos críticos calvinistas não mencionam tais afirmações, minando sua credibilidade, o que levanta dúvidas sobre a integridade deles.

12 Id. "A Letter by the Ver. James Arminius, D.D.", *Works*. v. 2, p. 700-1.

13 Id. "Public Disputations", *Works*. v. 2, p. 195.

Armínio acreditou veementemente na graça preveniente como graça regenerativa. Para ele, a graça preveniente não é somente persuasiva; ela também renova a pessoa na imagem de Deus e libera a vontade de modo que a pessoa pode, pela primeira vez, exercitar uma boa vontade para com Deus em arrependimento e fé. Ela até mesmo transmite as dádivas do arrependimento e fé à pessoa, que deve apenas aceitá-las e não resistir a elas. Primeiro, a pessoa carnal é incapaz de ter fé: "Pois como este ato de fé não está no poder de um homem natural, carnal, sensual (animalis) e pecador; e como ninguém pode exercer a fé exceto através da graça de Deus; mas como toda a graça de Deus é administrada de acordo com a vontade de Deus," então "a fé evangélica é um assentimento da mente, produzida pelo Espírito Santo, através do Evangelho, nos pecadores, que através da lei conhecem e reconhecem seus pecados, e que, em virtude deles, estão arrependidos"[14]. O arrependimento e a fé, então, são obras produzidas no pecador pelo Espírito de Deus e não obras de um "homem autônomo". Mas a pessoa deve receber o arrependimento e a fé e não resistir a eles para ser salvo. Entretanto, Armínio atribuiu toda a eficiência na salvação a Deus e sua graça: "o início de tudo o que é bom assim como o progresso, a continuidade e a confirmação, e não apenas isso, mas até mesmo a perseverança no bem, não vem de nós mesmos, mas de Deus através do Espírito Santo"[15].

Carl Bangs, biógrafo de Armínio, está certo ao afirmar que o objetivo de Armínio era "uma teologia da graça que não deixe ao homem 'nada de nada'". Isto porque, para ele, "a graça não é uma força, mas uma Pessoa"[16]. A preocupação de Armínio não residia apenas em não fazer de Deus o autor do pecado, mas também que a relação divino-humana não fosse meramente mecânica, mas genuinamente pessoal. Para ele, a doutrina do calvinismo rígido reduziu a pessoa a ser salva a um autômato e a relação divino-humana ao nível de relacionamento entre uma pessoa e um instrumento. Portanto, ele teve que dar espaço à resistência, mas ele não o fez de maneira tal a sugerir que a pessoa sendo salva se tornasse a causa da salvação. Ele negou isso veementemente. Toda a essência da soteriologia de Armínio é a de que "a capacidade de crer não

14 ARMINIUS, "Private Disputations", *Works*. v. 2, p. 394, 400.

15 Id. "Private Disputations", *Works*. v. 2, p. 195.

16 BANGS, Carl. *Arminius*. Grand Rapids: Zondervan, 1985. p. 195, 343.

pertence ao natural, mas o verdadeiro ato de crer pertence à graça, e ninguém pode, real e verdadeiramente, crer sem a graça preveniente e acompanhante"[17]. Para Armínio, parece que até mesmo a regeneração precede a conversão; isto é, Deus inicia a renovação da alma que é frequentemente chamada de ter "nascido de novo" antes que a pessoa humana se arrependa e tenha fé. O calvinismo insiste que a regeneração precede a conversão; pois, de outro modo, o arrependimento e a fé seriam obras autônomas do ser humano. Isso significaria que a pessoa não é realmente depravada, mas capaz de constranger a graça de Deus, a qual não seria uma dádiva completa. Para Armínio, no entanto, há um estágio intermediário entre a não regeneração e a regeneração.

O estágio intermediário é quando o ser humano não está tão livre para responder ao evangelho (como os semipelagianos alegaram), mas está *liberto* para responder às boas novas da redenção em Cristo. Armínio, deste modo, não acredita tanto no livre-arbítrio, mas em um arbítrio libertado, que, embora inicialmente escravizado pelo pecado, foi compelido pela graça preveniente do Espírito de Cristo de forma a alcançar um patamar tal que possa responder livremente ao chamado divino[18].

Este estágio intermediário não é nem "não-regenerado" nem "regenerado", mas talvez "pós-não-regenerado" e "pré-regenerado". A alma do pecador está sendo regenerada, mas o pecador é capaz de resistir e recusar a graça preveniente de Deus ao negar o evangelho. Tudo o que é necessário para a salvação completa é o afrouxamento da vontade resistente sob a influência da graça de Deus, de modo que a pessoa abra mão do pecado e da autorretidão, permitindo que a morte de Cristo se torne o único alicerce da vida espiritual.

Então a soteriologia de Armínio era sinergística? Sim, mas não da forma que é comumente entendida. Os calvinistas tendem a considerar o sinergismo como uma cooperação mútua entre Deus e um ser humano na salvação; deste modo, o humano contribui com algo essencial e eficaz na salvação. Mas este não é o sinergismo de Armínio. Antes, o seu sinergismo é um sinergismo evangélico que reserva todo o poder, capacidade e eficácia da salvação à graça, mas que permite aos humanos

17 WITT, William Gene. *Creation, Redemption and Grace in the Theology of Jacobus Arminius*. Indiana, University of Notre Dame, 1993. Tese de Doutorado. p. 629-30.

18 Ibid. p. 636-7.

fazerem uso da capacidade concedida por Deus de resistir ou não resistir a ela. A única "contribuição" da parte dos humanos é a não resistência à graça. É o mesmo que aceitar um presente. Armínio não conseguia entender por que um presente que deve ser recebido livremente deixa de ser um presente, como contendem os calvinistas. Para explicar a "cooperação e o acordo da graça divina com o livre-arbítrio" ele apresentou uma analogia:

> Para explicar o assunto empregarei um *símile*, o qual eu confesso, ainda, é bastante *dissimilar*; mas sua dissimilitude corrobora grandemente meu parecer. Um homem rico concede, a um pobre e faminto mendigo, esmolas com as quais ele será capaz de manter a sua família e a si mesmo. O fato de o mendigo estender as suas mãos para receber as esmolas faz com que elas deixem de ser um presente genuíno? Pode-se dizer com propriedade que "as esmolas dependem parcialmente *da liberalidade* do Doador e parcialmente *da liberdade* do Favorecido," embora este último não fosse receber as esmolas a menos que ele as tivesse recebido estendendo sua mão? Pode ser corretamente afirmado que, *pelo fato de o pedinte estar sempre preparado para receber,* "ele pode receber as esmolas, ou pode não recebê-las, conforme lhe aprouver?" Se tais asserções não podem ser verdadeiras acerca de um pedinte que recebe esmolas, menos ainda podem ser verdadeiras tais afirmações sobre o dom da fé, pois o recebimento do mesmo exige atos da Graça Divina muito mais sobrepujantes[19].

Neste ponto, claro, alguns críticos calvinistas ainda sustentam que Armínio torna a livre aceitação do dom da salvação, incluindo a fé, o fator decisivo na salvação; então o ato humano da aceitação, e não a graça de Deus, torna-se a base da justiça. Nenhum arminiano, incluindo Armínio, concordará com a fórmula de que a mera aceitação da redenção de Cristo pela pessoa é "o fator decisivo" na salvação.

19 ARMINIUS. "The Apology or Defence of James Arminius, D.D.", *Works*. v. 2, p. 52

Para Armínio, assim como para todos os arminianos clássicos, o fator decisivo é a graça de Deus – do início ao fim. Usando-se a analogia de Armínio do rico e do mendigo, seria normal dizer que a aceitação, por parte do mendigo, do dinheiro dado pelo homem rico foi um fator decisivo na sobrevivência de sua família? Quem diria tal coisa? Toda a atenção neste caso se concentraria no benfeitor e não no pobre receptor da benfeitoria. Poderíamos ampliar um pouquinho mais a analogia e sugerir que o homem rico concedeu o presente na forma de cheque, que deve apenas ser endossado e depositado na conta corrente do homem pobre. E se alguém declarasse que o ato de endossar o cheque e depositá-lo foi o fator decisivo na sobrevivência da família do pobre homem? Certamente até mesmo os calvinistas devem perceber que nenhuma pessoa de bom senso diria tal coisa. Do mesmo modo é o sinergismo arminiano evangélico; o mero ato de decidir confiar totalmente na graça de Deus para a salvação e aceitar o dom da vida eterna não é o fator decisivo na salvação. Esse status pertence exclusivamente à graça de Deus.

Descrições Remonstrantes pós-Armínio e Wesleyanas da Graça

Simão Episcópio. Simão Episcópio, herdeiro teológico de Armínio, declarou a absoluta dependência dos humanos na graça para tudo o que é bom e a suficiência da graça para tudo o que é necessário para a salvação com o mesmo ímpeto de seu mentor:

> O homem, portanto, não possui fé salvífica de ou a partir de si mesmo; nem ele nasce de novo ou é convertido pelo poder de seu próprio livre-arbítrio: em seu estado pecaminoso ele não pode pensar, muito menos desejar ou fazer qualquer coisa que seja, de fato, salvificamente boa... de ou a partir de si mesmo: mas é necessário que ele seja regenerado e plenamente renovado de Deus em Cristo pela Palavra do evangelho e pela virtude do Espírito Santo em conjunção com isto; para conhecer, em entendimento, as afeições, vontade, e todas as suas forças e faculdades, para que ele possa ser

> capaz de corretamente entender, meditar e realizar estas coisas que são salvificamente boas[20].

De acordo com Episcópio, a graça preveniente é regenerativa, ela pode, entretanto, ser resistida. A salvação vem ao não resistirmos a ela. A graça do chamado torna-se eficaz e graça salvífica quando o homem, ao ouvir a Palavra de Deus, não resiste a ela[21]. Para Episcópio, a graça preveniente normalmente entra na vida de uma pessoa quando a Palavra de Deus é ouvida, dando a ele ou a ela tudo o que é necessário e suficiente para a fé e a obediência. De fato, a graça preveniente é "forjada" pela Palavra de Deus[22]. Isso significa que, para Episcópio, diferentemente de Wesley, que veio depois, a graça preveniente não é necessariamente universal. Deus não é um Salvador de oportunidades iguais. Armínio deixou esta questão em aberto; ele não a respondeu definitivamente, mas apenas sugeriu em seus escritos que os que nunca ouvem a Palavra de Deus proclamada podem, não obstante, pela misericórdia e graça de Deus, chegar ao conhecimento salvífico de Deus. Ele não explicou como e tratou de restringir o alcance da graça preveniente ao âmbito dos evangelizados.

Philip Limborch. Episcópio não deixou dúvidas sobre o seu compromisso com a graça. É um mistério como alguém pode ler esta confissão e achar que o arminianismo não possui uma visão elevada da graça: "A fé, a conversão e todas as boas obras, e todas as ações piedosas de salvação, nas quais alguém pode pensar, são totalmente atribuídas à graça de Deus em Cristo como sua primeira e principal causa"[23]. A única solução para o mistério deste mito acerca do arminianismo pode ser a influência de Philip Limborch eclipsando Episcópio. Até mesmo as pessoas que nunca ouviram falar de Limborch generalizaram sua teologia para todos os arminianos sem distinguir entre seu Remonstrantismo posterior e o verdadeiro arminianismo. Todavia, sendo justo com Limborch, ele foi comprometido com a graça preve-

---

20 EPISCOPIUS, Simon. *Confession of Faith of Those Called Arminians*. London: Heart & Bible, 1684. p. 204.

21 Ibid. p. 202.

22 Ibid. p. 201-7.

23 Ibid. p. 205.

niente como a base de toda capacidade moral ou bondade nos humanos, incluindo o primeiro exercício da boa vontade para com Deus. De acordo com Limborch, em sintonia com Armínio e Episcópio, "a graça de Deus revelada a nós pelo evangelho é o início, o avanço, e a conclusão de todo bem salvífico, e sem a cooperação da graça não poderíamos pensar, muito menos realizar nada que nos conduzisse à salvação"[24]. Os problemas de Limborch começaram quando ele tentou explicar a relação entre a graça e a fé; a fé começou a se afastar de seu embasamento arminiano na graça como sua única causa, e Limborch desloca seu embasamento para o livre-arbítrio.

Limborch queria dizer que até mesmo a fé é causada por Deus. "A causa primeira e eficaz da fé é Deus, de quem, descendendo do Pai das luzes, toda boa dádiva e dom perfeito vem"[25]. Ele viu a necessidade de elevar o papel do ser humano no sinergismo e o fez de tal modo que a pessoa se torna um parceiro igualitário de Deus na produção da fé. De fato, ele pareceu retroceder em seu pensamento e fez da vontade humana a base da fé: "Nós, portanto, dizemos que a fé é, em primeiro lugar, um ato mesmo da vontade, não exatamente agindo unicamente por sua própria faculdade, mas estimulada e feita capaz de crer pela graça divina, preveniente e auxiliadora"[26]. Parece que Limborch acreditava que a vontade dos humanos caídos precisa apenas de assistência e não de renovação; ele parece ter acreditado que a primeira incumbência da graça preveniente é a de fortalecer a habilidade natural da pessoa e transmitir o conhecimento e o entendimento acerca de Deus e o evangelho. John Mark Hicks, especialista em Limborch, resume a doutrina da graça preveniente de Limborch:

> A graça não restaura a liberdade à vontade, mas fortalece o livre-arbítrio, o qual permanece [...]. A graça, todavia, é necessária somente para assistir as capacidades caídas do homem de modo que ele possa recobrar a integridade de Adão. O homem caído não é substancialmente diferente do homem criado. As únicas diferen-

24 LIMBORCH, Philip. *A Complete System, or, a Body of Divinity*, trad. William Jones. London: Darby, 1713. p. 142.

25 Ibid. p. 504.

26 Ibid. p. 506.

> ças são as de grau e não de tipo. O homem está enfraquecido em suas capacidades (a vontade tem uma propensão ao mal, o intelecto perdeu seu sistema de "orientação natural"), mas eles ainda estão intactos e potentes. Por conseguinte, a graça simplesmente trabalha com estas capacidades que permanecem[27].

Em outras palavras, ao passo que o arminianismo clássico antes e depois de Limborch fala de uma obra pessoal do Espírito Santo começando a regenerar a alma humana, incluindo a vontade, através da Palavra, Limborch falou somente de um estímulo ou assistência da graça preveniente à alma humana. A assistência da graça é antes de tudo informativa; a pessoa não regenerada precisa de iluminação, mas não de regeneração de modo a exercitar uma boa vontade para com Deus. Hicks corretamente compara e contrasta Armínio e Limborch:

> Ambos acreditam que o pecado original é fundamentalmente uma privação, mas suas definições de privação são radicalmente diferentes. Para Armínio, o homem é privado da capacidade real de desejar o bem, mas para Limborch o homem somente é privado do conhecimento que informa ao intelecto, mas a vontade é capaz por si mesma, se informada pelo intelecto, de decidir e realizar qualquer coisa verdadeiramente boa[28].

Arminianos posteriores, tal como Richard Watson, notaram o mesmo erro no pensamento de Limborch sobre a graça e rejeitaram sua inclinação semipelagiana em favor da graça preveniente como regenerativa. Infelizmente, Charles Finney, avivalista e teólogo do século XIX, seguiu o modelo de Limborch (transmitido a ele através de Nathaniel Taylor) e isso veio a ser erroneamente conhecido como a posi-

---

27 HICKS, John Mark. *The Theology of Grace in the Thought of Jacobus Arminius and Philip van Limborch*. Filadélfia, Westminster Theological Seminary, 1985. Dissertação de Doutorado. p. 177.

28 Ibid. p. 286.

ção arminiana clássica. Isto é simplesmente incorreto, na medida em que Armínio estabeleceu o padrão de excelência para o verdadeiro arminianismo.

John Wesley. John Wesley retornou ao arminianismo clássico de Armínio e Episcópio ao enfatizar o poder sobrenatural e regenerador da graça preveniente; para ele, ela claramente transcende a iluminação ou a elevação do intelecto. É o poder pessoal do Espírito Santo, totalmente necessário, operando na alma da pessoa, dando a ele ou a ela a capacidade e a oportunidade de não resistir à graça salvífica. Thomas Oden observa corretamente que, para Wesley:

> a graça opera adiante de nós para nos atrair em direção à fé, para iniciar sua obra em nós. Até mesmo a primeira e frágil intuição da convicção do pecado, a primeira insinuação de nossa necessidade de Deus, é a obra da graça preparadora e antecedente, que gradualmente nos leva ao desejo de agradar a Deus. A graça opera discretamente à beira de nosso desejo, trazendo-nos em tempo de afligirmo-nos sobre nossas próprias injustiças, desafiando nossas disposições perversas, de modo que nossas vontades distorcidas gradualmente cessam de resistir ao dom de Deus[29].

Para Wesley, esta obra da graça preveniente é comparável à criação inicial de Deus *ex nihilo* (a partir do nada). Do mesmo modo que Deus nos criou *ex nihilo*, "Deus recria nossa liberdade para amar, a partir de sua condição caída de morte espiritual irresponsiva"[30].

Wesley antecipou a acusação calvinista de que mesmo ao afirmar o livre-arbítrio capacitado pela graça, ele estaria abrindo as portas ao pelagianismo ou semi-pelagianismo. Ele rejeitou essa crítica como inválida, atribuindo toda a bondade nos seres humanos à graça sobrenatural de Deus: "Seja qual for a bondade que haja no

---

29 ODEN, Thomas C. *John Wesley's Scriptural Christianity*. Grand Rapids: Zondervan, 1994. p. 246.

30 Ibid. p. 249.

homem, ou tenha sido praticada pelo homem, Deus é o autor e o praticante dela"[31]. Todo o seu sermão "Operando Nossa Própria Salvação" é uma resposta à acusação de pelagianismo feita por críticos calvinistas contra seu arminianismo. Albert Outler, editor dos trabalhos reunidos de Wesley, disse "Se algum dia houve uma dúvida referente ao alegado pelagianismo de Wesley, apenas este sermão basta para, de maneira decisiva, descartamos a alegação"[32]. Ao comentar sobre a passagem do paradoxo da graça em Filipenses 2.12-13, Wesley declarou:

> Esta disposição das palavras, conectando a expressão "sua boa vontade" com a palavra "operar", remove toda a imaginação de mérito do homem e dá a Deus toda a glória de sua própria obra. Caso contrário, nós poderíamos ter uma brecha para a jactância, como se houvesse, em nosso próprio deserto, alguma bondade em nós ou alguma coisa boa feita por nós, que primeiramente levou Deus a operar. Mas esta expressão isola todos e quaisquer conceitos vãos – em sua própria e mera graça, em sua misericórdia imerecida[33].

Wesley prosseguiu com o sermão para não deixar dúvidas sobre o papel principal da graça na salvação, sem negar certa cooperação sinergística entre os humanos e o Deus salvador. Para ele, assim como para todos os verdadeiros arminianos, "Deus trabalha; portanto, você *pode* trabalhar... Deus trabalha; portanto você *deve* trabalhar"[34]. Para que ninguém entenda mal, no entanto, Wesley não quis dizer com "você *deve* trabalhar" que a salvação depende das boas obras. Essa seria uma distorção ultrajante de sua soteriologia. O sermão deixa muito claro que todo

---

31 WESLEY, John. "Free Grace," in *The Works of John Wesley*, ed. Albert C. Outler. Nashville: Abingdon, 1986. v. 3, p. 545.

32 OUTLER, Albert C. Na introdução a John Wesley "On Working Out Our Own Salvation", in *The Works of John Wesley*, ed. Albert C. Outler. Nashville: Abingdon, 1986. v. 3, p. 199.

33 WESLEY, John. "Working Out Our Own Salvation", p. 202.

34 Ibid. p. 206.

o bem no homem vem de Deus como dom gratuito. Isto inclui o primeiro desejo bom, o primeiro movimento da vontade em direção ao bem, assim como para a santidade interna e externa. Isto tudo é soprado por Deus nas pessoas e trabalhado nelas por Deus[35]. De fato, Wesley não poderia ter expressado a questão de maneira mais incisiva do que quando disse que todas as pessoas estão "mortas em delitos e pecados" até que Deus chame à vida suas almas mortas[36]. Claramente, para ele a graça preveniente é regeneradora, ainda que a salvação real necessariamente envolva a cooperação livre e disposta da pessoa através da não resistência à sua obra salvífica. Até mesmo essa não resistência é uma obra de Deus. Tudo o que o ser humano tem que fazer é recebê-la.

Arminianos do século XIX acerca da Graça

A corrente principal de teólogos arminianos do século XIX seguiu a elevada doutrina da graça de Armínio e Wesley? Eles seguiram. A calúnia de que o arminianismo rejeita a graça de Deus na salvação ignora os teólogos evangélicos Metodistas do século XIX e concentra-se em Charles Finney, que sem dúvida alguma desertou do verdadeiro arminianismo (se é que algum dia ele foi arminiano!).

Richard Watson. Richard Watson, talvez o primeiro teólogo sistemático Metodista, critica Limborch e os remonstrantes posteriores por desviarem-se da elevada visão de Armínio sobre a graça. De acordo com Watson, Limborch e os remonstrantes posteriores "afastaram-se consideravelmente dos princípios de seu mestre"[37]. Em todo o seu discurso sobre a deserção remonstrante, Watson citou João Calvino livre e aprovadamente acerca do assunto da depravação humana e da necessidade da graça para todo o bem. Contra Limborch e a favor de Calvino, Watson asseverou que a consequência da Queda não foi meramente uma infusão do mal (infortúnio,

35 Ibid. p. 203.

36 Ibid. p. 206-7.

37 WATSON, Richard. *Theological Institutes.* New York: Lane & Scott, 1851. v. 2, p. 77.

pesar), mas uma *perda* da vida espiritual[38]. A única solução para isto é o sacrifício expiatório de Cristo e a graça preveniente, que é a presença renovadora e doadora de vida do Espírito Santo. Até mesmo o arrependimento, segundo Watson, é um dom de Deus e não uma obra humana. Mas nem mesmo o dom do arrependimento salva o pecador; somente a morte de Cristo na cruz salva[39]. A graça preveniente, de acordo com o teólogo metodista, opera "removendo a morte espiritual [dos humanos] de tal modo a instigar neles vários graus de sentimento religiosos, e os habilitar a buscar a face de Deus, a mudarem em virtude de Sua repreensão, e, ao aprimorar essa graça, arrependerem-se e crerem no evangelho"[40]. Watson observou que a graça preveniente é irresistível em sua primeira vinda; é dada por Deus por intermédio do Espírito independentemente da busca ou desejo humanos. No entanto, uma vez que ela vem, pode ser resistida e deve ser "trabalhada", o que não quer dizer acrescentar, mas cooperar com a não resistência[41]. Watson não deixou dúvidas acerca de seu compromisso com a graça como iniciação e capacitação da salvação:

> Igualmente sagrada é a doutrina a ser mantida, de que nenhuma pessoa pode arrepender-se ou crer verdadeiramente sem a influência do Espírito de Deus; e que nós não temos base alguma para vangloriar de nós mesmos, mas que toda a glória de nossa salvação, iniciada e consumada, deve ser dada a Deus somente, como resultado da gratuidade e riqueza de Sua graça[42].

William Burton Pope. William Burton Pope escreveu com a mesma veemência de Watson no que concerne à graça preveniente. Diferentemente de outros arminianos, ele parece atrelar a graça preveniente principalmente à proclamação da Palavra de Deus. Ele acreditava que a morte expiatória de Cristo na cruz disseminou

38 Ibid. p. 81.

39 Ibid. p. 102.

40 Ibid. p. 58.

41 Ibid. p. 447-9.

42 Ibid. p. 447.

na humanidade um novo impulso espiritual, mas "por especial desígnio e vontade de Deus, a Palavra possui a graça atrelada a ela, suficiente para todo o propósito ao qual se destina"[43]. Esta graça é a causa única e eficaz de todo o bem espiritual no homem: do início, da continuidade e da consumação da religião na alma humana. A manifestação da influência Divina, que precede a vida plena e regenerada não recebe qualquer nome especial na Escritura; mas, é descrita de modo a justificar a designação normalmente dada a ela, Graça Preveniente[44].

A graça preveniente engloba a atraente, árdua e manifesta verdade de Deus penetrando no coração humano com convicção. Ela quebra a escravidão da vontade ao pecado e liberta a vontade humana para decidir-se contra o pecado e sujeitar-se a Deus. Ela é, por completo, uma obra do Espírito Santo através da Palavra[45]. Pope foi claro acerca da superioridade da graça sobre a capacidade ou cooperação humana: "A graça de Deus e a vontade humana são cooperantes, mas não o são em termos iguais. A graça tem a primazia"[46].

Pope admitiu que um mistério repousa no âmago desta cooperação entre a vontade humana e a graça de Deus (o Espírito Santo). Aqui, o teólogo metodista expressou o paradoxo da graça, como é crido por todos os arminianos verdadeiros:

> Nos secretos recônditos da natureza do homem, a graça é dada inclinando-o e capacitando-o a ceder. Embora a vontade deva, por fim, agir por seus próprios recursos e impulsos deliberados, ela é influenciada através do sentimento e do entendimento, de tal modo a dar-lhe força. É completamente inútil penetrar neste mistério: é o segredo entre o Espírito de Deus e a agência do homem. Há uma operação divina que trabalha o desejo e atua de tal modo a não interferir na liberdade natural da vontade. O homem determina a si

43 POPE, William Burton. *A Compedium of Christian Theology*. New York: Phillips & Hunt, s/data,. v. 2, p. 345.

44 Ibid. p. 359.

45 Ibid. p. 363-4.

46 Ibid. p. 364.

> mesmo, por intermédio da Graça divina, à salvação: nunca tão livre como quando seduzido pela graça[47].

Sem dúvida, os calvinistas clássicos atacarão violentamente a última parte desta declaração, "o homem determina a si mesmo... à salvação". No entanto isso seria errado, porque Pope (e outros arminianos clássicos) não quis dizer que o ser humano é a causa eficaz da salvação, mas a causa instrumental, e sem seu livre assentimento (não resistência) a graça preveniente jamais se transformaria em graça salvífica. A determinação verdadeira para a salvação é de Deus, que chama, convence e capacita, e subsequentemente responde com os dons gratuitos da regeneração e justificação para uma resposta humana positiva.

Thomas Summers. Thomas Summers concordou totalmente com Watson e Pope sobre Limborch e os remonstrantes posteriores. Summers lamentou o fato de as pessoas chamarem o sistema de Limborch de arminianismo, e ignorarem as diferenças entre o verdadeiro arminianismo e o remonstrantismo[48]. Também, em harmonia com Watson e Pope, Summers atribuiu todo o poder à salvação e todo o bem à graça preveniente de Deus, a qual "precede nossas ações e nos dá a capacidade de desejar e fazer o certo, iluminando o intelecto e incitando a sensibilidade"[49]. De acordo com Summers, o único papel da pessoa humana na salvação é a não resistência à graça de Deus[50]. Esta deve ser livre; Deus não selecionará pessoas contra a vontade delas ou sem o livre consentimento das mesmas. Então, a graça preveniente supera a resistência natural e automática que as pessoas caídas possuem em relação ao evangelho, e as capacita a decidir livremente entre a resistência e a não resistência. Para Summers, a liberdade da vontade nas questões espirituais é o dom necessário e gratuito de Deus para alma, pois sem ela, a responsabilidade seria destruída. Esta liberdade da vontade deve ser um "poder de contrariedade", uma habilidade de fazer o inverso.

---

47 Ibid. p. 367.

48 SUMMERS, Thomas O. *Systematic Theology*. Nashville: Publishing House of the Methodist Episcopal Church, South, 1888. v. 2, p. 34.

49 Ibid. p. 68.

50 Ibid. p. 83.

Summer claramente uniu a liberdade incompatibilista com a responsabilidade: "A liberdade e responsabilidade seriam destruídas ou postas de lado se necessitássemos agir seguindo motivos dos quais não temos controle algum, tão certamente como se alguma força maior nos agarrasse e, mecanicamente, nos forçasse a realizar qualquer ato contrário a nossa vontade"[51]. Então ele relacionou isto à vontade de crer e arrepender-se (ex. não resistir ao dom da graça de Deus) no sinergismo evangélico:

> Somente Deus regenera a alma; mas Ele não regenerará ninguém a quem Ele não justificar, e somente Deus justifica; mas Ele não regenerará ninguém que não renuncie a seus pecados pelo arrependimento, e receba o Senhor pela fé. Quase não precisamos dizer que embora ninguém possa arrepender-se ou crer sem a ajuda da graça de Deus, no entanto, Deus não pode arrepender-se ou crer por homem algum[52].

Aí jaz a ofensa do sinergismo evangélico arminiano contra o calvinismo, mas os arminianos questionam a alternativa. Summers argumentou que se o determinismo divino for verdadeiro, a pessoa transforma-se numa pedra, a despeito das objeções calvinistas em contrário.

John Miley. O teólogo metodista de fins do século XIX, John Miley concordou completamente com Summers. O livre-arbítrio, como poder pessoal de escolha acima dos motivos e entre alternativas (a habilidade de fazer o contrário), é uma "doação graciosa", e não uma capacidade natural humana nas questões espirituais[53]. Ele até mesmo argumentou que a graça preveniente reconcilia o monergismo e o sinergismo ao atribuir todo o trabalho de regeneração, do início ao fim, ao dom do Espírito divino, enquanto reconhece que a ação humana deve cooperar escolhendo o bem[54]. Para Miley, a liberdade concedida à alma pelo Espírito nunca é uma volição arbitrária

51 Ibid. p. 68.

52 Ibid. p. 120.

53 MILEY, John. *Systematic Theology*. Peabody.: Mass. Hendrickson, 1989. v. 2, p. 305.

54 Ibid.

ou uma indiferença; isto é, mesmo sob o poder regenerador da graça preveniente, as pessoas não recebem a habilidade de fazer tudo. Contrário ao que alegam alguns críticos, o livre-arbítrio arminiano não é a absoluta liberdade da indiferença; é liberdade situada sob a influência do chamado ao bem e o arranque da natureza caída. Foi Miley quem melhor expressou a verdadeira crença arminiana no livre-arbítrio, "É a liberdade da ação pessoal, com poderes para escolhas necessárias. É o suficiente para a esfera de nossa vida responsável"[55]. Este não é o livre-arbítrio do Iluminismo ou de Immanuel Kant, que falou do "eu transcedental" da pessoa humana como se o livre-arbítrio fosse qualidade divina dentro da humanidade. O livre-arbítrio arminiano é uma criação de Deus e é limitada em seu escopo de possibilidades, e ainda está sob a influência da natureza caída do homem, assim como do Espírito de Deus.

A Graça na Teologia Arminiana moderna e contemporânea

H. Orton Wiley. H. Orton Wiley, teólogo do século XX da Igreja do Nazareno, seguiu os passos de seus antepassados arminianos do século XIX. Ele definiu a graça preveniente como que "antecede" ou prepara a alma para a entrada no estado inicial de salvação. É a graça preparatória do Espírito Santo exercida no homem abandonado em pecado. No que diz respeito à culpa, pode ser considerada misericórdia; em relação à impotência, é o poder capacitador. Pode ser definida, portanto, como a manifestação da influência divina que precede a vida regenerada plena[56].

Ele repetiu, quase que palavra por palavra, as doutrinas da graça e livre-arbítrio encontradas em Watson, Pope, Summers e Miley. A graça tem a preeminência, e a graça preveniente é irresistível em sua chegada inicial, de modo que "o homem pode (posteriormente) resistir a ela, mas não pode lhe escapar"[57]. A graça preveniente estimula e persuade em direção a uma cooperação, mas ela não oprimiria ou violaria o livre-arbítrio que uma vez concedeu. Sobre o sinergismo evan-

55 Ibid. p. 306-7.

56 WILEY, H. Orton. *Christian Theology*. Kansas City, Mo.: Beacon Hill, 1941. v. 2, p. 346.

57 Ibid. p. 355.

gélico, ele citou o teólogo arminiano anterior, Adam Clarke, com aprovação: "Deus dá o poder [de crer], o homem faz uso do poder concedido e glorifica Deus: sem o poder, nenhum homem pode crer, com ele, qualquer homem pode"[58]. Gostaria que Wiley tivesse expressado a depravação herdada e a obra regeneradora da graça preveniente de maneira mais completa e enérgica. Uma alusão ao semipelagianismo de Limborch infecta o relato de Wiley em alguns momentos. Ele argumentou, por exemplo, que a força de vontade da volição não foi destruída pela Queda, mas que a "inclinação ao pecado" determina a conduta do pecador ao influenciar sua vontade[59]. Ouvimos ecos de Limborch na declaração de Wiley de que "a graça é necessária, não para restaurar à vontade seu poder de volição, nem restaurar ao intelecto e à sensibilidade o pensamento e o sentimento, pois estes nunca se perderam, mas para despertar a alma para a verdade na qual repousa a religião, e mudar as afeições engajando o coração para o lado da verdade"[60].

Por outro lado, ele afirmou que a ação livre, assim como o arrependimento e a fé, fluem da graça preveniente, muito embora eles também envolvam uma resposta livre do agente humano[61]. Ele se afastou de Limborch e retornou para o arminianismo clássico ao afirmar que a fé em si é tanto uma obra de Deus quanto uma resposta livre dos humanos [62].

Ray Dunning. Ray Dunning, teólogo posterior da Igreja do Nazareno, ensina a necessidade absoluta da graça preveniente em tudo que seja espiritualmente bom na vida humana. Ela é, admite ele, "não um termo bíblico, mas uma categoria teológica desenvolvida para capturar um tema bíblico central"[63]. Devido ao pecado original, o ser humano é totalmente incapaz de iniciar a relação divino-humana, então este trabalho é realizado pela graça preveniente, que é fundamentada na natureza de Deus

58 CLARKE, Adam, citado em ibid., p. 369-70

59 Ibid. p. 357.

60 Ibid.

61 Ibid. p. 360.

62 Ibid. p. 369.

63 DUNNING, H. Ray. *Grace, Faith, and Holiness*. Kansas City, Mo.: Beacon Hill, 1988. p. 338.

como amor. A graça preveniente é, segundo Dunning, "uma interferência direta do entendimento neotestamentário de Deus"[64]. Ela restaura o verdadeiro livre arbítrio como a liberdade para Deus que se perdeu na Queda. "Ela cria tanto a consciência quanto a capacidade, mas nenhuma delas é salvífica, a não ser que sejam respondidas ou exercitadas por alguém pela liberdade concedida pela graça"[65]. A graça preveniente, então, inclui os momentos ou aspectos do despertamento, da convicção e do chamado. A pregação de Cristo é o principal veículo através do qual o Espírito Santo trabalha, do modo mais eficaz e normativo, a graça preveniente na alma do ser humano[66]. A fé é a resposta adequada à graça preveniente, mas a própria fé é uma obra do Espírito e não dos humanos. Dunning recorre à Wiley ao dizer que o Espírito Santo é a "causa eficaz" da fé; a "causa instrumental" é a revelação da verdade (a mensagem do evangelho), que diz respeito à necessidade e à possibilidade de salvação.

Outros teólogos Arminianos. Podemos facilmente encontrar os mesmos sentimentos sobre a graça em escritos de inúmeros teólogos arminianos do século XX. Larry Shelton, por exemplo, diz que a "salvação é toda da graça. Embora a vontade humana deva responder à oferta da graça em todos os níveis de desenvolvimento espiritual, a vontade não inicia ou merece a graça ou a salvação"[67]. Leroy Forlines, teólogo da Igreja Batista Livre, adota a escravidão do livre-arbítrio ao pecado sob as condições da Queda: "Se alguém [utilizar] a *liberdade da vontade* para dizer que uma pessoa não convertida pode praticar a justiça *e não pecar*, ele confunde o significado de liberdade da vontade com seres humanos caídos"[68]. De acordo com Forlines, até mesmo a fé é um dom de Deus porque ela seria impossível sem a ajuda divina. "O Espírito Santo deve operar antes que haja uma comunicação bem sucedida do

64 Ibid. p. 339.

65 Ibid.

66 Ibid. p. 435.

67 SHELTON, R. Larry. "Initial Salvation: The Redemptive Grace of God in Christ," in *A Contemporary Wesleyan Theology*, Ed. Charles W. Carter. Grand Rapids: Francis Asbury Press, 1983. v. 1, p. 485.

68 FORLINES, F. Leroy. *The Quest for Truth*. Nashville: Randall House, 2001. p. 158.

evangelho para o pecador e antes que haja a convicção e resposta do pecador"[69]. Em outras palavras, a graça preveniente antecede a conversão e a torna possível. Não existe a ideia de arrependimento e fé como obras de uma criatura autônoma. Elas são obras de Deus no sentido de que são impossíveis se não forem capacitadas por Ele. Howard Marshall, metodista inglês versado em Novo Testamento, do mesmo modo, conecta a liberdade para escolher Deus com a graça preveniente:

> Em todos os casos, é Deus quem toma a iniciativa na salvação e chama os homens para Si, e opera em seus corações por Seu Espírito. A salvação jamais é o resultado do mérito humano, nem alguém pode ser salvo sem que tenha sido primeiramente chamado por Deus. Os homens não podem, em sentido algum, salvar a si mesmos. Deve ser declarado com muita ênfase que *o não calvinista afirma isto tão entusiasticamente quanto o calvinista* e repudia inteiramente o pelagianismo, o qual muitas vezes (embora erroneamente) é considerado inerente a esta posição. Quando uma pessoa torna-se um cristão, ela não pode fazer nada mais que não seja totalmente da graça... e até mesmo ver que ela foi afetada pelas orações de outras pessoas [...] O efeito do chamado de Deus é colocar o homem em uma posição na qual ele possa dizer "Sim" ou "Não" (algo que o homem não poderia fazer antes de Deus tê-lo chamado; até então ele estava em uma contínua posição de "Não")[70].

Embora ele não refira a si mesmo como arminiano, o arminianismo não possui expoente melhor neste século XX que o teólogo metodista evangélico Thomas Oden, cujo livro *The Transforming Power of Grace* (O Poder Transformador da Graça) é uma expressão modelo da teologia clássica arminiana. Oden atribui toda a bonda-

---

69 Ibid. p. 160.

70 MARSHALL, I. Howard. "Predestination in the New Testament" in *Grace Unlimited*, Ed. Clark H. Pinnock. Minneapolis: Bethany Fellowship, 1975. p. 140.

de das pessoas não regeneradas e regeneradas à graça de Deus. Ao passo que o mal é sempre de nossa própria natureza, o bem é sempre a natureza de Deus em nós:

> Dado que caímos da graça, somos nós mesmos quem diminuímos a graça suficiente outorgada. Na medida em que nos voltamos para receber a graça, é o próprio Deus quem capacita nosso ato de nos voltarmos a Ele. Não podemos nos voltar para Deus a menos que Deus nos desperte e nos ajude a ter uma boa vontade para com Ele. No entanto, ao nos afastarmos de Deus, o fazemos sem a ajuda de Deus, por nossa própria insensata vontade[71].

A graça preveniente, afirma Oden, é sobrenatural; não é meramente uma intensificação da graça comum. Ela fornece toda a capacitação para o bem, incluindo um primeiro estímulo de boa vontade para com Deus: "Deus prepara a vontade e coopera com a vontade preparada. A graça, no que diz respeito a preceder e preparar o livre-arbítrio, é chamada de preveniente. A graça, no que diz respeito a acompanhar e capacitar a vontade humana de cooperar com a vontade divina, é chamada graça cooperante"[72]. "Os pecadores só podem começar a entregar seus corações à cooperação com as subsequentes formas de graça quando são assistidos pela graça preveniente". "A necessidade da graça anteceder é grande, pois foi precisamente quando 'vocês estavam mortos em ofensas e pecados' (Efésios 2.1) que 'pela graça sois salvos' (Efésios 2.8)"[73].

Conclusão.

Temos que imaginar o que os críticos do arminianismo estão pensando quando o condenam ou criticam por faltar com a doutrina da graça ou diminuir a graça,

---

71 ODEN, Thomas C. *The Transforming Grace of God.* Nashville: Abingdon, 1993. p. 49.

72 Ibid., p. 47. Muitos arminianos não fazem esta distinção e incluem a graça cooperante e auxiliadora sob a graça preveniente.

73 Ibid.

sem que mencionem o imprescindível conceito arminiano da graça preveniente. Eles podem não concordar com a crença, mas eles não podem incorrer no erro de sequer mencioná-la como elemento-chave da soteriologia arminiana! Howard A. Slatte está certo sobre a verdadeira teologia arminiana estar bem à parte da religiosidade ingênua (referido por ele como idealismo moralista). "A verdadeira teologia arminiana sempre mostra um profundo respeito pela primazia da graça de Deus relacionada à fé e a doutrina da pecaminosidade do homem, ao passo que, ao mesmo tempo, advoga pela responsabilidade consistente do homem no relacionamento salvífico"[74].

74 SLAATTE, Howard A. *The Arminian Arm of Theology*. Washington, D.C.: University Press of America, 1979. p. 24.

MITO 8

O Arminianismo não acredita na Predestinação

A Predestinação é um conceito bíblico; o arminianismo clássico a interpreta de maneira diferente dos calvinistas, mas sem negá-la. É o decreto soberano de Deus em eleger crentes em Jesus Cristo e inclui a presciência de Deus da fé destes crentes.

POUCOS DOS CRÍTICOS DO ARMINIANISMO diriam que os arminianos não acreditam na predestinação em nenhum sentido; eles sabem que o arminianismo clássico inclui a crença nos decretos de Deus a respeito da salvação e da presciência de Deus dos crentes em Jesus Cristo. Eles também sabem que os arminianos interpretam a salvação à luz de Romanos 8.29, que relaciona a predestinação à presciência de Deus dos que creem. Eles sabem que Armínio expôs uma interpretação alternativa à do calvinismo dos decretos de Deus e a predestinação. Apenas o erudito mais cínico poderia alegar que Armínio e o arminianismo negam a predestinação – e a alegação seria refutada imediatamente – até mesmo por outros eruditos não arminianos. Contudo, alguns calvinistas argumentam que a interpretação arminiana da predestinação não é bíblica e nem lógica – os arminianos geralmente retornam o favor.

Apesar do difundido reconhecimento acadêmico que os arminianos, de fato, acreditam na predestinação, a noção cristã popular se convenceu firmemente de que a diferença entre os calvinistas e os arminianos é que os primeiros acreditam na predestinação e que os últimos acreditam no livre-arbítrio. Esta noção foi elevada

ao status de um truísmo na teologia popular e na religião do povo estadunidense. A questão é que muitos calvinistas acreditam no livre-arbítrio que é compatível com o determinismo. Eles o distinguem da liberdade libertária, que é incompatível com o determinismo e é a visão arminiana do livre-arbítrio. Também é fato que todos os verdadeiros arminianos acreditam na predestinação, mas não na preordenação calvinista. Quer dizer, eles acreditam que Deus conhece de antemão toda decisão final e última de cada pessoa em relação a Jesus Cristo, e, tendo isto por base, Deus predestina as pessoas para a salvação ou condenação. Mas os arminianos não acreditam que Deus predetermina ou pré-seleciona pessoas para o céu ou inferno independente de seus atos livres de aceitar ou resistir à graça de Deus. Além do mais, os arminianos interpretam o conceito bíblico de eleição incondicional (predestinação para a salvação) como corporativa. Deste modo, a predestinação tem um significado pessoal (presciência de escolhas individuais) e um significado coletivo (eleição de um povo). A primeira é condicional, a última é incondicional. A predestinação de Deus de pessoas é condicionada pela fé destas; a eleição de Deus de um povo para sua glória é incondicional. A última englobará todos os que creem.

Este capítulo demonstrará uma muito difundida concordância entre teólogos arminianos de que a predestinação, incluindo a eleição, é um conceito bíblico. Também examinaremos se o conceito de conhecimento médio (molinismo) é compatível ou útil ao verdadeiro arminianismo e se o teísmo aberto é arminianismo consistente.

Uma breve discussão de terminologia será apresentada. No geral, os teólogos utilizam *predestinação* para designar a preordenação (calvinismo) ou presciência (arminianismo) de Deus acerca dos salvos, como também dos condenados. É um termo mais geral do que *eleição*, que geralmente significa a predestinação de Deus de certas pessoas ou grupos para a salvação. *Reprovação* é um termo raramente encontrado na literatura arminiana, em razão de sua conotação de preordenação para a condenação. E, entretanto, dentro da estrutura arminiana de referência, ele poderia ser utilizado para a presciência de Deus das pessoas que resistirão, até o doloroso extremo, à graça preveniente. Mas os arminianos querem deixar claro que as pessoas reprovam a si mesmas; Deus, de fato, não condena ninguém, principalmente incondicionalmente.

Todos os cristãos, até onde sei, acreditam na predestinação ao serviço. Ou seja, Deus chama algumas pessoas, quase irresistivelmente, se não irresistivelmente no sentido absoluto, para uma função especial dentro do seu programa de redenção. Saulo, que se tornou o apóstolo Paulo, é um bom exemplo. Mas o debate da natureza da predestinação gira em torno da questão se Deus elege indivíduos incondicionalmente para a salvação ou condenação. Os arminianos acreditam que isto é incompatível com o caráter de Deus.

Armínio e a Predestinação

Armínio definiu *predestinação* (como eleição) assim: "O decreto da boa vontade de Deus em Cristo, pelo qual ele resolveu dentro de si mesmo desde a eternidade justificar, adotar e dotar com vida eterna, [...] crentes sobre os quais ele havia decretado conceder fé"[1]. Claramente, Armínio realmente acreditava na predestinação. Sua definição até mesmo contém uma insinuação de preordenação, mas um exame mais profundo dos escritos de Armínio revela que a predestinação de indivíduos é condicional, ao passo que a predestinação corporativa é incondicional. Os "crentes" que Deus decreta justificar, adotar e dotar de vida eterna desde toda a eternidade são simplesmente aquele grupo de pessoas que aceita a oferta divina do dom da fé; ou seja, os que não resistem a graça preveniente. Suas identidades pessoais não estão definidas, exceto na medida em que Deus as conhece de antemão. A questão principal aqui, entretanto, é que Armínio não colocou a predestinação de lado. Ele a definiu de maneira diferente da maioria dos calvinistas de sua época, mas em harmonia com muitos teólogos medievais. Ele até mesmo chegou a dizer: "A predestinação, quando definida desta maneira, é o fundamento do cristianismo e da salvação e sua certeza"[2]. Novamente, Armínio definiu predestinação em sua "Carta Endereçada a Hipólito A. Collibus" : "É um decreto eterno e gracioso de Deus em Cristo, pelo qual

---

1 ARMINIUS, Jacob, in HOENDERDAAL, Gerrit Jan. "The Life and Struggle of Arminius in the Dutch Republic", , Ed. Gerald O. McCulloh. Nasville: Abongdon, 1962. p. 18-9.

2 ARMINIUS. "The Declaration of Sentiments of James Arminius", s. v. 1, p. 654.

ele determina justificar e adotar crentes, e os dotar com vida eterna, mas condenar os descrentes e impenitentes". No mesmo contexto ele distinguiu sua visão da visão de seus colegas calvinistas: "Mas tal decreto, como eu tenho descrito, não é que Deus resolve salvar certas pessoas e, para que Ele possa fazer isso, resolve dotá-las com fé, mas que, para condenar outros, ele não os dota com fé"[3].

O que Armínio se opôs na explicação calvinista da predestinação é a exclusão de pessoas específicas de qualquer possibilidade de salvação e a outorga incondicional de fé sobre pessoas específicas. Ele até afirmou que isto fazia de Deus um hipócrita "pois imputa hipocrisia a Deus, como se, em Sua exortação à fé voltada para tais [ex. os réprobos], Ele exige que estes creiam em Cristo, a quem, entretanto, Ele não propôs como Salvador deles"[4]. Em outras palavras, se algumas pessoas específicas já foram preordenadas incondicionalmente por Deus para a condenação, então o apelo universal para eles crerem em Cristo não pode ser sincero. Apesar do que alguns calvinistas alegam – em outras palavras, o apelo universal para o arrependimento e crença no evangelho para salvação não pode ser uma "oferta bem intencionada" nem da parte de Deus nem da parte daqueles que creem neste decreto de predestinação e fazem evangelismo. Além do mais, Armínio defendeu que o decreto da predestinação do calvinismo rígido e, em especial, o decreto da reprovação, não é escriturístico, mas especulativo:

> Se você a entender deste modo [ex. predestinação] - que Deus desde a eternidade [...] determinou mostrar sua glória pela misericórdia e por justiça punitiva, e, a fim de efetuar este propósito, decretou criar o homem bom, mas mutável, também ordenou que ele deveria cair, para que desta maneira pudesse acomodar este decreto; - eu digo que esta opinião não pode, pelo menos em meu julgamento, ser estabelecida por qualquer palavra de Deus[5].

---

3 Id. "A Letter Addressed to Hippolytus A Collibus", . v. 2, p. 689-99.

4 Id. "Examination of. Dr. Perkins's Pamphlet on Predestination", . v. 3, p. 313.

5 Ibid. p. 276.

O reformador holandês concluiu que *qualquer* alegação de que Deus "decretou que o homem deveria cair" não pode ser provada a partir da Escritura e inevitavelmente torna Deus o autor do pecado[6].

Aos calvinistas que dizem que não acreditam que Deus preordenou a Queda (em desacordo com Calvino!), Armínio refuta que eles ainda reduzem o caráter de Deus revelado em Jesus Cristo no Novo Testamento: "Eu gostaria que me explicassem como Deus pode, de fato, sinceramente desejar que alguém creia em Cristo, a quem Ele deseja que esteja apartado de Cristo, e a quem Ele decretou negar as ajudas necessárias à fé: pois isso não é desejar a conversão de ninguém"[7]. Ele embasou este argumento e acusação implícita sobre as claras expressões neotestamentárias da vontade de Deus de que ninguém "pereça", mas que "todos" se arrependam e que todos devam ser salvos (1 Tm 2.4; 2 Pe 3.9). Aos calvinistas que dizem que acreditam que Deus, de fato, preordenou a Queda, mas para apenas permitir a Queda e não a causar, Armínio disse: "Na verdade vocês explicam a permissão ou não proibição de tal maneira a coincidir com o decreto enérgico de Deus [de realizar a Queda]"[8]. Armínio estava claramente insatisfeito e impaciente com qualquer noção de que Deus queria que a Queda acontecesse ou que Ele a tivesse causado ou a tornado certa. Ele estava, de igual modo, impaciente e insatisfeito com qualquer noção que, uma vez que a Queda aconteceu, Deus, de boa vontade, tenha ignorado uma porção da humanidade que ele poderia ter salvo – já que ele sempre só salva incondicionalmente. Para Armínio, a doutrina calvinista da predestinação naufraga sobre a rocha da bondade de Deus em cada virada.

Então qual é a alternativa de Armínio para o entendimento calvinista da predestinação? O primeiro e mais importante ponto é que ele concebeu predestinação como principalmente a predestinação de Jesus Cristo a ser o Salvador dos pecadores. Armínio considera a doutrina calvinista insuficientemente cristocêntrica. Jesus Cristo parece aparecer como um pensamento posterior ao decreto primário de Deus de salvar alguns e condenar outros. No lugar disto, Armínio descreveu a supremacia de Cristo em sua visão de predestinação:

---

6 Ibid. p. 281.

7 Ibid. p. 320.

8 Ibid. p. 360.

> Uma vez que Deus não pode amar, para a salvação, um pecador a menos que ele seja reconciliado ao próprio Deus em Cristo, portanto, segue que a predestinação não pode ter lugar exceto em Cristo. E, uma vez que Cristo foi ordenado e dado aos pecadores, é certo que a predestinação e seu oposto, a reprovação, não poderiam ter acontecido antes do pecado do homem – quero dizer, previstas por Deus – e antes da designação de Cristo como Mediador; e muito menos, antes de seu desempenho, na presciência de Deus, do ofício de Mediador, que pertence à reconciliação[9].

Esta afirmação crucial exige certo descompactamento. Armínio não se opunha às explicações calvinistas dos decretos soberanos de Deus porque eles expressavam a soberania de Deus ou eram escolásticos. Ele acreditava que os esquemas calvinistas dos decretos de Deus tratavam os humanos como entidades abstratas, que ainda não haviam sido criadas e muito menos haviam pecado quando Deus decretou salvar alguns e condenar outros (como no supralapsarianismo), ou tratavam Jesus Cristo como secundário à predestinação de alguns humanos caídos para salvação e outros para a condenação (como no infralapsarianismo). Na verdade, Armínio estava convencido de que o supralapsarianismo também se enquadrava nesta segunda objeção. Ele insistiu em elaborar um esquema dos decretos de Deus que trata os objetos dos decretos de Deus – humanos – como já caídos e Deus já os desejando salvar por intermédio de Cristo. No lugar dos vários esquemas calvinistas, Armínio propôs o seguinte, que ele viu como "mais em conformidade com a palavra de Deus"[10]:

> O PRIMEIRO decreto absoluto de Deus, concernente à salvação do homem pecador, é que Ele decretou designar seu Filho Jesus Cristo por Mediador, Redentor, Salvador, Sacerdote e Rei, que pode destruir o pecado por sua própria morte, pode obter, por sua obe-

9 Ibid. p. 278-9.

10 Id. "Declaration of Sentiments", . v. 1, p. 653.

diência, a salvação que havia sido perdida, e pode comunicá-la por sua própria virtude.

O SEGUNDO decreto absoluto de Deus é aquele no qual Ele decretou receber em favor *os que se arrependem e creem*, e, em Cristo, por SEU AMOR e por intermédio dele, realizar a salvação de tais penitentes e crentes conforme perseveram até o fim; mas deixar em pecado e sob a ira todos *os impenitentes e descrentes*, e condená-los como desconhecidos de Cristo.

O TERCEIRO decreto divino é aquele pelo qual Deus decretou administrar de *uma maneira suficiente e eficaz* os MEIOS necessários para o arrependimento e a fé; e ter tal administração instituída (1) de acordo com a *Sabedoria Divina* pela qual Deus conhece o que é próprio e adequado tanto para sua misericórdia quanto para sua severidade, e (2) de acordo com sua *Justiça Divina*, pela qual Ele está preparado a adotar tudo o que sua sabedoria possa prescrever e colocá-la em execução.

Estes resultam no QUARTO decreto, pelo qual Deus decretou salvar e condenar certas pessoas específicas. Este decreto tem sua base na presciência de Deus, pelo qual Ele sabia desde toda a eternidade as pessoas que iriam, por intermédio de sua graça preventiva [preveniente] *crer*, e, por intermédio de sua graça subsequente, *perseverar*, - de acordo com a administração antes descrita destes meios que são apropriados e adequados para a conversão e a fé; e que, pela presciência, ele igualmente conhecia os que *não creriam e não perseverariam*[11].

O esquema de Armínio dos decretos divinos difere tanto do esquema calvinista supralapsariano quanto do infralapsariano de formas decisivas. Primeiro, o esquema relaciona apenas decretos de redenção, não começando com a criação. Armínio acreditava fortemente que é errado amarrar a criação à redenção de tal maneira como se a insinuar que a criação é meramente um estágio para a Queda e à redenção. Segundo, o esquema começa com Jesus Cristo como o predestinado. Assim como fez o teólogo reformado Karl Barth, Armínio considerava Jesus Cristo como o

11 Ibid. p. 653-4.

foco principal da predestinação. Terceiro, o esquema faz justiça ao amor de Deus ao deixar aberto e indefinido o número e as identidades dos humanos eleitos em Cristo. Não há nenhuma predeterminação de que somente alguns serão salvos. Por fim, o esquema embasa a eleição e a reprovação de pessoas específicas na presciência de Deus do tratamento destes em relação à sua oferta de graça salvífica.

Alguns calvinistas, sem dúvida, objetarão que, de acordo com Armínio, são os humanos que elegem Deus e não o contrário. William Witt, adequadamente, corrige quaisquer críticas desse gênero ao dizer que "no entendimento de predestinação de Armínio, Deus elege os crentes, não o contrário"[12]. Ao passo que a fé é a condição para ser eleito, Deus unicamente é a causa de eleição. Em resposta à Queda da humanidade, que não foi, em sentido nenhum, desejada ou tornada certa por Deus, Deus escolheu Cristo como o Redentor para esse grupo de pessoas que se arrepende e crê, e escolheu, como eleitos, todos os que se arrependem e creem em Cristo. A eleição, corporativa e indefinida, é uma faceta da predestinação. Deus escolheu, como condenados, esse grupo de pessoas que rejeita a Cristo. A reprovação, corporativa e indefinida, é a outra faceta da predestinação. Por fim, concernente a pessoas específicas, Deus elegeu os que ele soube, de antemão, que entrariam em Cristo pela fé para ser seu povo e condenou os que ele, conheceu de antemão, que rejeitariam a Cristo como não sendo seu povo. Witt inteligentemente observa a principal diferença com o calvinismo: "A eleição e predestinação não se tratam da escolha incondicional e misteriosa de certas pessoas conhecidas apenas por Deus, mas antes, a eleição e a predestinação daqueles que depositam a fé em Cristo, seu redentor. A eleição é em Cristo, mas não há ninguém que esteja em Cristo sem que tenha fé"[13].

E para Armínio a fé é um dom. Mas ele é resistível[14]. Contudo, ele claramente queria atribuir a Deus até mesmo a conversão, e não às pessoas autônomas. Sua declaração acerca do assunto é, de certa forma, paradoxal, mas uma perfeita expressão do sinergismo evangélico:

---

12 WITT, William G. Indiana, University of Notre Dame, 1993. Dissertação de Doutorado. p. 717.

13 Ibid. p. 706.

14 Ibid. p. 722.

> A fé é tão da mera vontade de Deus que ela não fará uso da moção onipotente e irresistível para gerar fé nos homens, mas de persuasão gentil adaptada a mover a vontade dos homens pela razão de sua própria liberdade; e, portanto, a causa total porque este homem crê e não crê é a vontade de Deus e a livre escolha do homem[15].

A Predestinação de acordo com os Remonstrantes e Wesley

Simão Episcópio. Simão Episcópio seguiu de perto os passos de seu mentor, Armínio, não menos nesta doutrina do que em outras. Ele ficou aterrorizado com a doutrina calvinista da predestinação conforme esclarecida no Sínodo de Dort, tanto quanto com o supralapsarianismo, que Dort não endossou. Episcópio não se conteve ao dirigir-se à doutrina calvinista da predestinação: "Não há nada mais contrário à religião do que este destino fictício da predestinação e a inevitável necessidade de obedecer e ultrajar"[16]. Para ele, assim como para Armínio, a predestinação se divide em duas categorias – eleição (de alguns para a salvação) e reprovação (de alguns para a condenação). Deus decretou as duas, mas limitou a si mesmo, de maneira que não viesse a decidir unilateralmente quais pessoas específicas se enquadrariam em cada uma destas categorias. E, entretanto, Deus prevê estas escolhas sem as determinar. Episcópio também tratou a fé como um dom de Deus, mas a fé não pode ser operada nas pessoas sem a cooperação das mesmas. A resistência à graça do evangelho e à fé anulará a obra de Deus na vida daquela pessoa em particular, e ele ou ela não será eleito, mas réprobo.

Philip Limborch. Mesmo com todas as suas falhas em relação à teologia evangélica pura, Philip Limborch apresenta uma clara explicação arminiana da predestinação. Ele apela à Escritura que afirma o amor e vontade universal de Deus para a salvação para desacreditar os esquemas calvinistas de predestinação. Em especial, a "doutrina da reprovação absoluta é repugnante às perfeições divinas de santidade,

15 ARMINIUS. "Examination of Dr. Perkins's Pamphlet", . v. 3, p. 454.

16 EPISCOPIUS, Simon. . London: Heart & Bible, 1684. p. 52.

justiça, sinceridade, sabedoria e amor"[17]. Por outro lado, e talvez surpreendentemente, ele concorda com os calvinistas que "o fim [propósito] da predestinação tanto da eleição quanto da reprovação, era a demonstração da glória de Deus"[18]. De acordo com Limborch, seguindo Armínio, Jesus Cristo é o centro da predestinação; ele é o predestinado, e os outros ou são eleitos nele ou réprobos, pois eles estão, por suas próprias decisões e ações, fora dele. Deus olha para as pessoas ou como crentes ou como descrentes em Jesus Cristo; portanto, Jesus é o fundamento da eleição[19]. (Qualquer um familiarizado com a doutrina de Barth da predestinação não consegue deixar de ver as semelhanças, embora Barth, sem dúvida, se contorcesse no túmulo, caso fosse chamado de arminiano!) Limborch definiu a predestinação como:

> Aquele decreto pelo qual, antes de todos os mundos, ele decretou que os que cressem em seu filho Jesus Cristo fossem eleitos, adotados como filhos, justificados e, em sua perseverança na fé, fossem glorificados, e, por outro lado, que os descrentes e obstinados fossem reprovados, cegados, endurecidos, e, se continuassem impenitentes, fossem condenados eternamente[20].

Leitores perspicazes perceberão as fortes semelhanças entre as doutrinas da predestinação de Armínio e as de Limborch. Ambos são cristocêntricos, corporativos e condicionais. Limborch também concordou completamente com Armínio sobre a presciência de Deus como fundamento e base de sua preordenação de pessoas. Uma diferença entre os remonstrantes Episcópio e Limborch, por um lado, e Armínio, do outro, tem a ver com a perseverança. Os remonstrantes negavam a segurança incondicional dos crentes, ou o que é teologicamente chamado de *graça inamissível* (graça da qual alguém não pode cair). Ambos incluem perseverança *voluntária* com o auxílio da graça entre as condições para a eleição. Muitos arminianos, talvez a maioria, segui-

17 LIMBORCH, Philip. , trad. William Jones. London: John Darby, 1713. p. 371.

18 Ibid. p. 344.

19 Ibid. p. 343-4.

20 Ibid. p. 343.

ram os remonstrantes nesta questão. Todavia, o próprio Armínio jamais chegou a um consenso nesta questão. Sua declaração mais contundente acerca dela foi que "Eu, de pronto, não ousaria dizer que a fé verdadeira e salvífica pode, por fim e totalmente, apostatar"[21]. Os metodistas e todas as suas ramificações seguiram os remonstrantes e Wesley, que acreditavam que a apostasia total é uma possibilidade, ao passo que muitos batistas seguiram Armínio ou até mesmo se apegaram à perseverança calvinista.

João Wesley. João Wesley não tinha nada além de coisas duras a dizer sobre a crença calvinista da dupla predestinação; ele considerava o decreto incondicional da reprovação individual (até mesmo afirmado como Deus "ignorando" certas pessoas para a salvação) anátema, em virtude de sua injúria ao amor e justiça de Deus. Em seu sermão "Graça Livre" ele atacou o calvinismo com uma lista de motivos que, à luz da Escritura, tradição e razão, impossibilitam a explicação calvinista de predestinação. Todavia, talvez um tanto quanto inconsistentemente, ele concordava com o seu amigo calvinista George Whitefield que *algumas* pessoas podem ser predestinadas por Deus para a salvação. Mas ele rejeitava inflexivelmente qualquer reprovação por decretos divinos[22]. Ele chegou até mesmo ao ponto de se referir ao decreto incondicional de indivíduos para a reprovação como "o estigma satânico da reprovação"[23]. No geral, Wesley via a predestinação como a presciência de Deus da fé e da descrença. Para ele, "Deus vê desde toda a eternidade quem aceitará e quem não aceitará a oferta de sua obra expiatória. Deus não coage à aceitação de sua oferta. A Expiação está disponível a todos, mas não é recebida por todos"[24]. E, entretanto, Wesley esforçou-se muito para rejeitar qualquer insinuação de que os seres humanos mereçam ou adquiram qualquer parte de sua salvação; eles devem aceitar a graça ao não resisti-la, mas todo o bem neles é inteiramente da graça da Deus. Da salvação, ele declarou:

> Ela é gratuita a todos aos quais ela é dada. Ela não depende de qualquer força ou mérito no homem, nem em nível algum, nem

21 ARMINIUS. "Examination of Dr. Perkins's Pamphlet", v. 3, p. 454.

22 Ver Thomas Oden, . Grand Rapids: Zondervan, 1994. p. 253.

23 Ibid. p. 264-5.

24 Ibid. p. 261.

> no todo, nem em parte. Ela não depende, em nenhum sentido, das boas obras ou justiça do receptor, nem de quaisquer coisas que ele (a) tenha feito ou quaisquer coisas que ele (a) seja. Ela não depende de esforços. Ela não depende de sua boa índole, desejos bons, propósitos bons e intenções boas, pois todos estes fluem da graça livre de Deus[25].

Os calvinistas podem achar que tal robusta afirmação contra o mérito humano seja inconsistente com afirmações igualmente robustas acerca do livre-arbítrio, que abundam nos escritos de Wesley. Mas eles devem, ao menos, admitir que Wesley não atribuiu nenhuma parte da salvação ao mérito ou à bondade humana. Para ele, a eleição apara salvação não está embasada na previsão da justiça, mas unicamente na previsão da livre aceitação da graça de Deus. E até mesmo isso somente é possível em virtude da obra da graça preveniente nos homens.

Em seu sermão "Sobre a Predestinação", Wesley ecoou Armínio e os remonstrantes ao definir a predestinação em termos de presciência: "Quem são os predestinados? Ninguém, exceto os que Deus prevê como crentes"[26]. Wesley insistia que a presciência de Deus não é determinante ou causativa. Deus simplesmente sabe porque as coisas são. Em termos modernos, a visão de Wesley é "presciência simples". É como se Deus tivesse uma bola de cristal, mas a sua previsão das decisões humanas não as tornam, de forma alguma, inevitáveis. Antes, as decisões fazem com que Deus as saiba. Para Wesley não há contradição ou tensão entre a presciência de Deus dos atos livres e o livre-arbítrio libertário: "Os homens são tão livres ao acreditar ou não acreditar como se Ele [Deus], de jeito nenhum, soubesse"[27]. Por outro lado, Deus, de fato, sabe quem crerá, e seu decreto de predestinação é salvar todos que Ele

25 WESLEY, John. "Free Grace", in , ed. Albert C. Outer. Nashville: Abingdon, 1986. v. 3, p. 545.

26 John Wesley, "On Predestination", in , Ed. Stephen Rost, abreviado. Nasville: Thomas Nelson, 1989. p. 74. Este é um exemplo de como estes termos são instáveis. Aqui Wesley utiliza quando ele talvez devesse ter utilizado , mas todos os teólogos, às vezes, utilizam predestinação em seu sentido mais amplo e, às vezes, no seu sentido mais restrito.

27 Ibid. p. 71.

sabe que crerão no Filho; Ele também chama, interior e exteriormente (pelo Espírito e a palavra), os que Ele sabe de antemão que crerão[28]. Não há como escapar da natureza paradoxal destas confissões wesleyanas. Sem dúvida Wesley aprovaria isso. Ele não era um proponente nem do racionalismo e nem do irracionalismo e reconheceu o caráter suprarracional de muito da revelação divina.

Arminianos do século XIX acerca da Predestinação

Richard Watson, William Burton Pope, Thomas Summers e John Miley, os principais pensadores arminianos do século XIX, tinham visões da predestinação bastante semelhantes às de Wesley. Eles eram, afinal de contas, arminianos wesleyanos[29].

Richard Watson. Watson tipifica a abordagem arminiana do século XIX da predestinação ao afirmá-la inequivocamente. Ele rejeitava a eleição individual incondicional como estritamente incompatível com o caráter de Deus, conforme revelado na Escritura[30]. Ele calorosamente aderiu à eleição incondicional de classes ou grupos de pessoas, todavia, identificava a igreja como o sujeito da graça eletiva de Deus em Cristo[31]. A eleição individual é condicional e embasada na presciência de Deus[32]. Watson, entretanto, diferia de Armínio e até mesmo de Wesley em um ponto possivelmente fundamental. Ele negava a eternidade de Deus como atemporal ou como simultaneidade em todos os tempos. Ele também rejeitava a impassibilidade e absoluta imutabilidade de Deus[33]. Para ele estas ideias eram especulativas e não bíblicas; o Deus que responde à oração e interage com as criaturas não pode estar fora do tempo ou ser atemporal. Watson via o conflito entre a simples presciência e

28 Ibid. p. 72.

29 Nem todos os arminianos são wesleyanos. O ingrediente que torna alguns wesleyanos, além de considerar Wesley como especial, é a crença na perfeição cristã por meio da plena santificação.

30 WATSON, Richard. . New York: Lane & Scott, 1851. v. 2, p. 340.

31 Ibid. p. 337.

32 Ibid. p. 357.

33 Ibid. v. 1, p. 353-400.

a atemporalidade: como pode um Deus atemporal vir a saber o que está dentro do tempo? Se o conhecimento de Deus advém dos eventos que acontecem no mundo, e não está embasado na preordenação como predeterminação de fazer as coisas acontecerem, então o conhecimento não pode ser um saber atemporal. Um Deus que se entristece com o pecado e o mal não pode ser impassível, e um Deus que é capaz de sofrer não pode ser estritamente imutável.

William Burton Pope. Pope também rejeitou a eleição individual pelo fato de ela estar em conflito com a bondade divina e por ser desonrosa a Deus. "Certamente é ignominioso ao nome de Deus supor que Ele imporia sobre os pecadores uma resistência que para eles é uma necessidade, e reclamaria do ultraje contra Seu Espírito cuja influência foi oferecida apenas parcialmente"[34]. Os eleitos são os que aceitam a chamada divina por intermédio da Palavra de Deus, à qual a graça está especialmente conectada. Os eleitos são o povo de Deus, a igreja[35]. No que tange a pessoas, a eleição é condicional e se refere à presciência de Deus das respostas ao evangelho. Esta, Pope defendeu, é a "fé da igreja primitiva anterior a Agostinho"[36].

John Miley. Miley concordou com Watson e Pope acerca dos contornos gerais da crença arminiana em relação à predestinação. Em harmonia com eles (e com Armínio e Wesley), ele condenou a dupla predestinação como contrária ao caráter revelado de Deus e insistiu que "a predestinação única" é uma impossibilidade: "A eleição de uma parte significa a reprovação do restante; caso contrário, Deus deve ter sido totalmente indiferente com seus destinos"[37]. Além do mais, "a reprovação é contrária à justiça divina"[38]. A discussão de Miley da predestinação é largamente uma refutação do calvinismo, mas entrelaçada a ela estão suas próprias afirmações, implícitas como podem ser. Não podemos ler Miley ou Summers sem perceber que eles ignoram as visões de Wesley, Watson e de Pope do assunto e empreendem tempo e energia combatendo o calvinismo rígido do final do século XIX, principalmente

34 POPE, William Burton. . New York: Phillips &Hunt, s/data. v. 2, p. 346-7.

35 Ibid. p. 345-6.

36 Ibid. p. 357.

37 MILEY, John. . Peabody, Mass.: Hendrickson, 1890. p. 264.

38 Ibid.

aquele expresso por Archibald Alexander e Charles Hodge, teólogos de Princeton. Tanto Summers quanto Miley expressaram concordância com Armínio, Wesley e os primeiros remonstrantes, que a predestinação é condicional no que diz respeito a pessoas, e é sinônimo de presciência de Deus da fé ou descrença daquela pessoa, e que a igreja é o objeto incondicional da graça eletiva de Deus. A eleição, mais uma vez, é corporativa e condicional.

A Predestinação no Arminianismo do século XX

Henry Thiessen. Um dos teólogos estadunidenses arminianos mais influentes do século XX foi Henry C. Thiessen, que foi o professor de uma geração de eruditos cristãos emergentes em Wheaton College. Suas *Palestras sobre Teologia Sistemática* foram compiladas por seu filho e foram utilizadas como o livro-texto principal em cursos de doutrina e teologia em inúmeras faculdades cristãs, universidades e seminários ao redor da América do Norte durante as décadas de 1960 e 1970. Thissen, aparentemente, não estava consciente de que era um arminiano! Mas seu padrão de pensamento é claramente arminiano. O primeiro princípio de Thiessen era que "Deus não pode odiar nada do que ele tenha feito (Jó 14.5), [mas] apenas aquilo que foi acrescentado à sua obra. O pecado é tal acréscimo"[39]. Deste modo, ele não podia consentir com a ideia calvinista de que Deus odeia os réprobos e os ignora, ao escolher salvar alguns da massa da perdição. Thiessen descreveu os decretos de Deus na esfera moral e espiritual (redenção) como iniciando com a permissão do pecado (Deus não é o autor do pecado), prosseguindo com o prevalecimento sobre pecado utilizando-o para o bem, salvando do pecado por intermédio de Cristo e galardoando seus servos e punindo os desobedientes[40]. A eleição é "aquele ato soberano de Deus em graça, pelo qual desde toda a eternidade Ele escolheu, em Cristo Jesus para Si Mesmo e para a salvação, todos os quais ele previu que responderiam positivamente à graça preveniente [...] É um ato soberano em graça"[41]. Ela não repousa no mérito

39 THIESSEN, Henry C. . Grand Rapids: Eerdmans, 1949. p. 131.

40 Ibid. pp. 153-5.

41 Ibid. p. 156.

humano, ainda que esteja embasada na presciência de Deus da fé, e não é (como Thiessen enxergava no calvinismo) excêntrica ou arbitrária[42]. Por fim, em concordância com Armínio, o professor de Wheaton afirmava que Deus produz arrependimento e fé naqueles que respondem positivamente à graça preveniente: "Deste modo, Deus é o Autor e Consumador da Salvação. Do início ao fim nós devemos nossa salvação à graça de Deus, que Ele decidiu conceder sobre homens pecaminosos"[43].

H. Orton Wiley. O teólogo da Igreja do Nazareno H. Orton Wiley é outro exemplo de um teólogo arminiano conservador do século XX que permaneceu próximo de Armínio e dos primeiros remonstrantes, assim como também de Wesley (exceto em sua doutrina da expiação). Wiley primeiramente observou que a eleição, conforme afirmada pelos arminianos, é condicional, principalmente quando ela se aplica a pessoas[44]. Ele rejeitava a "eleição única" (para a salvação) calvinista modificada como logicamente impossível e enfatizava que a dupla predestinação (incluindo a reprovação) ficava implícita pela "eleição única". Então, ele declarou sua própria visão de predestinação:

> Em oposição a isto, o arminianismo afirma que a predestinação é o propósito gracioso de Deus de salvar a humanidade da completa ruína. Ela não é um ato arbitrário e indiscriminado de Deus que visa garantir a salvação de um número específico e nenhum a mais. Ela inclui, provisionalmente, todos os homens em seu escopo, e é condicionada unicamente pela fé em Jesus Cristo[45].

Quem são os eleitos? "Os que ouvem a proclamação e aceitam o chamado são conhecidos nas Escrituras como os eleitos"[46]. Uma pessoa que jamais escutou a proclamação explícita do evangelho pode crer e ser salva? "A Palavra de Deus é, em certo

42 Ibid. p. 157.

43 Ibid. p. 158.

44 WILEY, H. Orton. . Kansas City, Mo.: Beacon Hill, 1941. v. 2, p. 335.

45 Ibid. p. 337.

46 Ibid. p. 343.

sentido, universalmente proclamada, mesmo quando não registrada em uma língua escrita"[47]. Como Wesley antes dele, Wiley era um inclusivista, pelo menos em teoria; ele mantinha a esperança que os que jamais foram alcançados com a mensagem do evangelho podem, contudo, receber a palavra de Deus e responder com fé. Quem são os réprobos? São os que resistem ao chamado de Deus, para sua completa destruição[48]. Wiley e a maioria dos arminianos evangélicos do século XX não rejeitaram a predestinação como eleição ou reprovação; eles definiram eleição e reprovação corporativa e condicionalmente, e, deste modo, salvaguardaram o caráter de Deus como amável e justo.

Ray Dunning. O teólogo da Igreja do Nazareno Ray Dunning, escrevendo logo após Wiley, relega o assunto da predestinação a um breve parágrafo em *Grace, Faith and Holiness*. Isto é uma pena, não apenas em virtude da brevidade, mas também por certa confusão de termos. De acordo com Dunning, a predestinação "é o propósito gracioso de Deus de salvar a humanidade da completa ruína e a eleição é a escolha universal de Deus de todos os homens, que aguarda sua resposta não coagida"[49]. A primeira parte desta afirmação é uma citação de Wiley, mas a segunda parte acrescenta certa confusão no conceito de eleição. A maioria dos arminianos disse que a eleição é a predestinação de Deus de grupos para serviço e salvação; concernente a indivíduos, a eleição está embasada na presciência de Deus de quem responderá com fé à Sua iniciativa. Dunning parece confundir eleição com "chamado". Todavia, o padrão básico arminiano concernente à predestinação pode ser discernido na obra de Dunning.

Thomas Oden. Outro teólogo arminiano do século XX é o metodista evangélico e ecumênico Thomas Oden. Sem utilizar de maneira explícita o termo arminiano, seu livro *The Transforming Power of Grace* transpira hermenêutica e lógica arminianas. Assim como arminianos antes dele, Oden rejeita a eleição incondicional e a graça irresistível. "Se a graça compele o livre-arbítrio, todos os apelos e exortações à vontade

47 Ibid. p. 341.

48 Ibid. p. 344.

49 DUNNING, H. Ray. . Kansas City Mo.: Beacon Hill, 1988. p. 435.

seriam absurdos"[50]. Antes, o próprio arbítrio é capacitado pela graça: "O poder com o qual alguém coopera com a graça é da própria graça"[51]. Oden defende isto como o consenso ecumênico antigo da igreja[52]. Se Deus, de maneira absoluta e antes do tempo, decreta que certas pessoas serão salvas e outras condenadas, independente de qualquer cooperação da liberdade humana, então Deus não pode, de jeito nenhum, querer que todos sejam salvos, conforme 1 Timóteo 4.10 declara. A promessa de glória está condicionalmente embasada na graça sendo recebida pela fé ativa em amor[53].

Para Oden, a eleição é condicional; ela exige cooperação disposta.aEla não limita a soberania divina, pois Deus permite que ela assim o seja. Deus concede às pessoas o poder de dizer não à graça[54]. Oden está ciente de que os calvinistas utilizam Romanos 9 para provar que a eleição é incondicional e que a graça é irresistível, mas ele oferece uma interpretação alternativa que é completamente consistente com a própria leitura de Armínio desse capítulo:

> O objeto do discurso em Romanos 9-11 não era a eleição eterna ou reprovação de pessoas específicas para a vida ou morte eternas, como a exegese individualista, às vezes, defendeu, mas antes, a eleição dos Gentios para serem recipientes da promessa igualmente com os descendentes de Abraão, embasada na resposta livre de fé à graça[55].

Por fim, Oden encara a objeção calvinista que, se a eleição está embasada na fé prevista, a fé torna-se uma obra meritória que estabelece a própria justiça da pessoa. A salvação, neste caso, os calvinistas alegam, não é um dom gratuito de Deus. A resposta de Oden é tipicamente arminiana:

---

50 ODEN, Thomas C. . Nashville: Abingdon, 1993. p. 114.

51 Ibid. p. 145.

52 Ibid. p. 132.

53 Ibid. p. 135.

54 Ibid. p. 144.

55 Ibid. p. 142-3.

> A fé não é a causa meritória da salvação, mas é consistentemente atestada como a única condição de salvação. A fé meramente recebe o mérito da graça expiatória, em vez de afirmar sua própria obra. Deus coloca a opção de vida e morte ante cada pessoa, exigindo que cada um escolha. Os *elektos* são os que, pela graça, creem livremente. Deus não os obriga ou necessita da escolha deles[56].

Conclusão.

Outros teólogos arminianos do século XX poderiam ser citados como testemunhas que o arminianismo clássico, de fato, inclui as doutrinas da predestinação e eleição. Até mesmo a reprovação é justificada pela teologia arminiana. Jack Cottrell, Leroy Forlines, I. Howard Marshall, Robert Shank, William Klein, Bruce Reichenbach e muitos outros eruditos evangélicos arminianos escreveram sobre estes assuntos com entusiasmo e até mesmo paixão. A ideia de que o arminianismo prega o livre-arbítrio contra a predestinação é simplesmente falsa; ela prega a predestinação *e* o livre-arbítrio como um instrumento para inclusão ou na eleição ou na reprovação, que são, nesta ordem, corporativa e condicional[57].

Arminianismo, Predestinação, Conhecimento médio e Teísmo aberto

Dois assuntos surgiram no arminianismo contemporâneo e criaram controvérsia. Um é a utilização do conhecimento médio divino para reconciliar a presciência de Deus com o livre-arbítrio; o outro é o teísmo aberto, que qualifica a presciência divina a fim de apoiar o livre-arbítrio. Os dois conceitos surgiram em virtude da percepção de uma dificuldade com o arminianismo clássico. Deus (ou qualquer

56 Ibid. p. 140.

57 Um excelente estudo da eleição corporativa que é plenamente consistente com o arminianismo e apóia sua visão de predestinação é William W. Klein, . Eugene, Ore.: Wipf & Stock, 2001.

pessoa) pode saber o futuro exaustiva e infalivelmente, se o futuro contém decisões e ações livres ainda não determinadas por ninguém ou coisa nenhuma? Em outras palavras, se o livre-arbítrio é libertário, de forma que as pessoas que o exercem podem escolher fazer algo contrário ao que eles, na realidade, fazem, como é possível, mesmo para Deus, saber como o livre-arbítrio será utilizado? Se Deus conhece de antemão que o sujeito X fará Y na época Z, no futuro, como a decisão e ação de X podem ser verdadeiramente livres no sentido forte do livre-arbítrio incompatibilista? Deste modo, há, de fato, alguma coisa a saber do livre-arbítrio libertário? Conhecer tal decisão ou ação livre futura não seria algo como conhecer o DNA dos unicórnios? Pode o Deus onisciente saber o DNA do unicórnio ainda que ele não exista e (presumivelmente) que sequer foi imaginado?

O arminianismo clássico presume e afirma o livre-arbítrio libertário que não é compatível com o determinismo. Ele não diz que todos possuem tal livre-arbítrio em todo o tempo; ele apenas diz que, em questões espirituais, e, em especial no concernente à salvação, os seres humanos têm livre-arbítrio como um dom de Deus. Pelo menos em parte do tempo, e, em especial quando confrontados pela mensagem do evangelho e pela chamada ao arrependimento e à fé, e capacitados pela graça preveniente, os humanos podem escolher livremente crer ou virar às costas em rejeição. Esta crença é fundamental para os arminianos. Todavia, muitos críticos enfatizaram a dificuldade lógica de reconciliar tal tipo de livre-arbítrio com a presciência absoluta. A alegação não é que a presciência causa qualquer coisa, mas apenas que se alguém, tal como Deus, sabe o que acontecerá com absoluta certeza, essa ação e/ou decisão não pode acontecer de maneira diferente. Até mesmo Armínio pareceu abrir a porta para uma limitação da presciência de Deus ao passo que se apegava a uma visão ilimitada dela. De acordo com William Witt, erudito em Armínio:

> Para Armínio, a criação do mundo significa que o futuro da história está aberto. O ser humano não caído é genuinamente livre (dado a graça preveniente e a graça sustentadora de Deus) para permanecer fiel a seu criador. Todavia ele também é livre para pecar,

> caso deseje... Se as criaturas pecam, então não apenas o futuro do criador, mas também (em certo sentido) o futuro de Deus, será diferente. Pois, sem o pecado, não há necessidade de redenção[58].

Armínio percebeu o problema da aparente incompatibilidade da presciência de Deus e o livre-arbítrio libertário? Não sabemos. Mas ele já estava enfrentando problemas o bastante com as autoridades; com certeza ele não queria navegar em águas mais profundas. Ainda, de acordo com algumas autoridades em Armínio, se Armínio tivesse vivido o bastante, ele poderia ter buscado uma solução para a aparente inconsistência por meio do molinismo (conhecimento médio) ou teísmo aberto (presciência divina autolimitadora).

Conhecimento médio. Os defensores arminianos do conhecimento médio, às vezes, alegam que Armínio, de fato, faz uso do conceito e que ele está implícito em seu próprio pensamento acerca do futuro e do livre-arbítrio. William Lane Craig, filósofo cristão, escreveu extensivamente acerca do assunto do conhecimento médio como a chave para resolver o problema. Ele até mesmo sugeriu que o molinismo pode ser a chave para a reconciliação entre calvinistas e arminianos[59]. O tal chamado conhecimento médio (se ele existir) é a presciência de Deus do que qualquer criatura livre faria livremente em qualquer dado conjunto de circunstâncias. Em outras palavras, como Deus antevê qualquer mundo possível, ele sabe intuitivamente o que a pessoa X, dotada com o livre-arbítrio libertário, faria em qualquer dado momento e em qualquer dada situação. Este conceito, primeiro desenvolvido em detalhe por Luis Molina (1535-1600), foi aplicado à controvérsia dentro da teologia católica romana entre os que acreditavam na predestinação (tal como Blaise Pascal) e os que acreditavam na liberdade libertária (tal como os jesuítas). Craig enfatiza como o conhecimento médio divino poderia reconciliar a presciência divina e a predestinação com o livre-arbítrio libertário:

---

58 WITT, William G. Indiana, University of Notre Dame, 1993. Dissertação de Doutorado. p. 366.

59 CRAIG, William Lane. "Middle Knowledge a Calvinist-Arminian Rapprochement?" in , ed. Clark H. Pinnock. Grand Rapids: Zondervan, 1989. p. 141-64.

> Anterior à determinação da vontade divina, Deus sabe toda possível resposta que uma criatura livre daria em todas as circunstâncias possíveis, incluindo a oferta de certos auxílios graciosos que Deus pode prover [graça preveniente]. Ao escolher criar certa ordem, Deus se compromete, a partir de sua bondade, a oferecer várias graças para todas as pessoas – graças que são suficientes para a salvação dos mesmos. Ele sabe, todavia, que muitos irão, na verdade, rejeitar livremente seus auxílios e se perderão. Mas os que assentem com sua graça a tornam eficaz ao obter sua salvação. Dada a determinação imutável de Deus de criar certa ordem, os que Deus soube que responderiam a sua graça são predestinados a ser salvos. É absolutamente certo que eles responderão e perseverarão na graça de Deus; e, em realidade, no sentido composto é impossível que eles se percam. Contudo, no sentido dividido, eles são plenamente livres para rejeitar a graça de Deus; mas se eles fossem agir desta maneira, Deus teria um conhecimento médio diferente do que ele tem e então eles não seriam predestinados [à salvação][60].

A maioria dos arminianos clássicos é cautelosa com esta abordagem. A reivindicação de que o próprio Armínio presumiu o conhecimento médio de Deus e seu papel na providência e predestinação é dúbia. Ninguém questiona que Armínio ocasionalmente, mas raramente, disse coisas que poderiam ser interpretadas como molinistas[61]. Witt está certo que no geral, entretanto, o teólogo holandês rejeitava o conhecimento médio, em especial o fato dele poder ser utilizado por Deus para predeterminar as decisões e ações de pessoas humanas. A lógica da explicação de Armínio ao livre-arbítrio distancia-se de qualquer determinismo, mas o uso de conhecimento médio é para explicar como o mundo real é determinado por Deus, utilizando

60 Ibid. p. 158

61 Por exemplo, em sua "Public Disputation IV", acerca do conhecimento de Deus, Armínio mencionou "conhecimento médio" (*em Works*, v. 2, p. 124), mas o contexto não parece apoiar a alegação de que ele queria dizer a mesma coisa que a versão de conhecimento médio de Molina ou de Craig.

conhecimento do que as criaturas livres fariam em qualquer dado mundo, incluindo o mundo que Deus, por fim, decidiu criar – este mundo. Armínio assegurou repetidamente que atos determinados não podem ser pecaminosos. Isto pode ser encontrado em virtualmente todos os seus tratados. Além do mais, conforme Witt chama a atenção, o conhecimento médio parece incompatível com o livre-arbítrio libertário:

> Nem mesmo Deus poderia saber com certeza o que uma criatura racional *faria* em dada situação anterior à sua decisão de livre-arbítrio, não porque o conhecimento de Deus é limitado, mas porque (lógica e temporariamente) antes da decisão real da vontade da criatura, o resultado do ato da criatura é inerentemente incerto[62].

Witt está certo que o molinismo leva ao determinismo e é, portanto, incompatível com o arminianismo. Ele também defende corretamente que na análise final o próprio Armínio percebeu isto e recuou na utilização do conhecimento médio[63]. O único livre-arbítrio que seria compatível com a utilização de Deus do conhecimento médio na criação é o livre-arbítrio compatibilista – compatível com o determinismo. As pessoas que possuem e utilizam tal livre-arbítrio não seriam capazes de fazer diferentemente do que eles, de fato, o fazem. Afinal de contas, Deus as criou e as colocou em circunstâncias especiais nas quais elas se encontram, de sorte que seu plano detalhado e meticuloso para a história pudesse ser cumprido. Ainda que o molinista diga que tais pessoas tenham o livre-arbítrio libertário, ele não parece possível. E ele faz Deus parecer o manipulador final. Os filósofos debatem se os não-fatos de liberdade são logicamente possíveis. Ou seja, é logicamente possível saber o que uma pessoa genuinamente livre (ex. alguém que possua a liberdade libertária) faria em qualquer dado conjunto de circunstâncias? O que a pessoa X faria em um mundo diferente deste? Muitos filósofos estão convencidos de que o conhecimento médio é ilógico porque os não-fatos da liberdade são ilógicos.

---

62 WITT, William G. Indiana, University of Notre Dame, 1993. Dissertação de Doutorado. p. 363.

63 Ibid. p. 365-6.

Teísmo aberto. Os teístas abertos criticam o problema de reconciliar a presciência com o livre-arbítrio libertário ao sugerir que os dois não podem ser reconciliados, então Deus não deve saber o futuro exaustiva e infalivelmente, na medida em que ele contém decisões e ações ainda não determinadas ou causadas por nada e ninguém. Armínio pareceu ver o futuro e Deus como, em algum sentido, abertos. Ao mesmo tempo, entretanto, ele acreditava na presciência exaustiva e infalível de Deus. Os teístas abertos são arminianos que rejeitam o conhecimento médio como uma solução. Eles defendem que a presciência de Deus é limitada *porque Deus decidiu que ela assim o fosse*. Talvez uma maneira melhor de expressar isso seja que Deus realmente conhece o futuro infalivelmente como uma esfera tanto dos eventos estabelecidos *quanto* dos não estabelecidos (deste modo, abertos). Para os teístas abertos, Deus conhece o futuro, tanto o aberto quanto o estabelecido, porque algumas decisões e ações futuras já estão determinadas por Ele (ou algo ou alguém). Mas algumas delas ainda não estão estabelecidas porque os humanos têm a habilidade de fazer o contrário e, portanto, ainda decidirão, por exemplo, entre as opções A e B. Até que se decidam, nem mesmo Deus pode saber com absoluta certeza qual será a opção escolhida. Esta visão foi primeiramente sugerida entre os evangélicos protestantes por Lorenzo McCabe, teólogo, evangelista e metodista (e, portanto, arminiano) na década de 1890. Ela começou a crescer em popularidade entre os evangélicos na década de 1990 sob a influência do livro *The Openness of God* (A Abertura de Deus), que continha ensaios acerca da presciência de Deus escritos pelos arminianos Clark Pinnock, John Sanders, Richard Rice, David Basinger e William Hasker[64].

Os teístas abertos defendem que sua visão é arminianismo consistente. Conforme acreditam, eles resolveram a inconsistência lógica do arminianismo clássico entre a presciência divina e o livre-arbítrio[65]. Mas a que preço? A maioria dos armi-

64 PINNOCK, Clark et al., . Downers Grove, Ill.: InterVarsity Press, 1994. Mais tarde, o teólogo e pastor Gregory A Boyd entrou na discussão com publicação em apoio ao teísmo aberto.

65 Esta reivindicação me foi comunicada por vários teístas abertos ainda que não seja encontrada em seus escritos; os teístas abertos querem manter os arminianos clássicos do seu lado, esperançosos de que os mesmos os defendam no atual clima de controvérsia. Eu considero o teísmo aberto uma opção evangélica legítima e arminiana, mesmo que eu

nianos ainda não entrou no vagão dos teístas abertos porque estão comprometidos com a doutrina da predestinação! Agora, existe uma ironia! Os calvinistas acusam os arminianos clássicos de não acreditarem na predestinação, mas a maioria dos arminianos clássicos rejeita o teísmo aberto precisamente em razão de acreditarem na predestinação. Se o teísmo aberto for verdadeiro, a eleição e a reprovação só podem ser corporativas. Mas o arminianismo clássico alicerça-se muito em Romanos 8.29, que parece se referir não a classes ou grupos, mas a indivíduos. Deus não justifica e glorifica grupos, mas indivíduos. A teologia arminiana clássica inclui eleição corporativa e eleição individual (condicional) embasadas na presciência de Deus da fé futura (ou falta dela). O teísmo aberto tem de reduzir a predestinação (eleição e reprovação) à sua dimensão indefinida e corporativa; a predestinação de indivíduos se perde. Alguns arminianos clássicos, tal como Jack Cottrell, rejeitam o teísmo aberto porque creem que ele minimiza o governo providencial de Deus da história, mas presume que a presciência dá a Deus uma vantagem providencial, o que é discutível[66]. Cabe ao futuro ver se muitos arminianos adotarão o teísmo aberto. Poucos arminianos estão dispostos a denunciar seus irmãos e irmãs teístas abertos como heréticos, mas a maioria, atualmente, não está disposta a abrir mão da presciência divina absoluta, pois a Bíblia a supõe em todos os lugares.

Conclusão.

O desfecho é que o arminianismo clássico pode envolver um paradoxo: a presciência exaustiva e infalível de Deus (presciência simples) juntamente com o livre-arbítrio libertário. O conhecimento médio não ajuda, pois ele supõe a possibilidade de não-fatos de liberdade e leva ao determinismo. O teísmo aberto arranca muito da doutrina bíblica da predestinação. Assim como os calvinistas frequentemente reivin-

---

ainda não a tenha adotado como minha própria perspectiva.

66 COTTRELL, Jack. . Eugene, Ore.: Wipf & Stock, 2000. No capítulo cinco, "Providência Especial e Livre Arbítrio", o teólogo da Igreja de Cristo liga a presciência divina das decisões e ações livres com o controle providencial de Deus. Em artigos posteriores, ele critica o teísmo aberto por minimizar o governo providencial (a obra citada aqui foi escrita originalmente em 1984, antes do teísmo aberto se tornar objeto de controvérsia).

dicam que eles são biblicamente autorizados a crer tanto na preordenação incondicional do pecado quanto na responsabilidade humana pelo pecado, da mesma forma os arminianos reivindicam que são justificados em aderir tanto à presciência divina exaustiva e infalível quanto ao livre-arbítrio libertário, pois ambos são necessários para uma cosmovisão bíblica sensata. E nem todos os filósofos acreditam que eles sejam necessariamente incompatíveis em termos de lógica[67].

67 Ver, por exemplo, PLATINGA, . Grand Rapids: Eerdmans, 1974. Alguns leitores podem se perguntar se eu estou afirmando uma contradição lógica aqui. Eu não estou fazendo isso intencionalmente e, certamente, não de maneira confortável. Eu reconheço a dificuldade, mas não estou convencido de que ela seja uma completa contradição. Por sentir o peso da crítica do teísmo aberto feita ao arminianismo clássico, eu permaneço aberto ao teísmo aberto enquanto permaneço um arminiano clássico esperando ajudar a aliviar o paradoxo da filosofia.

MITO 9

A Teologia Arminiana nega a Justificação pela Graça Somente através da Fé Somente

A teologia arminiana clássica é uma teologia reformada. Ela abraça a imputação divina de justiça pela graça de Deus por meio da fé somente e mantém a distinção entre justificação e santificação.

UMA DAS CONCEPÇÕES ERRÔNEAS MAIS PREJUDICIAIS acerca do arminianismo é a de que ele não seja verdadeiramente protestante; os críticos dizem que ele não é uma teologia da reforma, mas que está mais próximo da soteriologia católica. A reivindicação é que Armínio e seus seguidores desertaram do artigo pelo qual, de acordo com Lutero, a fé cristã permanece ou cai – salvação como um dom gratuito recebido pela fé somente – e sutilmente reintroduziram a salvação pelas obras de retidão. Mais especificamente, assim é dito, os arminianos negam que a justiça de Cristo seja imputada aos crentes por razão da fé somente, substituindo-a por uma fé que é uma realização meritória que adquire o favor de Deus. Tudo isso é falso. Michael Horton é o representante destes críticos calvinistas do arminianismo que simplesmente erra nesta questão. Na revista ***Modern Reformation*** ele diz: "Os arminianos negaram a crença da reforma de que a fé era um dom e que a justificação era uma declaração puramente forense (legal). Para eles, ela incluía uma mudança moral na vida do crente e na própria fé, uma obra de humanos era a base para a declaração de Deus". E, "Esta imputação ou credito de fé como nossa justiça, em vez da obediência ativa e passiva de

Cristo, é precisamente a doutrina articulada por Armínio, tornando a fé uma obra que alcança justiça ante Deus"[1].

Claramente, Horton (e outros críticos que fazem a mesma objeção) nos desafia, esta é uma acusação séria, pois os arminianos, de fato, se consideram protestantes inseridos na tradição reformada. Horton conclui que "um evangélico não pode ser um arminiano mais do que um evangélico pode ser um católico romano"[2]. A acusação de catolicismo implícito foi feita contra Armínio em sua própria época, e ele esforçou-se para neutralizá-la. A acusação tem perseguido o arminianismo desde então; calvinistas conservadores, em especial, mantém a acusação viva em suas polêmicas contra o arminianismo. Há alguma verdade nisto? Qual é a doutrina arminiana da justificação? Ela é consistente com Lutero ou Calvino, ou ela insere obras de retidão no pensamento protestante? Observe que Horton não apenas levantou uma acusação de erro teológico grave contra o arminianismo popular; sua acusação foi de que o próprio Armínio negou a justificação pela graça por intermédio da fé somente como imputação da justiça de Cristo. Então é importante olhar cuidadosamente para o que Armínio e seus seguidores disseram e não disseram acerca deste assunto teológico importantíssimo.

Os arminianos sempre se sentiram desconfortáveis com uma justificação puramente forense (declaratória) e tentaram equilibrar isso com a justiça interior transmitida que, de fato, começa a transformar um pecador em uma pessoa justa. Todavia, o próprio Lutero buscou este equilíbrio em seu ensaio "Two Kinds of Righteousness" (Dois Tipos de Justiça) onde ele ensinou tanto a justiça imputada (forense) e interna quanto a justiça transformadora, com a última como consequência da primeira [3]. Armínio, Wesley e todos os verdadeiros arminianos não fizeram nada nesta área de soteriologia diferente do que Lutero. Entretanto, os arminianos nem sempre foram perfeitamente claros acerca da natureza da justiça imputada (a primeira justiça de Lutero). É a obediência

1 HORTON, Michael. "Evangelical Arminians", *Modern Reformation*. n. 1, 1992. p. 16, 18.

2 Ibid. p. 18.

3 LUTHER, Martin. "Two Kinds of Righteousness", in *Basic Theological Writings*, Ed. Timothy Lull. Minneapolis: Fortress, 1989. p. 155-64.

ativa e passiva de Cristo (para fazer uso da linguagem reformada) que é imputada aos crentes em razão da fé, ou é a própria fé que é creditada aos crentes como justiça? Uma fórmula que aparece nos escritos de Armínio, e em alguns teólogos arminianos posteriores, é "fé imputada por justiça". Isto é aparentemente o que incitou Horton e outros críticos reformados. E tem sido controverso entre os arminianos há séculos. O que isto quer dizer? Isto é uma expressão suficiente da retidão da justificação?

Todos os verdadeiros arminianos sempre confessaram que a justificação é um dom da graça de Deus que não pode ser merecido ou obtido. Eles também sempre declararam que a graça da justificação é recebida somente pela fé e que a fé não é uma obra meritória. Muitos arminianos até mesmo dizem que a própria fé é um dom de Deus. Por fim, veremos se a fórmula "fé imputada por justiça" é ambígua e não necessariamente substitui a imputação da justiça de Cristo. Muitos arminianos afirmam que a justiça de Cristo é imputada aos crentes em razão de sua fé, e esta justiça imputada é a única base de sua aceitação por Deus. Além do mais, no cerne do arminianismo está uma negação de que a fé é a causa eficaz ou meritória da justificação; ela é sempre a única causa instrumental da justificação. Se tais elucidações da doutrina arminiana satisfarão Horton e outros evangélicos monergistas, isto é duvidoso, pois eles parecem acreditar que apenas o monergismo – Deus como o único agente na salvação – faz justiça à doutrina protestante da justificação pela graça por intermédio da fé somente. Todavia, para os arminianos, tal postura parece arbitrária. Se puder ser demonstrado que o arminianismo não faz da fé a causa eficaz ou meritória da justificação e que ele, de fato, afirma que a justificação é sempre apenas um dom gratuito da graça, que independe das obras, creio que isto seja suficiente para resgatar as credenciais protestantes do arminianismo dos que querem tirá-la.

Armínio e a Justificação

Os capítulos anteriores deste livro já demonstraram que Armínio acreditava que a salvação é da graça somente e, de jeito nenhum, das obras. Ele atribuía todo bem em todo ser humano sendo unicamente da graça de Deus; sua principal preocupação era proteger o caráter de Deus, ao se abster de qualquer doutrina que

tornasse Deus o autor do pecado. Portanto, ele disse que os humanos são a causa do mal, mas Deus é a única causa do bem. E em relação à justificação? Armínio ensinou a justificação de uma maneira consistente com o protestantismo clássico? Ele foi um pensador da reforma? O arguto e influente teólogo reformado Alan P. F. Shell, ex-secretário da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas, declarou: "Acerca da questão da justificação, Armínio se encontra de acordo com todas as igrejas reformadas e protestantes"[4]. A. Skevington Wood, erudito em Armínio, concordou e disse que Armínio "não estava cônscio de ter, de forma alguma, abandonado a doutrina reformada da justificação"[5]. Howard Slaatte concorda dizendo que "Armínio era um produto confirmado da Reforma Protestante" e não um pelagiano ou moralista [6]. De acordo com Carl Bangs, Armínio afirmou a visão mais forte possível da justificação, a ponto de aceitar o *simul justus et pecator* (justo e pecador ao mesmo tempo) de Lutero tendo por base que a verdadeira justiça é imputada como um ato forense de Deus [7]. Estas e muitas outras testemunhas testificam que Armínio estava firmemente enraizado na teologia reformada e que não havia desertado da doutrina protestante clássica da justificação pela graça somente por intermédio da fé somente.

O que Armínio disse? Em sua "Declaração de Sentimentos" ele respondeu a acusação de heresia concernente à justificação:

Eu não estou ciente de ter ensinado ou considerado quaisquer outros sentimentos em relação *à justificação do homem ante Deus* que sejam diferentes dos que são mantidos unanimemente pelas Igrejas Reformadas e Protestantes e que estão em completa concordância com suas opiniões expressas[8].

Ele até mesmo expressou concordância com a própria visão de justificação de Calvino: "Minha opinião não é tão amplamente diferente da dele a ponto de me

---

4 SELL, Alan P. F. *The Great Divide*. Grand Rapids: Baker, 1983. p. 12.

5 WOOD, A. Skevington. "The Declaration of Sentiments: The Theological Testament of Arminius", *Evangelical Quarterly*. v. 65, n. 2, 1993. p. 128.

6 SLAATTE, Howard A. *The Arminian Arm of Theology*. Washington, D.C.: University Press of America, 1979. p. 23.

7 BANGS, Carl. *Arminius*. Grand Rapids: Zondervan, 1985. p. 344-5.

8 ARMINIUS, "A Declaration of the Sentiments of Arminius", *Works*. v. 1, p. 695.

impedir de empregar a assinatura de minha própria mão ao assinar as coisas que ele escreveu sobre esse assunto no terceiro livro de suas Institutas; isto eu estou preparado para fazer a qualquer momento, e para dar minha total aprovação"[9].

Armínio escreveu sua própria afirmação breve da doutrina da justificação para refutar a reivindicação de que ele, pelos padrões protestantes, era herético:

Creio que os pecadores são tidos por justos unicamente pela obediência de Cristo; e que a justiça de Cristo é a única causa meritória por conta da qual Deus perdoa os pecados dos crentes e os considera justos como se tais tivessem perfeitamente cumprido a lei. Mas uma vez que Deus não imputa a justiça de Cristo a ninguém, exceto aos crentes, eu concluo que, neste sentido, dela podemos bem e propriamente dizer: *Ao homem que crê, a Fé lhe é imputada por justiça por intermédio da graça* – pois Deus propôs seu Filho Jesus Cristo para ser a propiciação, um trono de graça [ou propiciatório] por intermédio da fé em seu sangue[10].

O que mais os críticos querem? O que Armínio poderia ter dito para torná-lo mais protestante? Nesta afirmação precisa e sucinta ele claramente afirmou a justificação como perdão e imputação da obediência e justiça de Cristo pela graça por intermédio da fé no sangue de Jesus Cristo. Ele também confessou a retidão de Cristo como a única causa meritória de justificação, e a justificação como um ato forense no qual Deus declara os pecadores retos e os considera justos ou imputa a justiça de Cristo sobre eles. Aparentemente, sua fórmula "Ao homem que crê, a fé lhe é imputada por justiça por intermédio da graça" permanece uma pedra de tropeço para os críticos, independente de como Armínio a tenha explicado! Ele negou da forma mais clara possível que ela significasse qualquer coisa diferente da teologia protestante clássica.

Primeiro, Armínio considerava a fé que justifica um dom gratuito que não é uma obra meritória que ganhe ou mereça a salvação. Se esta era sua opinião, então ele claramente também considerava a própria justificação um dom gratuito e não algo que devemos ganhar ou merecer. Em "Artigos que Devem Ser Diligentemente Examinados e Ponderados", ele definiu a fé justificativa como "aquela pela qual os homens creem em Jesus Cristo, como no Salvador daqueles universalmente que creem, e de cada um

9 Ibid. p. 700.

10 Ibid.

deles em especial, até mesmo o Salvador daquele que, por intermédio de Cristo, crê em Deus que justifica o ímpio"[11] . Esta fé é um dom de Deus por intermédio da graça:

Nenhum homem crê em Cristo exceto o que foi previamente inclinado e preparado pela graça preventiva ou precedente para receber a vida eterna, sobre esta condição na qual Deus deseja concedê-la, de acordo com a seguinte passagem da Escritura: "Se alguém quiser fazer a vontade dele, pela mesma doutrina conhecerá se ela é de Deus, ou se eu falo de mim mesmo" (João 7.17)[12].

Ele também disse:

A fé é o dom gracioso e gratuito de Deus, concedido de acordo com a administração dos meios necessários para levar ao fim, ou seja, de acordo com tal administração como a justiça de Deus exige ou para o lado da misericórdia ou da severidade. É um dom que não é concedido de acordo com uma vontade absoluta de salvar alguns homens específicos: pois ela é uma condição exigida no objeto a ser salvo e é, na verdade, uma condição que a antecede como meio para obter a salvação[13].

Armínio elucidou isto em sua obra "The Apology or Defence of James Arminius" (Apologia ou Defesa de Jacó Armínio) onde ele distinguiu entre fé como uma qualidade e fé como um ato. A fé como uma qualidade é concedida graciosamente por Deus, e é esta que traz a justificação; a fé como um ato é não mais que uma submissão ao evangelho, e esta é a única condição da justificação [14]. Então, em uma carta para seu amigo Uitenbogard, datada de 1599, Armínio disse que a "justificação pela fé", na verdade, é uma espécie de abreviação por ser justificado por aquilo que a fé compreende – a retidão de Jesus Cristo. Aos que o acusaram de substituir Cristo pela fé como uma causa meritória de justificação, ele disse: "*A justiça de Cristo* nos é imputada", e a "*fé* é imputada por justiça"[15]. Em outras palavras, as duas são a mesma, ou elas são os dois lados de uma mesma moeda. No mínimo, à luz destas

11 ARMINIUS. "Certain Articles to Be Diligently Examined and Weighed", *Works*. v. 2, p. 723.

12 Ibid. p. 724.

13 Ibid. p. 723.

14 Id. "The Apology or Defence of James Arminius, D.D.", *Works*. v. 2, p. 50.

15 Ibid. p. 45.

afirmações de Armínio, os críticos deveriam agora ver que ele não negou a justificação como imputação da retidão de Cristo ou tornou a fé humana a causa meritória da justificação, substituindo a graça de Jesus Cristo.

Segundo, Armínio acredita na doutrina forense da justificação, ou seja, ele acreditava que a justiça é declarada e imputada, e não possuída pelo crente que é justificado. Não há nenhuma sugestão em Armínio que a aceitação de Deus de indivíduos esteja embasada em qualquer parte da própria justiça dos mesmos. Para Armínio: "A justificação [...] de um homem ante Deus é aquela pela qual, quando ele é colocado ante o tribunal de Deus, ele é considerado e pronunciado, por Deus como Juiz, reto *[justus]* e digno de galardão de justiça; de onde também a recompensa do próprio galardão segue como consequência"[16]. Em outras palavras, na justificação Deus declara uma pessoa justa e então concede o dom de justiça efetiva. Isto é inteiramente consistente com a doutrina de Lutero em "Dois Tipos de Justiça". A fim de que ninguém o entendesse mal, Armínio continuou:

A causa disto [justificação] não é apenas Deus, que é ao mesmo tempo justo e misericordioso, mas também Cristo por sua obediência, oferecendo, e intercedendo de acordo com Deus por intermédio de seu bom beneplácito e comando. Mas ela pode, deste modo, ser definida assim: "É uma Justificação pela qual um homem, que é pecador, entretanto um crente, sendo colocado ante o trono da graça que está erigido em Cristo Jesus, a Propiciação, é tido e pronunciado por Deus, o justo e misericordioso Juiz, justo e digno de recompensa de justiça, não em si mesmo, mas em Cristo, da graça, de acordo com o Evangelho, para o louvor da justiça e graça de Deus, e para a salvação da própria pessoa justificada"[17].

Em resumo, "Justificação [...] é [...] puramente a imputação de justiça por intermédio de misericórdia do trono da graça em Cristo a propiciação feita [factum] para o pecador, mas que é um crente"[18]. O que mais alguém poderia dizer para satisfazer os que querem saber se uma doutrina da justificação é protestante? Armínio deixou

16 Id. "Disputations of Some of the Principal Subjects of the Christian Religion", *Works*. v. 2, p. 254.

17 Ibid. p. 256.

18 Ibid. p. 256-7.

absolutamente claro, de todas as maneiras possíveis, que a justificação é uma declaração de Deus concernente ao pecador que crê e que ela está embasada unicamente em Cristo e sua graça, e recebida pela fé somente, que é, por si só, um dom da graça.

Terceiro, uma acusação frequentemente feita contra Armínio e a doutrina (arminiana) da justificação é que ela torna a fé a causa eficaz e meritória da justificação, deste modo resultando em justificação como um galardão por uma obra de retidão. Como Armínio considerava as causas de justificação? Primeiro, ele afirmou clara e repetidamente que a própria fé é uma obra do Espírito Santo e não uma obra dos humanos autônomos. "A fé evangélica é um assentimento da mente, produzida pelo Espírito Santo, por intermédio do Evangelho, nos pecadores, que por intermédio da lei conhecem e reconhecem seus pecados, e são penitentes em virtude deles"[19]. Deste modo o Espírito Santo é a causa eficaz de justificação. Segundo, ele afirmou que "a Causa Meritória de justificação é Cristo por intermédio de sua obediência e retidão; que pode, portanto, ser simplesmente chamada de causa principal ou causa que move externamente"[20]. Ele não deixou dúvida acerca da natureza da justificação como imputação da justiça e obediência de Cristo, e não galardão por obediência humana:

Em sua obediência e justiça, Cristo também é a Causa Essencial de nossa justificação, na medida em que Deus confere Cristo sobre nós por justiça, e imputa sua justiça e obediência a nós. No que diz respeito a esta causa dupla, ou seja, a Meritória e Essencial, diz-se que nós somos constituídos justos por intermédio da obediência de Cristo[21].

A fé é apenas a causa instrumental de justificação e não a causa meritória ou essencial (eficaz): "A fé é a Causa Instrumental, ou ato, pelo qual nós apreendemos Cristo proposto a nós por Deus para uma propiciação e justiça"[22]. Quanto a se Armínio permitiu qualquer obra meritória como parte da justificação (como base ou causa), sua própria afirmação deveria encerrar o assunto: "Que a fé e obras cooperam juntas na justificação, tal é impossível", e Cristo não obteve *[promeritum]* por seus

19 Id. "The Private Disputations of James Arminius", *Works*. v. 2, p. 400.

20 Ibid. p. 406.

21 Ibid.

22 Ibid. p. 407.

méritos aquilo que nós deveríamos ser justificados pela dignidade e mérito da fé, e muito menos que devêssemos ser justificados pelo mérito de obras: mas o mérito de Cristo está em oposição à justificação pelas obras, e, nas Escrituras, a Fé e o Mérito são colocados em oposição uma da outra[23].

Por fim, Armínio distinguiu nitidamente entre a justificação e a santificação à boa moda protestante. A primeira é a aplicação da expiação de Cristo ou propiciação de pecados por intermédio de seu sangue; a última é a purificação do pecador pelo sangue de Cristo. "Na justificação, esta aspersão [do sangue de Cristo] serve para remover os pecados que foram cometidos; mas na santificação, ela serve para santificar os homens que obtiveram remissão de pecados, para que estes possam adicionalmente ser capacitados a oferecer adoração e sacrifícios a Deus por intermédio de Cristo"[24]. Não há nenhuma sugestão em Armínio de que a justificação é, de qualquer forma, dependente da santificação; a remissão de pecados e imputação da justiça de Cristo são independentes da limpeza interior e crescimento na justiça, embora a última sempre acompanhe a primeira.

William Witt corretamente conclui que "ao passo que os que buscaram motivos para descreditar Armínio foram capazes de se apoderar de afirmações que poderiam ser interpretadas erroneamente, não há nada, de fato, no conceito de justificação de Armínio, que seja contrário à teologia protestante ortodoxa"[25]. Isso se dá porque, para Armínio

> A justificação é uma avaliação forense pela qual um pecador que tem fé em Cristo é pronunciado justo por Deus, que age como juiz. Não é em si mesmo um ato que torna o pecador justo, mas é uma imputação da justiça de Cristo para aquele que tem fé, não em seu próprio mérito, mas no mérito de Cristo[26].

---

23 Ibid. p. 407, 408.

24 Ibid. p 409.

25 WITT, William Gene. *Creation, Redemption and Grace in the Theology of Jacobus Arminius*. Indiana, University of Notre Dame, 1993. Dissertação de Doutorado. p. 599.

26 Ibid. p. 594.

Indubitavelmente, a fórmula de Armínio que na justificação "a fé é imputada por justiça" é infeliz, mas ele a explicou de maneira adequada, de forma a dissipar quaisquer dúvidas ou preocupações. Ele não quis dizer que a fé em si mesma é justiça ou que Deus a considera como tal. Nem ele quis dizer que a fé é a causa meritória da justificação. Antes, como ele deixou extremamente claro, a retidão da justificação é forense; é a obediência de Cristo imputada na conta do pecador em virtude da fé, que é, em si mesma, um dom gracioso de Deus. Tudo que um pecador precisa fazer é recebê-la ao não resistir à graça preveniente.

Justificação na Teologia Remonstrante e em Wesley

Simão Episcópio. Assim como seu mentor, Armínio, o líder remonstrante primitivo Simão Episcópio distinguiu fortemente entre justificação e santificação. A primeira é a livre remissão de pecados pela fé em Jesus Cristo, independente do mérito das obras[27]. A última é a obra transformadora de Deus dentro de uma pessoa pelo Espírito Santo, conformando-a a Jesus Cristo. A santificação não é base ou a causa da justificação, que é "uma imputação liberal e munificente da própria fé para a justiça"[28]. Aí está, mais uma vez, a fórmula problemática, mas Episcópio não quis dizer nada sinistro com a fórmula; em sua teologia, assim como na de Armínio, fé imputada por justiça significa apenas que a fé é a causa instrumental que apropria a declaração da justiça de Cristo para o julgamento do pecador, o (a) tornado um crente. Para Episcópio, assim como para Armínio, a justificação é inteiramente da mera e pura graça de Deus, e pela fé somente em Jesus Cristo[29]. A justificação não é, de modo algum, uma recompensa ou uma obra interna; é um puro dom e um pronunciamento forense de Deus, o juiz, acerca do pecador que recebe o dom da fé.

Philip Limborch. O remonstrante posterior Philip Limborch desviou-se significantemente de Armínio e Episcópio ao desenvolver sua doutrina da justificação.

---

27 EPISCOPIUS, Simon. *Confession of Faith of Those Called Arminians*. London: Heart & Bible, 1684. p. 210-1.

28 Ibid. p. 211.

29 Ibid.

Esta é, sem dúvida, a fonte da confusão subsequente acerca da "doutrina arminiana da justificação". Muitos calvinistas ingleses e estadunidenses somente leram Limborch e os teólogos por ele influenciados, e imputam sua idéia de justificação a Armínio e aos arminianos em geral. Limborch foi, entretanto, na melhor das hipóteses, um arminiano revisionista e, na pior das hipóteses, um pseudoarminiano. Ele começou bem em sua descrição da justificação como declaração de justiça: "Em um sentido judicial, ela denota uma declaração de justiça, ou seja, absolvendo um homem culpado e o tratando como um que é justo"[30]. Ele observou que a fórmula "fé imputada por justiça", que ele adotou e utilizou, causava consternação e controvérsia, então ele tentou esclarecê-la como significando "que um homem é estimado por Deus como justo sobre consideração de sua fé"[31]. Mas ele não resolveu o problema para os arminianos (a quem ele pobremente representava) ao acrescentar:

Para que a controvérsia passe, nós dizemos "que a justificação é o ato misericordioso e gracioso de Deus, pelo qual ele plenamente absolve de toda a culpa a alma verdadeiramente penitente e benevolente por intermédio e por causa de Cristo apreendido por uma fé verdadeira, ou gratuitamente redime pecados sobre a consideração da fé em Jesus Cristo e graciosamente imputa esta fé por justiça"[32].

A fim de que ninguém entenda mal, ele acrescentou que a justiça de Cristo *não* nos é imputada, mas nossa própria fé nos é imputada por justiça por causa de Cristo [33]. Isto é precisamente o que Armínio e Episcópio *não* disseram ou quiseram dizer! Limborch ingressou em grave erro teológico ao dizer que a fé salvífica é um ato de nossa própria obediência e nossa própria realização. O dano foi feito embora ele tenha tentado desfazê-lo ao dizer, de maneira inconsistente, que esta obra de fé não é meritória [34]. Claramente, Limborch é responsável pela confusão dos críticos acerca do arminianismo e a justificação. Os críticos estariam certos *caso* os arminia-

30 LIMBORCH, Philip. *A Complete System, or Body of Divinity*, trad. William Jones. London: John Darby, 1713. p. 835.

31 Ibid. p. 836.

32 Ibid.

33 Ibid. p. 837.

34 Ibid. p. 838.

nos posteriores concordassem com Limborch, mas a maioria dos arminianos posteriores não concordou. Os arminianos de coração (arminianos evangélicos) seguem Armínio, ao passo que os arminianos de cabeça (arminianos racionalistas e liberais) seguem Limborch.

John Mark Hicks, erudito em Limborch e crítico, está certo acerca do problema de Limborch e a distância entre sua visão e a de Armínio: "Limborch considera a fé como parte formadora da justiça que pertence a Cristo", e "Limborch deve livrar-se da acusação de que o homem parcialmente merece sua salvação por sua obediência"[35]. Na verdade, todavia, de acordo com Hicks, Limborch não se livra da acusação. Armínio sim. Para Armínio, ele observa: "Não é que haja uma justiça inerente dentro da fé, mas a fé é a condição sobre a qual Deus concede o mérito [da] obediência de Cristo", e para Armínio: "fé é tanto um dom de Deus como uma condição de salvação que envolve uma resposta humana", mas não há mérito nesta resposta[36].

Armínio e os remonstrantes após ele utilizaram a fórmula "fé imputada por justiça". É uma fórmula infeliz, pois ela está aberta a possíveis interpretações errôneas. Todavia, se os críticos tivessem simplesmente lido Armínio (e talvez Episcópio), eles perceberiam o que ele quis dizer com a frase. O contexto deixa claro. Toda e qualquer vez que ele utilizava esta frase, Armínio a elucidava ao referir-se à graciosa imputação de Deus da obediência de Cristo por sua graça em virtude da fé, que é um dom de Deus. A fé é o instrumento que recebe a justiça imputada de Cristo, e não há mérito nesta recepção, pois mesmo a fé é um dom de Deus dentro do pecador que está se tornando um crente ao não resistir à graça preveniente. Para Armínio, a fé claramente não é um substituto para a justiça de Cristo e nem é considerada justa por Deus. Limborch se apropriou da frase "fé imputada por justiça" e a transformou naquilo que se assemelha a: a fé que é uma obra que é parte formadora do processo de justificação e sobre a consideração da qual Deus imputa justiça (mas não a obediência de Cristo) às pessoas. A fé das próprias pessoas é contada por Deus como

35 HICKS, John Mark. *The Theology of Grace in the Thought of Jacobus Arminius and Philip van Limborch* Filadélfia ou Londres, Westminster Theological Seminary, 1985. p. 209, 219.

36 Ibid. p. 88, 97.

justiça. Isto não é o que Armínio quis dizer! Por que Armínio utilizou uma fórmula tão aberta à distorção? Alguns sugerem que a resposta reside na preposição *por*.

Quando Armínio disse que a fé nos é imputada "por justiça", ele estava tentando distinguir o papel da fé do papel de Cristo e sua obediência na justificação. Ele estava negando que a justiça de Cristo nos é imputada "por justiça", pois ela insinua que não é a própria justiça que nos é imputada". Antes, a justiça de Cristo nos é simplesmente imputada. *Por* insinua "como se". Não há "como se" (uma ficção legal) na imputação da justiça de Cristo a nós. Que nossa fé é imputada "por justiça" significa que ela não é, de fato, justiça; ela é apenas o instrumento de justiça. De acordo com Witt, "Nossa fé nos é imputada 'por justiça' porque ela não é justiça, propriamente falando, mas o ato pela qual nós apreendemos a justiça, de natureza diferente, de Cristo"[37]. Isso pode parecer complicado, mas é a única interpretação possível, considerando tudo que Armínio disse acerca da justificação, fé e retidão. Infelizmente, Limborch quis dizer exatamente o que a frase "fé imputada por justiça" parece dizer. Ele, desse modo, iniciou uma reação em cadeia que levou à disseminação do equívoco de que Armínio e o arminianismo acreditam que a justiça de Cristo não é imputada aos crentes na justificação, mas que a fé, como um ato de obediência humana e substituto para a obediência de Cristo, é contada como justiça por Deus.

João Wesley. A noção de que João Wesley não adotou e não ensinou plena e sinceramente a doutrina protestante da justificação pela graça por intermédio da fé somente é simplesmente equivocada. A. Skevington Wood observa que "Wesley afirmou que, em relação à doutrina protestante central da justificação, ele concordava plenamente com o ensino de Calvino"[38]. Wesley era um erudito bom demais para se equivocar em algo deste gênero. Ele conhecia muito bem a teologia de Calvino. Em *John's Wesley Scriptural Cristianity*, o erudito wesleyano Thomas Oden prova, acima de qualquer dúvida, que a doutrina de Wesley da justificação seguiu a de Armínio e não a de Limborch. Wesley, às vezes, é culpado por associação, em virtude de sua alta estima

37 William Gene Witt me informou em correspondência privada em 5 de agosto de 1999.

38 WOOD, Arthur Skevington. "The Contribution of John Wesley to the Theology of Grace", *Grace Unlimited*. Ed. Clark h. Pinnock. Minneapolis: Bethany House, 1975. p. 219.

por William Law, o autor de *A Serious Call to a Devout and Holy Life*, que fortemente o influenciou. Mas Oden enfatiza o profundo descontentamento de Wesley com Law, que tinha propensão a confundir justificação com santificação. Wesley as distinguia claramente, considerando a santificação "não a causa, mas o efeito da justificação"[39].

Oden também menciona problemas com a descrição de justificação nas Minutas Doutrinárias das primeiras reuniões metodistas, sobre as quais Wesley presidia (1744-1747). Os primeiros metodistas queriam reconciliar Tiago e Paulo e superar qualquer ideia de que a verdadeira salvação possa existir sem boas obras. Então eles definiram justificação como "ser perdoado e recebido no favor de Deus; para tal estado que, se continuarmos neste estado, seremos, por fim, salvos"[40]. Em outras palavras, uma ênfase especial foi colocada no continuar no favor de Deus. Todavia, os que atacam esta ou outras afirmações nas Minutas sem considerar o que Wesley disse em seus sermões e cartas perdem a visão mais ampla da coisa. Oden demonstra conclusivamente que, em geral, Wesley se apegou firmemente à justificação como imputação da justiça de Cristo que não pode ser aprimorada, mas apenas recebida pela fé. Para Wesley, contrastando com Limborch – "Não é que a fé seja tal que ela é imputada por justiça, mas a 'fé na justiça de Cristo' é imputada de tal maneira que o crente é vestido em uma justiça que não é sua, uma veste gloriosa que o capacita e o chama a 'desvencilhar-se dos trapos de imundícia' de sua própria justiça"[41], Wesley deixou claro que tanto a obediência ativa quanto a passiva são imputadas aos crentes por Deus em consideração da fé deles, mas que uma vez que esta justiça imputada é dada, Deus também implanta a justiça de tal maneira que eles começam a se conformar a Jesus Cristo. Mas a justiça implantada não é a base da justiça imputada. A descrição de Wesley destas questões no sermão "O Senhor, Nossa Justiça" não é nada diferente da de Lutero em "Os Dois Tipos de Justiça".

Dois sermões de Wesley, em especial, revelam seu compromisso protestante com a doutrina da justificação pela graça somente por intermédio da fé somente: "Sal-

---

39 ODEN, Thomas C. *John Wesley's Scriptural Christianity*. Grand Rapids: Zondervan, 1994. p. 200.

40 Ibid. p. 201.

41 Ibid. p. 207.

vação pela Fé" e "Justificação pela Fé". Os críticos reclamam de sua ênfase na santificação, mas eles precisam levar em conta a preocupação acentuada do fundador do metodismo em se opor ao antinomismo entre os que reivindicavam a graça livre como licença para pecar. A forma típica de Wesley de expressar o assunto era que a salvação é pela graça somente por intermédio da fé somente, mas que a verdadeira fé jamais está desacompanhada. Em outras palavras, a justificação como justiça imputada sempre resulta em transformação interior, que produz obras de amor. Em "Salvação pela Fé" Wesley colocou por terra qualquer noção que alguma parte da salvação poderia ter por base o mérito humano: "Todas as bênçãos que Deus concedeu aos homens são de sua mera graça, generosidade ou favor, seu favor gratuito e imerecido, favor complemente imerecido, não tendo o homem como reivindicar a menor de suas misericórdias"[42]. Todas as boas obras são ímpias e pecaminosas à parte da graça. A graça é a fonte da salvação e a fé é a sua única condição. "Ninguém pode confiar nos méritos de Cristo até que ele (a) tenha plenamente renunciado os seus próprios méritos"[43].

Se para Wesley a fé não é uma obra meritória, o que ela é? "A fé cristã não é, portanto, apenas um assentimento a todo o evangelho de Cristo, mas também uma total confiança no sangue de Cristo; uma confiança nos méritos de sua vida, morte e ressurreição; um repousar sobre ele como nossa expiação e nossa vida, *como dado por nós, e vivendo em nós*"[44]. Para Wesley até mesmo a fé é um dom de Deus, assim como a fé era para Armínio[45]. A fé é, essencialmente, um acolhimento vazio do próprio dom da fé. A fé é *tanto* um ato humano *quanto* um dom de uma qualidade divina. O processo de salvação (do lado humano) começa com a decisão de aceitar o dom de Deus da fé e continua com a confiança em Cristo somente, que é o dom recebido. Uma pessoa não pode confiar em Cristo sem a ajuda de Deus, da mesma forma que não pode salvar a si mesmo. "A salvação não é das obras que fazemos quando

42 WESLEY, John. "Salvation by Faith", in *John Wesley*. Ed. Stephen Rost. Nashville: Thomas Nelson, 1989. p. 91.

43 Ibid. p. 99.

44 Ibid. p. 94.

45 WESLEY, John. *op.cit.* p. 187.

cremos: *pois é Deus quem a opera em nós* e, portanto, que ele nos galardoa por algo que ele mesmo opera apenas engrandece as riquezas de sua misericórdia, mas nos deixa nada pelo qual possamos nos gloriar"[46]. A fé é a condição de salvação, mas não é uma realização humana.

De acordo com Wesley, "O conceito escriturístico claro da justificação é absolvição, o perdão de pecados"[47]. A justificação é a reconciliação com Deus pela graça de Deus por conta da fé. É a não imputação de pecados. Em seu sermão "Justificação pela Fé", Wesley pareceu negar a doutrina da justiça imputada, mas tal não pode ser o significado, pois em "O Senhor, Nossa Justiça" ele deu um claro e nítido endosso. Wesley não era um pensador sistematicista; assim como Lutero, ele jamais produziu um sistema de teologia. Em um sermão ele criticava a justiça alheia imputada e em outro ele falava entusiasticamente acerca de todo cristão sendo "revestido da justiça de Cristo" que não é sua justiça. Wesley, frequentemente, estava reagindo a contextos; sua teologia, geralmente, era *ad hoc* [para um caso específico] determinada por erros e desequilíbrios percebidos que precisavam de correção. Todavia, seria extremamente injusto e impróprio dizer que Wesley não acreditava na doutrina protestante clássica de justificação forense como retidão imputada. O que ele rejeitava era a justificação como uma ficção legal pela qual as pessoas eram deixadas por Deus sem transformação por meio da justiça interna. Wesley gostava de simplificar as doutrinas que ele considerava cobertas de especulação. Kenneth Collins, especialista em Wesley, observa corretamente que ao passo que Wesley era, às vezes, ambivalente acerca da justificação como imputação em virtude de possíveis usos incorretos, ele mais que sinceramente adotou uma forma simplificada de justificação: "Colocada de forma simples, para Wesley, a retidão de Cristo é imputada aos crentes no sentido de que eles agora são aceitos por Deus não em virtude de quaisquer coisas que eles tenham feito, quer sejam obras de caridade, misericórdia ou semelhantes, mas unicamente em virtude do que Cristo realizou por intermédio de Sua vida e morte no lugar dos crentes"[48].

---

46 Ibid. p. 98.

47 Ibid. p. 182.

48 COLLINS, Kenneth J. *The Scripture Way of Salvation: The Heart of John Wesley's*

Justificação no Arminianismo do século XIX

O velho problema da justificação como imputação forense da justiça de Cristo (Armínio e Episcópio) versus a justificação como fé considerada como justiça (Limborch e os remonstrantes posteriores) reapareceu na teologia metodista do século XIX, que foi o principal lugar para a fortificação do arminianismo moderno. Alguns dos teólogos metodistas arminianos do século XIX adotaram e endossaram calorosamente a justificação forense e a retidão imputada; outros a rejeitaram em favor da justificação como primariamente não imputação de pecado. O fato de alguns terem seguido Limborch mais de perto do que Armínio dificilmente significa, entretanto, que o arminianismo, em geral, nega a justificação como imputação da retidão de Cristo. Muitos arminianos seguem Armínio, como deveriam. Todavia, apesar das discordâncias, Richard Watson, William Burton Pope, Thomas O. Summers e John Miley, teólogos metodistas do século XIX, todos aderiram à doutrina protestante essencial que a justificação é pela graça de Deus somente por intermédio da fé somente, e abstiveram-se de qualquer insinuação de obras de justificação ou confundindo a justificação com a santificação. Todos eles afirmaram que a justificação é imputação de justiça, até mesmo, se não, da obediência de Cristo.

Richard Watson. Watson, infelizmente, entendeu mal a fórmula "imputação de fé por justiça" e interpretou a justificação principalmente como não imputação de pecado resultando em reconciliação com Deus. Ele não deixou dúvida, entretanto, que ele considerava a justificação, seja qual fosse sua exata natureza, como um dom e não algo que pudesse ser merecido. A fé que traz a justificação é "a plena confiança e dependência de um pecador despertado e penitente, na expiação de Cristo somente, como a base meritória de sua absolvição"[49]. Isto não é, todavia, em sentido nenhum, uma virtude ou boa obra, uma vez que a fé é impossível à parte da graça preveniente[50]. A fé é a única condição para a justificação; todas as obras meritórias

---

Theology. Nashville: Abingdon, 1997. p. 92-3.

49 WATSON, Richard. *Theological Institutes*. New York: Lane & Scott, 1851. v. 2, p. 248.

50 Ibid. p. 253.

não possuem valor por serem atribuídas a Deus. A justificação e a santificação são radicalmente distintas, e a última jamais poder ser a causa formal da primeira[51]. Watson afirmou que "a justificação pela fé somente [sem obras] é, por conseguinte, claramente a doutrina das Escrituras"[52].

Para Watson, a justificação inclui dois aspectos: não imputação da culpa do pecado e imputação de justiça. A justificação é, antes e acima de tudo, o perdão pelos pecados e é um ato da graça e misericórdia de Deus recebido pela fé. Em segundo lugar, Deus, em razão da fé, também considera justo o crente em Cristo. Todavia, a justificação não é a imputação da obediência ativa e passiva de Cristo; a justificação não é imputação da justiça de Cristo:

A doutrina bíblica é [...] que a morte de Cristo é aceita no lugar de nossa punição pessoal, sob a condição de nossa fé Nele; e, que quando a fé Nele é, de fato, exercida, então entra, da parte de Deus, o ato de imputar ou considerar a justiça a nós; ou, o que é a mesma coisa, contar a fé por justiça, ou seja, perdão de nossas ofensas por intermédio da fé, e nos tratando como os objetos de seu favor restaurado[53].

Watson, assim como Limborch, considerava a doutrina da imputação da obediência de Cristo aos crentes que ainda são pecadores uma ficção e, por conseguinte, repugnante ao caráter de Deus: "Toda esta doutrina da imputação da obediência pessoal e moral de Cristo envolve uma ficção e impossibilidade inconsistente com os atributos divinos"[54]. Watson, por outro lado, ao menos não seguiu Limborch ao tratar a fé como meritória, mas teria ajudado caso ele tivesse afirmado mais vigorosamente que a fé é um dom. No final, a sombra de Limborch paira sobre Watson e levanta dúvidas acerca da plenitude de sua concordância com a doutrina protestante essencial da justificação como imputação da justiça de Cristo aos crentes. Se tal postura é imprescindível para o protestantismo evangélico autêntico, isto está aberto a discussões.

William Burton Pope. Pope seguiu o padrão protestante tradicional de tratar a justificação como um ato de Deus em graça e misericórdia aceitando pecadores

51 Ibid. p. 251.

52 Ibid. p. 246.

53 Ibid. p. 242.

54 Ibid. p. 216.

penitentes e crentes como se estes não tivessem pecado e imputando justiça a eles em razão da fé destes. Ele definiu justificação como

o ato judicial divino que aplica-se ao pecador, crendo em Cristo, o benefício da Expiação, libertando-o(a) da condenação de seu pecado, introduzindo-o(a) a um estado de favor e tratando-o(a) como uma pessoa justa [...] É o caráter de justificação imputado que regula o uso neotestamentário da palavra[55].

Para ele a justificação é sempre declaratória e da graça somente. A fé que apropria a graça justificadora de Deus não é uma obra, mas o ato de renunciar toda a confiança na habilidade humana. A fé é meramente a causa instrumental e jamais a causa meritória da justificação, que é a obediência expiatória de Cristo. O que Pope cria em relação à imputação da obediência de Cristo aos cristãos? Esta é uma questão importante que os críticos reformados perguntam sobre Armínio? Se tudo depende disso é outra questão; muitos arminianos (e anabatistas e outros) gostariam que ela não fosse transformada em teste de ortodoxia ou comunhão. A questão crucial é se a justificação inclui justificação forense (quer da imputação da obediência de Cristo, quer simplesmente do favor reconciliador de Deus) embasado na fé somente sem mérito. Pope foi ambíguo se a justiça declarada de Deus era a imputação da obediência de Cristo ou simplesmente a consideração de Deus do crente como justo. Sua declaração acerca da questão é, por fim, insatisfatória: "O ímpio que em penitência acredita que possui a virtude ou eficácia da obediência de Cristo computada a ele sem ter esta própria obediência imputada: ele é *feito justo de Deus Nele*, que é diferente de ter a justiça de Cristo colocada em sua conta"[56]. Só podemos indagar como. Mas os críticos deveriam, ao menos, prestar atenção no fato de que Pope, um verdadeiro arminiano, acreditava que a virtude ou eficácia da obediência de Cristo é computada ao crente na justificação, que é feito justo de Deus em Cristo pela graça de Deus em razão da fé. Não é picuinha alegar que esta não é uma explicação protestante de justificação?

Thomas Summers. A explicação de Summers da justificação segue de perto as definições de Watson e de Pope. Ele rejeitou qualquer obra meritória, incluindo

55 POPE, William Burton. *A Compedium of Christian Theology*. New York: Phillips & Hunt, s/data. v. 2, p. 407.

56 Ibid. p. 413.

a fé, e atribuiu toda a eficácia salvífica à graça recebida pela fé. A justificação é pela graça por intermédio da fé somente, à parte de obras de justiça [57]. Sua explicação de justificação nega a imputação da obediência de Cristo aos crentes, mas sustenta a imputação de justiça: "Na justificação nós somos *considerados, aceitos* – tratados – como se fôssemos justos, assim como culpados perdoados, que não são, pelo seu perdão, feito inocentes, são tratados como se eles não fossem criminosos"[58]. Este cômputo é a fé imputada por justiça, mas a fé não foi tratada por Summers como uma obra galardoada com o favor de Deus. Antes, a fé é simplesmente a condição instrumental do dom da salvação, que é completamente da graça de Deus[59].

John Miley. Miley posicionou-se de forma muito próxima aos pensadores metodistas do século XIX. Para ele, a justificação é pela graça somente por intermédio da fé somente, sem obras[60]. A única condição para a justificação é a fé em Cristo, que significa simplesmente confiar em Cristo como Salvador. O arrependimento pelos pecados está lá pressuposto. A justificação é extrínseca, ela não realiza nenhuma mudança interior moral, que é obra da santificação. A justificação é completa e regulariza a situação do pecador com Deus como se o pecador jamais houvesse pecado[61]. Mas Miley rejeitava a santificação como declaração forense da justiça alheia (de Cristo):

> Não pode haver nenhuma justificação estritamente forense de um pecador, exceto por um julgamento equivocado ou corrompido, não sendo nenhum destes casos possíveis com Deus. Portanto, este termo forense reserva-se à expressão de seu ato no perdão do pecado. Claro, ele é utilizado em um sentido qualificado, e, entretanto, não em um sentido que seja desconhecido de seu sentido principal[62].

---

57 SUMMERS, Thomas O. *Systematic Theology*. Nashville: Publishing House of the Methodist Episcopal Church, South, 1888. v. 2, p. 120.

58 Ibid. p. 121.

59 Ibid. p. 120.

60 MILEY, John. *Systematic Theology*. Peabody, Mass.: Hendrickson, 1989. v. 2, p. 318.

61 Ibid. p. 323, 312, 313.

62 Ibid. p. 311.

Esta é uma declaração, no mínimo, confusa. Miley aceitava que na justificação "nós estamos... como completamente corretos com a lei como poderíamos estar a partir de uma justificação puramente forense"[63]. Sua alternativa à justificação forense não é tão clara quanto gostaríamos. O que é importante, entretanto, é que para Miley, assim como para todos os outros teólogos arminianos do século XIX, a justificação não está, de forma alguma, embasada nas boas obras ou méritos, mas é um dom gratuito de Deus por sua misericórdia e graça em resposta à fé. Ela não coincide com a santificação e não depende, de forma nenhuma, de qualquer bondade interna ou justiça no crente. Sua única condição e causa instrumental é a fé, sua causa meritória é Cristo (expiação) e sua causa eficaz é o Espírito Santo.

Os Arminianos do século XX e a Justificação

H. Orton Wiley. Um dos teólogos arminianos mais importantes do século XX foi H. Orton Wiley, da Igreja do Nazareno, cujo livro *Christian Theology*, de três tomos, estabeleceu o padrão de excelência para os teólogos na tradição do movimento de santidade por muitos anos. Para ele, a salvação é completamente um dom e não exige nenhuma obra meritória da parte dos humanos. A fé é a única condição, e a fé é tanto um dom de Deus quanto uma livre resposta à graça preveniente[64]. Wiley expôs a ordem de salvação de maneira clara e compreensível, iniciando com a graça preveniente e conversão, que é composta de arrependimento e fé – sendo que ambos são dons de Deus no sentido de que eles só são possíveis em virtude da graça preveniente[65]. A conversão é seguida (logicamente, não temporariamente) pela regeneração e justificação, que são respostas de Deus à conversão. Em contraste com o calvinismo, Wiley expressou o que virtualmente todo arminiano evangélico moderno acredita acerca da ordem da salvação:

---

63 Ibid. p. 312.

64 WILEY, H. Orton. *Christian Theology*. Kansas City, Mo.: Beacon Hill, 1941. v. 2, p. 369.

65 Ibid. p. 373-6.

O calvinismo [...] defende que o homem é regenerado por decreto absoluto, e então volta-se a Deus; o arminianismo defende que por intermédio da graça, concedida prevenientemente, o homem volta-se a Deus e é, então, regenerado. Por conseguinte, a conversão em seu significado bíblico mais verdadeiro, é o ponto essencial, em que, por intermédio da graça, a alma volta do pecado, e para Cristo, para a regeneração [e justificação][66].

Para Wiley a justificação é o ato judicial de Deus que precede e é inteiramente distinto da santificação. A justificação é mais do que mero perdão; ela inclui imputação de justiça: "O ato de justificação quando visto negativamente é o perdão de pecados; quando visto positivamente, é a aceitação do crente como justo"[67]. A justificação é uma obra de Deus com cunho final e permanente (embora ela possa ser rejeitada) e é instantânea; ela não é uma obra ou uma sentença que se estende durante os anos. Sua única base (causa meritória) é o sacrifício propiciatório de Cristo recebido pela fé[68]. Wiley excluiu qualquer forma de moralismo que embase a aceitação de Deus em uma santidade interna da pessoa.

Como alguns de seus antepassados arminianos do século XIX, Wiley foi evasivo acerca da questão da natureza da justiça imputada. Ele a afirmou inequivocamente e observou que Armínio concordou inteiramente com Calvino acerca da imputação da justiça de Cristo[69]. Todavia, ele tomou precauções contra as implicações e interpretações antinominianas da doutrina reformada da justiça imputada, onde se diz que a obediência ativa e passiva de Cristo é colocada, por Deus, na conta do crente. Após aparentemente mostrar empatia com a fórmula reformada (apesar de alguns perigos) Wiley acabou favorecendo a fórmula "a imputação da fé por justiça" como melhor do que imputação da obediência ativa e passiva de Cristo, mas ele não explicou plenamente suas razões[70]. O que está claro, entretanto, é que Wiley não considerava a justificação dependente de boas obras ou justiça interna, e, de fato,

66 Ibid. p. 378.

67 Ibid. p. 393.

68 Ibid. p. 395.

69 Ibid. p. 397.

70 Ibid. p. 400-1.

acreditava que ela incluía (juntamente com o perdão pelos pecados) a imputação de Deus de justiça ao crente em razão da fé. Para ele, "a fé não deve ser identificada com justiça no [...] sentido de que a fé constitui justiça". E "a própria fé, como um ato pessoal do crente, e não um objeto daquela fé [...] é imputada por justiça"[71].

Com certeza, alguns críticos calvinistas considerarão estas duas afirmações mutuamente contraditórias, ou no mínimo, em tensão. Se não é a justiça de Cristo que é imputada ao crente na justificação, de quem é esta justiça? E a ideia de que a fé é imputada por justiça não insinua que a fé é a justiça? Certamente Wiley teria respondido que ela não precisa ser a justiça particular de pessoa alguma; Deus simplesmente considera a pessoa de fé como obediente, não porque a fé é bondade, mas porque Deus decide que ela contará como justiça. E nada nesta decisão a torna, de fato, justiça. Todavia, eu, no geral, concordo com Armínio e a teologia reformada que a justiça deve ser a obediência de Cristo, que é considerada como a do crente; caso contrário, o que Cristo realizou por nós em sua vida e morte é deixado isolado da justiça imputada a nós. Por que este seria o caso? Certamente se ele cumpriu toda a justiça e nós estamos "em Cristo" pela fé, seria a justiça dele que nos seria imputada.

Henry Thiessen. A descrição de Henry C. Thiessen da predestinação é inteiramente arminiana (embora, como muitos evangélicos, ele não entendesse o arminianismo corretamente e, por consequência, o repudiasse por identificá-lo com o semipelagianismo). Thiessen considerava a justificação como imputação da retidão de Cristo[72]. De acordo com ele, a justificação de um crente é sempre (e unicamente) justiça forense e sua única causa é a graça e a única condição, a fé[73]. Ele escreveu: "O crente agora é coberto com o manto de justiça que não é sua, mas concedida a ele por Cristo, e é, portanto, aceito em comunhão com Deus"[74]. Thiessen prova que pelo menos alguns arminianos, de fato, afirmam a imputação de justiça de Cristo na justificação.

---

71 Ibid. p. 400.

72 THIESSEN, Henry C. *Lectures in Systematic Theology*. Grand Rapids: Eerdmans, 1949. p. 363.

73 Ibid. p. 366.

74 Ibid. p. 366-7.

Thomas Oden. O teólogo metodista contemporâneo Thomas Oden afirma a justificação forense como um dom gratuito recebido pela fé à parte do mérito: "A *justificação* é um termo que procede da esfera legal, por isso é chamada uma metáfora *forense* ou judicial. Correspondentemente, o que é justificado é o que é feito reto com o Legislador"[75]. Para Oden, a justificação inclui imputação da justiça de Cristo. Ele não enxerga conflito entre esta definição e o arminianismo, e, de fato, não há nenhum.

Os benefícios da obediência de Cristo (ativa e passiva) são considerados ou computados ao crente, mas isto não sugere que o crente de fato e imediatamente vive em perfeita justiça ou age precisamente como Cristo agiu... A justificação permanece um ato declarativo de Deus externo à vontade humana, distinta da santificação, que é o ato eficaz de Deus, o Espírito, dentro da vontade do pecador para alterar aquela vontade [76].

É difícil ver como qualquer cristão reformado poderia discutir por ninharias acerca da expressão inteiramente arminiana da justificação dada por Oden, exceto talvez ao alegar que ela seja inconsistente com até mesmo o sinergismo evangélico[77]. Um verdadeiro arminiano só pode discordar; não há inconsistência lógica entre as duas coisas.

Conclusão

Os fatos simplesmente mostram que o arminianismo não exclui ou minimiza a justificação pela graça somente por intermédio da fé somente. Todos os arminianos clássicos a afirmam. A única área onde alguns arminianos diferem da teologia

---

75 ODEN, Thomas C. *Life in the Spirit: Systematic Theology*. San Francisco: HarperSanFrancisco, 1992. v. 3, p. 109.

76 Ibid. p. 116-7.

77 Oden não se intitula um arminiano; ele prefere ser conhecido como um seguidor di consenso ecumênico cristão primitivo, que ele chama de "paleo-ortodoxia". Todavia, ele é um metodista e uma leitura cuidadosa das notas de rodapé de sua teologia sistemática (principalmente o volume 3 que lida com soteriologia) revela um pesado uso de fontes arminianas. Sua obra *Transforming Power of Grace* expressa uma soteriologia nitidamente arminiana, e ele até mesmo diz que o movimento arminiano e remonstrante recuperou o consenso patrístico primitivo.

reformada acerca da justificação tem a ver com qual justificação ou a justificação de quem é imputada aos crentes. Creio que seria melhor para todos os arminianos voltarem-se para Armínio nesta questão e, com Oden, aderirem à ideia de imputação da justiça de Cristo. Ela está implícita pela Escritura (2 Co 5.21) e surge mais naturalmente das ideias duais e associadas de estar "em Cristo" pela fé e ser considerado justo por Deus. Todavia, não é certo que alguém precise confessar a imputação da justiça de Cristo a fim de ser plenamente protestante ou evangélico, conquanto que a pessoa afirme a justificação como justiça imputada e não uma justiça partilhada e que considere a fé como sua única causa instrumental (não meritória).

MITO 10

Todos os Arminianos acreditam na Teoria Governamental da Expiação

Não existe uma doutrina arminiana da expiação de Cristo. Muitos arminianos aceitam a teoria da substituição penal de maneira enérgica, ao passo que outros preferem a teoria governamental.

MUITOS CRÍTICOS DO ARMINIANISMO O ACUSAM de se desviar da forte doutrina da expiação substitutiva dos reformadores e da maioria do evangelicalismo pós-reforma. Os calvinistas, em especial, têm muitos problemas com a doutrina arminiana da expiação. Primeiro, os calvinistas rígidos acusam o arminianismo de conduzir ao universalismo ou à crença de que a morte de Cristo na cruz, na verdade, não salvou ninguém. A primeira destas acusações surge da doutrina da expiação limitada do calvinismo rígido. Esta é a ideia, elucidada e declarada pelo Sínodo de Dort, de que a morte de Cristo, embora suficiente para a salvação de toda a humanidade, foi, na verdade, destinada por Deus apenas para os eleitos. Os arminianos chamam tal definição de "expiação limitada", porque ela limita a extensão do sacrifício substitutivo apenas aos eleitos. Os calvinistas, então, preferem o termo expiação "definida" ou "específica", porque dizem que Cristo morreu por aqueles a quem Deus destinou salvar – um grupo definido de pessoas específicas. Juntamente com luteranos e a maioria de outros cristãos (ortodoxos orientais, católicos romanos e muitos outros), os arminianos rejeitam esta doutrina em favor da expiação geral ou universal, que a morte de Cristo foi para todos, ainda que, de fato, somente aplicada aos que creem.

Os críticos calvinistas dizem, com frequência, que esta expiação universal leva inevitavelmente à salvação universal, pois de Cristo pagou a pena ou sofreu a punição por todas as pessoas, então todas as pessoas devem ser salvas. Por que alguém teria de pagar a pena ou sofrer a punição pelos pecados se Cristo já as pagou e já as sofreu por eles? O calvinista Edwin Palmer declarou que "se Ele [Cristo] morreu por todos – então ninguém se perde. Todos são reconciliados e redimidos"[1]. Por outro lado, os calvinistas frequentemente alegam que, se os arminianos rejeitam o universalismo – que eles sabem que a maioria dos arminianos rejeita – então a morte de Cristo não deve ter, de fato, salvado ninguém; as pessoas são salvas por suas próprias escolhas de se apropriar, pela fé, da morte de Cristo. O calvinista Kim Riddlebarger acusou que, no arminianismo, "a morte de Cristo não salva, de fato, pecadores, mas simplesmente cria a possibilidade de salvação para as pessoas caso elas exerçam sua liberdade de escolher e de seguir Cristo"[2]. Ele foi ainda mais longe: "Se você seguir [...] a lógica do sistema arminiano, então você não pode mais afirmar [...] que é Deus quem salva pecadores, e não pecadores que salvam a si mesmos com a ajuda de Deus"[3]. Palmer contribuiu: "Porque o arminiano acredita em uma expiação que é ilimitada em sua extensão, a expiação é necessariamente vaga, indefinida e extremamente pobre, na realidade, não salva ninguém"[4]. Em outras palavras, Riddlebarger e Palmer, ecoando muitos outros calvinistas, alegam que o arminianismo não universalista consistente deve ensinar que os pecadores salvam a si mesmos com a ajuda de Deus. Isto não é, naturalmente, o que os arminianos acreditam. Nem o arminianismo leva a isso.

O arminianismo diz que a salvação é única e exclusivamente pelo sangue de Jesus Cristo; sua morte expiatória em prol de todas as pessoas é o que salva. Os críticos calvinistas negligenciam dois pontos importantes na teologia arminiana. Primeiro, existe um aspecto universal na salvação, em virtude da expiação. Os arminianos acreditam que a culpa do pecado original (pecado adâmico) é colocada de lado por

1 PALMER, Edwin H. . Grand Rapids: Baker, 1972. p. 47.

2 RIDDLEBARGER, Kim. "Fire and Water n.1, 1992. p. 9.

3 Ibid., p. 10.

4 PALMER, Edwin H. . Grand Rapids: Baker, 1972. p. 48.

Deus pelo amor de Cristo, em razão de sua morte por todos (Rm 5). É por isso que as crianças não são condenadas ainda que, à parte da morte de Cristo por elas, elas sejam crianças da ira. Alguns calvinistas concordam. Segundo, os arminianos acreditam que a morte de Cristo na cruz concedeu *possibilidade* de salvação a todos, mas ela é, de fato, concretizada quando os humanos a aceitam por intermédio do arrependimento e fé. A situação é análoga à anistia geral. Após a Guerra do Vietnã, os discordantes e opositores conscientes que fugiram para o Canadá receberam perdão quando retornaram aos EUA. Alguns retornaram e aceitaram a anistia, outros não. Os que retornaram simplesmente tiraram vantagem da anistia declarada pelo governo estadunidense; eles não criaram a anistia. Os que permaneceram no Canadá (ou outros países) não anularam a anistia; ela ainda estava lá para eles. Em contraste, Edwin Palmer acusou o arminianismo de acreditar no sangue desperdiçado de Jesus: "Para eles a expiação é como uma caixa de surpresas; há um pacote para todos, mas apenas alguns irão pegar o pacote... Parte do sangue [de Cristo] foi desperdiçada: foi derramado"[5].

Os arminianos gostam de enfatizar que estas objeções específicas ao seu sistema de teologia dependem de suposições questionáveis e levantam problemas mais sérios para os críticos das mesmas. Estas objeções presumem que a morte de Cristo, por si só e sem qualquer aceitação, automaticamente salva algumas pessoas. Isto não sugere que o arrependimento humano e a fé são supérfluos? Por que Deus exige fé e arrependimento? Os eleitos, presumidamente, são salvos pela cruz antes e à parte de suas respostas ao evangelho. Ademais, estas objeções à crença arminiana acerca da expiação estão embasadas em leituras falhas da teologia arminiana. Os arminianos, de fato, acreditam que Cristo morreu por todos, mas o benefício de sua morte (colocando de lado a condenação por pecados reais, em contraste ao pecado adâmico) é aplicado por Deus apenas aos que se arrependem e creem. Isso significa que parte do sangue de Jesus é desperdiçada? Esta é uma distorção grosseira. Parte da anistia para os opositores da Guerra do Vietnã foi desperdiçada porque ela não foi aceita por todos? Qual é, ao menos, o significado disso? E os arminianos gostariam de retribuir o favor e examinar a crença do calvinismo rígido na expiação limitada. A Bíblia não revela o amor universal de Deus pela humanidade? Por que Deus enviaria Cristo para

5 Ibid., p. 41.

morrer apenas por alguns, quando a Escritura claramente diz que ele amou o mundo inteiro e que ele não quer que ninguém pereça, mas que todos cheguem ao arrependimento? (Jo 3.16; 2 Pd 3.9) Palmer antecipou esta objeção arminiana e afirmou claramente que nestas passagens "*Todos* não são *todos*"[6]. E Palmer (e alguns outros calvinistas) acusa o arminianismo de não fazer justiça ao significado claro da Bíblia!

Que os arminianos não acreditam que a morte de Cristo é o que, de fato, salva as pessoas é uma calúnia perversa que raramente exige uma resposta séria. Um leitor imparcial de qualquer livro arminiano de teologia reconhecerá que todos os arminianos evangélicos, de Armínio a Wesley, Wiley e Oden, creem que *todos* os salvos são salvos pela morte de Cristo e não por qualquer ato da vontade ou obra de justiça. A resposta livre ao evangelho resulta na misericórdia de Deus, por intermédio da cruz de Jesus Cristo, sendo aplicada à vida do pecador de tal maneira que ele ou ela já não é mais, aos olhos de Deus, um pecador, mas uma pessoa perdoada e reconciliada. A decisão da fé não é causa meritória ou eficaz da salvação; a única causa é Cristo e sua morte. A decisão da fé é apenas a causa instrumental de salvação (como o ato de descontar um cheque), ao fazer isso, o dom é ativado. Mas isso não acrescenta nada ao dom ou o torna menos gratuito. Os arminianos acreditam que as pessoas são salvas apenas pela morte de Cristo e não por suas próprias decisões ou ações.

Outra concepção errônea é que todos os arminianos defendem a teoria governamental da expiação e não a expiação substitutiva. Em muitos livros de teologia calvinista, a teoria governamental, primeiramente articulada por Hugo Grócio, líder remonstrante primitivo, é chamada de "teoria arminiana". Ela não é arminiana. Armínio não acreditava nela, nem Wesley e nem alguns de seus seguidores do século XIX. Nem todos os arminianos contemporâneos. Além do mais, muitos calvinistas, ao tratar da teoria governamental, a distorcem. A teoria governamental inclui um elemento de substituição! A única diferença importante entre ela a e teoria da substituição penal (frequentemente chamada de doutrina ortodoxa da expiação, principalmente pelos teólogos reformados conservadores) é que a teoria governamental não diz que Cristo suportou, no lugar dos pecadores, a punição real dos pecadores; ela diz que ele suportou o sofrimento como uma alternativa à punição no lugar deles.

6 Ibid. p. 53.

Em outras palavras, de acordo com os arminianos que sustentam a teoria governamental, Deus infligiu dor sobre Cristo pelos pecados do mundo a fim de preservar sua justiça e santidade. O sofrimento de Cristo foi equivalente ao sofrimento merecido de qualquer pecador, de maneira que Deus pudesse perdoar e fosse, ao mesmo tempo, totalmente justo e santo. Dizer que a teoria governamental nega a substituição é simplesmente falso. Ela difere da teoria reformada tradicional da expiação apenas neste ponto. Os leitores podem decidir por si mesmos se a rejeição dos críticos calvinistas da teoria como um erro teológico sério é justa.

Assim sendo, nem todos os arminianos adotam a teoria governamental, e os que a adotam, contudo, acreditam no sacrifício substitutivo de Cristo pelos pecados. Robert Peterson e Michael Williams, críticos calvinistas, admitem que Wesley "afirma clara e fortemente a expiação substitutiva, em especial na linguagem de satisfação penal". Mas eles continuam a dizer que a maioria de seus descendentes teológicos "não seguiu sua liderança"[7]. Além disso:

> As coisas são complicadas pelo fato de os arminianos ensinarem que Cristo sofreu como nosso representante, até mesmo como nosso substituto, mas não como nosso substituto *penal*. Estas distinções são melhores entendidas à luz de que os arminianos adotaram a visão governamental da expiação – em vez de adotarem a visão de Wesley. A visão governamental, primeiramente articulada por Hugo Grócio, aluno de Armínio, alega que Jesus não recebeu a punição devida por nossos pecados. Antes, sua morte estava nos melhores interesses do governo moral de Deus e forneceu um exemplo poderoso do ódio de Deus ao pecado[8].

Várias coisas devem ser enfatizadas em nível de resposta. Primeiro, nem todos os arminianos adotaram a teoria governamental, e certamente o próprio Ar-

---

7 PETERSON, Robert A.; WILLIAMS, Michael D. . Downers Grove: Ill.: InterVarsity Press, 200., p. 193, 198.

8 Ibid. pp. 198-9.

mínio não a sustentou. Portanto, é errado identificá-la como *a* teoria arminiana ou atribuí-la, sem cabimento, a Armínio. Segundo, os autores começam dizendo que a teoria governamental permanece em contraste à teoria substitutiva. Então eles admitem que ela ensine que Cristo morreu como nosso substituto! Aparentemente, eles apenas permitirão que sua própria versão da teoria da substituição penal seja contada como uma teoria de substituição. Na verdade, todavia, até mesmo a teoria governamental mantém que a morte de Cristo foi uma substituição pelos pecados. Os autores precisam restringir sua discordância com a teoria governamental mais especificamente ao dizer que nela Jesus não "recebeu a punição específica por nossos pecados", falhando em observar o que a obra expiatória, de fato, realizou nesta visão. Por fim, eles escrevem "sua morte estava nos melhores interesses do governo moral de Deus e forneceu um exemplo poderoso do ódio de Deus ao pecado". O que há de errado com isso? Eles estão sugerindo que a morte de Cristo *não* estava nos melhores interesses do governo moral de Deus e que *não* forneceu um exemplo poderoso de ódio de Deus ao pecado? A crítica de Peterson e Williams da teoria governamental está carregada de problemas, assim como estão, em minha experiência, todos os tratamentos calvinistas dela.

As visões de Armínio e dos Remonstrantes da Expiação

Armínio. É possível considerar a teoria governamental como "a doutrina arminiana da expiação", quando ela é estranha aos próprios pensamentos de Armínio? Isso seria o equivalente a chamar algo de "a doutrina calvinista" quando Calvino clara e explicitamente ensinou uma visão alternativa. Os críticos que alegam que o arminianismo inclui a teoria governamental deveriam ler Armínio! William Witt acerta ao afirmar que Armínio aceitou e adotou uma variação da satisfação de Anselmo não muito diferente (se é que possui alguma diferença) da teoria reformada da substituição penal[9]. Para Armínio, a morte de Cristo foi um sacrifício substitutivo, expiatório e propiciatório pelos pecados, que cumpriu perfeitamente a lei e estabeleceu um

9 WITT, William Indiana, University of Notre Dame, 1993. Dissertação de Doutorado. p. 555.

novo pacto de fé[10]. Armínio explicou sua própria visão da expiação em seu tratado "Examination of. Dr. Perkins's Pamphlet on Predestination" (Exame do Panfleto do Dr. Perkins Sobre a Predestinação). No documento ele defendeu que, de acordo com as Escrituras, Cristo morreu por todas as pessoas sem lesar uma única pessoa sequer e que sua morte satisfez as exigências de justiça para os que creem. Ele deu muita atenção a 2 Coríntios 5.19, onde Paulo escreveu que Deus estava em Cristo reconciliando consigo *o mundo*. Armínio também escreveu sobre muitas outras passagens onde o "mundo" é mencionado como o objeto de amor e vontade de redenção de Deus em Cristo: João 1.29; 3.16; 4.42; 6.51; 1 João 2.2; 4.14.

> É manifesto, tanto a partir destas passagens como da utilização da Escritura, que a palavra "mundo" nestas passagens significa simplesmente todo o corpo da humanidade. Mas, em minha opinião, não existe um único lugar em toda a Escritura na qual possa ser apresentado, sem controvérsias, que a palavra mundo signifique *os eleitos*. A Bíblia diz que Cristo morreu *por todos* (Hb. 2.9 e em outras passagens). Ele é chamado de "o Salvador de todos os homens, principalmente dos que creem" (1 Tm 4.10); cujo sentido do versículo não pode, sem distorção e dano, ser explicado em relação à preservação nesta vida[11].

Da opinião que Cristo representou na cruz apenas os eleitos, Armínio escreveu: "A Escritura em nenhum lugar diz isso, não, ela diz o contrário em inúmeras passagens"[12]. Armínio, portanto, claramente acreditava e ensinou a universalidade da expiação.

Armínio explicou a razão e o efeito da expiação ao apelar para a compaixão e justiça de Deus. O principal motivo de Deus enviar Cristo foi a compaixão, mas a

10 Ibid. p. 557-62.

11 ARMINIUS. "Examination of Dr. Perkins's Pamphlet on Predestination", . v. 3, p. 329.

12 Ibid. p. 328.

justiça também exerceu seu papel. As duas coisas não podem ser separadas. Deus queria remir os pecados das pessoas caídas e reconciliá-las consigo, mas ele não poderia fazer tal coisa sem satisfazer sua justiça, que o pecado prejudicou. Deus tinha o *direito* de simplesmente perdoar os pecadores sem que uma satisfação à sua justiça fosse paga, mas ele não faria isso em razão de sua santidade:

> Com Deus permanece Seu pleno direito de transmitir estes benefícios – que são Seus por natureza, que Ele desejou, a partir da compaixão, conceder aos homens pecadores, mas que, com a resistência da justiça, não poderia ser concretizado, e que, agora que Sua justiça foi satisfeita pelo sangue e morte de Cristo, Ele pode, de fato, conceder – a quem Ele achar apropriado, e sob as condições que Ele determinar: pois Ele, como a parte lesada, poderia determinar o modo de reconciliação, que também Ele, de fato, determinou, consistindo na morte e obediência de Seu próprio Filho; e porque Ele próprio nos deu Ele, que deveria realizar as funções de um Mediador para nós[13].

Se a morte de Cristo satisfez a justiça de Deus para todos, por que todos não são salvos? Armínio responde: "Pois os pecados dos que por quem Cristo morreu estavam de tal maneira condenados na carne de Cristo, que eles, por este fato, não estão livres da condenação, a menos que, de fato, creiam em Cristo"[14]. Em outras palavras, Deus decidiu que os pecados de todas as pessoas fossem expiados pela morte de Cristo, de tal maneira que somente se as pessoas acreditarem em Cristo os seus pecados serão, de fato, perdoados. Mas a morte de Cristo, de fato, reconciliou Deus com a humanidade pecaminosa. Todavia, a transmissão dos benefícios desta reconciliação – reconciliação de pessoas com Deus, perdão e justificação, regeneração – depende da crença humana:

> Estas duas funções e operações de Cristo – ou seja, a recuperação, por intermédio do sangue de Cristo, da salvação perdida pelo

13 Ibid. p. 331.

14 Ibid. p. 335.

> pecado; e a verdadeira transmissão ou aplicação, pelo Espírito Santo, da salvação obtida por este sangue – são diferentes uma da outra. A primeira antecede à fé; a última exige fé precedente, de acordo com o decreto de Deus[15].

Armínio confrontou a acusação de que seu ensinamento acerca da expiação sugeria que os humanos salvam a si mesmos porque eles precisam crer em Cristo, a fim de que o sacrifício obediente de Cristo seja aplicado a eles para a reconciliação com Deus. Ele apelou à vontade soberana de Deus de estipular condições acerca da aplicação da bênção da expiação para as pessoas e ao fato de que qualquer pessoa que cumpra estas condições só as cumpre pela graça:

> Quem mereceu que a bênção [da expiação] lhe fosse oferecida? Quem mereceu que qualquer graça, seja ela qual for, lhe fosse concedida para que ele a aceitasse? Todas estas coisas não emanam do favor divino gratuito? E se elas emanam de Deus, não é apenas Deus quem deve ser honrado em razão disto com louvores perpétuos por aqueles que, feito participantes desta graça, receberam a bênção de Deus?[16]

Para os críticos que apontam para Romanos 9.16, que diz que a salvação não é do que quer ou do que corre, mas de Deus, que se compadece, Armínio respondeu que esta passagem exclui a salvação pelas obras, mas não a salvação pela misericórdia de Deus para os que creem com o auxílio da graça de Deus[17].

Mas Armínio acreditava que a morte de Cristo na cruz era uma *substituição penal* pelos pecados? Ele ensinou que Cristo sofreu a punição merecida pela humanidade pela rebelião contra Deus? Sim. Em seus discursos teológicos formais ele abor-

15 Ibid. p. 336.

16 Ibid. p. 445.

17 Ibid. p. 450.

dou a expiação primeiramente ao construir os fundamentos da teologia federal[18]. Ou seja, Deus designou Adão como o cabeça federal ou verdadeiro representante da raça humana no pacto das obras. Armínio afirmou que na queda de Adão, toda sua posteridade caiu com ele[19]. Ele então revelou a causa da designação de Cristo por Deus como mediador de um novo pacto (da graça) em justiça e misericórdia de Deus: "Primeiro, no conflito entre justiça e misericórdia graciosa, e, posteriormente, em seu acordo amigável, ou antes, sua junção por meios de assistência conciliadora de sabedoria"[20]. Em outras palavras, Deus quis mostrar misericórdia para a humanidade caída, mas ele só poderia fazer isso de forma que, ao mesmo tempo, cumprisse sua justiça. Em sua sabedoria, Deus uniu as duas coisas na decisão de apontar Cristo como mediador por intermédio de sua vida e morte. A sabedoria exigiu, Armínio argumentou, que o mediador fosse tanto humano quanto perfeito, então a Palavra de Deus foi designada para empreender o ofício de sacerdote "para oferecer a Deus sua própria carne como um sacrifício pela vida do mundo"[21]. Deus exigiu Cristo, que voluntariamente concordou em "dar sua alma como vítima em sacrifício pelo pecado [...] [e] dar sua carne pela vida do mundo [...] [e] pagar o preço de redenção pelos pecados e a escravidão da raça humana[22]. Por fim, Armínio deixou clara a natureza penal do sacrifício de Cristo ao dizer que ele morreu na cruz, "desta forma pagando o preço de redenção pelos pecados ao sofrer a punição imputada a

---

18 Qualquer um que duvidar da adoção de Armínio da teologia federal deve considerar esta afirmação arminiana: "Há dois métodos ou planos pelos quais pode ser possível para um homem chegar a um estado de justiça ante Deus e de obter vida a partir dele, - um é de acordo com a justiça por intermédio da lei, por obras e 'de débito', a outra é de acordo com a misericórdia por intermédio do evangelho, 'pela graça e por intermédio da fé': Estes são os dois métodos são constituídos de tal sorte que não é permitido que ambos estejam em curso ao mesmo tempo; mas eles trabalham por um princípio, que quando o primeiro deles é inutilizado, uma vaga pode ser criada para o segundo" (Arminius, "Oration IV", Works, v. 1, p. 417).

19 Ibid. p. 409.

20 Ibid. p. 413.

21 Ibid. p. 415..

22 Ibid. p. 416.

eles"[23]. Claramente, para Armínio, a morte de Cristo não era meramente um exemplo de quanto Deus abomina o pecado! Era uma propiciação da ira de Deus resultante de sua misericórdia e consistiu de sofrer a punição que a humanidade merece pelo pecado. Desta forma, Cristo se tornou o novo cabeça da raça ao estabelecer um novo pacto entre Deus e o povo:

> Tal pacto não poderia ser estabelecido entre um Deus justo e homens pecaminosos, exceto como consequência de uma reconciliação que agradasse a Deus, a parte ofendida, e fosse completamente completado pelo sangue de nosso Sumo Sacerdote sendo derramado no altar da cruz. Ele que foi, de uma vez por todas, o sacerdote oficiante e o Cordeiro sacrificial, derramou seu sangue sagrado, e, desta forma, rogou e obteve para [por] nós a reconciliação com Deus"[24].

A morte de Cristo, para Armínio, não era uma mera demonstração de justiça para preservar o governo moral, ao passo que perdoasse os pecadores. Era a aplicação da punição justa pelo pecado humano sobre Cristo de maneira que as exigências pudessem atender o desejo de misericórdia e a reconciliação fosse realizada.

Hugo Grócio. Hugo Grócio (1583-1645) foi um dos primeiros partidários dos remonstrantes, mas ele não era pastor ou teólogo. Ele era um advogado holandês, diplomata e estadista. Em alguns de seus escritos ele tentou explicar a doutrina da expiação a fim de torná-la mais racional em termos de jurisprudência de sua época. Sua teoria veio a ser conhecida como teoria governamental da expiação. Ela frequentemente é atribuída a Armínio, que parece não ter tido nenhum conhecimento acerca desta teoria, e ela é encontrada em alguns escritos teológicos dos remonstrantes. De acordo com a teoria governamental de Grócio, Deus poderia simplesmente ter perdoado os pecados da humanidade sem qualquer sacrifício, mas ele decidiu oferecer a morte de Cristo como uma demonstração de quão sério ele trata o pecado a fim de

23 Ibid. p. 419.

24 Ibid. p. 423.

preservar seu governo moral do universo. Cristo padeceu *um* sofrimento, mas não *o* sofrimento imputado à humanidade; seu sofrimento e morte foram demonstrações desnecessárias da justiça pelo bem da santidade e justiça de Deus. Elas vindicaram a glória de Deus ao passo que ele perdoou a pecaminosidade da humanidade. John Miley, teólogo metodista do século XIX, explicou a expiação em grande detalhe em sua *Teologia Sistemática*, que muito se apropria das ideias de Grócio: "Os sofrimentos vicários de Cristo são uma expiação pelo pecado como substituto condicional para a pena, cumprindo, por intermédio do perdão do pecado, a obrigação de justiça e o ofício de punição no governo moral"[25]. Na teoria governamental de Grócio, então, Cristo não sofreu a punição real pelos pecados; ele sofreu um substituto pela punição pelos pecados. Foi uma "medida compensatória reitoral para a remissão da pena"[26]. Foi um "substituto provisório para a pena, e não a punição real do pecado"[27]. O motivo para tal expiação e seus efeitos era de tornar o perdão divino consistente com o governo moral ao exibir o horror de Deus ao pecado.

Que o próprio Armínio não ensinou tal expiação, ainda que ela seja comumente e de maneira equivocada chamada de "a teoria arminiana da expiação", é atestado por Miley e outras autoridades: "O próprio Armínio manteve tanto a substituição penal quanto a real condicionalidade do perdão"[28]. John Mark Hicks concorda e diz que na teologia de Armínio "Cristo sofreu tanto as punições temporárias quanto as punições eternas do pecado por todos os pecadores e satisfez estas punições"[29]. Alguns teólogos arminianos primitivos, todavia, foram influenciados por Grócio e, sob esta influência, se desviaram do próprio entendimento de Armínio desta questão.

Simão Episcópio. Simão Episcópio, talvez o primeiro teólogo verdadeiramente arminiano após Armínio, apresentou um relato da expiação que esteve

25 MILEY, John. . Peabody, Mass.: Hendrickson, 1989. v. 2, p. 68.

26 Ibid. p. 96.

27 Ibid.

28 Ibid. p. 121. Miley, que acreditava em uma versão da teoria governamental de Grócio, pensava que estes dois elementos eram inconsistentes um com o outro.

29 HICKS, John Mark. Filadélfia. Westminster Theological Seminary, 1985. p. 75.

aquém da robusta doutrina de Armínio. Em sua obra *Confession of Faith of Those Called Arminians,* Episcópio disse apenas que Cristo cumpriu os ofícios de profeta, sacerdote e rei, e que por sua obediência mereceu a reconciliação de todos os pecadores com Deus e abriu a porta para a salvação pela fé para os que aceitam a expiação. Ele não discutiu a questão da punição pelos pecados, e evitou qualquer teoria pormenorizada de como a morte de Cristo tornou o perdão de Deus possível e justo.

Philip Limborch. O teólogo remonstrante posterior Philip Limborch, todavia, adotou a teoria governamental da expiação entusiasticamente. De acordo com ele, Deus não tinha que punir os pecados; Deus poderia perdoar os pecados sem qualquer satisfação à sua justiça. Mas o caráter de Deus o impulsiona a agir de maneira justa, e a salvação deve ser consistente com a justiça (retributiva), então Deus ofereceu Cristo como um sacrifício imaculado, para sofrer como uma punição substituta ou alternativa à punição merecida pelos pecadores. Deste modo, a morte de Cristo satisfez a justiça pública de Deus. "Deus, em sua graça, aceitou a morte física de Cristo como um pagamento suficiente pelo pecado em relação às exigências físicas da Lei"[30]. Hicks resume bem a teoria da expiação de Limborch:

> De acordo com a teoria da expiação de Limborch, Cristo pagou um preço real, mas não o preço todo para a justiça de Deus. O preço era sua morte física, que demonstrava que Deus odiava o pecado e amava a justiça. O preço não possuía relação com a punição eterna do pecado, exceto que o preço abre um caminho de reconciliação pela suspensão da ira do Pai. Uma vez que esta ira foi publicamente exibida por intermédio de Jesus, a ira do Pai é aplacada e o caminho agora está aberto para a reconciliação com o homem. O Pai abriu um caminho de salvação pelo estabelecimento, por intermédio de seu Filho, de uma nova aliança na qual o perdão dos pecados é oferecido sob a condição da fé e arrependimento[31].

30 Ibid. p. 202.

31 Ibid. p. 206.

Desconhecemos até que ponto Episcópio e a primeira geração de remonstrantes foram influenciados por Grócio, mas Limborch obviamente bebeu muitíssimo do poço de Grócio e mergulhou nele. Neste relato da expiação, Cristo não carregou, de fato, os pecados da humanidade; ele não sofreu a punição pelo pecado da humanidade. Antes, ele sofreu uma punição substituta ou alternativa que mostra a ira de Deus contra o pecado. O sofrimento e morte de Jesus foram apenas de Cristo e não, de fato, da humanidade.

As visões de João Wesley e dos Teólogos Metodistas do século XIX acerca da Expiação

João Wesley. Até mesmo os críticos calvinistas do arminianismo mais severos admitem que João Wesley acreditava na teoria da substituição penal da expiação e não na teoria governamental. E, entretanto, Wesley foi um arminiano incontrito! Ele até mesmo nomeou sua revista para os metodistas de "*A Revista Arminiana*". O título só foi mudado décadas após sua morte. Wesley estabeleceu a expiação no amor de Deus pela humanidade assim como na justiça e ira de Deus com o pecado. Foi uma expiação universal, mas suas bênçãos (reconciliação com Deus, justificação, santificação) são aplicadas condicionalmente aos que se arrependem e creem. De acordo com Thomas Oden, erudito em Wesley, o fundador do metodismo seguiu as visões de Tertuliano, Cipriano e Anselmo intimamente, de maneira que

> A obra de Cristo é entendida como o pagamento de resgate ou satisfação. O pecador está endividado com dívidas que jamais podem ser pagas. A obra de Cristo paga todas as dívidas. Ele sofreu por toda a humanidade, suportou nossa punição, pagou o preço de nossos pecados por nós. Deste modo, não temos nada a oferecer a Deus, exceto os méritos de Cristo[32].

Wesley jamais cansou de descrever o grande sacrifício de Cristo e o chamava de propiciação da ira de Deus, carregando a maldição da lei e libertando os humanos

32 ODEN, Thomas C. . Nashville: Abingdon, 1994. p. 187.

da condenação ao pagar o preço pelos pecados. Estas imagens e metáforas abundam nos sermões de Wesley. Os crentes são justificados livremente por Deus, Wesley declarou, em virtude da expiação:

> Seus pecados, todos os seus pecados passados, palavra e feitos, estão cobertos, estão apagados, não mais serão lembrados ou mencionados contra o pecador, como se jamais tivessem existido. Deus não infligira sobre este pecador o que ele merecia sofrer, pois o Filho de seu amor já sofreu por ele. E a partir do momento que somos "aceitos por intermédio do amado", "reconciliados com Deus por intermédio de seu sangue", ele ama e abençoa e nos supervisiona para o bem, como se jamais tivéssemos pecado[33].

Fica claro que Wesley, de fato, acreditava na morte substitutiva de Cristo; não há uma sugestão sequer da teoria governamental em seus sermões, cartas ou ensaios. Até mesmo os calvinistas Peterson e Williams admitem: "Wesley nítida e fortemente afirma a expiação substitutiva, principalmente na linguagem da satisfação penal[34].

Após absolver Wesley de ensinar "a teoria arminiana da expiação", a teoria governamental, Peterson e Williams escrevem: "Nossa tese é que Wesley estava correto em ensinar a expiação substitutiva e que seus herdeiros erraram ao se desviar dela"[35]. Peterson e Williams escrevem como se *todos* os arminianos após Wesley tivessem adotado a teoria governamental em lugar de algo que eles chamam de "expiação substitutiva". Isto está correto? E a teoria governamental e a expiação substitutiva são, de fato, ideias antitéticas? A teoria governamental não inclui algum elemento de substituição? Antes de investigarmos os seguidores de Wesley do século XIX – Richard Watson, William Burton Pope, Thomas Summers e John Miley – deve ser dito que todos eles, como todos os arminianos, rejeitaram

33 WESLEY, John. "Justification by Faith", in . Nashville: Thomas Nelson, 1989. p. 182.

34 PETERSON, Robert A.; WILLIAMS, Michael D. . Downers Grove: Ill.: InterVarsity Press, 200., p. 193.

35 Ibid.

veementemente a expiação ilimitada. Todos eles defenderam que a visão do calvinismo rígido, de que Cristo representou apenas os eleitos em seu sofrimento, profana o caráter de Deus e o significado claro da Escritura. Além do mais, eles argumentaram que a universalidade da expiação não leva ao universalismo, pois ela contém um elemento de condicionalidade; Deus declara a expiação eficaz apenas para os que creem. Watson falou por todos os arminianos quando declarou que o sacrifício de Cristo é uma restauração da retidão que deve ser aceita pela fé, mas a fé não restaura a retidão; apenas a morte de Cristo pode restaurá-la. E a morte de Cristo foi necessária para a salvação dos humanos[36]. Por que foi necessária? Os arminianos do século XIX não concordaram plenamente entre si. Mas eles estiveram longe de estarem unidos na rejeição da substituição penal e na adoção da teoria governamental.

Richard Watson. Watson foi o primeiro teólogo sistematicista metodista wesleyano e sua obra *Institutas Teológicas* serviu, por gerações, como o manual de instrução padrão para o treinamento teológico metodista. Ele rejeitou a teoria governamental de Grócio e a considerou, por si só, inadequada para explicar por que Cristo teve de morrer e como sua morte tornou a salvação possível. Contrário a ideia de que Cristo sofreu uma pena que não fosse a nossa, Watson escreveu das passagens neotestamentárias da expiação: "Estas passagens [...] provam uma *substituição, um sofrimento em nosso lugar*. O castigo das ofensas foi colocado sobre ele visando a nossa paz; e as ofensas eram nossas, uma vez que elas não poderiam ser dele 'que não cometeu pecado e nem na sua boca se achou engano"[37]. Ele chamou, de maneira explícita, a morte de Cristo de uma "substituição penal", uma "propiciação" e um apaziguamento da "ira de Deus". De acordo com Watson, não há reconciliação fora do sacrifício expiatório de Cristo como propiciação da ira de Deus por meio do sofrimento vicário:

> Assim, portanto, estar reconciliado com Deus é tomar proveito do meio pelo qual a ira de Deus conosco é apaziguada, que o Novo Testamento expressamente declara ser, de modo geral, "oferta

36 WATSON, Richard. . New York: Lane & Scott, 1851. v. 2, p. 102, 104.

37 Ibid. p. 111.

> pelo pecado" dele "que não cometeu pecado" e, de modo instrumental, referente a cada pessoa individualmente, "fé em seu sangue"[38].

Watson encontrou pontos de valor e problemas tanto na teoria da satisfação quanto na teoria governamental. Ambas teorias posicionam-se contra a "visão sociniana", que se refere à crença de que a morte de Cristo foi apenas uma demonstração do amor de Deus e um exemplo moral, e, de jeito nenhum, uma satisfação das exigências da justiça. Ele apelou a Grócio contra Socino e seus seguidores e encontrou em Grócio um aliado para a promoção de um tipo de visão de satisfação da expiação na qual a morte de Cristo foi mais do que um exemplo, foi também uma satisfação real. Todavia, Watson criticou estas versões da teoria da satisfação tradicional que insistem que o sofrimento de Cristo foi o equivalente preciso do sofrimento de todo pecador; ele não conseguia ver sentido nisso. Antes, o sofrimento de Cristo foi o suficiente para satisfazer as exigências da justiça. Ao mesmo tempo ele criticou a teoria governamental por reduzir o motivo da expiação a uma conveniência (ex. Deus a viu como apropriada, ainda que não necessária). Watson explicou a teoria governamental de Grócio:

> Em uma palavra, nesta opinião, sugerem que Cristo fez propiciação por nossos pecados, não porque sua morte deva ser contada como compensação adequada ou um equivalente pleno pela remissão da punição, mas porque seu sofrimento em nosso lugar manteve a honra da lei divina, e, portanto, deu livre curso à misericórdia do legislador"[39].

O motivo pelo qual esta é uma definição inadequada da expiação, de acordo com Watson, é porque ela parece

> se referir à expiação mais em sabedoria e adequação como uma *conveniência* do que à sabedoria e adequação em relação íntima

38 Ibid. p. 121.

39 Ibid. p. 137.

> e inseparável com a justiça; e é defeituosa em não apontar qual é a relação entre a morte de Cristo e o cumprimento da lei de Deus, que permite a remissão da punição dos infratores, da qual eles falam[40].

Watson insistiu que, contrário à teoria governamental, a morte de Cristo deve ser entendida como exercendo um efeito no próprio Deus. Ela "satisfaz a retidão de seu caráter" apesar do pecado, que o desonra e não meramente exibe e sustenta seu governo moral:

> A satisfação da justiça divina pela morte de Cristo consiste, portanto, nisto, que esta provisão sábia e graciosa da parte do Pai tendo sido voluntariamente realizada pelo Filho, o justo Deus a determinou ser consistente com seu próprio caráter santo e justo e os objetivos da lei e governo, para perdoar todos os que tenham uma "fé verdadeira no sangue de Cristo", a propiciação designada para os pecados, como se eles todos tivessem sido punidos pessoalmente por suas transgressões[41].

Claramente, para Watson, a teoria governamental não poderia se sustentar em seus dois pés, ainda que sua ênfase no governo moral de Deus sustentada pela morte de Cristo seja útil. Ela apenas suplementa e não pode substituir a teoria da satisfação (ou teoria da substituição penal), que considera a morte de Cristo também como pagamento vicário, pena ou sofrimento de punição pelo bem da justiça e santidade de Deus, que foram ofendidas pelo pecado.

William Burton Pope. Pope foi um influente teólogo arminiano do século XIX que rejeitou a teoria governamental da expiação como inadequada, mas ele incorporou elementos dela em sua própria doutrina da expiação. Os críticos que supõem que todos os arminianos após Wesley adotaram a teoria governamental, em virtude de estarem encantados com sua utilização de temas e motivos governamentais, esquecem-se das críticas

40 Ibid. p. 137-8.

41 Ibid. p. 139.

feitas à teoria de Grócio como defeituosa. Pope tentou manter junto três temas acerca da morte de Cristo: substituição, governo e influência moral[42]. Para ele, o governo moral de Deus era vindicado pela expiação, mas isso era mais um resultado da expiação do que seu próprio propósito ou efeito[43]. O propósito principal da expiação foi a propiciação por intermédio de uma punição substitutiva. Pope criticou a visão de Grócio da expiação:

> Grócio fundou o que tem sido chamado de teoria Governamental ou Reitoral da Expiação, que insiste muito exclusivamente em sua necessidade para a vindicação da justiça de Deus como o Regente de tudo. Sem falar da repugnância invisível sentida por toda mente reverente ao pensamento de que nosso Senhor foi feito, deste modo, espetáculo para o universo, esta teoria erra ao supervalorizar um propósito subordinado[44].

Pope explicou sua teoria totalmente arminiana da expiação:

> O sacrifício de nosso Salvador na cruz finalizou uma obediência perfeita que Ele ofereceu em Sua Pessoa Divino-Humana. Esta foi Sua própria obediência, e, portanto, de infinito valor ou mérito, mas foi vicário, e seu benefício pertence absolutamente à nossa raça, e, em certas condições, a todo membro dela. Como proveitosa para o homem, pela designação de Deus, ela não é nada menos que satisfação, concedida pelo amor Divino, das reivindicações da justiça Divina, em relação à transgressão: que pode ser vista, por um lado, como uma expiação da punição devida à culpa do pecado humano e, por outro lado, como uma propiciação do descontentamento Divino, que é, desta forma, mostrado ser consistente com a boa vontade infinita para com os pecadores da humanidade. Mas a expiação da cul-

42 POPE, William Burton. . New York: Phillips & Hunt, s/data. v. 2, p. 314.

43 Ibid. p. 276.

44 Ibid. p. 313.

> pa e propiciação da ira são um e o mesmo efeito da Expiação. Ambas supõem a existência do pecado e a ira de Deus contra elas. Mas, no mistério da Expiação, a provisão da misericórdia eterna, por assim dizer, antecipa a transgressão, e o amor, em toda representação dela, sempre tem a primazia. A paixão é mais a exibição do que a causa do amor divino para com o homem[45].

Pope considerava o que Cristo fez na cruz um sofrimento substitutivo da ira de Deus contra o pecado que alivia a ira e torna possível o amor e o justo perdão, que é o principal motivo por trás da cruz.

Thomas Summers. Summers foi outro teólogo arminiano importante que se opôs à teoria governamental como uma explicação insuficiente do motivo pelo qual Cristo morreu e qual efeito sua morte exerceu em Deus e na humanidade. Na verdade, Summers falou contra a teoria de Grócio como "heresia superficial e sentimental!"[46]. Assim como Pope, ele uniu três aspectos necessários da expiação: propiciação, governo e moral[47]. Cada aspecto faz sua própria contribuição singular para um entendimento holístico da expiação, mas nenhum pode dizer tudo o que precisa ser dito acerca da morte de Cristo. Contra a teoria de Grócio, Summers disse: "Refutamos que, tanto no Novo Testamento quanto na experiência cristã, a cruz de nosso Senhor Jesus Cristo é infinitamente mais do que a personificação das forças do governo moral"[48]. Antes, o sacrifício propiciatório de Cristo, de fato, reconciliou o Pai com a humanidade e preparou para a consequente reconciliação da humanidade com Deus[49].

> A expiação é a satisfação feita a Deus pelos pecados de toda a humanidade, originária e presente, pela mediação de Cristo, e, em

45 Ibid. p. 264.

46 SUMMERS, Thomas O. . Nashville: Publishing House of the Methodist Episcopal Church, South, 1888. v. 1, p. 258.

47 Ibid. p. 265.

48 Ibid. p. 270.

49 Ibid. p. 268.

> especial, por sua paixão e morte, de sorte que o perdão possa ser concedido a todos, ao passo que as perfeições divinas são mantidas em harmonia, a autoridade do Soberano é sustentada[50].

Summers argumentou que a teoria governamental não é a verdadeira teoria arminiana da expiação e disse que embora ela possa aprovar a si mesma como um "racionalismo raso", ela não oferece uma interpretação adequada da Escritura, em virtude de suas profundas distorções da propiciação e reconciliação[51]. Todavia, Summers encontrou certo valor nesta teoria porque ela exibe a "bondade reitoral do Soberano universal que é justo em todos os seus caminhos" e, deste modo, "desencorajará o homem de pecar"[52].

Charles Finney. Quase indubitavelmente, dois teólogos do século XIX se destacam como os principais responsáveis pelo mito de que a teoria governamental é a "teoria arminiana" da expiação. Eles são Charles Finney e John Miley. Finney, contudo, não era um arminiano ver p. 34-37. Sua teologia estava mais próxima do semipelagianismo; não possuía raízes arminianas clássicas e pode ter sido influenciado pelo remonstrante posterior Philip Limborch (conforme transmitido a Finney por Nathaniel Taylor). Pelo menos seus padrões de pensamentos são semelhantes. Finney rejeitava a teoria da satisfação e da substituição penal da expiação em favor da teoria governamental: "A expiação de Cristo teve por intenção uma satisfação da justiça pública"[53]. Para ele, o sofrimento e morte de Cristo justificaram o perdão de Deus dos pecados e a eliminação da justiça retributiva voltada aos pecadores. A expiação sustentou o governo moral de Deus do universo, mas não foi, de forma alguma, um padecimento real de punição devida pelos pecadores.

John Miley. John Miley, teólogo metodista preeminente e um arminiano do final do século XIX, adotou e promoveu a teoria governamental da expiação. Ele

---

50 Ibid. p. 258-9.

51 Ibid. p. 273.

52 Ibid. p. 283.

53 FINNEY, Charles. , Ed. J. H. Fairchild, abr. Ed. Minneapolis: Bethany House, 1976. p. 207.

argumentou que "os sofrimentos vicários de Cristo são uma expiação pelo pecado como um substituto condicional para a pena, cumprindo, por intermédio do perdão do pecado, a obrigação de justiça e o ofício de punição no governo moral"[54]. Para ele, Cristo não suportou nenhuma punição ou pena pelos pecados. O propósito e efeito da expiação foi pura e simplesmente preservar o governo moral conforme Deus concede perdão aos que se arrependem[55]. O argumento de Miley, persuasivo para alguns arminianos posteriores, foi que há uma inconsistência entre a universalidade e a condicionalidade da expiação nas teorias da satisfação e da substituição penal[56]. Ele asseverou que se Cristo morreu por todos no sentido de suportar a punição ou pagar a pena de todos, então todos estão salvos. Este também é um argumento utilizado pelos calvinistas contra o arminianismo. Miley aceitava o argumento e ofereceu a teoria de Grócio da expiação como a solução. Ele não precisava ter feito isso. Não há inconsistência entre a representação de Cristo de todos em seu sofrimento e morte e a condição de que, a fim de se beneficiar desta representação, as pessoas precisam tirar vantagem de seus benefícios pela fé.

Conclusão.

Os críticos que alegam que a teoria governamental da expiação é a "teoria arminiana" da expiação simplesmente não fizeram seu dever de casa. Dos quatro maiores teólogos arminianos do século XIX, apenas um - John Miley – de forma clara e sem muita reflexão, aceitou esta visão e a incorporou em sua teologia sem maiores alterações. Os outros ou a rejeitaram (Summers) ou aceitaram partes dela, ao passo que aderiram principalmente à teoria da satisfação ou da substituição penal (Watson e Pope). Fica claro, então, que a identificação da teoria governamental com o arminianismo está errada. Armínio não a ensinou. Episcópio não parece ter aderido a ela. Limborch, o pseudoremonstrante arminiano, ensinou uma versão dela. Wesley a rejeitou, assim como a maioria de seus seguidores do século XIX.

54 MILEY, John. . Peabody, Mass.: Hendrickson, 1989. v. 2, p. 68.

55 Ibid. p. 69.

56 Ibid. p. 193.

Por que mitos como este começam e por que eles ganham vida própria de maneira que é quase impossível refutá-los? Uma teoria é a de que muitos críticos calvinistas do arminianismo dos séculos XX e XXI aprendem estes mitos principalmente (se não completamente) a partir do cáustico ataque do teólogo de Princeton, B. B. Warfield, à *Teologia Sistemática* de John Miley[57]. Todavia, alguns calvinistas deram-se ao trabalho de ler alguns teólogos arminianos do século XX e encontraram, em seus escritos, a teoria governamental.

Arminianos do século XX e a Expiação

H. Orton Wiley. H. Orton Wiley, teólogo arminiano evangélico seminal do século XX e do movimento de santidade, foi influenciado por John Miley. Ele tentou combinar a teoria governamental com a teoria da substituição penal, mas acabou adotando a primeira em sua totalidade. Wiley pareceu estar convencido pelo argumento de Miley de que a substituição penal ou a teoria da satisfação da expiação exigia o universalismo ou a expiação limitada. Ele equivocadamente atribuiu o início da teoria governamental a Armínio[58]. Ele confiou, muito fortemente, na descrição de Miley da doutrina: "A expiação é desta forma determinada a consistir nos sofrimentos de Cristo, como um substituto provisório à pena visando o governo moral"[59]. Cristo não sofreu a punição real devida pelos pecadores, mas sofreu uma punição aceita por Deus em lugar daquela pena:

> A teoria governamental da expiação [...] torna eminente o sacrifício de Cristo como um substituto pela pena. Ela mantém que a morte na cruz marcou o descontentamento de Deus contra o pecado, e, portanto, sustenta a majestade divina e torna possível o perdão dos pecados. Nesta teoria, o sacrifício de Cristo é considerado um substituto para justiça pública em vez da justiça retributiva[60].

---

57 WARFIELD, B.B. "A Review of Systematic Theology" in , vol. 2, Ed. John E. Meeter. Phillipsburg, Penn.: Presbyterian & Reformed, 1980.

58 WILEY, H. Orton. . Kansas City, Mo.: Beacon Hill, 1941. v. 2, p. 252.

59 Ibid. p. 258.

60 Ibid. p. 295.

Wiley corretamente observou que a teoria da substituição penal (ou teoria da satisfação) não possui um monopólio sobre a substituição. A teoria governamental também a sustenta[61]. É errado para os críticos da teoria governamental, tal como Peterson e Williams, colocá-la contra a expiação substitutiva. Nela Cristo sofre e morre no lugar dos pecadores. Pode não ser por suas próprias punições (ex. a punição que merecem), mas é um sofrimento substituto para aquele sofrimento. Mesmo para os que defendem a teoria governamental, Cristo foi nosso substituto. Ele sofreu um martírio pelo pecado que Deus aceitou como adequado para atender às exigências da justiça divina. A única diferença real entre a teoria governamental e a satisfação tradicional, ou teoria da substituição penal, é que Cristo não sofreu a pena de punição merecida por todas as pessoas.

R. Larry Shelton. Outro teólogo arminiano wesleyano do século XX que encontra mérito na teoria governamental da expiação é R. Larry Shelton. Ele parece aceitar a crença de Miley e de Wiley que a substituição penal conflita com a condicionalidade da salvação dentro da universalidade arminiana da expiação. Ele encontra certo valor no motivo da satisfação de Anselmo e no modelo de exemplo moral de Abelardo, mas se inclina fortemente em direção à visão governamental:

> O modelo governamental abre um conceito mais pessoal para entender a obra de Cristo do que o que é encontrado nos conceitos judiciais substitutivos penais ou transacionais. Conforme modificado pelos arminianos wesleyanos [Miley e Wiley?], a ideia governamental é aprimorada e a necessidade para a união-fé com Cristo como condição para a salvação é mais fortemente embasada[62].

F. Leroy Forlines. Não deveria se supor que todos os teólogos arminianos do século XX adotassem a teoria governamental da expiação. F. Leroy Forlines, teólogo

61 Ibid. p. 245.

62 SHELTON, R. Larry. "Initial Salvation" in , Ed. Charles W. Carter. Grand Rapids: Zondervan, 1983. p. 505.

da igreja Batista Livre, ao ponderar sobre teoria governamental, a rejeita sobre os seguintes embasamentos:

> todos os princípios válidos de que a teoria governamental propõe sustentar são melhor feitos pela teoria da satisfação. A teoria da satisfação mostra com mais êxito a importância da santidade e a seriedade do pecado. Ela apresenta uma visão mais elevada do amor de Deus. Ela cria um fundamento mais sólido em relação ao governo de Deus[63].

Ele dá um aval significativo à teoria da substituição penal:

> Quando Jesus Cristo foi para a cruz, todos os pecados de todo o mundo, que já haviam sido cometidos, que estavam sendo cometidos e os que seriam cometidos, foram colocados sobre ele. Com nossos pecados sobre Ele, Ele tomou nosso lugar sob a justa ira de Deus. Deus derramou sua ira sobre Ele como se ele fosse o culpado por todos os pecados de toda a humanidade... Em um sentido real e literal, Jesus tomou o lugar de todo pecador[64].

Thomas Oden. Outro teólogo arminiano contemporâneo que defende algo semelhante à teoria da substituição penal em oposição à teoria governamental é o metodista Thomas Oden. Em sua magistral obra *Teologia Sistemática* ele resume os três pontos decisivos da morte expiatória de Jesus à boa maneira arminiana: "(1) sua *necessidade*, não há salvação exceto por intermédio da morte de Cristo; (2) ela é *ilimitada em sua extensão*, ela é útil para todos os pecadores e para todo pecado; e (3) ela é *condicional* em sua aplicação, ela é eficaz apenas para o pecador penitente e que crê"[65]. De acordo com Oden, Cristo

63 FORLINES, F. Leroy. . Nashville: Randall House, 2001. p. 203.

64 Ibid. p. 187.

65 ODEN, Thomas C. . San Francisco: Harper & Row, 1989. p. 357.

> suportou a culpa e pagou as suas penas. Por seu sofrimento e morte Cristo removeu a discórdia entre Deus e a humanidade [...] Por este recurso, ele tornou a satisfação plenamente suficiente para todos e disponível a todos [...] Sua obediência passiva consistia principalmente em seu ato de morte de pagar a pena devida por outros pecadores. Ele tomou o sofrimento deles, expiando seus pecados. Por sua obediência Cristo nos libertou da maldição da lei (Gl 3.13; Jo 1.29; Rm 8.32)[66].

Assim como Wesley antes dele, o metodista Oden adota a teoria da satisfação penal clássica em sua forma de substituição penal. Não há uma sugestão sequer da teoria governamental em seu pensamento, a menos que seja simplesmente ao afirmar que a expiação sustenta a justiça e a retidão de Deus. Que ele é um arminiano, isto é demonstrado em sua forte declaração da universalidade e condicionalidade da expiação, assim como seu significante aval da teologia de Armínio como a recuperação, em um contexto pós-reforma, do consenso ecumênico primitivo [67].

Só podemos ansiar que os críticos que imputam a teoria governamental da expiação a todos os arminianos e a chamam de "a teoria arminiana da expiação" reconsiderem esta acusação, assim como também a tentação de colocar a visão arminiana contra os modelos de substituição da expiação. A teoria governamental, ainda que com todas as suas falhas, de fato, retrata a morte de Cristo como uma substituição da justiça retributiva divina contra os pecadores. Todavia, muitos arminianos, incluindo o próprio Armínio, a evitaram, outros a atacaram duramente e a condenaram sem comprometer suas credenciais arminianas.

---

66 Ibid. p. 361.

67 Id. . Nashville: Abingdon, 1993, p. 152.

CONCLUSÃO

Regras de engajamento para Calvinistas e Arminianos Evangélicos

EMBASADO NA EXPOSIÇÃO DO VERDEIRO Arminianismo neste livro, eu, de maneira confiante, afirmo que o arminianismo é uma opção evangélica legítima e que os arminianos não deveriam se envergonhar de se intitularem arminianos, e que o façam com orgulho. O estigma atrelado ao arminianismo é infundado e deve desaparecer. Mas e as alegações de que o arminianismo leva inevitavelmente ao unitarismo, universalismo e à teologia liberal? Na infame edição de 1992 da revista *Modern Reformation* dedicada ao arminianismo, Michael Horton declarou: "Em todo o lugar em que o arminianismo foi adotado, seguiu-se o unitarianismo, levando a um leve liberalismo das principais denominações atuais[1]. Tal afirmação também é um mito. Primeiro, ela ignora o fato de que o pai da teologia liberal – Friedrich Schleiermacher, que foi calvinista – sequer foi tocado pelo arminianismo. A afirmação também ignora o fato de que o cenário evangélico atual está repleto de arminianos que são completamente ortodoxos na teologia, e que sempre houve arminianos ortodoxos entre os evangélicos. Sejam lá quais forem suas particularidades que pareçam estranhas aos forasteiros, os pentecostais, os cristãos do movimento de santidade são tão bíblica e teologicamente conservadores quanto a maioria dos calvinistas. A alegação de que estas igrejas estão com brechas de heresias ou à beira da heresia não é nada mais do que uma calúnia perversa. Mas o mesmo pode e deveria ser dito acerca do outro lado: arminianos que colocam o dedo em riste contra o calvinismo e o denunciam como

1 HORTON,Michael S. "Evangelical Arminians", Modern Reformation n. 1, 1992. p. 16.

heresia, não escriturístico ou equivalente ao fatalismo pagão, deveriam aprender a apreciar as grandes contribuições da teologia reformada para o protestantismo e reconhecer e admitir o débito que o evangelicalismo tem com o calvinismo.

Os partidários de ambos os lados dentro do evangelicalismo deveriam concordar acerca de algumas regras básicas de discurso. Primeiro, antes de falar ou escrever acerca da teologia alheia, devemos estar certos de que a lemos e que somos capazes de descrevê-la assim como seus melhores representantes a descreveriam. Em suma, antes de dizer "eu discordo", devemos ser capazes de verdadeiramente dizer "eu entendo". Os calvinistas que atacam o arminianismo devem ter, ao menos, um mínimo de conhecimento de Armínio e de dois ou três teólogos arminianos evangélicos robustos. Os arminianos devem se abster de criticar o calvinismo até que tenham lido Calvino e alguns teólogos reformados que o seguem muito de perto.

Segundo, os críticos sempre devem estar certos de que não estejam atacando uma falácia. Isto acontece toda vez que os críticos calvinistas do arminianismo apontam suas armas não no verdadeiro arminianismo, mas em uma religião evangélica popular que, às vezes, vagamente se assemelha ao arminianismo e, de uma maneira bastante distorcida. A capa da edição de maio-junho de 1992 da revista *Modern Reformation* exibia uma cédula de votação na qual Deus vota pela salvação, Satanás vota contra a salvação de certa pessoa e o no voto final da urna está escrito: "EMPATE! Você tem o voto de minerva". Não há dúvidas de que tal exemplo foi extraído de um folheto verídico, mas isso não é o verdadeiro arminianismo. Tal banalidade da religião popular não deveria ser utilizada para ilustrar o arminianismo. Os arminianos jamais diriam: "Deus vota por sua alma; o diabo vota contra sua alma; o poder de decisão está com você". Tais clichês são indignos do arminianismo, assim como os críticos que fazem uso dos mesmos contra o arminianismo. Os calvinistas se irritam quando os oponentes descrevem o calvinismo como fatalismo estoico. Os calvinistas deveriam evitar fazer a mesma coisa com o arminianismo.

Terceiro, tanto os calvinistas quanto os arminianos devem admitir as fraquezas de suas próprias teologias e não fingir que apenas o outro lado possui tensões, aparentes inconsistências e dificuldades em explicar passagens bíblicas e mistérios. Devemos evitar a todo custo o uso de dois pesos e duas medidas. Se apontarmos as aparentes in-

consistências na teologia do outro e argumentarmos que tais inconsistências mostram fraqueza, não devemos fingir que nossa própria teologia esteja isenta de tais falhas.

Por fim, os calvinistas e arminianos devem evitar, a todo custo, atribuir aos partidários do outro lado crenças que estes partidários, de maneira explícita, rejeitam. Isto frequentemente acontece porque os críticos acham que sabem onde certas crenças alheias devem, pela lógica, resultar e então atribuem a "consequência necessária e lógica" (da forma como veem) de uma crença ao outro ainda que este a negue. Por exemplo, os calvinistas geralmente dizem que os arminianos acreditam que a decisão do livre arbítrio da fé é o fator decisivo na salvação. Esta é a forma como os calvinistas enxergam a questão, mas os arminianos não dizem e nem acreditam nisto. De mesma sorte, os arminianos, às vezes, dizem que os calvinistas acreditam no fatalismo, mas os calvinistas rejeitam o fatalismo. Ambos os lados deveriam aprender a dizer: "Esta é a consequência lógica da crença do outro" e, após isso, dizer o seguinte: "mas eles não seguem a lógica nesta questão". Não há nada de errado em refutar um ponto de vista tendo por base onde ele parece inevitavelmente chegar. Os arminianos rejeitam o calvinismo rígido porque ele parece levar inevitavelmente a Deus como sendo o autor do pecado e do mal. Em outras palavras, é justo dizer: "Se eu fosse um calvinista, eu teria de acreditar que Deus é o autor do pecado e do mal, e nisto eu não posso acreditar". Também é justo dizer: "Embasado na lógica, os calvinistas devem dizer que Deus é o autor do pecado e do mal, porque esta é a única alternativa consistente com tudo o que eles acreditam". Todavia, é injusto dizer estas coisas acerca do calvinismo sem também dizer: "mas a maioria dos calvinistas não acreditam que Deus seja o autor do pecado e do mal". Os calvinistas que argumentam contra o arminianismo deveriam seguir esta mesma regra de justiça, admitindo que os arminianos não acreditam que a decisão livre da fé capacitada pela graça preveniente seja o fator decisivo na salvação.

Se ambos os lados seguissem estas normas de imparcialidade simples e de bom senso, eles poderiam coexistir e cooperar pacificamente – o evangelicalismo seria mais forte e sua missão aprimorada. Mas isto exige boa vontade e diálogo. Mas aparentemente alguns calvinistas e alguns arminianos não se importam com a imparcialidade. Tal comportamento é demonstrado na Internet, onde websites cria-

dos por seguidores apaixonados de ambas as teologias incluíram artigos depravados atacando o ponto de vista alheio e seus partidários. Um website descreve "o Cristo do arminianismo" como um falso Cristo, pior do que o Cristo de qualquer seita. Gráficos e testes que identificam o arminianismo com o semipelagianismo, se não pelagianismo, são encontrados com frequência em websites calvinistas. Estas táticas devem parar, e os calvinistas e arminianos bem intencionados devem denunciar estes erros e estas táticas desonestas. A responsabilidade de limpar o bom nome do calvinismo da calúnia feita por arminianos superzelosos não deve ser apenas dos calvinistas, assim como não cabe apenas aos arminianos defenderem o verdadeiro arminianismo das distorções e falsas acusações.

Um erudito calvinista conciliador casualmente me contacta para obter uma descrição arminiana de algum ponto da teologia arminiana, pois ele sabe que a autodescrição é sempre melhor do que a descrição feita por alguém de fora. Ele certa vez me perguntou por que os arminianos contestam quando os calvinistas dizem que o arminianismo torna a decisão da fé o "fator decisivo" na salvação. Ele provavelmente ainda acredita que tal seja o caso, mas após uma conversa ele pode entender melhor porque os arminianos não gostam de tal acusação. Eu, rotineiramente entro em contato com amigos calvinistas e conhecidos para elucidar certos pontos da teologia calvinista. O que digo não é para que o debate cesse, pois as diferenças, de fato, importam! Mas um debate conciliador e honesto deve ser justo.

Os calvinistas e arminianos podem coexistir pacificamente e cooperar sob a abrangente tenda do evangelicalismo? Quando reconhecerem um ao outro como evangélicos autênticos, eles podem. É angustiantemente estranho encontrar alguns calvinistas dizendo, por exemplo, que o arminianismo está "no precipício da heresia" ou que os arminianos são "cristãos, mas minimamente", e não imaginando porque os arminianos se ofendem. Dentro de suas próprias organizações, os calvinistas e arminianos podem e provavelmente devem enfatizar suas particularidades, não permitindo deslize para a teologia alheia. Mas o evangelicalismo é um movimento multidenominacional e transdenominacional; ele não tem sede e não possui limites fixos. Os evangélicos têm muito em comum, incluindo a missão de proclamar Jesus Cristo ao mundo. Eles podem cumprir esta missão melhor juntos do que separa-

dos. Quando estiverem em contextos onde nem o calvinismo nem o arminianismo são a norma, como na NAE (Associação Nacional [Estadunidense] de Evangélicos e organizações semelhantes), eles devem enfatizar seus pontos em comum e evitar fazer comentários rudes uns dos outros. Infelizmente, alguns calvinistas evangélicos trabalham arduamente para transformar a teologia calvinista como a norma da fé evangélica. Os arminianos são marginalizados, se não excluídos às escondidas. Os arminianos, todavia, não são novatos no cenário evangélico. Eles estavam lá na fundação da NAE e na maioria de outras organizações evangélicas, incluindo seminários transdenominacionais que agora evitam contratar arminianos.

Apesar de seus pontos em comum, dos compromissos evangélicos e espírito iguais, muitos calvinistas e arminianos provavelmente não podem coexistir pacificamente nas mesmas igrejas sem reduzir a teologia e a adoração à superficialidade. Isto não significa que não possam cooperar e aceitar um ao outro como iguais dentro do amplo movimento evangélico que inclui muitas diferenças teológicas. Por exemplo, apenas em situações raras e muito incomuns, os que defendem o pedobatismo e o batismo de crentes coexistem dentro de uma mesma congregação, mas dentro da ampla coalização evangélica eles trabalharam juntos sem rancor ou competição há anos. A situação provavelmente será a mesma para calvinistas e arminianos apaixonados. Eles procurarão igrejas onde as visões características da soberania de Deus e da liberdade humana serão valorizadas e ensinadas, e tais características moldarão a adoração e o cuidado pastoral. Mas isto não deveria ser uma barreira para que abraçassem como irmãos e irmãs na fé os evangélicos de outra persuasão que são igualmente comprometidos com os princípios do evangelho.

Anseio que este livro contribua para um melhor entendimento do arminianismo. Se ele contribuir, os arminianos evangélicos irão se posicionar teologicamente e reivindicarão o arminianismo sem vergonha ou medo de exclusão; os calvinistas verão que muito do que ouviram acerca do arminianismo é simplesmente falso, e, consequentemente, começarão a disseminar a boa mensagem, que os arminianos não são tão diferentes em suas convicções teológicas fundamentais. Afinal de contas, os arminianos também enfatizam a graça de Deus e não atribuem nenhuma bondade espiritual ao empreendimento humano; eles também acentuam a soberania de

Deus e rigidamente evitam conceder ao homem um status autônomo acima de Deus. Ainda que os arminianos deem a estas doutrinas suas ênfases distintivas, embasadas na leitura da Escritura, eles permanecem no mesmo solo da ortodoxia protestante juntamente com os calvinistas, tirando o foco deles mesmos e direcionando para a glória e o amor de Deus revelados em Jesus Cristo.

Índice de Nome

Abelardo, 310

Adams, James Luther, 64

Alexander, Archibald, 150

Anselmo, 292, 300

Aquino, Tomás de, 114, 181, 183

Arminio, Jacó (Tiago), 18-20, 23-27, 28-30, 31-33, 37, 40-42, 49, 51, 53-54, 57-69, 71-76, 81, 94, 103-105, 107-109, 114-120, 127, 131-137, 139, 141, 145, 149-151, 154-165,167, 169,178-179, 181-188, 190, 192, 194-197, 200, 202, 208- 219,221, 233, 235-248,250, 252-256,261.

Atanásio,75, 116

Agostinho, 25, 39, 114, 166, 168, 180, 187, 246,

Bangs, Carl, 28-29, 61-64, 212, 264

Bangs-Wynkoop, Mildred, 10

Barth, Karl,60, 239, 242,

Basinger, David, 256,

Berkhof, Hendrikus, 60

Beza, Theodore, 58, 61-62

Boettner, Loraine, 150

Boice, James Montgomery, 10, 178-180, 183

Bucer, Martin, 22, 57, 61, 122

Buridan, 91

Calvino, João, 21-22, 25, 29-31, 49, 57-58, 61, 70, 73, 80-81, 97, 115, 122, 131-132, 142-143, 152-153, 155, 183, 194, 221-222, 237,262, 264, 273, 282, 292, 316

Campbell, Alexander, 19

Cassiano, João, 39, 105

Chauncy, Charles, 30,

Cipriano, 300

Clarke, Adam, 227

Collibus, Hippolytus, 29,155-157, 186, 235-236

Collins, Jenneth, 276

Coornhert, Dirk, 61

Cottrell, Jack, 171-173, 251, 257,

Craig, William Lane, 253-254

Cranmer, Thomas, 122

DeWolf, L. Harold, 34

Dunning, H. Ray, 74, 113-114, 171, 227-228, 249

Edwards, Jonathan, 30, 36, 93, 96, 150, 166

Episcópio, Simão, 30, 64, 109, 117, 136-137, 145, 160-163, 188-192, 215-

217, 219, 241-242, 270-272, 277, 298-299, 308,

Erasmo, 29, 81, 121

Finney, Charles, 34-36, 74, 195, 219, 221, 307,

Fletcher, John, 32

Forlines, H. Leroy, 38, 113, 228-229, 251, 311

Godfrey, W. Robert, 86, 180, 207-208

Gomaro, Francisco, 28-29, 62, 132-133

Grenz, Stanley J., 38

Grócio, Hugo, 30, 34, 290-291, 297-300, 302-303, 305-306, 308

Guthrie, Shirley C., 51

Guy, Fritz, 93, 146,

Harmensz/Harmenszoon, Ver Arminio, Jacó, 18

Harrison, A. W., 29, 40-41, 62

Hasker, William, 256

Helm, Paul, 153-154, 174,

Heron, Alasdair, 59-60

Hicks, John Mark, 73, 192, 218, 272, 298-299

Hodge, Charles, 25, 34, 150

Hoenderdal, Gerrit Jan, 64

Holifield, E. Brooks, 53-54

Hooker, Richard, 121

Horton, Michael, 105-106, 122, 179-180, 207-208, 261-263, 315

Hubmaier, Balthasar, 29

Kant, Immanuel, 226

Klein, William, 251

König, Adrio, 50, 60, 68,

Lake, Donald, 64

Law, William, 274

Letham, Robert, 72

Limborch, Philip, 30, 32-33, 35, 64, 73-74, 109, 137-138, 145, 162-163, 190, 192, 194-197, 216-219, 221-222, 224,227, 241-242, 270-274, 277-78, 299-300, 308

Lutero, Martinho, 19, 25, 109, 121-122, 132, 142, 155, 183, 194, 261-262, 264, 267, 274, 276,

MacDonald, William G., 146

Marshall, I. Howard, 38, 229, 251

McCabe, Lorenzo, 256

Melanchton, Philip, 19, 29, 62, 104, 121

Miley, John, 33, 34, 37, 52, 60, 74, 111-112, 119,144-145, 165, 168-169, 195, 197-198, 225-226, 245-247, 277, 280-281, 298, 301, 307-310,

Molina, Luis, 253-254

Moody, Dale, 38

Muller, Richard A., 58, 60, 63, 69, 160, 181

Nassau, Príncipe Maurício de, 62-63

Oden, Thomas, 37, 110, 117-118, 136, 139, 164, 168, 170, 192, 219, 230, 243, 249-259, 273-274, 284-285, 290, 300, 311-312

Orígenes, 116

Outler, Albert, 110, 220,

Palmer, Edward H.,51, 70, 82-84, 91, 128-131, 149-150,153-154, 177-180,206-207,288-290

Pascal, Blaise, 253

Pelágio, 64, 105, 180

Perkins, William, 132-133, 184

Peterson, Robert A., 101, 126-127, 181-182, 199, 201, 291-292, 301, 310

Pinnock, Clark, 10, 38, 145, 256,

Pope, William Burton,33-34, 37, 44, 74, 111, 119-120, 143-145, 165, 167-168, 170, 195-197, 199, 222-224, 246, 277-279, 301, 304-306, 308

Reichenbach, Bruce, 251

Rice, Richard, 256

Riddlebarger, Kim, 102, 126, 288

Ritchie, Rick, 126

Sanders, John, 256

Schleiermacher, Friedrich, 31, 194, 315

Sell, Allan P. F., 22-23, 60, 70,

Shank, Robert, 9, 251

Shelton, Larry, 228, 310,

Simmons, Menno, 29

Slaate, Howard, 64-65,231, 264,

Smedes, Lewis, 60

Socino, Fausto, 39, 103, 303

Sproul, R. C., 207,

Spurgeon, Charles, 87

Strong, Augustus Hopkins, 150,

Stuart, Moses, 73

Summers, Thomas O., 33-34, 37, 74, 111, 119, 165, 168-169, 195, 197-198, 224-226, 245-247, 277, 279-280, 301-306-308

Taylor, John, 30

Taylor, Nathaniel, 219, 307

Tertuliano, 300

Thiessen, Henry C., 54-55, 171, 247-248, 283

Uitenbogard, 266

Walls, Jerry, 38, 92, 94, 142-143

Warfield, B. B., 33-34, 150, 309

Watson, Richard, 32-34, 37, 74, 111, 119 142-145, 165-168, 195-199, 219, 221-222, 224, 226, 245-246, 277-279, 301-304, 308

Wesley, João, 19, 23, 27, 31-35, 37-38, 42, 49, 70-71, 73-75, 93-94, 103-105, 110, 112-114, 117-122, 139, 142, 144-146, 163-164, 188, 192-196, 198-200, 202, 216, 219-221, 243-249, 262, 273-276, 290-291, 300-302, 304, 308, 312,

Whitefield, George,140, 243

Whitehead, Alfred North, 112

Wiley, H. Orton, 10, 36-39, 42, 44, 46-47, 65, 74, 82-85, 120, 190, 201-202, 226-228, 248-249, 281-283, 290, 309-310,

Williams, Michael D., 126-127, 181, 201, 291-292, 301, 310

Wiit, William Gene, 14, 68-69, 114-116, 133, 183, 209, 240, 252, 254-255, 269, 273, 292,

Wood, A. Skevington, 264, 273

Zuínglio, Ulrico, 22, 57, 61, 122, 130

Índice de Assunto

Adoração, 120, 180, 269, 319-320

Aliança De Evangélicos Confessionais, 121, 179

Aliança Mundial De Igrejas Reformadas (Amir), 22, 57, 60, 70, 264

Anabatistas, 29, 42, 104, 121-122, 279,

Antonimismo, 129, 131, 275

Ário, Arianismo, 30-31, 103, 114, 116-117,

Armênia, 18

Arminianismo, Arminiano, Representantes Contemporâneos Arminianismo, 38

Definição De,22

Doutrina De Deus E, 115-120

Jacó Armínio E, 29

De Cabeça, 30, 33, 36, 71, 73, 112, 117, 150

De Coração, 22-23, 31, 40, 79, 101, 112, 169, 195, 272,

Sinopse De, 38-50

Pelagianismo E, 24, 27, 30, 180,182, 184, 186, 192, 197, 220, 229

Teologia Reformada E, 56-77

Escritura E, 89-91, 106-114

Semipelagianismo E, 10, 24, 27, 30, 33, 35, 37-39, 51-52, 54, 74, 87, 103-105, 109, 171, 179, 182, 184, 186, 192,195-197, 205, 208-209, 220, 227, 283, 307, 318

Associação Nacional De Evangélicos, 70, 319

Batismo Infantil, 122, 319

Batista, Batistas, 8, 12, 38, 243, 315,

Batistas Livres, 112-113, 119-120

Batistas Gerais, 19

Calminianismo,80, 86, 88, 97

Calvinismo, Calvinista

Conhecimento Médio, 98, 234, 251, 253-257

Cristologia, 115-120

Crítica Arminiana De, 60, 61, 81-86, 128-130, 131-136, 174, 235-239, 243

Definição De, 21

Catecismo De Heildelberg, 50, 57, 62, 108,

Catecismo Menor De Westminster, 66

Catolicismo Romano, 39, 58, 104, 107-108, 119, 151-52, 181, 200, 253, 262, 287

Confissão Belga, 57, 108

Confissão De Fé De Westminster, 80

Congregacionalismo, Igrejas Congregacionais, 30, 57, 112

Credo Atanasiano, 118-120

Compatibilismo, 26, Compatibilista. Ver Livre-Arbítrio

Definição Calcedônia, 117, 118

Deísmo, 33, 170, 151-52, 158, 169

Depravação Total, 21, 23, 41, 71-74, 81, 96-105, 161-62, 178-179, 183-84, 188-190,

Determinismo, 26, 94, 171, 173-174, 225, 234, 252, 254, 255, 257

Episcopais, 58, 112, 121

Evangélico, Evangelicalismo, 10-11, 28, 53, 101-123, 287, 315-16

Expiação, 6, 38-39, 51,82 -90, 198, 286-312

Governamental, 286-312

Limitada,21-22, 82, 97, 286-289, 302, 309

Penal, 286-312

Friedrich Schleiermacher E, 31, 194, 315

Graça, 204-231, 259-285

Comum, 53-54, 185-86, 192, 229-30

Capacitadora, 44-45, 85

Irresistível, 81-85, 201-203, 240-41, 248-51

Preveniente, 26-27,33- 36, 85, 97, 122, 178, 182-93, 205-231, 234-35, 317

Humanismo, 12, 103, 106, 112,

Igreja Cristã Reformada, 9, 89

Igreja De Cristo, 9, 113

Igreja Da Inglaterra, 30

Igreja Evangélica Livre Da América, 89

Igreja Wesleyana, 33, 113, 120

Iluminismo, 23, 30, 112, 117, 127, 190, 226

Infralapsarianismo, 132, 134-135, 238-239

João Wesley E, 71, 139-142

Pecado E Mal E, 128-131

Cânon, 110

Justificação, 46-47, 121-22, 259-285

Justiça Alheia, 273-275, 276

Justiça Imputada, 40, 199, 200, 259-264, 272-285

Livre-Arbítrio, 17, 89, 91-92, 124-147

Compatibilista, 26, 95-96, 139-140,

Incompatibilista, 26, 95-96, 126, 153.

Liberalismo Protestante, 30, 36, 103, 106, 117, 123, 315

Luterano, Luteranos, 19, 54, 58, 62, 75, 81, 103-104, 126, 209, 287

Menonita, 29, 42

Metodista, Metodistas, 32-33, 36-38

Molinismo, 234, 253-55

Monergismo, 19, 25, 46, 48, 60-63, 89-91, 120-23, 127, 141, 143-44, 263

Definição De, 23-24

Nazareno, Igreja Do, 70, 82, 112-13, 201, 226

Niceia, Concilio De, 119

Ortodoxia Oriental, Ortodoxo Oriental, 116

Pecado Original, 39, 42-43, 52, 73-74, 183-203, 288

Pelagianismo, Pelagiano, 23-24, 30, 103-105, 183-188, 197

Pentecostal, 9, 12, 27, 70, 113, 120, 315

Perseverança, 211, 242-243

Predestinação, 232-258

Condicional, 17, 26, 45, 247

Definição De, 234

Dupla, 127-28, 139-42, 242-43, 247-48

Incondicional, 17, 19-21, 45-46, 164, 234

Presbiteriana, Presbiterianos, 57, 70, 71, 89

Problema Do Mal, 49-50, 127-29, 132-147, 158-60, 210-11

Providência, 40, 49-50, 148-174,

Quadrilátero Wesleyano, 110, 113

Racionalismo, 51, 109, 130, 245, 307,

Reforma Protestante, 21, 39, 57, 64, 122, 200, 264

Religião Popular, 35, 74, 316

Remonstrância, 30, 40-41

Remonstrantes, 19, 23, 27, 29, 36, 40, 62-64, 67, 73, 81, 188, 243

Descrição De, 30

Revista Christianity Today, 10, 11

Revista Eternity, 10, 12

Revista Modern Reformation, 11, 51-52, 179, 261-62, 315-16

Sacerdócio De Todos Os Crentes, 20

Segundo Concílio De Orange, 39, 104, 179

Segundo Grande Despartamento, 34

Semipelagiano, Semipelagianismo, 23-24, 39-40

Simul Et Peccator,200, 264

Sínodo De Dort, 30, 51, 57, 69, 80, 241, 287,

Sinergismo, 19, 50, 60-61, 70-71, 89-91, 120-123, 184-86, 220

Definição De, 23-24

Descrito Como Heresia, 121, 214

Evangélico, 23, 29,36, 45, 58, 62, 81, 122-23, 213-216, 224-228, 240, 284

Soberania Divina, 148-174

Socianismo, 103, 117, 190

Sola Scriptura, 20, 51, 107, 110-13

Sola Gratia Et Fides, 20, 122

Soteriologia, 20, 37-38, 54, 98, 171, 184, 205, 213-14, 221, 231, 261-62, 284,

Supralapsarianismo, 62, 134-35, 194, 238

Teodicéia, 139, 144, 169

Teísmo Aberto, 123, 167, 234, 251-53,

Teologia Federal, 66, 67

Teologia Liberal, 103, 106, 123, 315,

Teologia Do Pacto, 67, 68

Teologia Reformada, 21-22

Arminianismo E, 56-76

Definição De, 57-58

Jacó Armínio E, 60-65

Trindade, 40, 75, 103, 106, 114-117, 119-120

Tulip, 21, 39, 41, 69, 81

Unitarismo, 31, 33, 117, 315

Universalismo, 30, 84, 123, 287-288, 302, 309, 315

Vida Eterna, 41, 81, 215, 235-236, 266



MITOS E REALIDADES ACERCA DA TEOLOGIA ARMINIANA.

Neste livro, Roger Olson expõe a teolog arminiana clássica e trata dos incontáve equívocos e deturpações que o armini nismo tem sofrido através dos tempo Conciliador, porém, incisivo, Olson arg menta que a teologia arminiana clássi tem um lugar de direito na igreja evang lica por possuir profundas raízes dentro teologia reformada, ainda que apresen importantes diferenças do calvinismo.

ROGER E. OLSON (Ph.D., Rice University) é professor de teologia no George W. Truett Theological Seminary da Baylor University em Waco, Texas. Ele é o autor de História da Teologia Cristã, História das Controvérsias na Teologia Cristã Iniciação à Teologia, dentre outros.

"Roger Olson defende o verdadeiro arminianismo, focado na graça divina e nã no livre arbítrio humano e apresenta de maneira clara, porém profunda, o pens mento deste teólogo holandês, um dos mais injustamente ignorados e grosseir mente mal interpretados da história da teologia cristã, tanto por admirador quanto por difamadores. Ele mostra que Armínio concorda com Calvino quanto total depravação humana, mas diverge dos três pontos centrais da tulip calv nista. Também destaca a graça preveniente, como ponto fundamental da teolog arminiana, condenando o semipelagianismo e outras formas de salvação centr das no homem e não na graça divina. Apesar de muitas igrejas no mundo inteir inclusive no Brasil, seguirem a soteriologia arminiana, há grande necessidade d conhecer-se o pensamento deste homem que tem o seu nome entre os teólog da história da igreja que ofereceram um critério permanente para a tradiçã teológica e, ainda assim, continua desconhecido de muitos. Roger Olson trata d desfazer muitos mitos relacionados ao arminianismo, para que possamos identif car as verdadeiras proposições arminianas acerca da doutrina da salvação, c desdobramentos e influências do arminianismo em nossa teologia, e também expurgarmos da nossa mente aquilo que erroneamente é atribuído a Armínio"

Carlos Kleber Maia, pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Nata pós-graduado em teologia do Novo Testamento pela FTBP – Faculdade Teológic Batista do Paraná.

"É com prazer que eu indico e recomendo este texto a todos os que amam verdade e se deleitam com a boa teologia. O pensamento de Armínio tem sid mal interpretado por muitos que pensam a teologia no Brasil. Isto se dá, en grande parte, em razão da escassez de publicações sobre Armínio e sua teologia O texto de Olson, teólogo erudito e autor muito respeitado nos meios acadêmicos certamente ajudará a equilibrar o debate entre o calvinismo e o arminianismo até mesmo a aproximar um pouco mais o que parece tão distante. Eu já leio o Dr Olson a muito tempo. A ortodoxia tem muito a ganhar. Sendo assim, sem calvino fobia ou arminiofobia, uma boa leitura a todos"

Bispo Anderson Caleb Soares de Almeida
Autor de "Os 10 Hábitos dos Pregadores Altamente Eficazes"
Igreja Metodista Wesleyana - 3 Região, São Paulo.

Editora Reflexão